

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
ESCOLA DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES E HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM EDUCAÇÃO

EDILAMAR RODRIGUES DE JESUS E FARIA

**TRAJETÓRIAS FORMATIVAS DE MULHERES CONTEMPLADAS PELO PHIS EM
ANÁPOLIS-GO (2009-2014), NA LUTA PELA CASA PRÓPRIA**

GOIÂNIA-GO
2021

EDILAMAR RODRIGUES DE JESUS E FARIA

TRAJETÓRIAS FORMATIVAS DE MULHERES CONTEMPLADAS PELO PHIS EM ANÁPOLIS-GO (2009-2014), NA LUTA PELA CASA PRÓPRIA

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação da Pontifícia Universidade Católica de Goiás como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora em Educação.

Orientador: Professor Dr. Aldimar Jacinto Duarte

Linha de Pesquisa: Educação, Sociedade e Cultura

Área de Concentração: Educação e Sociedade

GOIÂNIA-GO
2021

F224t Faria, Edilamar Rodrigues de Jesus e
Trajetórias formativas de mulheres contempladas pelo
PHIS em Anápolis-GO (2009-2014), na luta pela casa
própria / Edilamar Rodrigues de Jesus e Faria.-- 2021.
275 f.: il.

Texto em português, com resumo em inglês
Tese (doutorado) -- Pontifícia Universidade Católica
de Goiás, Escola de Formação de Professores e Humanidades,
Goiânia, 2021

Inclui referências: f. 260-271

1. Educação multicultural. 2. Educação feminina. 3.
Direitos das mulheres. 4. Habitação. I. Duarte, Aldimar
Jacinto. II. Pontifícia Universidade Católica de Goiás
- Programa de Pós-Graduação em Educação - 2021. III.
Título.

CDU: Ed. 2007 -- 37.015.31:316.42 (043)



**PUC
GOIÁS**



TRAJETÓRIAS FORMATIVAS DE MULHERES CONTEMPLADAS PELO PHIS EM ANÁPOLIS-GO (2009-2014) NA LUTA PELA CASA PRÓPRIA

Tese de Doutorado do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação da Pontifícia Universidade Católica de Goiás, aprovada em 17 de setembro de 2021.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Aldimar Jacinto Duarte / PUC GOIÁS

Profa. Dra. Beatriz Aparecida Zanatta / PUC GOIÁS

Profa. Dra. Giovana Galvão Tavares / UNIEVANGÉLICA

Profa. Dra. Amone Inácia Alves / UFG

Prof. Dr. José Maria Baldino / PUC Goiás

Profa. Dra. Cláudia Valente Cavalcante / PUC Goiás

Profa. Dra. Miriam Fábila Alves / UFG

Dedico este trabalho a todas as mulheres em busca do empoderamento e emancipação feminina, para si e suas comunidades, em especial às minhas filhas.

AGRADECIMENTOS

O agradecimento é a memória do coração, primeiro a Deus, que nos permite o dom da vida e dia após dia, nos ajuda nessa caminhada em busca do conhecimento e retorno do saber e cultura à sociedade.

Aos meus pais, Amélia Rodrigues de Jesus e Joaquim Francisco Sobrinho, que me deram o maior presente: a vida.

Às minhas filhas: Fernanda, Luiza e Amanda, que atuaram como auxiliares de pesquisa no presente estudo, inspiração para dar continuidade à minha vida acadêmica, mesmo quando divido meu tempo e atenção com os estudos.

Ao meu amado esposo Faria, participante incansável, ombro que me apoia e meu incentivo constante.

Agradeço ao meu orientador Dr. Aldimar Jacinto Duarte, que teve tanta paciência e muito contribuiu para meu desempenho acadêmico.

Agradeço aos professores e professoras: Dra. Giovana Tavares Galvão, Dra. Amone Inácia Alves, Dra. Beatriz Aparecida Zanatta e Dr. José Maria Baldino, por aceitarem participar da banca examinadora, bem como por contribuírem com o resultado do presente estudo.

Agradeço às pessoas dos Bairros do Sistema de Habitação de Interesse Social de Anápolis-GO que tão bem me receberam e confiaram as suas histórias de vida.

Agradeço *in memoriam* ao Dr. Nelson Abreu Junior (12/02/1964 – 06/05/2021), professor e diretor na minha primeira graduação (História-UEG, 1996-2000), que me incentivou a continuar os estudos, tendo a educação como único caminho para mudar a realidade opressora.

Agradeço a todos os meus amigos de estudo, em especial Ruth Aparecida Viana da Silva, que, de alguma maneira, ajudaram para a realização dessa etapa.

Enfim, agradeço ao PPGE da PUC Goiás pela oportunidade e à Fundação de Amparo à Pesquisa em Goiás (FAPEG), juntamente com a Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de nível Superior), pela concessão da bolsa de estudos.

Agradeço às pessoas que nos atendem, nos respondem e acompanham em cada relatório semestral.

Obrigada a todos que me possibilitaram alcançar este resultado!

*Eu sou aquela mulher
a quem o tempo muito ensinou.
Ensinou a amar a vida
e não desistir da luta,
recomeçar na derrota,
renunciar a palavras
e pensamentos negativos.
Acreditar nos valores humanos
e ser otimista.*

(Cora Coralina, 1889-1985)

RESUMO

Este trabalho se vincula ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação da Pontifícia Universidade Católica de Goiás, na linha de pesquisa: Educação, Sociedade e Cultura. Tem aderência ao grupo de pesquisa 'Juventude e Educação', cadastrado no CNPq e se integra ao projeto de pesquisa intitulado: *Diversidade Cultural e Educação - Juventudes, Participação Política, Organizações e Movimentos Sociais no Século XXI*. O objetivo geral está focado em compreender os processos formativos e a relação entre Educação e o protagonismo feminino presente nas lutas sociais por moradia nos bairros do SHIS, considerando aspectos socioculturais, a valorização das mulheres *chefes de família* e líderes de bairros, a partir do lugar social que ocupam. Parte-se do seguinte problema de pesquisa: qual a trajetória de um grupo de mulheres na luta por acesso aos direitos sociais, dentre eles a moradia e a Educação? O trabalho concentrou-se na análise do discurso e da prática que possuem na vivência de situação de vulnerabilidade, a partir de sua saída do meio rural, ainda na infância, na busca pela inserção na cidade industrializada, hoje com seus filhos. Orientou-se, teoricamente, em Henri Lefebvre, Pierre Bourdieu, Michelle Perrot, Hannah Arendt e Marília Pontes Spósito, sobre o acesso aos direitos sociais como objeto de luta por agentes que vivem seu cotidiano em busca de libertação de uma realidade social opressora por subsistência e Educação para seus filhos. O palco dessas lutas é o bairro, parcela de acesso ao espaço urbano. Partiu-se do pressuposto do direito à moradia nas sociedades modernas como parte central do direito à cidade fundamentado em Lefebvre (2001), o qual defende que todos deveriam ter acesso à vida urbana como representação do espaço vivido, percebido, imaginado e concebido como parte da vida cotidiana. A pesquisa de cunho qualitativo recorreu a documentos relativos à realidade de inclusão/exclusão social de famílias lideradas por mulheres nos bairros do SHIS de Anápolis, no cenário Educacional tendo como base a posse da habitação para dar sequência à luta por demais direitos sociais. Metodologicamente orientou-se pela História Oral e Análise de conteúdo de Bardin (2001) na realização e análises das entrevistas, sendo que 30 agentes responderam ao questionário sociocultural e destas, 10 participantes foram entrevistadas, numa equivalência quantitativa ao número de residenciais entregues pelo programa no período de 2009-2014, na cidade. As considerações finais demonstraram a importância da luta cotidiana das mulheres chefes de família e líderes de associação de bairro no enfrentamento da situação de vulnerabilidade, na criação de sua família e pelo acesso à moradia, educação e manutenção da vida. Demonstra ainda que a instituição escolar, na perspectiva dessas mulheres, não tem garantido um conjunto de conhecimentos que proporcionem a essas agentes a inserção propositiva na disputa social, na construção do direito de viver dignamente com sua família, na cidade e no bairro em que residem e que, os próprios movimentos sociais relativos à luta pela casa própria não têm proporcionado uma formação crítica a partir de sua práxis.

Palavras-chave: Trajetória formativa. Empoderamento e Emancipação. Mulheres do SHIS. Luta por moradia.

ABSTRACT

This work is linked to the *Stricto Sensu* Graduate Program in Education at the Pontifical Catholic University of Goiás in the line of research: Education, Society and Culture. It adheres to the research group 'Youth and Education' registered with the CNPq and is part of the research project entitled: Cultural Diversity and Education - Youth, Political Participation, Organizations and Social Movements in the 21st Century. The general objective is focused on understanding the formative processes and the relationship between Education and the female protagonism present in social struggles for housing in SHIS neighborhoods, considering sociocultural aspects, the valuation of women heads of families and neighborhood leaders, based on place that they occupy. It starts with the following research problem: what is the trajectory of a group of women in the struggle for access to social rights, including housing and education? The work focused on the analysis of the discourse and practice that they have in the experience of a situation of vulnerability, from their departure from the rural environment, still in their childhood, in the search for insertion in the industrialized city, today with their children. Theoretically guided by Henri Lefebvre, Pierre Bourdieu, Michelle Perrot, Hannah Arendt and Marília Pontes Spósito, on access to social rights as an object of struggle by agents who live their daily lives in search of liberation from an oppressive social reality for subsistence and Education for their children, the stage of these struggles is the neighborhood, a portion of access to urban space. We started from the assumption of the right to housing in modern societies as a central part of the right to the city, based on Lefebvre (2001), who argues that everyone should have access to urban life as a representation of the space experienced, perceived, imagined and conceived as part of everyday life. The qualitative research used documents related to the reality of social inclusion/exclusion of families led by women in the SHIS neighborhoods of Anápolis, in the Educational scenario based on housing ownership to continue the struggle for other social rights. Methodologically, it was guided by the Oral History and Content Analysis of Bardin (2001) in conducting and analyzing the interviews. 30 agents answered the sociocultural questionnaire and of these, 10 participants were interviewed, in a quantitative equivalence to the number of homes delivered by the program in the 2009-2014 period in the city. The final considerations demonstrate the importance of the daily struggle of women heads of household and neighborhood association leaders in facing the situation of vulnerability, in raising their family and for access to housing, education and maintenance of life. It also demonstrates that the school institution, from the perspective of these women, has not guaranteed a set of knowledge that provides these agents with a purposeful insertion in the social dispute, in the construction of the right to live with dignity with their family, in the city and neighborhood in which they live. and that the social movements related to the struggle for home ownership have not provided a critical formation based on their praxis.

Keywords: Formative trajectory. Empowerment and Emancipation. SHIS Women. Fight for housing.

RESUMEN

Este trabajo está vinculado al Programa de Postgrado en Educación Stricto Sensu de la Pontificia Universidad Católica de Goiás en la línea de investigación: Educación, Sociedad y Cultura. Pertenece al grupo de investigación 'Juventud y Educación' inscrito en el CNPq y forma parte del proyecto de investigación titulado: Diversidad Cultural y Educación - Juventud, Participación Política, Organizaciones y Movimientos Sociales en el Siglo XXI. El objetivo general se centra en comprender los procesos formativos y la relación entre la Educación y el protagonismo femenino presentes en las luchas sociales por la vivienda en los barrios del SHIS, considerando aspectos socioculturales, la valoración de las mujeres jefas de familia y líderes vecinales, en función del lugar que ocupan. Se parte del siguiente problema de investigación: ¿cuál es la trayectoria de un grupo de mujeres en la lucha por el acceso a los derechos sociales, incluida la vivienda y la educación? El trabajo se centró en el análisis del discurso y la práctica que tienen en la vivencia de una situación de vulnerabilidad, a partir de su salida del medio rural, aún en su niñez, en la búsqueda de inserción en la ciudad industrializada, hoy con sus hijos. Teóricamente se guió por Henri Lefebvre, Pierre Bourdieu, Michelle Perrot, Hannah Arendt y Marília Pontes Spósito, sobre el acceso a los derechos sociales como objeto de lucha de agentes que viven su vida cotidiana en busca de la liberación de una realidad social opresiva para la subsistencia y Educación para sus hijos, el escenario de estas luchas es el barrio, una porción de acceso al espacio urbano. Partimos de la asunción del derecho a la vivienda en las sociedades modernas como parte central del derecho a la ciudad, partiendo de Lefebvre (2001), quien sostiene que todo el mundo debería tener acceso a la vida urbana como representación del espacio vivido, percibido, imaginado y concebido como parte de la vida cotidiana. La investigación cualitativa utilizó documentos relacionados con la realidad de la inclusión / exclusión social de familias lideradas por mujeres en los barrios SHIS de Anápolis, en el escenario Educativo basado en la propiedad de la vivienda para continuar la lucha por otros derechos sociales. Metodológicamente, se guió por la Historia Oral y Análisis de Contenido de Bardin (2001) en la realización y análisis de las entrevistas. 30 agentes respondieron el cuestionario sociocultural y de estos, 10 participantes fueron entrevistados, en una equivalencia cuantitativa al número de hogares entregados por el programa en el período 2009-2014 en la ciudad. Las consideraciones finales demostraron la importancia de la lucha diaria de las mujeres jefas de hogar y dirigentes de asociaciones vecinales para enfrentar la situación de vulnerabilidad, en la crianza de su familia y por el acceso a la vivienda, la educación y el mantenimiento de la vida. También demuestra que la institución escolar, desde la perspectiva de estas mujeres, no ha garantizado un conjunto de conocimientos que les brinde a estos agentes una inserción intencionada en la disputa social, en la construcción del derecho a vivir dignamente con su familia, en la ciudad y el barrio en el que viven y que los movimientos sociales vinculados a la lucha por la propiedad de la vivienda no han brindado una formación crítica basada en su praxis.

Palabras clave: Trayectoria formativa. Empoderamiento y Emancipación. SHIS Mujeres. Luchar por la vivienda.

LISTA DE FIGURAS, GRÁFICOS E TABELAS

Figura 1 – Mapa Urbano de Anápolis: localização - Bairros SHIS (2009-2014)	125
Figura 2 – Residencial São Cristóvão	127
Figura 3 – Residencial Leblon	127
Figura 4 – Planta baixa apartamento SHIS	128
Figura 6 – Área Interna Res. São Cristóvão.....	131
Figura 7 – Vista Interna apartamento	128
Figura 8 – Sala de Estar/Jantar, apartamento	129
Figura 9 – Quarto 2, apartamento SHIS	129
Figura 10 – Banheiro, apartamento SHIS.....	129
Figura 11 – Cozinha, apartamento SHIS	129
Figura 12 – Quarto 1, apartamento SHIS	129
Quadro 1 – Descrição técnica dos bairros.....	124
Quadro 2 – Perfil socioeconômico e cultural das participantes da pesquisa	133
Quadro 3 – A emancipação feminina das participantes da pesquisa - categorias dos elementos e interesses presentes nas falas registradas nas entrevistas.	135
Quadro 4 – A emancipação feminina, de acordo com categorias dos elementos e interesses presentes nas falas registradas nas entrevistas	137
Gráfico 1 – Idade das participantes por percentual	140
Gráfico 2 – Estado Civil, conforme declarado pelas participantes por percentual..	141
Gráfico 3 – Escolaridade conforme declarada pelas participantes por percentual .	142
Gráfico 4 – Número de filhos, conforme declarada pelas participantes.	144
Gráfico 5 – Religião, conforme declarada pelas participantes por percentual.....	145
Gráfico 6 – Renda Familiar em salários-mínimos, conforme declarada pelas participantes por percentual	146
Tabela 1 – Demonstrativo do grau de interesse das participantes	172

LISTA DE SIGLAS

Abrasco	Associação Brasileira de Saúde Coletiva
ACCMS	Associações de Construções por Mutirão
Anapac	Associação Nacional dos amigos da Pastoral da Criança
ANPPOCS	Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais
APM	Associação de Pais e Mestres
APP	Área de proteção Permanente
ART	Anotação de Responsabilidade Técnica
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BH	Belo Horizonte
BNH	Banco Nacional de Habitação
CadÚnico	Cadastro Único para programas Sociais do Governo Federal
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
Caps	Comissão de Avaliação de Parcelamento do Solo
CEBs	Comunidades Eclesiais de Base
CEE	Comunidade Econômica Europeia
Celg	Centrais Elétricas de Goiás
CGEE	Centro de Gestão e Estudos Estratégicos
CIIE	Centro de Investigação e Invenção Educativas
CF	Constituição Federal
Cmepsps	<i>Commission on the Measurement of Economic Performance and Social Progress</i>
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
COHAB	Companhia de Habitação Popular
CONAMA	Conselho da Associação de Moradores de Anápolis
CPE	Convenção de Patente Europeia
DAIA	Distrito Agroindustrial de Anápolis
DHU	Diretoria de Habitação e Urbanismo
DOU	Diário Oficial da União
EAI	Estação Aduaneira Interior
EC	Estatuto das Cidades
ES-MG	Escola de Saúde de Minas Gerais
FAPEG	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás
FCP	Federações das Caixas de Previdência
FCP	Fundação da Casa Popular
FJP	Fundação João Pinheiro
FFMS	Fundação Francisco Manuel dos Santos
FGTS	Fundo de Garantia de Tempo por Serviço
Fiocruz	Fundação Oswaldo Cruz
FNHIS	Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social

FNRU	Fórum Nacional da Reforma Urbana
GET-RJ	Grupo de Pesquisa e Gestão Territorial do Estado do Rio de Janeiro
HE	Habitações Econômicas
IAB	Instituto de Arquitetura do Brasil
IAP	Institutos de Aposentadorias e Pensões
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IHRU	Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana
IMB	Instituto Mauro Borges
IP-PUC	Instituto de Pesquisa da Pontifícia Universidade Católica
IST	Instituto Superior Técnico
ITRAC	<i>Information Technology Research and Application Center- UK</i>
MEC	Ministério da Educação
MMA	Mapoteca Municipal de Anápolis
MPRU	Movimentos Populares Reivindicatórios Urbanos
NMS	Novos Movimentos Sociais
ODM	Objetivos de Desenvolvimento do Milênio
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONU	Organização das Nações Unidas
ONU-Mulheres	Organização das Nações Unidas – Mulheres
PAC	Programa Aceleração do Crescimento
PEHIS	Programa Estadual de Habitação de Interesse Social
PIB	Produto Interno Bruto
PNDS	Plano Nacional do Desenvolvimento
PNE	Pessoas com Necessidades Especiais
Pnud	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PR	Príncipe Regente
PPGE	Programa de Pós-Graduação em Educação
PROMORAR	Programa de Erradicação da Sub-habitação
PSF	Programa Saúde da Família
PUC Goiás	Pontifícia Universidade Católica de Goiás
PUC – RIO	Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
PUMA	Projeto Urbano Ambiental Macambira – Anicuns
PMCMV	Programa Minha Casa Minha Vida
QV	Qualidade de Vida
SAB	Sociedade Amiga do Bairro
Saneago	Saneamento de Goiás
SBPE	Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo
Scielo	<i>Scientific Eletronic Library</i>
Semdus	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano Sustentável

SEGPLAN	Secretaria de Estado de Gestão e Planejamento
SEPIN	Superintendência de Estatísticas, Pesquisa e Informações
SFH	Socioeconômicas Sistema Financeiro de Habitação
SHIS	Sistema de Habitação de Interesse Social
SME	Secretaria Municipal de Educação
Snhis	Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social
SP	São Paulo
SUS	Sistema Único de Saúde
Susei	Superintendência de Serviços Internos
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
TIC	Tecnologias da Informação e Comunicação
TRS	Teoria das Representações Sociais
UC-SC	Universidade Católica de Santa Catarina
UFG	Universidade Federal de Goiás
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UFPB	Universidade Federal da Paraíba
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco
UH	Unidade Habitacional
UNIANA	Universidade Estadual de Anápolis
UnB	Universidade de Brasília
UNESCO	Organização das Nações Unidas pela Educação
Unicamp	Universidade Estadual de Campinas
Unicef	<i>United Nations Children's Fund</i>
USP	Universidade de São Paulo
ZEIS	Zonas Especiais de Interesse Social

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	17
CAPÍTULO I - O EMPODERAMENTO E A EMANCIPAÇÃO EM SEU SENTIDO HISTÓRICO E SOCIOLÓGICO.....	29
1.1 Empoderamento: primeiras aproximações conceituais	30
1.1.1 Empoderamento e cidadania.....	33
1.2 O empoderamento feminino na América Latina em Rowlands (1997)	35
1.3 O conceito de emancipação no seu sentido histórico e ideológico	40
1.4 A modernidade: liberalismo democrático e lutas femininas por direitos civis e políticos	45
1.5 O poder em Arendt.....	54
CAPÍTULO II - A CONSTRUÇÃO HISTÓRICA, SOCIAL E POLÍTICA DE HABITAÇÃO: DA MANCHESTER INGLESA À MANCHESTER GOIANA.....	63
2.1 O direito à cidade como construção histórico social.....	66
2.2.O caso inglês: as condições habitacionais da classe proletária em Manchester	74
2.3 O sistema brasileiro de habitação: manutenção da lógica do espaço urbano.....	82
2.4 Contextualizando Anápolis a “Manchester brasileira”	92
CAPÍTULO III - O ESPAÇO SOCIAL E OS ASPECTOS SOCIOCULTURAIS DAS MULHERES PESQUISADAS.....	103
3.1 Os novos movimentos sociais no bairro e a educação popular.....	104
3.2 Das muitas moradias ao empoderamento: o efeito do lugar da subproletariada nos conjuntos habitacionais	108
3.2.1 As chefes de família enquanto donas de suas casas e o papel dos mediadores sociais	117
3.3 A composição dos bairros e a população atendida em Anápolis pelo SHIS	120
3.3.1 Simulação apartamento SHIS mobiliado	129
3.4 Os dados da pesquisa.....	131
3.5 Notas do caderno de campo de pesquisa	156

CAPÍTULO IV - O PROCESSO FORMATIVO DE MULHERES DO SHIS E A EMANCIPAÇÃO FEMININA.....	166
4.1 A participação das chefes de família na Associação de moradores dos bairros do Sistema de Habitação de Interesse Social	167
4.2 Histórias de vidas: as falas das mulheres	168
4.2.1 Dona Margarida.....	180
4.2.2 Dona Cravo	185
4.2.3 Dona Mal-me-quer	192
4.2.4 Dona Girassol.....	196
4.2.5 Dona Azaleia	199
4.2.6 Dona Hortência	202
4.2.7 Dona Rosa	206
4.2.8 Dona Dália.....	208
4.2.9 Dona Crisântemo	212
4.2.10 Dona Papoula.....	216
4.3 O processo formativo, como a educação escolar e os movimentos sociais.....	220
4.4 A participação na luta pela moradia e nas decisões coletivas.....	227
4.5 Aspectos da vida familiar.....	233
4.6 Integração à realidade urbana e industrial	236
4.7 Aspectos dos valores morais e a mediação religiosa	241
4.8 Correlação de modelos de liderança entre as entrevistadas.....	244
CONSIDERAÇÕES FINAIS	250
REFERÊNCIAS	260
APÊNDICE A – Roteiro da Entrevista	272
ANEXO A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.....	274

INTRODUÇÃO

Este trabalho investiga sobre um grupo de mulheres chefes de família e líderes de associações de bairros, a partir do lugar social que ocupam nos bairros do Sistema de Habitação de Interesse Social (SHIS), visando compreender os processos formativos e os sentidos que atribuem à mediação realizada pela educação escolar nos enfrentamentos que perpassam a sua condição de mulheres líderes de grupos sociais.

As mulheres pesquisadas possuem uma vivência de situação de vulnerabilidade, a partir de sua saída do meio rural, ainda na infância, na busca pela inserção na cidade industrializada. Hoje, com seus filhos, lutam por acesso aos direitos sociais, dentre eles, o mais sonhado: a Educação.

Uma das dimensões formativas das mulheres residentes nos bairros do SHIS é a luta, primeiramente, por subsistência e moradia, depois, por creches, escolas e transporte escolares para seus filhos. Oriundas de fazendas, vieram para a cidade industrializada em busca de educação e acesso ao chamado 'direito à cidade'. Esses componentes perpassam a condição de mulheres enquanto chefes de família, em sua inter-relação com a política de emancipação feminina e suas lutas por direitos sociais, como moradia, educação, acesso ao trabalho, em meio às contradições contemporâneas (direitos objetivos X subjetivos).

Partindo dessa perspectiva, considera-se necessário investigar a luta dessas mulheres em relação à sua limitação espacial, sua história construída em uma sociedade sexista e patriarcal. O que correspondente à trajetória formativa pela emancipação feminina, não de forma biográfica, mas os sentidos atribuídos a alguma coisa. Elementos presentes em sua memória, que elucidam a sua cultura de sobrevivência, que muitas vezes, nem durante a sua infância, tiveram a oportunidade de adentrarem à escola, espaços de educação formal, e na compreensão de que a escola não adentrou efetivamente aos bairros do SHIS.

A problemática da pesquisa envolve questões relativas à trajetória formativa das mulheres chefes de família, perpassando por sua história de luta, à memória desse grupo de mulheres, desde a trajetória educacional e à sua interrelação com a política de emancipação feminina. A partir desta problematização, parte-se da seguinte pergunta central que orienta toda pesquisa: *Quais as trajetórias formativas de um grupo*

de jovens mulheres e a contribuição do Programa de Habitação de Interesse Social no processo de emancipação feminina?

Levantou-se também algumas questões complementares: Como foi a história de juventude dessas mulheres? A educação correspondeu (ou não) como mediadora na luta pela emancipação? Como elas se constituíram líderes em suas associações de bairro? Qual a influência da educação na luta e enfrentamentos das necessidades cotidianas das mulheres chefes de família?

O objetivo central deste estudo está focado em compreender os processos formativos e a relação entre Educação e o protagonismo feminino presente nas lutas sociais por moradia nos bairros do SHIS, considerando aspectos socioculturais e a valorização das mulheres *chefes de família*. Os objetivos específicos são: a) investigar e analisar o PHIS em sua historicidade desde sua concepção em Portugal (1881/1935), passando pelas definições de Políticas Públicas no Brasil até sua efetivação no Estado de Goiás em (2009-2014); b) identificar a contribuição política e social feminina no movimento pela casa popular e a sua relação com o processo formativo de empoderamento/emancipação feminina; c) compreender os sentidos atribuídos por jovens mulheres à educação escolar em suas trajetórias de vida e as relações com os processos que as constituíram como líderes de associações de moradores ou em outro modelo de participação comunitária.

O motivo de se analisar a luta de mulheres como objeto de pesquisa e seu espaço vivencial, formativo e constitutivo do seu *ethos* familiar, deve-se à necessidade de se compreender a condição das mulheres chefes de família cujo espaço social é o conjunto de moradias. O bairro do SHIS originado pela legislação do Estado enquanto lugar público; a casa, enquanto lugar privado; considerando a territorialidade da cidade que interfere, de forma significativa, no modo de como as famílias chefiadas por mulheres vivem seu cotidiano na economia dos cuidados na atualidade.

A base empírica se construiu por meio da pesquisa documental, em especial, a partir da Relatoria da Organização das Nações Unidas (ONU) para o *Direito à Moradia Adequada* (2002), que discute a questão do direito das mulheres à moradia, resultando na cartilha “Como fazer valer o direito das mulheres à moradia?” (ROLNIK, 2012) e a legislação que dá origem ao SHIS, tornando o bairro de característica feminina, direito à propriedade resguardado sem precedentes, a exemplo da Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, e alterado pelo Decreto nº 7.795, de 24 de agosto de 2012, que dispõe sobre

o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) que “Em caso de dissolução da sociedade conjugal, o título do imóvel será registrado em nome da mulher ou a ela transferido, independente do regime de bens aplicável” (BRASIL, 2009).

Para essa construção, o referencial teórico teve seu aporte dentre os autores que corroboram para fundamentar a metodologia desse estudo. Destacam-se: Lefebvre (2001) em *O direito à cidade*; Hannah Arendt (2001a) em sua obra *A condição humana*; Bourdieu (2001; 2012) em *A miséria do mundo* e *A dominação masculina*; Michelle Perrot (2017) em *Os excluídos da história*. Para a construção da memória da trajetória educação das mulheres, realizou-se uma pesquisa orientada por aspectos da História Oral, presentes na obra de Verena Alberti (2004) – *Manual de História Oral*; Paul Thompson (1992) – *A voz do passado: história oral*. Utiliza-se como metodologia uma pesquisa qualitativa, de expressão dialética, pautada em pesquisa bibliográfica, documental e observação de campo. Reconhece-se, ainda, resultados dos antigos movimentos sociais por moradia e educação, presentes na obra de Gohn (2004) *O empoderamento e a participação da comunidade em políticas sociais*; Spósito (2011) em *A ilusão fecunda: A luta por Educação nos Movimentos Sociais*; Ecléia Bosi (1984) *Cultura de massa e cultura popular: leituras de operárias*, que foram favoráveis à discussão dos resultados.

Esta pesquisa está inserida na metodologia dos pesquisa qualitativa, com procedimentos próprios da pesquisa bibliográfica e análise documental. Com pesquisa de campo nos bairros do SHIS, contando com 30 participantes que preencheram o questionário sociocultural; destes, 10 foram entrevistados. A partir de suas narrativas, obteve-se os dados trabalhados nos capítulos 3 e 4 desse estudo. Os questionários possibilitaram a coleta de dados socioeconômicos das famílias chefiadas pelas participantes, sua trajetória de luta para manutenção da vida e acesso aos direitos sociais e sua relação com a Educação. Buscou-se privilegiar a história, a memória e, em especial, as histórias de vida das agentes, como elementos explicativos das descrições e sentidos atribuídos à realidade e à condição por elas vivenciadas. Os dados começaram a ser coletados em outubro de 2019, depois da autorização do Conselho de Ética da PUC-GO (05/09/2019), concluindo as entrevistas no ano de 2019, com transcrições e tabulações no ano seguinte, durante o período da Pandemia do Coronavírus ou Sars-Cov2¹.

¹A pandemia de COVID-19 caracterizada por doença respiratória aguda grave. O primeiro caso

O recorte temporal equivale aos anos de 2009-2014, quando o Município de Anápolis, em parceria como governo federal por meio do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), Fase 1 (2009-2011) e Fase 2 (2011-2014), beneficiou mais de 10 mil famílias com a entrega de imóveis em bairros de interesse social, sendo 10 bairros anteriormente nomeados no projeto. Foram incluídas nessa pesquisa, inicialmente, 30 participantes, voluntárias, selecionadas de maneira aleatória, participantes do Conselho das Associações de Moradores de Anápolis, com atividade representativa junto ao CONAMA, para responder o questionário socioeconômico. Destas, 10 participantes concordaram em ser entrevistadas; todas, maiores de 18 anos, capazes de compreender o significado da pesquisa e assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). São mulheres que participam ou participaram enquanto lideranças das associações de moradores dos bairros e que foram beneficiadas pelo PHIS em Anápolis, no período de 2009-2014.

Os dados foram colhidos pela pesquisadora, mediante assinatura do TCLE, por meio de registro de áudio, referente à entrevista individual e/ou coletiva, com o recurso de interação, que ocorreu em área comum dos bairros de interesse social, ou em lugar designado pelas entrevistadas. Conforme estabelecido no pré-projeto do presente estudo, com adesão² do CONAMA (Conselho de Moradores de Anápolis), registrado

anunciado em dezembro de 2019, em 20 de janeiro de 2020 a Organização Mundial da Saúde - OMS classificou como Emergência de Saúde Pública Internacional, com alta contaminação por proximidade, aglomeração social, por vias respiratórias, espirro, tosse, mesmo por fala, expressão corporal e superfícies contaminadas, sendo a via de entrada pela boca, nariz ou olhos. A cidade de Anápolis, Goiás, repatriou os 34 brasileiros que deixaram Wuhan, na China e permaneceram em isolamento na Base Aérea da cidade, por 18 dias em quarentena, sem apresentar sintomas. O vírus incubado por uma a duas semanas e em muitos casos evoluiu para morte, resultando em perdas de quase 600 mil pessoas no Brasil, muitos amigos, vizinhos, parentes, professores, colegas de trabalho. O que gerou impactos psicológicos, sociais, culturais, além da dinâmica econômica e política, agravados em crises. As medidas preventivas requerem uso de máscara facial, distanciamento social, lavagem das mãos, sendo instituído *lockdown* (fechamento de todas as instituições consideradas não essenciais, por autoridades de saúde) e a principal medida a vacinação, o que ocasionou problemas de desinformação por parte de uma ala negacionista. Todos esses eventos tiveram grande influência sobre a população local, até as primeiras vacinas em 21 de janeiro de 2021 (idosos em abrigos). Os efeitos dessa crise sanitária e suas consequências, alcançou também às atividades de pesquisa do presente estudo, como em que ocorreu as atividades de orientação da tese, de modo remoto, bem como o retorno ao campo de pesquisa para concluir o modelo de pesquisa em História Oral, orientando a coleta de dados, mas sem o retorno ao campo de pesquisa para o *feedback* das transcrições, junto às agentes participantes do estudo.

² O momento da assinatura do Termo de Adesão teve grande expressividade para o modelo de reconhecimento político que ainda é dispensado à figura feminina. Pois depois de estabelecer o contato por telefone, junto ao presidente do CONAMA, o mesmo só aceitou assinar o documento se o fosse transmitido por um homem. O que levou a certa dificuldade por parte da equipe de pesquisa, contando com três mulheres, todas residentes em Anápolis, à uma quadra da Associação de Moradores. O orientador da pesquisa, única figura masculina, teria dificuldades em se deslocar para Anápolis para

na Plataforma Brasil e no Comitê de Ética da PUC-GO, aprovado em 05/09/2019, CAAE: 19465919.4.0000.0037, sob o título: *Trajetórias formativas e emancipação de mulheres na luta pela casa própria, contempladas pelo PHIS em anápolis (2009-2014)*.

Os primeiros contatos com as participantes foram registrados no caderno de campo, iniciando em outubro de 2019, por meio de ligações telefônicas, a duas líderes de comunidade, antes já visitadas em outros projetos, que aceitaram receber a equipe no Residencial São Cristóvão. Foi apresentado o projeto do presente estudo e assinado o TCLE. Em seguida, iniciou-se a rede de novos contatos de possíveis entrevistadas. Após novas ligações, retornou-se ao campo. A pesquisadora encontrou-se com a presidente do Bairro Residencial Leblon, seguindo para novos contatos e visitas, com oportunidade de participar de reuniões e até fazer parte da Sociedade Amiga do Bairro (SAB). Sempre se contou com boas-vindas à toda equipe de pesquisadores e assistentes, conhecendo os dramas cotidianos e suas histórias de vida, que foram acolhidas com escuta ativa, respeito e sigilo. Em cada casa, residencial ou mesmo em reuniões ou no trabalho das participantes visitadas, a satisfação de serem donas de suas casas, cuidar de suas famílias e contribuírem para a melhoria do bairro e da comunidade, com a esperança de dias melhores porvir.

De acordo com Pesavento (2005, p. 29), desde a escolha do método, a “pergunta que constrói o tema como objeto a partir de um referencial teórico dado, como trabalhar os indícios ou traços que chegam desde o passado?”, ou seja, no que tange ao presente estudo, como se deu o processo formativo das mulheres, chefes de família, em sua luta por direitos sociais, residentes nos bairros do SHIS?

Assim, pretendeu utilizar-se de alguns recursos metodológicos da História Oral para reconstruir a memória da vida cotidiana de um grupo de mulheres que representam as lutas sociais nos bairros do SHIS em Anápolis. “O como fazer”, na História Oral, é um método de pesquisa que privilegia a realização de entrevistas com testemunhas de acontecimentos, visões do mundo, como forma de se aproximar do objeto de estudo. Com um “roteiro individual de entrevista”, considerando aspectos fundamentais a serem registradas, como a história de vida meio às “conjunturas sociais e históricas em ordem cronológica”. Teve como função a orientação dos “pesquisadores no momento da entrevista; é um roteiro aberto e flexível, que não deve ser seguido à

uma tarefa que poderia ser resolvida com facilidade em pleno século XXI. Restando ao marido da pesquisadora, o papel de colher a assinatura para que a pesquisa desse andamento.

risca e naquela ordem, não havendo sequer perguntas prontas a serem formuladas” (ALBERTI, 2004, p. 94).

Segundo Thompson (1992), “Toda fonte histórica derivada da percepção humana é subjetiva, mas apenas a fonte oral permite-nos desafiar essa subjetividade: deslocar as camadas de memória, cavar fundo em suas sombras, nas expectativas de atingir a verdade oculta” (p. 197). Nesses espaços, as mulheres vivenciam dimensões de troca de saberes nas suas relações familiares, religiosas e comunitárias.

Uma das dimensões formativas dos saberes que perpassam a luta pela sobrevivência, é a educação (in/não) formal. “Todas as coisas se fazem por representação, não existe consciência de classe sem visão do mundo, da cultura, sem a elaboração de uma simbologia” (PERROT, 2017, p. 81).

O espaço social condiciona essas agentes à territorialidade na qual se inserem, quando nas relações concretas que estabelecem em seu cotidiano espacialmente localizado. O lugar, a casa, a territorialidade sinalizam os limites das relações sociais em suas práticas reprodutivas e simbólicas. Pois, segundo Perrot (2017, p. 101), “os proletariados atribuem mais valor à moradia do que na [à] cidade”.

A importância do lugar na constituição social e no simbólico dos agentes é destacada por Bourdieu (2001) em sua obra *A miséria do mundo*, onde sugere ao pesquisador o método de “ir ver” os conjuntos habitacionais chamados pela mídia de “subúrbios com problemas” em suas entrevistas com moradores dos conjuntos habitacionais no subúrbio de Paris (BURDIEU, 2001, p. 159). Assim como os agentes, da mesma forma que as coisas, ocupam um espaço, localizam-se em um lugar, seja como localização ou relação, posição ou graduação de uma ordem. O lugar que se ocupa é definido como extensão, a superfície, o volume ocupado, sua dimensão. E ainda com o mesmo autor, fundamenta-se as relações de poder presentes na sociedade em sua obra *A dominação Masculina*, onde enfatiza os limites de atuação da mulher em seu espaço vivencial (BOURDIEU, 2012). No mesmo livro, o autor propõe a leitura de *Um teto todo seu*, de Virgínia Woolf (1984), em defesa da moradia, do recurso econômico e da educação para mulheres.

Nesse sentido, no presente estudo, o espaço social exprime as relações de poder e as distâncias sociais de uma determinada sociedade. A distribuição dos agentes nos espaços sociais é medida pela posse da moradia, que, antes de tudo, tiveram que comprovar a existência de sua prole para efetivar o cadastro no Programa

de Habitação de Interesse Social (PHIS), que deu acesso ao sorteio da casa ou Unidade Habitacional (UH).

Nessa construção teórica, busca-se compreender o processo formativo das mulheres chefes de família em seus espaços vivenciais, em meio às lutas por direitos sociais, muito aquém da perspectiva burguesa. De acordo com Perrot (2017), a “família como uma das primeiras e mais vivas formas de sociabilidade popular, não é uma invenção burguesa (PERROT, 2017, p. 113). Para a chefe de família, o motivo de lutar envolve direitos básicos como a manutenção da prole, a busca por dignidade humana no âmbito familiar e o acesso aos serviços públicos da cidade. Pois essa população vive a chamada “privatização dos espaços [onde] se servem muito mais da moradia, sem tempo de ir à cidade (PERROT, 2017, p. 101).

De acordo com Arendt (2001a, p. 39), “o que impediu que a *polis* violasse os limites da vida privada dos cidadãos e a fez como sagrados os limites que cercavam cada propriedade não foi o respeito pela propriedade privada, mas ser dono da casa”. Dessa forma, o espaço social se traduz no espaço físico, pois a relação da agente com o espaço se dá de acordo com a posse do capital moradia e a família que se detém. Mesmo o acesso aos bens públicos e privados, em determinado espaço, dá-se em conjunto ao capital que se detém.

Para as chefes de família, o bairro não é apenas um lugar funcional de residência, ou socialização, mas principalmente espaços de interações afetivas e simbólicas, carregadas de sentidos. Viver no bairro, e no caso específico desta pesquisa, viver no SHIS, implica compartilhar os problemas relacionados com a ausência de equipamentos básicos de infraestrutura e de serviço público. É conviver com a lógica perversa da cidade que segrega nos bairros distantes, impondo limites de deslocamentos, reforça a existência de uma cidade *partida* além das restrições sociais, em particular ao feminino, em suas demandas e contingências. Mas é também desfrutar do processo educativo que ocorre no centro dos movimentos por cidadania, seja por meio das reuniões da associação de moradores, seja por meio das rodas de conversa das comunidades de base ou da sociedade amiga do bairro, que é por si uma comunidade de caráter feminino, mediante sua origem política.

A condição feminina é recoberta por uma pluralidade de situações. Sendo ainda chefes de família, fazem percurso entre escola, creche, trabalho, postos de saúde, supermercado, igreja, dentre outros. Orientadas pelos elementos materiais e imateriais,

códigos, símbolos, sistema de representação social, demonstram, em seu modo de vida, expressões culturais de agrupamento diversos. Reproduzem e sintetizam culturas repassadas pela forma de acesso aos bens sociais, por *habitus* e estilo de vida, vivências familiares ou grupais.

Partindo dessa perspectiva, considera-se necessário investigar a luta dessas mulheres em relação à sua limitação espacial, sua história construída em uma sociedade andrógena, sexista e patriarcal. O que correspondente à trajetória formativa pela emancipação feminina, não de forma biográfica, mas os sentidos atribuídos a alguma coisa. Discorridos com elementos presentes em sua memória, que elucidam a sua cultura de sobrevivência, que muitas vezes, nem durante a sua infância, tiveram a oportunidade de adentrarem à escola, espaços de educação formal, e, na compreensão de que a escola não adentrou efetivamente nos bairros do SHIS, mas a educação ocorre ao seu modo, sem muros, sem cercas, com regras próprias que empoderam e busca a emancipação.

Compreende-se que o direito à moradia nas sociedades modernas se constitui como parte central do próprio direito à cidade. Lefebvre (2001), em *O direito à cidade*, defende que todos deveriam ter acesso à vida urbana como representação do espaço vivido, percebido, imaginado e concebido como parte da vida cotidiana. O direito à cidade vai além da liberdade do indivíduo de acessar os recursos urbanos, mas mudar a si mesmos ao mudar a cidade. É uma práxis que tem o espaço como conteúdo e o tempo realizando como sócio-espaço-temporal, um projeto real, simultâneo ao sentido e a possibilidade um projeto utópico: transpor o processo de transformação da cidade industrial à sociedade urbana, com a inflexão da cidade agrária para uma sociedade humana. O objetivo é a aplicação do conhecimento na busca por mudar vidas, estudando a vida cotidiana. De modo que as ciências não se separam da estratégia política, ainda que distinta, deve-se pensar a estratégia do saber. “Na direção para a prática do direito: o direito à cidade, isto é, a vida urbana, a condição de um humanismo de uma democracia renovados” (LEFEBVRE, 2001, p. 7).

A proposta do autor seria romper os sistemas não para substituí-los por um outro sistema, mas para abrir o pensamento e a ação na direção de possibilidades que mostrem novos horizontes e caminhos. A cidade é obra que direciona ao dinheiro, das trocas e dos produtos, de modo que “três termos se distinguem: a sociedade, o Estado, a cidade” (LEFEBVRE, 2001, p. 12). No sistema urbano, cada cidade tende a se

constituir em um sistema fechado, acabado, conservando um caráter orgânico de comunidade que lhe vem da aldeia e que traduz a organização corporativa. Mas nada impede as lutas de classe na vida comunitária. Os violentos contrastes entre oprimidos e opressores não impedem o apego à cidade, nem a contribuição ativa à beleza da obra. As lutas por cidadania, entre diferentes classes sociais, reforçam o sentimento de pertencimento ao espaço social.

O direito à cidade, aos espaços urbanos e, conseqüentemente, à cidadania se constituem como fundamentos de uma sociedade democrática. Como tal, a educação se faz essencial na construção e garantia de tais direitos. De acordo Spósito (2010), a luta das mulheres pelo direito à Educação no Brasil caminha com a história centenária da industrialização no país, quando importantes segmentos da sociedade reivindicaram o acesso da população à educação escolar, dando início à construção de um modelo educacional distante da realidade do povo, em detrimento ao desenvolvimento humano e social da maioria da população.

A necessidade de modernizar o país era também a de preparar o povo para novas demandas do campo político, econômico e sociocultural, sendo que a educação escolar formaria cidadãos cumpridores do papel cívico. Na década de 1950, os movimentos populares urbanos propuseram demandas educacionais significativas, levando, por meio de lutas de vários bairros, maiores possibilidades de acesso à educação escolar para setores desprivilegiados da população.

No entanto, os problemas relativos ao acesso à educação pública se mantiveram sem solução e a maioria da população apenas conquistou o direito de entrar numa escola seguidos pela exclusão. Os anos de 1980 foram marcados por articular as organizações populares e retomar as lutas pela ampliação dos direitos educacionais, como a expansão do ensino de médio e o ensino supletivo público para as populações dos bairros mais distantes. É preciso conquistar “o direito de voltar ao estudo às populações excluídas da escola pública” (SPÓSITO, 2010, p. 105).

O acesso ao direito à cidade é também o acesso à cultura e à educação pelos setores populares. A demanda por saberes que compreendessem e resolvessem os problemas enfrentados no cotidiano das populações suburbanas, a inserção no mercado de trabalho, principal motivo da desilusão com as lutas por direitos sociais.

Assim, o meu interesse por investigar tal problemática se deu, a partir de minha trajetória profissional/intelectual, o que se destacou em alguns momentos. Primeiro pela

experiência migratória dentro do Estado de Goiás. Sou de origem rural, vim para Anápolis cursar Licenciatura em História (1996-2000), movida por desejo de compreender o modelo social no qual estava inserida, considerando aspectos da construção histórica, sociais, econômica, política e cultural, condicionadas ao processo educativo em sua vivência. No segundo momento, atuei na rede pública de ensino, como professora dentre alunos moradores de bairros da periferia e em situação de vulnerabilidade social, juntamente com suas famílias. Muitos evadiram da escola por motivos relacionados aos dramas familiares.

Outro momento, foi seguido de minha trajetória formativa e a minha atuação profissional em Psicologia (2008-2013), na Clínica Escola, sempre que me deparava com pessoas que moravam nessa região, mães e seus filhos. Outra oportunidade de contato com moradores, como colegas de estudo no Curso de Direito (2016-2020), que, por meio da educação, alcançaram sucesso social, econômico e cultural. No entanto, foi durante o mestrado (2014-2016) que conheci o chamado 'ir ver aos conjuntos habitacionais' bourdieusiano; conhecer o campo de pesquisa, onde se desenvolve um projeto de extensão de inclusão ao sistema de redes digitais de informações junto à comunidade local, permitiu questionamentos acerca da qualidade de vida dessa população e o tema da dissertação: *Percepção da qualidade de vida de mulheres contempladas com o programa de moradia de interesse social em Anápolis, Goiás, Brasil*, cujo objetivo era avaliar a qualidade de vida das mulheres chefes de família dos bairros do SHIS. No entanto, novas demandas foram surgindo, em meio às rodas de conversa, os anseios e necessidades eram apresentadas. Nesse instante, novos problemas surgiram e a questão do papel da Educação precisava ser investigada com maior tempo para ouvir os relatos dessas agentes, o que me conduziu ao ingresso no Doutorado em Educação.

Da investigação realizada, o resultado exposto em quatro capítulos nesta tese. No primeiro, discute-se a posse do imóvel como fator de empoderamento e inserção nos chamados direitos à cidade, considerando o resgate histórico do direito da mulher de ter propriedade e acesso à Educação, critério para emancipação política, conquistas do século XVII e XIX, sendo que a participação feminina nos movimentos sociais como determinante na luta por acesso aos direitos sociais e a cidadania. Sob uma perspectiva social e histórica do conceito, em âmbito do global, de Empoderamento e emancipação, considerando autores como Rowlands (1997), que atuou na América Latina, com

projetos de empoderamento feminino em comunidades. E, na luta por direitos políticos às mulheres, sobre poder e emancipação feminina, bem como seu oposicionismo ao feminismo, em favor dos direitos humanos e do poder político para a emancipação, em Arendt (2001).

O segundo capítulo propõe-se a discutir sobre o termo Habitação de Interesse Social, que tem sua origem em Portugal (1881-1972), compõe uma história de políticas públicas sociais, enquanto no Brasil o termo aparece na Legislação de 2003, na esfera de políticas públicas por habitação. E ainda a História de Anápolis e alguns fatores sociais, econômicos e políticos relacionados ao déficit habitacional na região.

Tal como apontado por Engels (1845), no famoso caso inglês da cidade industrial de Manchester, repercutindo em Anápolis, que na década de 1950, ficou conhecida como a “Manchester goiana”, devido a onda de crescimento econômico e industrialização movidos pela ferrovia, e por sua localização geográfica, base para construção das capitais estadual e federal, com grande migração operária. Na contextualização, tem-se o plano de desenvolvimento nacional propagado por Vargas e consumado no governo Dilma Rousseff (2011-2016).

O terceiro capítulo apresenta os resultados da pesquisa empírica, identificando as agentes participantes, o seu perfil socioeconômico, sua associação de bairro, espaços de formação e a relação estabelecida pela cidade através do bairro onde articulam, desenvolvem a socialização e as chamadas redes de apoio. Apresenta-se os bairros, os modelos de conjuntos habitacionais conforme descrito por Bourdieu (2001), ou pavilhões, como descritos por Lefebvre (2001). No capítulo apresenta-se o perfil sociocultural das participantes, em primeiro lugar foi levantado o perfil socioeconômico; depois, as narrativas de suas lutas e dramas vivenciados até o empoderamento pela casa própria.

No quarto capítulo, a análise é construída com base na metodologia de Bardin (2001), considerando cinco categorias de análises presente nos depoimentos das participantes, a saber: Processo Formativo; a Luta por moradia; Aspectos da vida familiar; o Processo de Integração à realidade urbana e aspectos relevantes aos valores morais. Os sentimentos atribuídos à educação escolar, pelas agentes, favorecem na compreensão como essa instituição, enquanto campo simbólico, influencia ou não a maneira de desenvolver o processo democrático, suas lutas, o empoderamento e a emancipação feminina. Se, por um lado, essas agentes não tiveram a oportunidade de

refletir suas ações por meio de uma Educação formal ao longo de sua trajetória de vida, elas se construíram como líderes e mediaram o acesso aos direitos sociais de suas iguais, enfrentando suas realidades cotidianas, materiais e simbólicas. Por outro lado, demonstraram que o espaço educativo pode ser informal, ocorrendo o processo educativo em meio às rodas de conversa e demandas do grupo, em meio à necessidade de melhoria na alimentação, buscando alternativas fecundas do canteiro comunitário de verduras, onde todos participam e se fazem conhecer como pertencentes ao grupo, aprendendo e ensinando de modo conjunto um saber que atende a uma necessidade real. Ou ainda, na luta por escolas, creches e transporte escolar para os filhos, por meio de abaixo-assinado, onde todos participam juntos por uma solução coletiva.

Por fim, as considerações finais, onde é sintetizado os momentos do estudo no que diz respeito à trajetória formativa das participantes e o empoderamento por meio da aquisição da casa própria, considerando o espaço ocupado pelas agentes e a demanda pela Educação popular como elemento de emancipação e liberdade para ação política. Pode-se aferir que, desde a problemática, a pesquisa envolve questões relativas à trajetória formativa educativa, que, sim, empodera as agentes da pesquisa, as mulheres chefes de família, que perpassa por sua história de luta, à memória desse grupo de mulheres, desde a trajetória educacional e à sua interrelação com a política de emancipação feminina.

A categoria empoderamento é compreendida como algo que permite ao indivíduo agir, buscar o acesso às condições institucionais, necessários para construção social e para que possam exercer sua capacidade de fazer para si e para sua comunidade, não apenas na esfera individual, como também na esfera coletiva, cooperativa da convivência natural da sociedade. Assim, percebe-se uma falha na atuação das instituições que mediaram ao longo das trajetórias de vida das agentes, desde sua infância, até a atualidade, deixando de cumprir o papel de dar acesso ao direito à cidade e as políticas públicas direcionadas a essa população, conforme constatado e analisado nesta tese.

CAPÍTULO I

O EMPODERAMENTO E A EMANCIPAÇÃO EM SEU SENTIDO HISTÓRICO E SOCIOLOGICO

O presente capítulo aborda os conceitos de empoderamento e emancipação e sentido histórico e sociológico e sua relação com o direito à cidade. O objetivo é analisar as diferenças significativas dos dois conceitos, de acordo com a perspectiva adotada e, ainda, o sentido das práticas cotidianas como elemento preponderante no empoderamento de grupos e na emancipação feminina, que será utilizado como categoria de análise dos sujeitos da pesquisa nos capítulos III e IV do presente estudo.

Caracteriza-se como capítulo teórico, no qual não serão desenvolvidos recortes temporais e espaciais, bem como não se apresentará evidências empíricas da pesquisa, o que será tratado em outro momento específico. Assim, o presente capítulo versa sobre alguns aspectos de construção histórica que movimentaram a dinâmica social, ocasionando mudanças no modo como se constitui o sujeito histórico e sua coletividade, no que se refere ao constructo empoderamento e emancipação feminina, em âmbito global, a partir das garantias do direito à cidadania e dos direitos sociais. O que ocorreu em processo lutas dos chamados velhos movimentos sociais.

Apresenta-se o conceito de empoderamento ou *empowerment*, a partir de uma exposição do radical 'poder' em uma abordagem cultural e, em seguida, a compreensão do empoderamento em seu aspecto histórico e ideológico, até chegar no ser e sua construção ontológica de poder e tomada para si, o empoderamento em sua aplicação prática, apontado no trabalho da geógrafa Rowland (1997), na América Latina. Em seguida, pretende-se desenvolver a mesma propositura com o conceito de emancipação. Ressalta-se, ainda, o pensamento das pioneiras do movimento de libertação feminina e reivindicação dos direitos das mulheres, bem como o paradoxo de poder em sua função de sujeição e dominação em Hannah Arendt (1906-1975).

De acordo como Lefebvre (2001, p. 134): "O direito à cidade se manifesta como forma superior dos direitos: direito à liberdade, à individualização na sociedade, ao habitat e ao habitat". Como também o direito à *obra* (à atividade participante) e o direito à *apropriação* (bem distinto do direito à propriedade) estão inclusos nesse direito. O autor discorria sua teoria nos anos de 1968, um longo processo de conquistas já havia alcançadas, inclusive por mulheres, pois antes do século XIX não seria possível

reinvindicar direito à liberdade ou à propriedade por parte das mulheres. Essas conquistas foram alcançadas em palco de luta, o que hoje é chamado de garantias jurídicas, como empoderamento político feminino.

Desse modo, parte-se da perspectiva etimológica da palavra empoderar, que significa, segundo o Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa (MICHAELIS, 2020), investir-se de poder, a fim de promover ações que possam provocar mudanças positivas no grupo social. Relaciona-se ao direito de deliberar, mandar, exercer autoridade, soberania, domínio. O radical 'poder' deriva do latim *possum, potúi*, significado atribuído a posse, capacidade, derivando para senhor [a] possuidor_[a]. Na linguagem popular, o *potere* significa, entre outras coisas, possibilidade, força física, influência, valimento e governo; disposição natural ou adquirida para exercer uma atividade; quantidade superior ao necessário. Por fim, autocontrole, poder sobre si mesmo que é a emancipação tão sonhada pelas revolucionárias ao longo do processo de lutas históricas.

A relevância de alguns pensadores nessa reflexão cultural em busca do empoderamento e emancipação feminina está em permitir uma mudança de paradigmas no modo de se pensar, relacionar hábitos e compreender o modo de vida das pessoas comuns, como exemplo nesse estudo, que remete à finalidade dessa pesquisa: o empoderamento e a emancipação na formação de mulheres que lideram nos bairros de interesse social. A saber, o empoderamento e a emancipação de mulheres não poderiam ser desassociados de elementos centralizadores do poder cultural que promoveu a sujeição feminina ao longo dos séculos.

1.1 Empoderamento: primeiras aproximações conceituais

A história do conceito de empoderamento data do século XVI. Emergiu com o Protestantismo de Martinho Lutero (1483-1546), com um movimento de luta por justiça e empoderamento dos mais humildes, oferecendo-lhes informações livre de interpretação e tradução da Bíblia para o alemão. A conotação emancipatória feminina foi adquirida com os movimentos civis da metade do século XX, e conectou-se à noção de construção da autoestima dos agentes integrados aos grupos sociais.

Nos Estados Unidos, em 1970, o movimento acarretou propósito de lutas por direitos civis, incluindo o movimento negro, destacado na figura de Martin Luther King Junior (1929-1968), que lutou por cidadania plena norte-americana e foi prêmio Nobel

em 1964, por combater o racismo de modo não-violento. Parte de seu discurso foi incorporado ao movimento feminino que ansiava por mudanças nos processos e estruturas.

O empoderamento feminino apresentou avanços significativos após séculos de lutas sociais. Desde as lutas feministas da primeira onda, por ocasião das demandas da Modernidade pela burguesia, com a Declaração dos Direitos do Homem (1789), durante a Revolução Francesa (1789-1799) e a Independência Norte Americana (1777), até o reconhecimento oficial por organismos internacionais como a ONU (1951), de que os direitos da mulher são direitos humanos, reconhecimento da cidadania no âmbito global. No entanto, ainda não se concretizou para muitas famílias pobres que têm a mulher como chefe de família.

Desde 1946, com a Comissão de Direitos Humanos, estabelecia a Comissão sobre *Status da Mulher (Commission on the Status of Women – CSW)*. Em 1952, foi criada a *Convenção dos Direitos Políticos das Mulheres* e, em 1957, a *Convenção da Nacionalidade das Mulheres Casadas*, possibilitando maior visibilidade das questões tidas como domésticas e privadas para um debate tanto internacional/nacional como pública/privada, masculino/feminino, evoluindo a percepção de aspectos referentes à diversidade social e cultural dos povos.

De acordo com Ana Laura Lobato Pinheiro (2019), em *Direitos Humanos das Mulheres*, as dimensões abordadas envolviam desde aspectos da violência contra a mulher como a ausência de espaços de tomada de decisões e representação política, alcançando a *Declaração sobre a Eliminação de Todas as Discriminações contra a Mulher*, em 1967, e a *Conferência Mundial das Mulheres*, que aconteceu no México em 1975. Até a *Década das Mulheres (1976-1985)*, com conferências mundiais em Copenhague (1980) e Nairóbi (1985), movimentos que seguiram, nas décadas de 1980 e 1990, com maior participação de mulheres negras pelo direito das mulheres e a luta contra o racismo.

A Conferência Mundial da Mulher, em Pequim (1995), promoveu debates sobre diferentes dimensões sociais, favorecendo uma participação feminina efetiva e plural (igualdade, desenvolvimento e paz), propondo o empoderamento das mulheres a partir dos direitos humanos.

Ao final da chamada Guerra Fria, o conjunto de monitoramento e avaliação das políticas públicas, o controle social e a participação política se desenvolveram em

países distintos sob escopos e desenhos políticos-institucionais. Alcançando na atualidade a formulação de propostas com base no *Consenso de Montevideu* (2013), que reiterou as questões de gênero, raça e a revisão da *Plataforma do Cairo* (1993), no âmbito da *Igualdade de gênero e empoderamento das mulheres*, em Nova Iorque (2015).

No Brasil, o acesso à cidadania, mediante o sufrágio universal, que incluía a mulher no direito de votar e ser votada, ocorreu durante a Era Vargas (1930-1945), quando as mulheres tiveram acesso ao voto eleitoral (1934). Na atualidade, esse direito alcançado está registrado no artigo 14, I, II e III da Constituição Federal, de 1988, que diz: “a soberania popular exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos, e, nos termos da lei, mediante: plebiscito; referendo, iniciativa popular” (BRASIL, 1988). Na mesma Carta, está prevista a ação de institucionalizar conselhos em âmbito municipal, com participação do Poder Público, estabelecer espaços democráticos para deliberação e tomadas de decisões participativas, um modelo de empoderar a sociedade, com a participação efetiva também feita por mulheres. Os trabalhos da Assembleia Constituinte (1934-1935), contou com Carlota Pereira de Queirós (1892-1982), pedagoga, médica e primeira mulher brasileira eleita deputada federal no Brasil, e abriu caminho para muitas outras representatividades femininas.

A partir do ano 2000, o tema do empoderamento feminino e igualdade de gênero retornou aos campos de debates dos instrumentos organizados pela ONU, para ser cumprido até 2015, e, por fim, o tema faz parte da agenda de 2030. Um fenômeno que tem sido discutido em pelo menos quatro enfoques de pesquisa em feminismo: o liberal, o marxista, o cultural e o radical.

De acordo com Rosa (2018), para os liberais, a desvantagem das mulheres é devido à falta de oportunidade no mercado de trabalho. A marginalidade feminina é pensada como consequência das dimensões econômicas das estruturas de poder, sobrecarregadas com afazeres domésticos, que continuam como sua responsabilidade. No entanto, esse pensamento, questiona-se a igualdade sem questionar as estruturas institucionais do capitalismo. Já para o pensamento socialista, o feminismo é visto se contrapondo às fontes da discriminação de gênero na divisão do trabalho produtivo e do trabalho reprodutivo. A construção histórica da esfera privada manteve a mulher cativa, cuidando dos afazeres domésticos e da prole.

Como resposta para esse problema, seria o fim das desigualdades de classes, raça, origem e o alcance da emancipação feminina de modo consciente e com o acesso aos direitos sociais.

Rosa (2018) aponta que os que defendem a perspectiva cultural, a identidade e a disparidade, são originados na formação cultural do indivíduo. A lógica da organização social é sexista e a mulher se submeteu a esse modelo, no qual os aspectos que consideram a economia dos cuidados, as relações e a responsabilidade são vistas como características femininas. Ao homem a vida pública, o mercado de trabalho, a autonomia, a independência e a individualidade. A alternativa seria o reconhecimento de homens e mulheres, sujeitos com múltiplas identidades em busca de mudança. Enquanto o feminismo radical foca nos parâmetros masculinos de dominação de gênero, na sociedade, onde as mulheres foram educadas para satisfazê-los, ser submissas, privilegiar as relações e cuidar dos outros, sem tempo para participar das decisões políticas da comunidade em políticas sociais.

1.1.1 Empoderamento e cidadania

Para Gohn (2004), em *O empoderamento e a participação da comunidade em políticas sociais*, a categoria *empowerment* ou empoderamento como tem sido traduzida no Brasil, não teria caráter universal. Podendo, assim, ser redefinido como processo de mobilizações e práticas destinadas a promover e impulsionar grupos e comunidades. A autonomia com melhoria gradual e progressiva de suas vidas, refere-se, ainda, a ações com finalidade de promover a integração dos excluídos, carentes e demandatários de bens elementares à sobrevivência, serviços públicos, atenção pessoal, dentre outros direitos. Em espaços públicos denominados não estatal, de modo autodeterminado, formado pelos conselhos, que têm suas origens nos movimentos sociais organizados pelas associações de moradores, em um misto de democracia, autonomia e comunidade cívica. O conceito de cidadania estava ligado à luta por redemocratização que levaram ao movimento de *Diretas já*, à Constituinte e à nova Constituição Brasileira (1988), que está diretamente vinculada ao poder político do povo (GOHN, 2004).

A autora defende que a participação da sociedade civil em esferas públicas está relacionada à forma de organização, às possibilidades e às tendências dessa

participação, na relação sociedade/estado, destacando o espaço do conselho e das associações de bairros, como espaços democráticos de empoderamento social, inclusive de mulheres na liderança. Neles, essas pessoas podem exercer seu protagonismo civil nas políticas sociais. Esse modelo institucionalizado não visa substituir o Estado, mas lutar para alcançar a materialização de direitos sociais, propiciar educação, saúde e demais serviços com qualidade para todos.

Por definição, o empoderamento refere-se a processos que promovem o desenvolvimento de autossustento, mediados por agentes externos, os chamados novos educadores sociais, que são atores fundamentais na organização e desenvolvimento dos projetos. O significado de *empowerment* é descrito por Gohn (2004) como:

O *empowerment* não tem caráter universal, podendo estar ligado à processo de mobilizações e práticas destinadas a promover e impulsionar grupos e comunidades – no sentido de crescimento e autonomia, melhora gradual e progressiva de suas vidas (material e como seres humanos dotados de uma visão crítica da realidade social), como poderá referir-se a ações destinadas a promover simplesmente a pura integração dos excluídos, carentes e desamparados de bens elementares à sobrevivência, serviços públicos, atenção pessoal etc., em sistemas precários, que não contribuem para organizá-los – porque os atendem individualmente, numa ciranda interminável de projetos de ações sociais e assistenciais (GOHN, 2004, p. 23).

Gohn (2004) enumera pressupostos gerais sobre a participação para uma sociedade democrática, dentre eles, é imprescindível a participação dos indivíduos e grupos sociais organizados, a partir de processo de mudanças no micro. O micro refere-se ao plano local, onde se constitui o poder da comunidade, pela experiência, que é a fonte do verdadeiro capital social e da solidariedade como valor humano, coesão social, forças emancipatórias, fonte para mudanças e transformações.

É no espaço social local que estão as instituições importantes no cotidiano de vida da população (escolas, postos de saúde, igrejas etc.). Esse poder local de uma comunidade não existe *a priori*, tem que ser organizado por meio do respeito à cultura e a diversidade local, criar laços e identidades socioculturais e políticas. Deve-se entender o conceito de comunidade cívica, materializado no espírito público com os cidadãos, com relações igualitárias, pautadas na colaboração e confiança para que o empreendimento promova o empoderamento social.

A ampliação dessa compreensão envolve conceitos de “cidadania ativa” (ARENDR, 2001a), mediações e intermediações, justiça, liberdade, igualdade,

respeito às diferenças, numa conexão entre indivíduos, redes sociais e as normas de reciprocidade e lealdade que nascem deles. Também se deve considerar a memória, que nutre sonhos, esperanças, utopias e ilusões, no entanto, provenientes de uma experiência coletiva de solidariedade, que gera identidade, meio as contradições.

Assim, em meio aos avanços dos direitos das mulheres, a participação feminina tem sido imprescindível para definir as pautas de prioridades de políticas públicas, bem como a implementação destas de modo direto e efetivo nas comunidades. O *empoderamento* não basta se constituir em um conceito da moda dos institutos internacionais. Ele tem que ocorrer de fato, onde mais se precisa, onde a necessidade humana é a verdadeira causa motivacional das lutas por dignidade da pessoa humana. Ainda no macro, a relevância das lutas femininas, enquanto sujeito político, na arena de disputas globais, tem sido determinante nas questões de direitos humanos e na promoção do desenvolvimento e da paz.

1.2 O empoderamento feminino na América Latina em Rowlands (1997)

O tema empoderamento social está diretamente relacionado à conquista da autonomia e à liberdade dos agentes. É estudado pelo *Information Technology Research and Application Center – UK* (ITRAC), que monitora e avalia o nível de empoderamento em grupos humanos, elencando métodos e instrumentos. Buscam saber como grupos marginalizados, desprovidos de poder ou em desvantagens, estão ganhando poder ou se estão mais habilitados para enfrentarem e lidarem com aspectos para seu desenvolvimento. De acordo com Oakley e Clayton (2003), em sua publicação *Monitoramento e Avaliação do Empoderamento*, o conceito de empoderamento está diretamente ligado ao de desenvolvimento, reorganização da sociedade e da pós-modernidade, com amostragens de países em desenvolvimento, demonstrando as iniquidades e desequilíbrios, a marginalização e opressão, para explicar a pobreza de milhões de pessoas.

A partir de 1970, surgem os primeiros trabalhos analíticos do conceito de poder, na chamada cultura do silêncio, caracterizada pela dependência e marginalidade dos carentes de poder. Na década de 1980, a escola de desenvolvimento alternativo amplia o conceito de empoderamento, considerando o poder ligado às estruturas do Estado que regula a vida das pessoas e controle social. Esse, poderia oferecer uma

perspectiva de rompimento com o ciclo da pobreza endêmica em grande parte do mundo. Entre 1980 e 1990, a Antropologia contribuiu para adequar as expectativas de desenvolvimento estratégicos de diversos atores, desde as Organizações Comunitárias de Base até o Banco Mundial, tornando o termo corriqueiro e intangível. Destaca-se a oposição entre o poder e a ausência dele, que envolve questões de gênero, o poder do homem sobre a mulher.

Consoante Oakley e Clayton (2003), o poder no contexto de desenvolvimento de comunidades, ressalta o sentido de transformação radical e confrontação da dinâmica crucial das mudanças sociais, que depende da aplicação dos padrões de mudanças existentes.

Importante citar também Paulo Freire (1921-1997), pois ele é reconhecido por promover a conscientização e a 'faculdade crítica' entre os marginalizados e oprimidos. É o poder de 'fazer' e de 'ser capaz', de sentir-se com mais capacidade e no controle das situações. Trata-se do reconhecimento das capacidades dos grupos para agir e desempenhar um papel ativo nas iniciativas. Implica superar décadas de aceitação passiva e fortalecer as habilidades de grupos marginalizados para se envolverem como atores legítimos no desenvolvimento. Importa destacar que o poder em essência é a base da riqueza, enquanto o inverso direto é a pobreza, e, as categorias (em/desem) poderadas são fundamentais para a compreensão da dinâmica do processo de desenvolvimento. O poder como um bem de propriedade do Estado ou da classe dominante, para manter o controle, a autoridade e a legitimidade.

Como exemplo do trabalho de empoderamento de mulheres em comunidades latino-americanas, a geógrafa inglesa, Jo Rowlands, conhecida por seus artigos sobre a temática nas áreas da psicologia, da saúde, da educação e economia, defendeu sua dissertação de mestrado com o desenvolvimento de um projeto de empoderamento de mulheres em Honduras, publicado no livro *Poder e Empoderamiento* (1997), compilado pela socióloga colombiana Magdalena León e Carmen Deere. O livro de León constitui-se uma coletânea de artigos, resultado de ações apresentadas as agências de mulheres na América Latina, África e Ásia. De acordo com Rowlands (1997), o empoderamento feminino está relacionado ao contexto histórico e social em que o agente está inserido. Tem o significado de libertação e emancipação de valores e padrões historicamente estabelecidos pela sociedade patriarcal, termo que tem caráter polissêmico e complexo.

Para León (1997, p. 7), há uma generalização do uso do termo empoderamento, perdendo o seu significado:

Se debe, en parte, al debate teórico que lo há llenado de significado, pero sobre todo a su pertinência para las experiencias prácticas de las mujeres, principalmente a nivel de base, y por tanto a su uso em los escritos y consignas de grupos en su trabajo de militancia. Sin embargo, hay ambivalências, contradicciones y paradojas em la utilización de este concepto; como lo señala Batriwala, al tiempo que se ha proyectado la agudeza de su perspectiva, se hay diluido su significado (LEÓN, 2001, p. 7).

A autora, destaca a multidisciplinariedade como pluralidade metodológica no processo de empoderamento de mulheres, conforme descrito em seu trabalho intitulado *El empoderamiento de las mujeres: encuentro del primer y tercer mundos em los estudios de género*:

En el campo de los estudios de género el empoderamiento es tal vez la herramienta analítica más importante que recoge diferentes preocupaciones en cuanto al impacto del desarrollo sobre las mujeres, y que compromete avances teóricos y metodológicos de diferentes disciplinas como la psicología, la antropología, la ciencia política, la sociología, la educación, el derecho y la economía (LEÓN, 2001, p. 94).

Ao relacioná-lo a interesses dos despossuídos de poder, o termo se torna uma expressão de uma troca de desejo, sem abandonar as especificidades, a que troca implica dizer sem precisar de seu significado. Embora, historicamente, o empoderamento esteja associado a formas alternativas de se trabalhar as realidades sociais, com suporte mútuo, formas cooperativas e democráticas de participação, autogestão e autonomia dos movimentos sociais, essa ferramenta tem sido usada por desenvolvimentistas sociais, com apropriação indevida do termo por neoliberais, constituindo agenda de vários bancos de desenvolvimento como o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional e a ONU.

O que para León (1997) representa:

El concepto se usa como sustituto de integración, participación, autonomía, identidad, desarrollo y planeación [...], y no siempre referido a su origen emancipador. Lo usan los agentes sociales tan disímiles como los organismos internacionales, los agentes del Estado, los fundamentalistas, los patronos y los empresarios, los educadores de variadas tendencias, los grupos de desarrollo comunitario del Norte y del Sur, los activistas sociales, los grupos alternativos y las mujeres en sus varias posiciones dentro del movimiento (LEÓN, 1997 p. 8).

De acordo com essa autora, a ideia de poder tem sua importância adquirida

para os movimentos sociais e para a teoria das ciências sociais, pois o poder condiciona a experiência da mulher, seja na forma de opressão, com abuso de poder, ou como fonte de emancipação, que é o autocontrole da própria vida e de mudanças no seu grupo social. O empoderamento é base para gerar visões alternativas por parte da mulher, tornando realidade as mudanças nos espaços democráticos e participativos e na organização de mulheres.

Rowlands (1997), em *O empoderamento das mulheres em Honduras*, distingue quatro tipos de poderes: 'poder sobre', 'poder para', 'poder com' e poder 'dentre' ou 'entre' (conforme sentido da tradução), para examinar tanto o contexto no qual as mulheres 'desempoderadas' buscam ganhar maior reconhecimento, como para examinar a natureza crítica do desenvolvimento do poder interno, a ser conquistado pelas mulheres pobres, se estas se organizarem e desafiarem as estruturas existentes.

O poder 'sobre': "[...] *consiste en la habilidad de una persona o grupo de hacer que otra persona o grupo haga algo en contra de sus deseos*" (ROWLANDS, 1997. p. 218). Logo, não possui caráter de mudança, sendo um poder negativo que promove o aumento do poder de alguém, em detrimento da perda de poder de outro (a/s). Quanto aos poderes 'para', poder 'com' e poder 'dentre', estes são designados como positivos ao possibilitar a um indivíduo aumentar seu poder, aumentando o poder total disponível na sociedade:

El "poder para" como generativo o un poder productivo (algunas veces incorporando o manifestando formas de resistencia y/o manipulación), que crea nuevas posibilidades y acciones sin dominación; el "poder con", que multiplica poderes individuales; y el "poder desde dentro", que ofrece la base desde la cual construir (ROWLANDS, 1997. p. 221).

A junção dos três poderes positivos privilegia a capacidade do ser humano de expressão e ação, a capacidade de realização do ser, diferenciando-se do objetivo do poder sobre. Assim, o empoderamento pode se manifestar em três níveis, segundo Rowlands (1997), a desenvolver: 1) *Pessoal*: sentido de autoestima e capacidade; 2) *Relacional*: habilidade para negociar e influenciar na natureza das relações e decisões tomadas e 3) *Coletivo*: gerar um impacto maior, como a formação de uma cooperativa ou envolvimento com as estruturas políticas.

O empoderamento pessoal das mulheres que integram os círculos de estudo organizado por Rowlands (1997) proporcionou um aumento de sua autoestima e de

sua autoconfiança, como resultado de sua participação no programa. Revelaram a importância de adquirirem novas habilidades por meio do programa, tais como diagnosticar condições médicas comuns, nutrição infantil e tratá-las. Inserção no mercado de trabalho para as mulheres que participaram da equipe coordenadora, com oportunidade de participar de reuniões e cursos locais até fora do país, o que lhes permitiu ver mais além de sua posição tradicional dentro do lar.

De acordo com Rowlands (1997), nos resultados de sua pesquisa com mulheres em Honduras, o empoderamento nas relações destacou que sua relação com o marido e familiares modificou-se. Notaram mudanças como maior envolvimento na tomada de decisões relacionadas a assuntos monetários, maior liberdade de movimento nas comunidades, melhoria na forma em que são tratadas pelo marido, e, por sua parte, apresentando mais conscientes da necessidade de melhorar suas relações com os filhos.

No *empoderamento coletivo*, Rowlands (1997) ressalta que houve pouca evidência de que os círculos de estudo levaram a um empoderamento coletivo. Foram realizadas algumas atividades, mas não resultaram em maior habilidade dos grupos para se organizarem a satisfazer suas necessidades, ou obter maior acesso ao poder econômico, social ou político. Com evidência de um empoderamento coletivo na equipe coordenadora, que seguiram sem o apoio do voluntário americano, em trabalhos em redes, com outras organizações no país.

Vale ressaltar que no empoderamento de indivíduos, deve-se considerar as consequências do envolvimento dos pobres no desenvolvimento pessoal dos indivíduos, o aumento de sua autoconfiança e a experiência necessária para que possa expandir seus horizontes e não se conformar com sua própria sorte. A base dessa visão, encontrada no pensamento de Paulo Freire, deriva de ideias anteriores sobre a conscientização e o desenvolvimento da faculdade ou consciência crítica. De forma que empoderar-se compreende um processo muito difícil de se documentar e de comunicar, uma experiência individual de unir-se à ação para romper as barreiras.

Rowlands (1997) observou nas mulheres em Honduras os níveis do empoderamento (pessoal, relacional e coletivo) e as dimensões do empoderamento, que abordam aspectos psicológicos, culturais, sociais, econômicos, organizacional e político. Desse modo, a síntese das dimensões do empoderamento podem ser classificadas em:

- a) Dimensões psicológicas, aborda a identidade e autoimagem; criação de espaços; aquisição de conhecimentos; culturais; redefinição de normas e regras de gênero; recriação de práticas culturais;
- b) Dimensões Sociais: liderança em atividades comunitárias; ações por seus direitos; inclusão social;
- c) Dimensões Econômicas: obtenção de segurança econômica; posse de bens produtivos; habilidades empresariais;
- d) Dimensões Organizacional: identidade coletiva; estabelecimento de uma organização representativa; liderança organizacional;
- e) Dimensões Políticas: participação em instituições locais; negociação de poder político; acesso ao poder político.

O poder relacionado ao conhecimento consiste em uma fonte e em uma forma de adquiri-lo. Se os subprivilegiados pudessem controlar essa fonte, as estruturas das relações de poder existentes se alterariam radicalmente. O conhecimento pode oferecer legitimidade e autoridade, sua construção e disseminação são ferramentas poderosas. O conhecimento ajuda na interpretação do contexto em que se vive. Mas sem ele, o empoderamento se ocupa da coletividade, da consciência de classe e das lutas sociais. Entender a realidade de forma crítica em batalhas políticas conscientes. O empoderamento não é um processo linear com começo e fim definidos, do mesmo modo para todas as comunidades. Envolve cada indivíduo ou grupo através de suas vidas e contextos históricos, bem como o nível de subordinação ou desempoderamento que esteja inserido no âmbito pessoal, familiar e comunitário.

O empoderamento feminino não busca ter poder sobre o outro, mas o fortalecimento pessoal para influenciar grupos, a fim de melhorar a qualidade de vida. Traduzido como direito de exercer escolhas e influenciar mudanças, com capacidade de controlar os recursos materiais. Diferente do enfoque da equidade, não compara o *status* entre os gêneros; visa redistribuir o poder entre e dentro da sociedade. Considera-se que o empoderamento é um processo dinâmico em desenvolvimento na comunidade e que envolve a dignidade da pessoa humana, a reflexão crítica e a participação e o cuidado coletivo que leva à emancipação.

1.3 O conceito de emancipação no seu sentido histórico e ideológico

O conceito de emancipação, que pode ser considerado a finalidade a que se

destina o processo de empoderamento, ou a coisa em si mesma, teria origem na uma visão filosófica de Immanuel Kant (1724-1804). Defende o ressurgir de uma nova perspectiva política de carácter universal, um novo iluminismo com a ideia de sujeito cosmopolitano com sua universalidade de direitos, mantendo o seu *locus nascenti* em uma perspectiva de mundos múltiplos, com suas próprias dinâmicas e formas de se relacionar. Essa nova forma de se conectar com o mundo divide, em partes e agrupamentos, o todo caleidoscópico; une os diferentes sob a mesma concepção: o humano e uma proposta de prática política descolonial.

Em sua obra *Resposta à pergunta: que é o Iluminismo?*³, desde o primeiro parágrafo, destaca que “o esclarecimento é a saída do homem de sua menoridade, da qual ele é o próprio culpado”. Seriam libertos de toda tutela alheia (*naturaliter majorenes*). Para liderar o outro bastaria possuir um livro e entendimento por ele, como um diretor espiritual que possui consciência em seu lugar, um médico que decida sobre a sua saúde. De modo que ele não tenha que se esforçar:

[...] A menoridade é a incapacidade de se servir do entendimento sem a orientação de outrem. Tal menoridade é por culpa própria se a sua causa não reside na falta de entendimento, mas na falta de decisão e de coragem em se servir de si mesmo sem a orientação de outrem. *Sapere aude!* Tem a coragem de te servires do teu próprio entendimento! Eis a palavra de ordem do Iluminismo” (KANT, 1989, p. 11).

Emancipação, também conhecida como Metáfora das Luzes, Século das Luzes, Período Iluminista, Ilustração, Esclarecimento, Maioridade, Europa Iluminista, século XVIII, período marcado pelo paradigma da subjetividade e pela busca do esclarecimento, também nascimento de Immanuel Kant (NORDARI; SAUGO, 2011).

De acordo com Lima Filho (2019), o conceito de esclarecimento, em Kant, é fundado em premissas da *decisão* (*Entschließung*) e da *coragem* (*Muthes*), desde que concedida a faculdade do entendimento. Da *opera kantiana*, a necessidade da admissão da razão, justificando a posição da pedagogia como o cumprimento do ideal de esclarecimento moderno, e o desenvolvimento do indivíduo, do ponto de vista teórico-especulativo e com vista na moral. Coincidindo a proposta da Educação, que é a autoconstrução do sujeito como senhor de si mesmo, como horizonte aberto em permanente aprimoramento.

³ KANT, Immanuel. Resposta à pergunta: que é o Iluminismo? (1784). In: KANT, Immanuel. **A paz perpétua e outros opúsculos**. Lisboa: Edições 70, 1989. (Do idioma alemão: *Beantwortung der Frage: Was ist Aufklärung?* 1784).

Novos preconceitos, justamente como os antigos, servirão de rédeas à grande massa destituída de pensamento. Mas, para esta ilustração, nada mais se exige do que a liberdade; e, claro está, a mais inofensiva entre tudo o que se pode chamar liberdade, a saber, a de fazer um uso público da sua razão em todos os elementos. Mas agora ouço gritar de todos os lados: não raciocines! Diz o oficial: não raciocines, mas faz exercícios! Diz o funcionário de Finanças: não raciocines, paga! E o Clérigo: não raciocines, acredita! (Apenas um único senhor no mundo diz: raciocinai tanto quanto quiserdes e sobre o que quiserdes, mas obedecei!) Por toda a parte se depara com a restrição da liberdade. Mas qual é a restrição que se opõe ao Iluminismo? Qual a restrição que não o impede, mas antes o fomenta? Respondo: o uso público da própria razão deve sempre ser livre e só ele pode levar a cabo a ilustração (KANT, 1989, p. 13).

Para Kant, a liberdade exige a autonomia plena da razão perante lógicas externas e heterônomas. Sem fazer uso da própria razão, o espírito não alcança a maioria da razão e a liberdade de julgamento. Assim, impedido de pensar por si mesmo e ouvir sua própria consciência esclarecida, necessita de tutor e conselheiro, tornando-se submetido ao controle alheio, preso a oráculos e amarras de pensamento.

Se, pois, se fizer a pergunta – Vivemos nós agora numa época esclarecida? – a resposta é: não. Mas vivemos numa época do Iluminismo. Falta ainda muito para que os homens tomados em conjunto, da maneira como as coisas agora estão, se encontrem já numa situação ou nela se possam apenas vir a pôr de, em matéria de religião, se servirem bem e com segurança do seu próprio entendimento, sem a orientação de outrem. Temos apenas claros indícios de que se lhes abre agora o campo em que podem atuar livremente, e diminuem pouco a pouco os obstáculos à ilustração geral, ou a saída dos homens da menoridade de que são culpados. Assim considerada, esta época é a época do Iluminismo (KANT, 1989, p. 17).

Entende-se então que o controle social, por parte do Estado, construiu uma estrutura de tutela que envolve o indivíduo, desde seus atos, ou mesmo antes deles, seu pensamento acerca do mundo, pois seria difícil não ceder à normas sociais que servem para a manutenção desse controle. No entanto, o controle naturalizado pode fazer o entendimento do indivíduo, tornando-se seu líder espiritual que delibera por ele. Assim, o indivíduo deixa de buscar seu próprio entendimento da realidade e busca a explicação de outrem, deixando de exercitar o que é de mais precioso: sua autonomia. Mas isso ocorre com a maior parte da humanidade, em especial a “todo belo sexo” (referência ao gênero feminino), que considera o passo à maioria como perigoso, encarregando tutores de tomar a sua direção (LIMA FILHO, 2019).

Desse modo, Kant denominava de menoridade aqueles que não se emancipavam em termos de consciência de suas ações e escolhas. Um termo que corrobora muito bem com a compreensão da emancipação feminina desde os tempos iniciais da busca do esclarecimento. Metaforicamente, a primeira fagulha estava se

acendendo na busca pela liberdade do uso público da razão em todas as questões. Mas isso não seria algo tão simples assim, pois o esclarecimento exige liberdade e essa, por sua vez, não pode ser limitada, não se submete ao condicionamento limitado ao poder de outrem. Assim como o uso privado da razão pode ajudar na obtenção do esclarecimento, mas só o uso público dessa, o uso da razão aplicado à sociedade, esse sim é o objetivo do esclarecimento: a busca da emancipação.

O conceito de emancipação, de modo geral, envolve a busca pela liberdade, acesso aos direitos e a concepção de maioria que estabelece a ideia de superação da minoridade, através do uso público da razão. Arendt (2005b) escreveu sobre a emancipação política das mulheres no espaço público, tendo como exemplo a análise da vida de Rosa de Luxemburgo (1871-1919), usurpada do domínio público pelo domínio da opressão, devido a incorrência do rompimento dos cânones masculino, penalizada pela violência absoluta.

A violência seria o instrumento, dos governos autoritários, que permite o autoritarismo e faz oposição direta à política e a emancipação. É a falta de capacidade dos indivíduos refletirem acerca de sua ação no mundo que gera a banalidade do mal, não responsabilizado pelos atos cometidos, reduzindo-se a cumpridores de ordens daqueles que se nomeiam senhores do mundo e da história.

O dualismo entre o modo de vida ativo e o contemplativo, também apontado na obra de Arendt (2001a), como *vita activa* (envolve o labor, o trabalho e a ação) e *vita contemplativa* (refere-se a arte do belo, a filosofia), refere-se à liberdade como a superação das necessidades e deixar de estar sob o domínio de outrem, a verdadeira emancipação, a isonomia ou a isogoria entre os cidadãos, a igualdade diante das leis.

Arendt (1982), em *Lições de filosofia política de Kant*, resultado de seu curso ministrado na *New School for Social Research* em Nova York (1967-1975), faz duras críticas ao pensamento kantiano, ocasionando polêmica acerca de dois modelos distintos do pensamento de Kant, sendo o primeiro centrado na atividade da razão prática (*Crítica da Razão Pura*, *Crítica da Razão Prática* e *Metafísica dos Costumes*) e, o segundo, refere-se a uma “filosofia não escrita”, articulada à faculdade de julgar (*Crítica da Faculdade de Julgar* e ensaios políticos *À Paz perpétua* e *Conflito das Faculdades*).

O pensamento Kantiano, conforme aponta Ferreira (2020), em seu trabalho intitulado *Reflexão e experiência política em 1790: Estudo sobre a função política do*

sensus communis na crítica a *Faculdade de Julgar de Immanuel Kant*, sob o terror da Revolução Francesa, traria embutido conceitos pouco explorados como *sensus communis* como sentido comunitário. Uma reflexão orientada para a sociabilidade, a comunicabilidade e a publicidade dos modos de pensar a pluralidade, que possibilitasse avaliar fenômenos políticos, partindo de uma orientação empírica como o comum (popular) e o social, aplicado às três máximas do entendimento comum, *pensar por si*, *pensar no lugar de todos os demais* e *pensar coerentemente*.

Para Magalhães (2020), em *Publicidade política e emancipação em Hannah Arendt*, a emancipação da política é alcançada pela participação no espaço público, na busca pelas demandas comuns, buscando meios de eliminar questões particulares, financeiras ou econômicas. Para isso, a política deve ser fundamentada em princípios inspiradores, que são verdadeiros motivos da ação políticas e geram a emancipação. Os princípios inspiradores são a honra, a glória e o amor à igualdade. Essas virtudes fazem brotar o *Amor mundi*, que é ação desinteressada dos participantes do espaço público em busca do bem comum, como era aos gregos. As questões da ordem do particular eram de menor importância do que o interesse pela coletividade. Para ser considerada política, a ação deve promover a emancipação dos indivíduos e dos grupos a que pertencem, a cidadania.

O respeito à pluralidade é a conquista da cidadania completa, nos espaços comuns, as diferenças devem ser aceitas, assim como os diferentes pontos de vista, voltados para o mesmo objeto, o conformismo artificial de uma sociedade de massas, pode destruir muitos aspectos da pluralidade humana. Para Arendt (2001a, p. 68): “O mundo comum acaba quando é visto somente sob um aspecto e só se lhe permite uma perspectiva”. O espaço público agonístico tem como paradigma a *polis* grega, com sua característica de liberdade dos participantes frente às questões particulares no âmbito privado, que jamais deve ser confundido com o âmbito público.

O modelo agonístico deveria ocorrer por convergência moral entre os cidadãos, estabelecendo a unidade moral entre os participantes para garantir os mesmos deveres e direitos aos iguais, que mantém a coragem para sair da comodidade e segurança do lar e família, para participar da vida pública. Essa seria verdadeira ação heróica, deixar seu lugar de chefia para adentrar ao lugar de iguais.

Pode-se afirmar que a emancipação ocorre pela ação política calcada na condição de cidadania, que permite que todos expressem na política fundamentada

na liberdade, conforme define em *Entre o passado e o futuro*: “A *raison d’être* da política é a liberdade, e seu domínio de experiência e ação” (ARENDR, 2001b, p. 192). De modo que, o pensamento arendtiano aponta a universalidade, considerando as dimensões da igualdade (por natureza) e da diferença de “cada homem é singular, de sorte que, cada nascimento, vem ao mundo algo singular e novo” (ARENDR, 2001a, p. 191). A efetivação da pluralidade ocorre em meio ao discurso, onde se exterioriza quem o é, em meio aos distintos e singulares entre si. Para haver a emancipação do indivíduo, faz-se necessário outros para que a interação com o semelhante o permita ser um agente no espaço público destinado ao agir pelo coletivo.

A emancipação da burguesia, ocorrida durante o período imperialista, proporcionou a proeminência econômica sem, no entanto, aspirar o domínio político. Essa classe cresceu em meio ao Estado-nação que governava a sociedade classista, estabelecendo a burguesia acima das demais, delegando decisões políticas ao Estado. Diferente desse modelo de emancipação burguês, todo indivíduo deve ser orientado pela concepção do bem comum e universalizado, não se limitando ao alcance do indivíduo, da família, de uma classe ou comunidade específica.

Para Arendt (2001a), a verdade incômoda de tudo isso é que o modo de vida moderno – burguês, capitalista – impera sobre as necessidades. A emancipação verdadeira seria a emancipação do trabalho; deixar de ser o *animal laborans* e adentrar à esfera pública, em favor dos direitos da humanidade e vida pública. Essa condição plural é fundamentada na liberdade e na ação política que proporcionam ao cidadão a autonomia para agir ao encontro da emancipação. Deve-se fugir do interesse particular e enfrentar todos os desafios para o interesse coletivo. Esse seria o verdadeiro sentido da emancipação, busca de grupos sociais, desde as grandes revoluções da modernidade.

1.4 A modernidade: liberalismo democrático e lutas femininas por direitos civis e políticos

De acordo com o historiador inglês Eric Hobsbawm (2005), a economia mundial foi influenciada pela indústria britânica do século XIX. Assim, com a ideologia francesa, ofereceu-se vocabulário e temas da política liberal e radical-democrática, como códigos legais, organização técnica e científica e sistema métrico. Diferente de todas as revoluções, a Revolução Francesa “foi uma revolução social de massa, e

incomensuravelmente mais radical do qualquer levante comparável” (HOBSBAWN, 2005, p. 86).

A *Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão* (1789) atendia aos interesses da classe burguesa, dificultando o alcance dos interesses de uma sociedade democrática igualitária. No entanto, o envolvimento na independência dos países da América ocasionou uma forte crise financeira na França, desencadeando sua própria revolução econômica. Assim, ela forneceu o padrão para todos os movimentos revolucionários subsequentes, suas lições “tendo tido incorporadas ao socialismo e ao comunismo modernos” (HOBSBAWN, 2005, p. 86).

Schmidt (2012), em *As mulheres na Revolução Francesa*⁴, discute sobre o papel da mulher na Revolução, século XVIII, e a relação destas com os pensadores iluministas, a ausência de direito à cidadania política. Nessa ocasião, a figura feminina era reconhecida por sua função maternal e passividade, mesmo que suas ideias tenham efetivado os propósitos revolucionários. A história era protagonizada por atores masculinos; as mulheres eram deixadas à sombra da vida social, enclausuradas no espaço privado, envolvidas com atividades domésticas, em casa, esposa, educando seus filhos (SCHMIDT, 2012, p. 2).

De acordo com a autora, no Século das Luzes, os pensadores contratualistas, como o filósofo Jean-Jacques Rousseau (1712-1778), pregavam a distinção entre os sexos, atribuindo às mulheres o papel da natureza feminina frágil, determinando que a sua felicidade estaria associada à vida de casa, na tarefa de cuidar do marido e dos filhos, ideia preconizada pela sociedade da época. No pensamento do filósofo contratualista, toda a educação das mulheres deveria ser relativa aos homens, ensinadas desde a infância a serem honestas, cuidadoras do lar, ocupando-se com a casa, obedientes ao marido e ternas com os filhos. Consistindo em agradar-lhes, ser-lhes útil, fazer-se amar e honrar por eles, educá-los quando jovens, cuidar deles quando grandes, aconselhá-los, consolá-los, tornar suas vidas agradáveis e doces. Esse era o lugar reservado para as mulheres, de acordo com os homens do iluminismo, mas não perguntaram a elas se era isso mesmo que elas pretendiam.

Michelle Perrot, historiadora e professora emérita da Universidade de Paris VII, conhecida por seu programa na rádio francesa *Segundas-feiras da História*,

⁴ SCHMIDT, Joessane de Freitas. As Mulheres na Revolução Francesa. **Revista Thema**, v. 9, n. 2, nov. 2012.

retoma o tema relativo ao papel da mulher na Revolução Francesa, os primeiros movimentos sociais. De formação católica, preocupa-se com o pobre transmutado em proletariado pela corrente do socialismo cristão do século passado. Suas personagens são operárias transgressoras das leis burguesas. Em 1957, ela rompeu com o Partido Socialista Francês, defendeu sua tese em 1968, sobre as greves operárias (1871-1890), e a representação social dos esquecidos pela universidade.

De acordo com Perrot (2007), em *Minha História das mulheres*, o imperativo era de que as mulheres ocupassem apenas o espaço privado, encarregando-se de cuidar da casa, do marido e dos filhos, excluídas dos assuntos relacionados à vida pública: “toda mulher em público que se mostra, se desonra”, de outro modo, “o homem público é uma honra; a mulher pública é uma vergonha” (PERROT, 2007, p.136). O papel a ser desempenhado pelos gêneros na sociedade francesa do século XVIII seguia uma distinção rígida.

Consoante Perrot (2007), os historiadores condenaram as mulheres a serem omitidas da história, porém elas sempre foram ativas. A história a *la Perrot* demonstra conquistas públicas e privadas em construção, enquanto muitas ainda são sufocadas pelo silêncio, tendo a imagem distorcida, desprezadas pela história. A grande questão: “Se tudo é história”, então por que as mulheres não pertencem à História? A mulher de corpo e alma tem sua historicidade de dominação pelo homem, “confinadas no silêncio de um mar abissal” (Perrot, 2007, p. 15). O ideal da aparência corpórea, o controle físico, político, estético material. Enquanto questionam: “a mulher tem alma?” (PERROT, 2007, p. 85). Sim, elas têm alma e sofreram por séculos meio ao controle religioso, cultural, da educação e demais formas de acesso ao saber.

Para a autora o trabalho das mulheres camponesas, ocupações e afazeres, ainda com forças para protestarem, como donas de casa, contra as condições de vida, as dificuldades das conquistas operárias, a trajetória das professoras, o desempenho das vendedoras, a performance das atrizes, a luta das militantes e exiladas, as missionárias, as cientistas e as aventureiras. Todas em um movimento em direção ao romper de fronteiras históricas femininas trabalhadoras que invadiram a cidade proibida. Dedicadas ao espaço privado, “como a política é o centro da decisão e do poder, era considerada o panágio e negócio de homens a *polis* grega exclui as mulheres, tal como escravos e bárbaros” (PERROT, 2007, p. 151).

A dedicação ao espaço privado, por parte da mulher, deve-se aos

ensinamentos e educação com o objetivo do casamento ou a vida religiosa. “Em muitas sociedades, a invisibilidade e o silêncio das mulheres fazem parte da ordem das coisas. Garante a tranquilidade, sua aparição em grupos causa medo” (PERROT, 2007, p. 17). Mas elas rompem as fronteiras históricas como militantes, na busca por direitos civis acabam por ocupar espaços políticos antes não permitidos. Elas se organizam em movimentos por emancipação e libertação, mas ainda permanecem na invisibilidade. Para Perrot (2007), “as mulheres são pouco vistas nos espaços públicos por atuarem em famílias, confinadas em casa (PERROT, 2007, p. 17). Em muitas sociedades, a invisibilidade e o silêncio das mulheres compõem a ordem das coisas, assim elas garantem a tranquilidade, pois se aparecerem em grupo causam medo; sua fala em público é tida como indecente.

De acordo com essa autora, o modelo de educação fomentou a dominação sobre a mulher desde a idade média, o sacrifício materno em função da vida do filho, a maternidade devastadora das primeiras cesarianas proveniente do “*habitus* da piedade, elas educadas de joelho”, criou um vínculo transgeracional entre as meninas e a religião (PERROT, 2007, p. 44). A pureza da moça vigiada, cobiçada, virtude suprema do modelo de Maria, representada pelo anjo que guarda a porta do quarto, com o leito estrito, o casamento de branco, obsessão familiar e social, cuja desonra resulta condenação à prostituição.

Ao se casar, torna-se dona de casa e cabe a ela usar dos poderes que lhes são conferidos. “A beleza como capital de troca amorosa” (PERROT, 2007, p. 50). São poderes limitados à dependência judicial ao marido, regras com finalidade de proteger a família, conforme o código civil patriarcal dado por Napoleão ao Ocidente, deixando a mulher sem nenhum direito. Se não gerasse filhos, poderia ser repudiada; se fosse indócil, poderia receber corretivos pelo chefe da casa (PERROT, 2007, p. 47). A burguesia cria o mito da dona de casa como função doméstica e social, com a transmissão de dever para as filhas.

O trabalho das mulheres, antes da Segunda Guerra Mundial, parecia escapar dos estudos dos etnólogos, submersas no silêncio do patriarcado. Assim, situa-se na ordem doméstica, na reprodução não valorizada, não remunerada. “As sociedades jamais poderiam ter existido e desenvolvido sem o trabalho doméstico das mulheres, que é invisível” (PERROT, 2007, p. 109). O pós-guerra trouxe mudanças no modo de trabalho da dona de casa. Se operária, trabalha com a economia doméstica, prepara

tudo, roupa, comida, orçamento, contribui com o sustento. Mas, se é burguesa, depende do marido, cuida da casa e da família, recebe visitas, faz filantropia, preocupa-se com a educação e o casamento dos filhos. Enquanto as empregadas domésticas eram criadas, recebiam moradia e alimentação pelo trabalho, sem folga e com dívidas para com os patrões. Elas desapareceram, dando origem às faxineiras e diaristas, sem teto. O espaço das fábricas não favorecia a presença feminina, insalubridade, sem refeitório, não tem espaço para seus filhos, só depois de criados que elas retornam para o operariado.

Em algumas famílias era comum que os filhos recebessem a educação em casa, através de preceptores:

É preciso, pois, educar as meninas, e não exatamente instruí-las. Ou instruí-las apenas no que é necessário para torná-las agradáveis e úteis: um saber social, em suma. Formá-las para seus papéis futuros de mulher, de dona de casa, de esposa e mãe. Inculcar-lhes bons hábitos de economia e de higiene, os valores morais de pudor, obediência, polidez, renúncia, sacrifício... que tecem a coroa das virtudes femininas (PERROT, 2007, p. 93).

As mulheres eram impedidas de exercerem os direitos políticos, de poderem votar e serem votadas e de reunirem-se em associações, a Revolução Francesa representou um grande avanço quando pôs fim aos costumes que não reconhecia nenhum direito às mulheres. As mulheres foram beneficiadas com as leis que determinavam a igualdade de herança a todos os filhos, e passaram a ser consideradas maiores aos 21 anos, podendo casar-se sem autorização dos pais.

Alguns retrocessos dificultaram o processo de mudanças, como por exemplo, a Constituição Francesa de 1791, que instituiu o casamento civil, podendo ser dissolvido pelo divórcio, por qualquer um dos cônjuges. Mas com o Código Civil de 1804, de Napoleão, que restringiu o direito ao divórcio, deixou a mulher subordinada novamente ao marido. Em 1816, o divórcio foi abolido, um retrocesso, sendo restaurado na França somente no século XX. Embora as mulheres francesas do final do século XVIII se fizeram presentes em quase todos os momentos da Revolução Francesa, elas acabaram por ocupar um espaço delimitado pelo homem, sendo consideradas um 'suporte masculino'.

Em sua obra *Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros*, Perrot (2017) atribui à família o papel disciplinador da mulher, tornando-as excelentes recrutas das fábricas, sem questionar o desenraizamento violento e com a fidelidade de mão de obra barata. Os pais operários prologam a vigilância de seus ajudantes,

que são sua prole. A industrialização possui caráter paternalista, iniciada em empreendimentos rurais, os patrões (*patron*, proteção, patrocínio) como pais, operários têm orgulho de pertencerem às fábricas dos fascistas alemães que os exploram até o fôlego de vida. O patronato ficava mais preocupado à medida que os sindicatos passaram conhecer o capitalismo e seus mecanismos.

De acordo com a autora, a psicologia da coletividade, por medo de recorrer ao idealismo kantiano e a uma história da subjetividade, onde tudo estoura na ideia do que se faz a respeito, tende a deixar claro que todas as coisas se fazem por representação; não existe consciência de classe sem elaboração de uma simbologia (PERROT, 2017). O simbólico do signo casa tem sua importância pelo domínio que oferece, considerando suas condições de vidas do proletariado. É o lugar em que serve sua família, conforme a ideia de Michel Varret (1927-2017), de que “os proletários atribuem mais valor à moradia do que à cidade” (PERROT, 2017, p. 101).

Assim, os operários se servem muito mais das moradias, sem tempo de ir à cidade, compreendido como a privatização do espaço doméstico sob a lógica patronal. Para se alcançar a moradia, obter a liberdade preciosa, paga à custa da distância do lar e de fadiga. Pois somente em sua casa tem a liberdade de ser a si mesmo. O espaço compartilhado é a casa do povo, local de encontro e debate; os sindicatos, o grupo comunitário, a tribuna da comunidade, impedida ao proletariado, sem tempo para o debate político, cheio de fadiga, pois vendera sua força de trabalho; pouco lhe resta.

Para Perrot (2017), desde o século XIX, as mulheres, em meio às massas operárias, reivindicam o direito à cidade como espaço para viver. Também se aceitam as condições habitacionais, ocasionada pela alta densidade demográfica que assombram os observadores externos como filantropos e higienistas. Há de se concordar de que as campanhas contra os cortiços não foram defendidas por operários.

As necessidades sociais não são ideias abstratas de uma história linear, mas de uma história de expressão de relações sociais que não se extrai sem inconvenientes. Sendo assim, por longo tempo as reivindicações operárias eram voltadas ao aluguel e não à moradia, depositam maior preocupação no custo do que ao conforto. Essas questões eram debatidas desde 1912, em um congresso sobre a “carestia e alta dos aluguéis” (PERROT, 2017, p. 102). Até mesmo a origem da

Comuna de Paris (1867), deve-se às questões dos aluguéis. Nessas manifestações, as donas de casa desenvolviam papel fundamental, enquanto os maridos pareciam mais reservados.

No século XIX, estas questões levaram a discussões sobre a construção da habitação operária, juntando a isso, a questão salarial e a carestia dos alimentos, gerando a greve dos aluguéis e das mães. A proliferação de doenças como a tuberculose e a cólera, ocasionados pela falta de saneamento básico, declaravam guerra aos cortiços e aos bairros populares de Paris, as chamadas comunidades da periferia.

A família é uma rede de pessoas e, ao mesmo tempo, uma organização econômica, considerada como “uma das primeiras e mais vivas formas de sociabilidade popular, não é uma criação da burguesia” (PERROT, 2017, p. 113). Mesmo neste espaço, a mulher foi esquecida pela história social, que privilegia as classes e esquece os sexos, falando da humanidade, como um homem assexuado. Desde tempos remotos, a divisão sexual do trabalho deu aos homens o monopólio dos textos e das coisas públicas. A história popular só podia ser construída por arquivos dos prefeitos, magistrados, padres e policiais, direcionando as mulheres ao reduto dos livros de cozinha, manuais de pedagogia, contos recreativos ou morais, necessitando de camaradas masculinos para serem seus porta-vozes.

Na divisão social do trabalho, o destino dos materiais de trabalho: aos homens, seus metais e madeiras, enquanto às mulheres os tecidos, como eternas Penélopes com sua costura interminável. Com lembra a canção popular: “Olê mulé rendeira, olê mulé rendá⁵...” seja ela rendeira ou remendeira, ainda são arquétipos femininos voltados para o universo da repetição, encerradas na imobilidade dos usos e costumes, estruturando o cotidiano na fatalidade dos papéis e na fixidez dos espaços. Um universo sem conflitos, numa visão folclórica que nega uma história de tensões e de lutas, apenas ritos tranquilos.

Para Perrot (2017), o modelo feminino como água parada não é real, fazendo

⁵ Olê mulher rendeira, olê mulher renda!/Tu me ensinas fazer renda/Que eu te ensino a namorá./Lampião desceu a serra/Deu um baile em Cajazeira;/botou a moça donzela/prá cantá “Mulher Rendeira”./As moças da Vila Rica/Não têm mais ocupação,/E só vive na janela/Namorando o Lampião./Rendeira levanta os olhos,/Vai passando o Virgolino;/quem sabe estás tecendo/A renda do seu destino./Assim era que cantavam/ Os cabras de Lampião/Dançando e xaxando no forró do sertão./Entrando numa cidade/Ao sair dum povoado,/Cantando a rendeira/Se danavam no xaxado (“Mulher Rendeira”. In: Pe. BERCH, Ivo Inácio. **Recordar é viver: Cancioneiro popular**. Edições Loyola, 1984, p.114).

que tome emprestado esse elemento da natureza para ocultar o que importa: a verdadeira imagem de mulheres em ação, inovando suas práticas, dotada de vida, não absolutamente autônomas, mas criando elas mesmas o movimento da história. Pois elas são fogo, ígnea devastadora das rotinas familiares e da ordem burguesa; a febre psicanalítica, as musas inspiradoras dos romances, deixando apenas cinzas e fumaças. Quando são águas, são fontes que refrescam os guerreiros e inspiram poetas com seus mistérios. Ainda a mulher-terra, nutriz fecunda, fixa os nômades, pedestal da moral, repouso dos mortos.

Perrot (2017) aponta o poder da mulher na família, a diferença entre a figura da mulher; a dona de casa tem seus poderes, sendo que o termo “dono de casa” (século XVI) precede a “dona de casa” (século XIX) e está diretamente ligado à divisão social do trabalho e à produção capitalista, em que o poder se insere:

Diferente da ‘caseira’ (rural) e da ‘senhora de casa’ (burguesa), dona de casa é, na cidade do século XIX, uma mulher importante e relativamente nova. Sua relevância está ligada à sua família, fundamental, velha realidade investida de múltiplas missões, entre elas a gestão da vida cotidiana. Sua novidade reside em sua dedicação quase exclusiva aos “trabalhos domésticos” no sentido mais amplo da expressão. Na sociedade tradicional, a família é uma empresa e todos os seus membros concorrem juntos, à medida de cada um, para sua prosperidade. Ainda que exista uma partilha frequentemente muito acentuada de papéis e tarefas, continua a haver uma certa fluidez nos empregos. Os trabalhos domésticos não são apanágio exclusivo das mulheres, e os homens podem ajudar; por exemplo, a preparação de certos alimentos fica a cargo deles. A indústria têxtil em domicílio teria aumentado essa fluidez: testemunhos e imagens mostram-nos trocas de papel, o homem a cozinhar e varrer, a mulher a acabar sua peça. A unidade de lugar, associando domicílio e trabalho, produção e consumo num mesmo espaço, é favorável a essa alternância, aliás limitada. Por outro lado, o chefe da casa é o homem. O “dono de casa” - termo que aparece no século XVI - designa o chefe da empresa que é o espaço doméstico (PERROT, 2017, p. 190).

Ela, a mulher, a dona de casa, herda funções com a separação dos espaços em locais de produção e de consumo. A fábrica é lugar masculino, enquanto a casa é lugar feminino. À margem do assalariamento, sem acesso ao dinheiro, ela inventa serviços miúdos como venda em feira, faxina, lava roupa, costura, cuida de crianças e idosos, entregas, de um modo geral. É o cimento dos povos, rebelde à ascensão da ordem industrial, mas sua relevância está ligada ao modelo feudal, dedicada ao trabalho doméstico, tem a sua casa como sua empresa. Desdobram-se para encontrar no comércio da cidade engenhosidade para os cuidados da família, de acordo com o salário do marido, muitos as chamam de ‘patroa’. Mas se o marido leva para o bar mais que o necessário, as matriarcas do orçamento não deixam isso passar sem

conflito, pois administrar a miséria requer sacrifícios. E quando o dinheiro é pouco e o custo dos alimentos é alto, quem lidera os motins populares?

São elas, vigilantes dos mercados, locais femininos, verificam a regularidade do abastecimento e os níveis de preços, murmurando entre si, intimidam os vendedores. A mulher do povo sempre foi mais livre que a burguesa com seu chapéu de pluma; seu corpo sem espartilho, com lenço na cabeça. Catadora nas florestas próximas da cidade, lavam roupa no rio, toca novidades, vendem roupas usadas, entram na igreja com suas cestas de hortaliças. Formam associações e cooperativas, até mesmo “Napoleão fugiu da prisão em um carro de lavadeira” (PERROT, 2017, p. 203).

Conforme Perrot (2017), a dona de casa é a guardiã do subúrbio, é a alma do bairro, núcleo da cultura popular. Ela aparece como trama das tradições migrantes, sua autonomia cultural é uma forma de independência, fermento de contrapoder. Elas são senhoras das panelas e da conversa, falando, ensinam receitas e curas populares. Assim, elas se tornam conhecedoras dos sofrimentos da comunidade, sempre evitando despesas, subtrai o olhar do médico. Essas donas de casa, ativistas, não permitem que a miséria, a opressão, a dominação, por mais reais que sejam, não bastam para contar suas histórias. A mulher do povo possui um modo de vida que lhe dá acesso a uma rede de sociabilidade informal, desde frequentar o enterro, visitar os doentes, levar os filhos na escola ou creche. Não se restringem em seu pequeno espaço doméstico, onde se dorme e se come, enquanto o marido está preso no trabalho e no botequim.

Destacam-se nesse período, duas subclasses femininas, as mulheres do povo, anônimas, trabalhadoras em fábricas têxteis, as lavadeiras, fiandeiras, lojistas, feirantes, as peixeiras⁶, que mal sabiam ler e escrever, mas estavam à frente nos motins. E as mulheres burguesas, com maior interesse político, assistiam sessões das sociedades populares, fundavam *clubes*. Elas estavam constantemente acompanhando os trabalhos; enchiam as galerias onde manifestavam-se aplaudindo, gritando, pressionando os deputados, ou mesmo vaiando quando não concordavam. Em todas as classes sociais, as mulheres, ao seu modo, uniam-se por um objetivo

⁶ Dentre as mulheres do povo, anônimas, trabalhadoras feirantes e nesses meios as mais determinadas, movidas pela necessidade: as peixeiras, com suas facas para limpar os peixes, saíam armadas para o combate com os militares, o que ocasionou a proibição das mulheres nas Forças Armadas por parte do Estado Francês.

comum, pois a emancipação feminina seria também a emancipação das futuras gerações, a busca pela boa sociedade, baseada em fundamentos políticos de igualdade de direitos, o poder popular.

1.5 O poder em Arendt

No presente estudo, o poder e a liberdade se comunicam diretamente com o empoderamento e a emancipação, possibilitando o diálogo com a autora no que se refere ao empoderamento. A autora não utiliza esse conceito, mas comunica-se com o conceito de poder e suas nuances que permitem o uso do termo 'poder'. Arendt (2001b), em sua obra *Sobre a violência*, define poder como capacidade humana, não de agir, como de agir concertadamente: “E o poder, ao que tudo indica, é um instrumento de dominação, enquanto a dominação, assim nos é dito, deve a sua existência a um ‘instinto de dominação’” (ARENDR, 2001b, p. 32).

Arendt (2001b) estabelece que, ao contrário da dominação, a democracia é o sistema que transcende às instituições tradicionais de representação política, tendo como questão central do pensamento político na relação com a constituição e a caracterização de um espaço público genuíno. Nessa perspectiva, o espaço público e a participação política, presente no modelo de sistema político, tem no poder do povo o momento máximo em que a esfera pública se constitui em liberdade. Pois a liberdade é a participação pública que dá vida ao espaço público, “o poder nunca é propriedade do indivíduo; pertence ao grupo e só continua enquanto o grupo mantém sua união” (ARENDR, 2001b, p. 49). Assim, o poder é compreendido pela autora como a imposição da própria vontade sobre o comportamento alheio. Só se pode alcançá-lo pela convivência pacífica entre os humanos, podendo até ser justificado, mas nunca vinculado com a violência.

No que diz respeito à emancipação feminina, em Arendt (2001b), está diretamente ligada à capacidade de compreensão da ação humana e sua liberdade de escolhas. “Poder e violência são opostos; onde um domina absolutamente o outro está ausente” (ARENDR, 2001b, p. 44). A dignidade da pessoa humana está no simples fato de ser humano, na distinção entre o mundo político e o mundo social, não considerando os efeitos da igualdade política e a obediência as normas sociais estabelecidas. Permitindo concluir-se nesta discussão, que o poder é a essência de toda relação humana e não a violência. Mas o poder consentido pelo apoio popular e

fundado na opinião livre dos iguais. É nesse contexto que emerge o fenômeno da obediência às leis e as instituições, em que as leis legitimam as regras do jogo nas relações sociais, a democracia, a dignidade da pessoa humana, a liberdade.

Em sua obra *A condição humana* (2001a), que é uma coletânea de conferências de Arendt até 1956, na Universidade de Chicago, intitulada de *Victa Ativa*, ela analisa o pensamento do mundo moderno, marcado pelo desenvolvimento científico e o agir em detrimento do pensar, que adquire aparência cientificista.

O ideal libertador da política em Arendt, é exemplificado pelo modelo do princípio de democracia presente na Cidade-Estado ateniense, a isonomia do poder político. A *pólis* democrática sobressai a todos instrumentos de poder, a forma de exercer a democracia é a garantia do Estado de direito. A essência da democracia é a *pólis*. É a capacidade do indivíduo de participar da construção do espaço público, por meio da ação e autodeterminação, que possibilitou a promoção da dignidade humana.

Para Arendt (2021a), a ação e o discurso são mecanismos capazes de criar o espaço político, o *der politik*, onde cada um dos autores projeta suas necessidades, expectativas e interesses entre pares. Nas relações humanas não se busca submeter a uma instância ou entidade externa, pois isso se opõe a participar livre e espontaneamente do sujeito.

O espaço político requer a pluralidade inerente à vida em sociedade. “A ação e o discurso são os meios pelos quais os seres humanos se manifestam uns aos outros, não como meros objetos físicos, mas enquanto homens” (ARENDR, 2001a, p. 189). Em sua obra, a noção de que só podem viver juntos, de maneira legítima e política, quando alguns têm o direito de comandar e os demais são forçados a obedecer. “A noção vulgar que já encontramos em Platão e Aristóteles, de que toda comunidade política consiste em governantes e governados” (ARENDR, 2001a, p. 234).

De acordo com a autora, a filosofia e a política não se conciliam por inteiro, devido ao *modus* de pensamento, em que o filósofo é um solitário no mundo e o contempla, “que vê na aparente inutilidade dos judeus de que ele se ocupa” (ARENDR, 2001a, p. 64). A contemplação confere como privilégio de compreender a realidade do ser, distanciando-se das questões terrenas e dos homens imersos nos assuntos humanos. O pensar, o querer e o julgar são atividades espirituais que sobressaem ao

mundo comum, dado aos sentimentos, a fim de refletir acerca da experiência.

Uma vez que as atividades do espírito, por definição não-arentes, ocorrerem em um mundo de aparências e um ser que participa dessas aparências através de seus órgãos sensoriais perceptivos, bem como através de sua necessidade de aparecer aos outros, elas só podem existir por meio de uma retirada deliberada da esfera das aparências (ARENDR, 2001a, p. 59-60).

Pela atitude contemplativa, o filósofo compreende a origem de tudo, os nexos e as leis causais do mundo real e responsáveis pela ação humana. A diferenciação estabelecida pela autora, no que se refere às diferentes formas de poder, de acordo com a civilização e o período histórico, seria observado em outra tradição, da contemporânea ao modelo escravocrata, com distinta honra no modelo de dominar. Referência à cidade-Estado ateniense com sua isonomia, como modelo de Constituição, forma de governo denominada pelos romanos de *civitas*. Esse modelo, considerado como mais honrado, mantinha a ideia de poder e a lei, no entanto, não se assentava entre mando-obediência, fugindo ao binômio poder-domínio ou lei-mando.

A autora faz referência ao movimento iluminista com alusão a uma forma de governo em que a lei assenta o poder do povo, uma *res publica* dando fim ao poder do homem sobre o homem, do mesmo modo de que o poder do homem não vigoraria sobre o feminino do homem, a mulher. Uma vez que a isonomia pressupõe a igualdade entre humanos independente de raça, credo, gênero, condição social, dentre outros adjetivos. Assim, a lei dominaria, porque nela repousa o poder popular, a obediência seria devotada às leis criadas com o consentimento da população e não se fala de obediência aos homens.

Desse modo, sob o poder da lei, as instituições políticas se manifestam e se materializam em decorrência do poder. O grande perigo está nas representações, a crer que a maioria teria o controle, subjugando as classes menos representadas. Sabendo, desde Montesquieu, que a tirania, o governo do solitário representante, com seus ajudantes, domina pelo poder da violência. Arendt (2001b, p. 35) destaca que “uma das óbvias distinções entre poder e violência é a de que o poder sempre depende dos números, enquanto a violência, até certo ponto, pode operar sem eles, porque se assenta em implementos”.

Consoante Arendt (2001b, p. 35), “A forma extrema de poder é o Todos contra Um, a forma extrema da violência é Um contra Todos”, entre os extremos, seja o de ‘um contra todos’ ou ainda a de ‘todos contra um’, seja do ditador que subjuga um

povo, ou mesmo de uma maioria que insiste em votar na manutenção do *status quo*. O que se sabe é que as contradições estão presentes mesmo na liberdade de escolha, sob o poder da lei. Arendt (2001b, p. 36) ressalta o triste reflexo da terminologia nas ciências políticas, a ausência de distinção de palavras-chave como “poder (*power*), vigor (*strenght*), força (*force*), autoridade e por fim violência”, em uma instância popular, de contexto familiar, no que se refere ao modelo predisposto da dominação masculina. Os adjetivos apresentados no texto arendtiano, de um modo geral, estão presentes na figura masculina, em quem o poder é mantido com o vigor, a força que impõe a autoridade por meio da violência.

Esse modelo apontado por Arendt (2001b), como uma cegueira, um desprezo aos significados linguísticos. Mantendo a convicção de que sob a perspectiva política, sempre alguém domina alguém, pois, segundo a autora: “Somente quando os assuntos públicos deixam de ser reduzidos à questão do domínio é que as informações originais no âmbito dos assuntos humanos aparecem, ou antes, reaparecem, em sua autêntica diversidade” (ARENDR, 2001b, p. 36). Entende-se que os assuntos políticos são de interesse de todos, não podendo ser decididos por um pequeno grupo daqueles que detém o poder.

De acordo com a autora, o poder corresponde à ação de agir em concerto. É objeto do grupo e não do indivíduo, e é o grupo que o mantém em atividade; é o *potestas in populo*, que necessita de um povo ou grupo para se estabelecer ou manter-se. Para Arendt (2001b), o *poder* corresponde à habilidade humana não apenas para agir, mas para agir em concerto. De modo que o poder nunca é de um indivíduo, pertence a um grupo e permanece em existência apenas na medida em que o grupo se conserva unido (ARENDR, 2001b, p. 36). Assim, se alguém está no poder é porque ele foi empossado por uma maioria, ou por representantes desta. Pois o *potestas in populo*, significa que sem povo ou grupo não é possível a previsão de poder.

Para Arendt (2001b), quando se afirmar que uma pessoa é poderosa, ou uma personalidade é poderosa, metaforicamente, a palavra ‘poder’ está diretamente relacionado ao vigor ou o que a autora chama de *strenght*. Assim nas palavras da autora:

O vigor inequivocamente designa algo no singular, uma entidade individual; é a propriedade inerente a um objeto ou pessoa e pertence ao seu caráter, podendo provar-se a si mesmo na relação com outras coisas ou pessoas, mas sendo essencialmente diferente delas [...] É da natureza de um grupo e de seu poder voltar-se contra a independência, a propriedade de vigor individual (ARENDR, 2001b, p. 36).

Assim, mesmo o indivíduo mais forte poderia ser sobrepujado pela grande maioria que se une contra este. O que de certo modo, revela a hostilidade quase instintiva da maioria contra a minoria, ou o único, termo atribuído a Platão e Nietzsche, ao se referirem ao ressentimento ou inveja dos fracos contra os fortes, muito embora essa interpretação de cunho psicológico, colabore, mas não resolve a questão. Pois o conceito de força, que deveria ser reconhecida como energia liberada por movimentos sociais, acaba sendo interpretado como violência. Assim, nas palavras de Arendt (2001b): “A força [*force*], que frequentemente empregamos no discurso cotidiano como um sinônimo da violência [...] deveria indicar a energia liberada por movimentos físicos ou sociais” (ARENDR, 2001b, p. 36).

A força, segundo Arendt (2001b), deveria ser reservada para momentos extremos, em que a autoridade se faz necessária. Esta serve como meio de coerção, as chamadas “forças das circunstâncias” ou *la force des choses*. A autoridade está relacionada à natureza, podendo ser aplicada em pessoas. Talvez por ser a autoridade de origem relacional natural, a autora se refere à relação pai e filho, para, em seguida, falar sobre o aspecto social entre professora e aluno, ou como no princípio da democracia, o senado romano, a *autorictas in senatu* ou pela figura de autoridade da igreja, sendo que o pacto social estabelecido deve ser respeitado para que não seja perdida a posição de autoridade. Para Arendt (2001b), a “[...] autoridade requer respeito pela pessoa ou pelo cargo. O maior inimigo da autoridade é, portanto, o desprezo, e o mais seguro meio para miná-la é a risada” (ARENDR, 2001b, p. 37).

Em uma perspectiva fenomenológica, Arendt (2001b, p. 37) aponta que a “violência, está próxima ao vigor, pois seu propósito de multiplicar o vigor natural até que, em seu último estágio de desenvolvimento, possam substituí-lo”. Desse modo, a autora descreve a correção entre poder, força, vigor e violência como elementos aproximados que se relacionam para a manutenção do poder. O poder institucionalizado em comunidades organizadas tende a aparecer sob a forma de autoridade, fazendo necessário seu reconhecimento imediato e inquestionável, sendo elemento imprescindível para o bom funcionamento da sociedade em suas relações sociais de forma derivada e funcional. Aproximando o poder da violência como direto oposto e na revolução.

As revoluções mantêm seu *status* de necessária onde o poder totalitário impera. Pois onde este poder perdeu sua integridade, as revoluções se fazem

desnecessárias. Esse modelo perdura não apenas no âmbito cultural das grandes referências da civilização em busca de liberdade, mas em todo campo onde a cultura humana impera. Desde o modelo de rebelião dos estudantes franceses em maio de 1968 (os chamados novos movimentos sociais), ou mesmo no movimento de mulheres no período da Revolução Francesa (antigos movimentos sociais), ou no conjunto familiar, onde a mulher subjugada, busca rebelar-se ao domínio do marido violento, ou de jovens comuns em busca do alívio dos mandos do pai abusivo.

A revolução não violenta tende a revelar a vulnerabilidade não apenas dos rebeldes, mas ainda a fragilidade estrutural de todo sistema político de poder, “que logo se desintegrou ante os olhos espantados dos jovens rebeldes. Sem saber, eles o haviam testado; eles pretendiam apenas desafiar o ossificado sistema universitário, e veio abaixo o sistema governamental de poder”.

Para Arendt (2001b, p. 40), “mesmo a dominação mais despótica que conhecemos, o domínio do senhor sobre os escravos, que sempre o excederam em número, não se amparava em meios superiores de coerção enquanto tais, mas em uma organização superior do poder”. Mesmo os senhores despóticos mantêm seu poder por meio da solidariedade organizada. A união e a manutenção da estrutura de poder dependem da solidariedade, mesmo que distorcida, mesmo que esta não fomenta a dignidade da pessoa humana, ou tão pouco a manutenção dos valores humanitários. O fato é que o poder só se mantém pelo pacto de aceitação grupal, onde os dominadores fazem uma aliança entre si para manter seus oprimidos sob seu domínio de poder.

Mesmo sendo justificada como forma de manutenção do poder, a violência nunca será legítima. Mesmo amparada na tradição que é uma construção que perdura desde o passado, seu tempo de permanência tem no futuro a transformação dos hábitos, uma ruptura revolucionária com as formas de dominação, mesmo que para isso outros modelos venham a se instalar como dominantes e opressores. Aparentemente combinados, mas fenomenologicamente distintos, o poder e a violência acabam por pactuarem entre si pela dominação do humano, muitas vezes, do homem sobre o homem e ainda na luta entre classes e categorias antagônicas: a luta do homem contra a mulher.

Quanto ao modo violento de se alcançar o poder, em concordância com a autora, em sua afirmação de que “substituir o poder pela violência pode trazer a vitória,

mas o preço é muito alto; pois ele não é apenas pago pelo vencido como também pelo vencedor, em termos de seu próprio poder” (ARENDR, 2001b, p. 42). O modelo prevalente de que a impotência gera a violência, mesmo que pareça verdadeiro, o resultado pode não ser o mais esperado. O que está em jogo pode ser a destruição desse modelo de manutenção de poder, uma vez que fica evidente o fator destrutivo da vitória da violência sobre o poder. Não é a maneira mais sensata de manutenção de poder, por tender a desaparecer todo o cenário social, por não investir apenas contra os inimigos, mas também sobre os amigos.

De acordo com Arendt (2001b), “a violência aparece onde o poder está em risco, mas deixada em seu próprio curso, ela conduz ao desaparecimento do poder” (ARENDR, 2001b, p. 44). O modelo clássico da tese que gera uma antítese em o poder da negação dialética ensina que os opostos não se destroem, mas se transformam pelas contradições que promovem o desenvolvimento e nunca o ciclo tende a parar, pois se transforma em novas dinâmicas de lutas e contradições, seja entre classes ou categorias. O poder instaurado pela violência retorna como o recalçado psicanalítico, dando o novo sentido de luta e embate pela manutenção da opressão.

Segundo Perissinotto (2004), *Hannah Arendt, poder e a crítica da tradição*, a autora representa um modelo de pensamento que compreende a “democracia como um sistema que transcende as instituições tradicionais da representação política” (PERISSINOTTO, 2004, p. 115). Arendt tem uma forma peculiar de entendimento do conceito de poder. É este fenômeno que representa a origem do espaço público e a participação política.

Aproximando-se do pensamento de Paul Ricouer, que foi aluno de Habermas, que por sua vez é discípulo de Arendt, e, assim, integra esse pensamento, “todas as discussões suscitadas pelo pensamento político de Arendt podem ser revistas quando se apresenta o par conceitual poder-violência” (RICOUER 1989, p. 142, apud PERISSINOTTO, 2004, p. 115).

No entanto, ao invés de estabelecer a dualidade poder e autoridade, Ricouer se posiciona com a dialética de poder e conflito. E em conexão direta com seu discípulo Habermas (1986), a autora apresenta “supressão das relações conflituosas da vida política e, por conseguinte, o limitado valor heurístico do conceito arendtiano de poder”, com distinção entre mundo político e social, definindo poder como “ação

em concerto”, sem analisar os efeitos da igualdade política (PERISSINOTTO, 2004, p. 116).

A base do pensamento arendtiano estaria voltado ao pensamento político greco-romano, no qual o conceito de poder ancora-se no consentimento e no princípio da não violência, tendo como base o princípio da “isonomia” e o conceito de “*civitas*”. A obediência às leis e o apoio do povo que traz as leis à existência. Esclarecendo o que o poder é aquilo que não pode ser. É o poder que define as regras do jogo, onde a autoridade será reconhecida e obedecida.

Assim, a maneira como o conceito de poder é trabalhado em Arendt (2001b) descreveria indivíduos autônomos e livres, não sendo compatível com a descrição de submissão “psíquica”. E, ainda, considerando a sua experiência histórica concreta, não há como negar o valor de sua obra para a compreensão da variante do conceito de poder, o qual, no presente estudo, será abordado como empoderamento, a ação de tomar para si o poder em busca da emancipação feminina por meio da não violência, fomentar a paz coletiva.

Há uma relação direta desta discussão com o objeto deste capítulo, onde a emancipação e empoderamento situam-se em conceber a emancipação como elemento coletivo, definidor da igualdade humana e de direitos. A emancipação civil deve estar atrelada à emancipação política. Ao longo da história, as minorias tiveram que enfrentar a violência para poder se posicionar e ter seus direitos garantidos. O poder é concebido como habilidade humana para agir de modo político, comum a todos, não sendo jamais propriedade do indivíduo.

O Poder pertence ao grupo e assim o mantém unido, pois se trata de um investimento de poder do grupo a um indivíduo, ou representantes de um grupo, ou comunidade. Se por acaso deixar de existir o grupo, deixaria de existir o representante. Ou seja, o poder está diretamente relacionado à comunidade e deve voltar para o grupo (família, ou conjunto de pessoas) em forma de emancipação e liberdade comum, sem jamais se fazer o uso da força ou da violência, tampouco a prevalência de poder entre os gêneros.

O empoderamento pela moradia é um passo importante para a emancipação, mas ele somente não define a emancipação feminina, um conjunto de ações e medidas devem ser tomadas para a emancipação consciente que envolve os 3 níveis do empoderamento apresentado por Rowlands (1997), sendo alcançado nas

dimensões Pessoal: sentido de autoestima e capacidade; Relacional: habilidade para negociar e influenciar na natureza das relações e decisões tomadas e Coletivo: gerar um impacto maior, como a formação de uma cooperativa ou envolvimento com as estruturas políticas. Esse empoderamento envolve as Dimensões: Psicológicas; Sociais; Econômicas; Organizacional e Políticas. Esse caminho para emancipação percorre as mesmas dimensões e níveis, a fim de alcançar a consciência, no entanto as condições materiais de sobrevivência e as políticas afirmativas para mulheres são determinantes para essa finalidade. A Educação é um elemento de transformação dessa realidade.

CAPÍTULO II

A CONSTRUÇÃO HISTÓRICA, SOCIAL E POLÍTICA DE HABITAÇÃO: DA MANCHESTER INGLESA À MANCHESTER GOIANA

O presente capítulo propõe-se compreender alguns aspectos relevantes da evolução do direito à habitação, a relação da habitação para o empoderamento e a emancipação feminina, o contexto histórico e social a origem do SHIS. Partindo do contexto macro da história da Habitação de Interesse Social (HIS) em Portugal, até alcançar a cidade de Anápolis, bem como, a referência como “Manchester goiana”, alusão à industrialização inglesa, na cidade onde foi observado o famoso caso inglês de Engels, em 1845. Pretende promover um diálogo, a fim de refletir os caminhos que guiam a modernidade no seu modo de se construir espaços e as classes proletariadas, no abrigar seus dependentes, numa dinâmica entre o público e o privado, tendo como principal mediador desse processo a industrialização e seus interesses na construção da sociedade de consumo e a habitação destinada às mulheres chefes de família.

Procurou discutir a constituição do urbano no mundo moderno, ao que Lefebvre (2001, p. 33) chamou de “A urbanização desurbanizada. Todas as condições se reúnem assim para que exista uma dominação perfeita, para uma exploração apurada das pessoas, ao mesmo tempo como produtores, como consumidores de produtos, como consumidores de espaço”.

Com enfoque ao processo de formação das cidades como espaços de segregação socioespacial, interagindo com o pensamento de Adeline Virginia Woolf (1882-1941), escrito em 1929, em *Um teto todo seu* (1984), sobre o sentido e significado de ser proprietária de uma casa, para a realização intelectual da mulher com a frase: “Tudo que poderia fazer seria oferecer-lhes uma opinião acerca de um aspecto insignificante: a mulher precisa ter dinheiro e um teto todo dela se pretende mesmo escrever” (WOOLF, 1985, p. 8).

Com essa frase, busca-se realizar uma breve construção histórica da questão da habitação no berço da industrialização europeia e a história da experiência de habitação de interesse social na produção de cidades. O que faz lembrar que, na modernidade, as relações sociais foram determinadas pelos aspectos referentes ao sistema de produção capitalista, de modo que o Estado passou servir aos propósitos da burguesia, e, assim, a distribuição e a localização dos espaços ocorreram de

acordo com interesses de uma cultura dominante. Com o liberalismo, os chamados direitos sociais foram, gradativamente, constituindo-se nos discursos e em marcos legais, enquanto normativas universais e reservas de princípios. No entanto, a materialização desses direitos ainda não alcançou aos mais pobres.

O texto foi organizado considerando quatro pontos principais que se dividem em outras vertentes dentro do respectiva temática, sendo que o primeiro contempla de modo geral, o contexto histórico e social do surgimento das cidades, Lefebvre (2001) em *O direito à cidade*, onde discute a formação das cidades e a exclusão do proletariado nos centros urbanos, trazendo à baila a discussão da habitação, promovendo a dialética entre os conceitos de “habitat” e “habitar”, o que traz à memória as condições habitacionais da classe operária, no “dentro e fora” da ideologia da racionalidade que organiza as cidades e a lógica da habitação, em que se vive uma cidade em fragmentos.

O segundo ponto atenta-se para o exemplo da crise habitacional, o famoso caso inglês descrito por Engels em 1945, sobre a questão da habitação na cidade inglesa de Manchester (ENGELS, 2008). Onde aborda a divisão social do trabalho, a cozinha como estereótipo de lugar social da mulher, mediante a industrialização brasileira, a demanda por mão de obra da mulher e as adequações dos espaços em cânones higienistas industriais, dando origem ao modelo de moradia social do operariado.

O terceiro ponto abordado apresenta o contexto histórico que aponta a origem da política habitacional no Brasil, a partir do modelo europeu de apropriação dos espaços brasileiro com a chegada da família imperial (1808) até o surgimento do modelo português de habitação social (1919-1972), a ânsia histórica por moradia, efetivado pelo sistema de habitação de interesse social no Brasil (2003) e em Anápolis (2009), como conquista social e política dos direitos das mulheres.

O quarto ponto busca contextualizar a cidade de Anápolis, em Goiás, considerando desde a origem feminina do nome da cidade, *Cidade de Ana*, intitulada *Manchester brasileira*, em função do processo de industrialização na década de 1950. As fases históricas do desenvolvimento econômico, a localização geográfica, a construção de duas capitais planejadas (Goiânia e Brasília), tendo a cidade como base estrutural e fornecimento de mão de obra. E ainda demais aspectos que isso envolve, como infraestrutura de produção e transporte, saúde, segurança nacional,

polo educacional, desenvolvimento tecnológico e políticas públicas.

Considerando a afirmação de Henri Lefebvre (2001, p. 7), que “o direito à cidade é o acesso à vida urbana, condição de um humanismo e de uma democracia renovados”, a habitação é o legado de uma vida deixado de modo material e em memória como espólio aos herdeiros. Parte-se do pressuposto de que o acesso à moradia está diretamente ligado ao processo de dominação material, manutenção de poder e a divisão social do trabalho, desde tempos remotos.

O êxodo rural envolve a fuga de um domínio do patrão, em busca de melhor condições de vida. No entanto, desde a construção das cidades em meio a disputas de poder e emancipação, haja vista a forma hierárquica e organização política presente no modo como a sociedade urbana se constrói, onde separar e dominar é determinante. A divisão por classes sociais e a segregação espacial, que ao invés de cercas e muralhas, gera barreiras inexpugnáveis: as classes sociais (ROLNIK, 1995).

De acordo com Rolnik (1995, p. 35), a direção rumo à cidade é também a busca por poder, pois “ao afluir para as cidades, os camponeses se libertavam do regime da servidão, não mais se submetendo ao vínculo com a terra e com o senhor que lhe roubava o trabalho, a comida e o tempo”. Esse trânsito deixou pelo caminho muito de seu domínio, como o pátrio poder, a capacidade de produção do próprio sustento e a capacidade de governar sobre os espaços, interferindo no modo como as disputas de poder ocorrem também no urbano.

Duarte (2016) discutiu o contexto social da cidade de Goiânia e apontou caminhos a seguir nessa construção textual, quando afirma que a relação dos agentes com a cidade não pode ser compreendida como a-histórica e a-social. Ou seja, parte-se do princípio de que não há a cidade em abstrato e que os agentes sociais não vivem esse espaço abstratamente.

Nesse sentido, aborda-se o contexto histórico da cidade, a forma como foi construída e as relações que se estabeleceram entre centro/periferia, que interferem diretamente no uso que os agentes fazem do espaço urbano, bem como estruturaram as políticas públicas. Adequando essa análise ao presente estudo, na compreensão do espaço urbano e as políticas públicas voltadas para atender à demanda das mulheres chefes de família, como resultado de lutas por acesso aos direitos sociais na sociedade do consumo das cidades industrializadas, é que o texto pretende caminhar.

Todo esse contexto e modelo de desenvolvimento foi descrito na forma de estruturar as cidades. Inicialmente os burgos, depois as urbes, tiveram sua ascensão com o princípio do patriarcado urbano e a exclusão da mulher, uma nova classe social se instaurou nesses espaços, dominando o comércio e as necessidades de grupos distintos. Essa classe conhecida como burguesia detinha os modos de produção, com recursos para comprar daqueles que vendiam sua força de trabalho, para produzir novos produtos.

Com os avanços tecnológicos, a produção intensificada pela indústria ultrapassava as muralhas e foi criada uma rede de produção e consumo entre as cidades. Essa intensa malha de comunicação gerou novas demandas de mão de obra e atração de grande público do campo para meio urbano em busca de melhores condições de vida. No entanto, o modelo de dominação dos feudos monetizou-se com o mercantilismo; e as dinâmicas de poder mudaram as relações sociais e o acesso à moradia.

Na cidade industrial, desenvolvem-se outras demandas que fogem ao controle. Os desterrados, sem um lugar para chamar de seu e sem condições para inserir-se no mercado de trabalho, enfrentarão a difícil leitura de signos que apontam para o acesso aos direitos sociais. A venda da mão de obra não é mais uma escolha, é seu único recurso de sobrevivência como ocorreu na Manchester Inglesa.

2.1 O direito à cidade como construção histórico social

O direito à cidade manifesta-se como forma superior dos direitos, pois envolve um conjunto de direitos: o direito à liberdade; à individualização na sociedade, presente no habitat e no habitar; o direito à cultura e à propriedade. Para essa análise, buscou-se o aparato teórico do sociólogo francês Henri Lefebvre (1901-1991), em sua crítica ao cotidiano e à produção social do espaço em 1968, *Le Droit à la ville*, traduzido para o livro *O direito à cidade* (2001), é um direito humano e coletivo que contempla a sociedade atual, bem como as futuras gerações.

Envolve um compromisso com a ética e com a política, em favor da vida e da dignidade humana. De acordo com Lefebvre (2001, p. 105), “o direito à cidade é inerente à sociedade urbana”, pois as necessidades sociais fundamentadas nas necessidades antropológicas de segurança e a de abertura, a de certeza e de aventura, a da organização do trabalho e a do jogo, de previsibilidade e do imprevisto,

de unidade e de diferença, de isolamento e de encontro, de trocas e de investimentos, de independência (e mesmo de solidão) e de comunicação, de imediatividade e de perspectiva a longo prazo. Tem necessidade de ver, de ouvir, de tocar, de degustar, de reunir essas percepções num “mundo”.

A essas necessidades antropológicas socialmente elaboradas acrescentam-se especificidades que não satisfazem os equipamentos comerciais e culturais que são mais ou menos parcimoniosamente levados em consideração pelos urbanistas. “Trata-se da necessidade de uma atividade criadora, de obra (e não apenas de produtos e de bens materiais consumíveis), necessidades de informação, de simbolismo, de imaginário, de atividades lúdicas” (LEFEBVRE, 2001, p.105). A criatividade humana necessita de espaço físico e social para se manifestar, como necessita de um mundo organizado para o trabalho, mas com espaço para que a vida possa ser vivida em sua forma humanizada e descontraída no espaço social da cidade.

De acordo com Henri Lefebvre (2001, p. 7), “o direito à cidade é o acesso à vida urbana, condição de um humanismo e de uma democracia renovados”. Com essa definição, o autor convida a romper com todos os sistemas, sem substituição por outro, mas abrindo o pensamento e a ação, em direção a possibilidades que mostrem novos horizontes e caminhos. Sabe-se que as questões relativas à cidade e à realidade urbana não são completamente conhecidas, o que distancia a teoria da prática. A considerar o grande indutor dessa questão, a industrialização, que induziu os problemas relativos ao crescimento e a planificação, às questões relativas à cidade e ao desenvolvimento da realidade urbana, sem omitir questões referentes ao lazer e à cultura.

A industrialização é a principal característica da sociedade moderna, classificada como *sociedade industrial* (LEFEBVRE, 2001), forneceu o ponto de partida para refletir a modernidade e o capitalismo concorrencial com a burguesia industrial, extinguindo o espelho de cidades arcaicas europeias. Inaugurando um novo protótipo, o tecido urbano, que, muito além de sua morfologia, é o suporte do modo de viver, onde a base econômica aparece fenômenos da vida social e cultural. A partir desse marco, os grandes centros que se constituíram como espaços de poder, deixando a margem ou franja da cidade, excluída, fora desse tecido. Isso aconteceu porque o camponês não conseguiu se adaptar ao modelo de cidade industrial, que

confronta o retrato da ruralidade. Esse mesmo camponês que foi expulso do centro urbano e da urbanidade, que lhe fora prometido, enquanto proletariado, que enfrentou o êxodo do campo em busca de qualidade de vida na cidade industrial.

Entre as malhas do tecido urbano persistem as ilhotas e ilhas da ruralidade “pura”, torrões natais frequentemente pobres (nem sempre), povoados por camponeses envelhecidos, mal “adaptados”, despojados daquilo que constitui a nobreza da vida camponesa nos tempos de maior miséria e opressão (LEFEBVRE, 2001, p. 19).

Para Lefebvre (2001), o êxodo rural partiu de uma estratégia, no entanto queriam colocar o proletariado numa hierarquia distinta da que impera na empresa, das propriedades, das casas e dos bairros, diferente de apenas produtores assalariados. O que buscavam era um cotidiano melhor, imaginavam um *habitat*, a ascensão à propriedade. “A consciência social vai deixando pouco a pouco de se referir à produção para se centralizar em torno da cotidianidade, do consumo”. Contudo, esses proletariados, que chegaram na cidade, conseguiram apenas o status de suburbanos e dos pavilhões residenciais, perdendo a consciência do que é urbano, numa “urbanização desurbanizante e desurbanizada”, de modo paradoxal (LEFEBVRE, 2001, p. 22).

O direito à moradia aflora na consciência social um apêndice dos direitos humanos, trocando o habitar, em sua riqueza de conceito, para o conceito de *habitat*, onde os moradores não se reconhecem como pertencentes àquele espaço diferente do seu imaginário que se esfumaça até desaparecer.

A cidade promove uma atividade de mediação cultural, com signos próprios, ideologias, tendências e estratégias políticas. Com seu sentido semântico, semiótico ou semiológico a realidade urbana se estrutura com um conjunto de signos e significantes próprios. A cidade é lida e escrita, tendo um contexto próprio, uma metalinguagem de imediatismo e inconscientes escondidos nos espaços habitados. A cidade apoderou-se do modo de viver, pensar e dividir o trabalho e as responsabilidades, os desejos e as necessidades no interior das habitações.

Lefebvre (2001) aponta o modo de se lançar o olhar e efetuar a leitura da cidade, que é em si objeto de desejo e revela diferentes níveis de realidade e potencial análise, não podendo ser definida sem a sociedade humana que nela habita. A globalidade significada na semiologia do poder, dá sentido ao modo de viver e habitar.

Em suas diferentes dimensões, a cidade tem sua dimensão simbólica; suas construções não habitáveis (monumentos, praças e avenidas), que simboliza o cosmo. Em sua dimensão paradigmática, refere-se ao seu interior e exterior, a oposição centro periferia, o que integra o excluído desse espaço. E em sua dimensão sintagmática, aponta a ligação e articulação de elementos isotópicos e heterotópicos.

Um dos pontos críticos do pensamento de Lefebvre (2001) é o “pavilhão”, os aglomerados de habitações populares fora dos espaços urbanos nobres, longe dos equipamentos sociais, dotados de meio de transporte caótico. Tais espaços foram desenhados por arquitetos que projetaram em suas máquinas o modo de viver do proletariado.

Essa planta, diferente da plantação no campo, que retorna o sustento, produz mais desigualdades sociais, uma safra de gente excluída do acesso à terra, a bens e serviços. “A cidade replica a essa ação da senhoria da terra e é uma luta de classes que se desenrola, ora latente, ora violenta. A cidade se liberta, não sem se integrar ao se tornar senhoria plebeia, mas é ao Estado monárquico, que ela se integra” (LEFEBVRE, 2001, p. 72). É o conflito rural-urbano, também nomeado pelo autor de “rurbano”, resultado do processo de quatro etapas da cidade: a política, a comercial, a industrial e o ponto crítico (industrialização-urbanização).

Assim, Lefebvre (2001), corrobora para elucidar que a socialização da sociedade poderia ser facilmente trocada por urbanização da desta, o que revela a necessidade perigosa da relação entre a industrialização e a urbanização, onde o valor de troca e o valor de uso impera sobre as relações humanas. Onde os camponeses sem posses, arruinados, ávidos de mudança, são acolhidos pelas favelas (mediador insuficiente), que se consolidam entre o campo e a cidade, entre a produção agrícola e a indústria. Esse sucedâneo à vida urbana, miserável e intensa que as abriga, desaparecendo o velho animal rural e o animal urbano, originando a cidade, com seus problemas de urbanismo, subordinados à organização geral da empresa indústria com seu jogo de satisfazer as necessidades.

Spósito (2000) corrobora com a perspectiva teórica de Lefebvre ao argumentar que a cidade de hoje é o resultado cumulativo de todas as outras cidades produzidas pelas transformações sociais ocorridas ao longo dos tempos e engendradas pelas relações que as promovem. Citando a obra de Lewis Mumford (1895-1990), *A cidade na História*, a autora aponta para a importância de se voltar ao passado para essa

compreensão:

Se quisermos identificar a cidade, devemos seguir a trilha para trás, partindo das mais completas estruturas das funções urbanas conhecidas, para os seus componentes originários, por mais que se apresentem no tempo, no espaço e na cultura (LEWIS MUMFORD, 1961, apud SPÓSITO, 2000, p. 11).

De acordo com Spósito (2000), “a cidade é o modo de organização espacial que permite à classe dominante maximizar a transformação do excedente alimentar, não diretamente consumido por ele, em poder militar e este em dominação” (SPÓSITO, 2000, p. 17). As cidades ganham importância na produção de mercadorias e difusão do comércio, promovendo a especialização funcional e a vida social e política. Era o novo caminho que transformava a cidade mercantil em cidade de predomínio industrial em detrimento das demais atividades.

No século XVII, a cidade, base territorial da industrialização, como atividade industrial que transforma os produtos da natureza com a força de trabalho humano sobre as máquinas. É o fim da produção centrada no artesão, o qual passa a vender sua força de trabalho por salário nas fábricas, onde detém maior concentração de produtos. O capitalismo exige uma produção cada vez mais rápida e com menor custo, levando ao conseqüente aumento populacional, por pessoas que deixam o campo em busca de melhores condições de vida e venda da mão de obra assalariada.

Para a autora, a industrialização tem seu papel definidor no modo de viver e migrar para as cidades, na busca por trabalho, na facilidade na disponibilidade do produto artificial, muito mais rápido que o resultado do trabalho agropecuário, deixando acreditar que independentemente da estação do ano, não haveria falta do mantimento. A busca por atender às necessidades de subsistência e ainda à disponibilidade de tempo para a recreação, levou à busca pelo empreendimento fabril, trocando o campo pela cidade. A urbanização, a partir da industrialização, gerou a acumulação de riquezas, tornando-se em espaço de poder político e econômico.

Com a imigração as cidades passaram a deter grande reserva de força de trabalho e do avanço tecnológico. Assim, as cidades, como formas especiais produzidas socialmente, mudaram efetivamente, recebendo reflexos e dando sustentação a essas transformações estruturais que estavam ocorrendo no âmbito do modo de produção capitalista. Os espaços são divididos em centro, com seus monumentos, ruas estreitas, casas pequenas e pátios anexos às casas dos mais ricos. Enquanto a periferia se divide em bairros de luxo e bairros pobres, industriais e depósitos. Então, pode-se entender que a industrialização forjou um sonho irreal, mas

resultou no modelo de cidade disponível na atualidade, mas com tudo isso pergunta-se: o que é cidade?⁷

Rolnik (1995) relaciona o morador da cidade, o poder urbano, à divisão de classes sociais, à participação ou apenas submissão às regras e regulamentos que organizam a coletividade, sem oferecer ameaças aos mais poderosos. Teria sido assim na *polis* grega, com sua *acrópole* (cidade alta e fortificada, com prática política exercida pela comunidade de seus cidadãos) em torno da *ágora* (cidade baixa, aberta às reuniões).

Na *polis*, a cidadania só era possível para o proprietário de lotes agrícolas no terreno abarcado pela cidade, de modo que escravos, estrangeiros e mulheres estavam excluídos dessa atividade. Ir para a cidade, mesmo que não fosse necessariamente felicidade, saúde ou prosperidade, significava concretamente a libertação. No entanto, soltando as amarras, perdia também o acesso à terra e, conseqüentemente, à sua subsistência, sua condição; agora, era de livre e de despossuído.

Com o princípio do patriarcado urbano, uma nova classe social se instaurou nesse campo das cidades, dominando o comércio, as necessidades de grupos distintos: aqueles que tinham recursos para comprar e aqueles que vendiam sua força de trabalho para produzir novos produtos em uma produção intensificada pela indústria, que ultrapassava as muralhas, criando uma rede de produção e consumo entre as cidades. O lema era separar e dominar, uma nova segregação, agora na cidade, a segregação espacial, ao invés de cercas e muralhas, as barreiras inexpugnáveis entre o bairro popular e demais bairros (ROLNIK, 1995).

Ainda com Rolnik (1995), a segregação espacial se manifesta na atualidade, nos condomínios fechados, sob sistemas de segurança com seu minucioso controle dos lugares e acesso a bens e serviços, atividades desenvolvidas, como trabalho e estudos, lazer e moradia. Assim, mesmo o poder público corrobora com a divisão entre o público e privado, como forte produtor de segregação e zoneamentos entre os

⁷ A resposta dessa questão seria respondida facilmente por Freire (2001): “A Cidade se faz educativa pela necessidade de educar, de aprender, de ensinar, de conhecer, de criar, de sonhar, de imaginar de que todos nós, mulheres e homens, impregnamos seus campos, suas montanhas, seus vales, seus rios, impregnamos suas ruas, suas praças, suas fontes, suas casas, seus edifícios, deixando em tudo o selo de certo tempo, o estilo, o gosto de certa época. A Cidade é cultura, criação, não só pelo que fazemos nela e dela, pelo que criamos nela e com ela, mas também é cultura pela própria mirada estética ou de espanto, gratuita, que lhe damos. A Cidade somos nós e nós somos a Cidade” (FREIRE, Paulo. **Política e educação: ensaios**. 5. Ed. São Paulo: Cortez, 2001, p. 13).

trabalhadores (*papollo magro*), a senzala ou grêmios corporativos, em detrimento aos espaços dos patrões (*papollo grasso*), a casa grande (ROLNIK, 1995, p. 50; LEFEBVRE, 2001).

A segregação alcança a micropolítica familiar. A divisão social do trabalho afasta a mulher da produção e dos assuntos do mundo exterior, recebendo um título de nobreza local 'rainha do lar', característica de seu afazer, especialista em domesticidade. Ressaltando as diferenças pela separação, tornando mais acirrado o confronto, mais difícil o acesso ao outro lado. Deixando de ter o pleno acesso ao direito à cidade (ROLNIK, 1995). Então o acesso à vida urbana não é para todos? A habitação como direito universal convergido à coletividade não resultaria no direito à cidade? Como compreender esse sistema economicamente construído com base na necessidade humana?

De acordo com Fani Carlos (2009), as grandes cidades têm oferecido segurança, conforto e bens culturais para as pessoas, embora a finalidade do processo migratório seja trabalho e vida digna. As cidades brasileiras foram construídas com base no desenvolvimento econômico e no déficit habitacional. O cotidiano é apontado como construtor da identidade, produzido nos movimentos sociais, interpretando o mundo que lhes é peculiar a partir da condição e modos de vida determinados. A metrópole espelha a diversidade constituída de hábitos, costumes diferenciados de apropriação do espaço urbano. "A vida das pessoas se modifica com a mesma rapidez com que se reproduz a cidade" (CARLOS, p.19, 2009). O uso diferenciado atribuído à cidade é resultado do modo desigual em que os espaços são construídos, em meio às diferentes necessidades e pontos de vistas.

A dimensão do humano expressa no processo de produção das relações, pela formulação econômica e social capitalista. Destacando a importância do resgate das emoções e sentimentos, o humano para além das necessidades vitais, envolve o pensar e o sentir, produzindo ideias, comportamentos, valores, conhecimentos, lazer e cultura. Criando laços de união com as pessoas, a consciência coletiva como base de qualquer movimento social em diferentes classes de acordo com sua história de luta. O espaço enquanto reprodução da vida inter-relaciona o do modo de vida com o processo de trabalho. "A habitação como uma das necessidades básicas e fundamentais do homem dá-nos uma visão precisa sobre o modo de vida urbano, o local de morada é associado ao preço da terra" (CARLOS, 2009, p. 79).

De modo que os movimentos sociais urbanos pelo direito à cidade defendem uma luta mutável entre o racional e o irracional, pois não buscam apenas equipamentos sociais. Uma vez que a produção espacial é a expressão da sociedade meio as contradições sociais. “É uma segregação espacial decorrente do desenvolvimento desigual das relações capitalistas cuja natureza está no modo de exploração do trabalho pelo capital, fundado na apropriação pelo ter, isto é, pela condição de proprietários de bens” (CARLOS, 2009, p. 84).

Para a autora, o espaço traz a marca da sociedade que produz, no caso analisado, uma sociedade hierarquizada, dividida em classes. Um homem produz a história a partir de um processo contínuo onde cada geração tende suplantar a anterior. É uma história que, ao realizar-se, dá novo significado à natureza e reproduz constantemente o humano. O homem cria o mundo, faz a história, humaniza-se, mas o processo continua contraditório. As desigualdades não podem mais ser ignoradas, o acirramento das contradições urbanas, fruto do crescimento rápido, no qual o Estado se coloca a serviço da reprodução ampliada do capital, é um fato incontestável. O espaço urbano se reproduz, reproduzindo a segregação, fruto do privilégio conferido a uma parcela da sociedade brasileira.

A reprodução do espaço não se dá apenas a partir da contradição entre produção socializada e apropriação privada, ocorre também a partir da luta no interior da sociedade entre necessidade e a reprodução do capital. “O espaço de luta. E nesse sentido, o espaço não é apenas produzido em função das condições de reprodução de capital, mas também em função das condições de reprodução da vida humana (CARLOS, 2009, p. 84). O que faz pensar que a responsabilidade de transformação do espaço e da sociedade é de todos, a fim alcançar a liberdade e evitar uma humanização-desumanização ocasionada pelo processo homem-máquina ou homem-mercadoria. Só o processo de humanização se configura na possibilidade de o homem construir sua humanidade.

De acordo com Carlos (2009), os movimentos sociais de bairro fazem parte da dinâmica social do mundo urbano capitalista e, ao mesmo tempo, constituem-se como formas de solidariedade, coesão comunal e de luta por melhores condições de vida da população pobre. Os movimentos de bairro se baseiam na coesão social, sua expressão ‘para fora’, modo como reivindica junto aos poderes públicos o atendimento das demandas das urgências da vida urbana. As interações cotidianas implicam na

descoberta de modos de vida, problemas e perspectivas comuns, ao mesmo tempo que desenvolvem a identidade, a consciência das desigualdades e as contradições da vida humana.

Para a autora, os movimentos sociais surgem da consciência das diferentes condições de vida entre as classes sociais. Em decorrência da vida na cidade, o sujeito se conscientiza do seu direito de participar das tomadas de decisões. A experiência e a força alcançadas nos movimentos, marcando o início do processo de trocas por meio de debate, avançando para a democratização, construindo o ideal de sujeito coletivo por meio da ação. Em meio à luta por transformações socioeconômicas-espaciais.

O direito a uma vida decente para todos deve ser garantido, seja no campo ou na cidade. O direito de obter da sociedade os bens e serviços mínimos para a dignidade da pessoa humana. Essa seria a primeira fase de alcance dos movimentos sociais, assumindo uma dimensão política mais ampla que o direito à cidadania, do direito à cidade, num patamar de reprodução da vida.

O processo de constituição da vida humana, a partir dos processos de reprodução da vida material, funda-se na divisão social do trabalho. Também reproduzido pelo espaço, o processo de alienação, uma vertente da contradição entre produção socializada do espaço e sua apropriação privada. É no processo produtivo que ocorre a coisificação das relações sociais.

O humano é desvalorizado em detrimento do poder e da riqueza produzida, o que requer novas formas de luta, em favor da construção de uma cidade democrática e livre. No entanto, só existe liberdade se o humano for livre, vivendo a vida em sua plenitude. Esse é o ponto fundamental na superação do sistema de valor de uso e de troca. O novo urbano produto das relações e não as fundamentadas na subordinação dos indivíduos na segregação social, mas produto das novas relações entre as pessoas, realizadas em função de novos valores.

2.2.O caso inglês: as condições habitacionais da classe proletária em Manchester

Com o propósito de se compreender o espaço social e o processo histórico que levou à criação da habitação destinadas aos proletariados, por parte do Estado, a presente seção considera de relevante importância discutir a condição habitacional da

Inglaterra no século XVIII, por se tratar dos princípios da reflexão sobre a questão habitacional para as classes menos favorecidas oriundas do campo em direção à cidade industrializada. Mesmo que o período histórico distancie do objeto de estudo, sem risco de anacronismos, de modo que, entender o famoso caso inglês corrobora para reflexão sobre a criação dos conjuntos habitacionais em Anápolis, considerando o interesse dos grupos no processo de migração, a população de origem rural e o destino que as trouxeram para a cidade industrializada, tal qual Anápolis, também conhecida como ‘Manchester Goiana’, na década de 1950.

A industrialização seria o ponto de partida para a “problemática urbana”, como também o “o motor das transformações na sociedade”. O processo de industrialização como o “indutor e que pode contar entre os induzidos os problemas relativos ao crescimento e à planificação, as questões referentes à cidade e ao desenvolvimento da realidade urbana”, sem omitir a crescente importância da cultura. “A industrialização caracteriza a sociedade moderna” assim, surgindo o termo inevitável de “sociedade industrial” (LEFEBVRE, 2001, p. 11).

Conforme apresentado por Friedrich Engels (1820-1895), em *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*, no século XIX (ENGELS, 2008), industrial que percorreu algumas metrópoles no auge da industrialização e do movimento operário, denunciava as condições de habitação da classe proletária. O autor teria estudado um dos principais problemas urbanos, a moradia, deixando de destacar outras questões sociais que assolam a urbanidade, pois a vida urbana entra de marcha ré, pela necessidade através da pobreza. O limite da segregação tem como resultado os guetos, sendo de vários tipos: o dos judeus e os dos negros; dos intelectuais e dos operários; e a iminência dos proletariados.

Essa questão foi discutida por Lefebvre (2001) em *O direito a cidade*, apontando os bairros residenciais como guetos divididos por classes sociais, deixando de lado as necessidades dos trabalhadores em função de daqueles que detêm maiores condições econômicas e sociais. Como ele mesmo aponta:

Os bairros residenciais são guetos; as pessoas de alta posição, devida às rendas ou ao poder, vêm a se isolar em guetos da riqueza [...]. Lá onde uma ação preparada tentou reunir camadas sociais e as classes, uma decantação espontânea, logo as separou (LEFEBVRE, 2001, p. 98).

Essa decantação em classes sociais ou categorias, oculta por vezes, a segregação, em dimensões específicas, podendo ser de caráter ecológico, destacada

na exclusão dos espaços habitáveis como o processo favelamento, seja de caráter formal, como a deterioração dos sentidos de urbanidade nos elementos arquitetônicos ou ainda a exclusão social, que alcança níveis de vida em função do modo de vida, ou da etnia, ou ainda de caráter cultural e político, ao que se acrescenta a esta, a condição de vida das mulheres dos bairros de interesse social, no Brasil, como categoria proletária.

Alguns autores do século XIX destacaram a situação do operariado em função da moradia. No chamado *caso inglês* destacado na obra de Engels (2008), a situação da classe trabalhadora na Inglaterra apontava para a ação do Estado e da empresa, o esforço para absorver a cidade e suprimi-la, convergindo para a segregação, que representa a crise da cidade, que é em si das instituições, da jurisdição e da administração urbana e dos seus equipamentos sociais. O déficit habitacional, por sua vez, representa a crise das cidades e o impacto do processo de industrialização (ENGELS, 2008).

Engels destaca a cidade operária (*Building society* ou *Company town*) como um empreendimento privado, de moradias e equipamentos sociais, como escolas, centro de saúde, condições sanitárias, transporte, lazer, criado a partir de uma engenharia social paternalista. Esse espaço permitiria um maior controle da vida do trabalhador, que, enquanto classe, viveria em relativas condições de salubridade, e conseqüentemente, manteria a produtividade.

Essas cidades foram criadas estrategicamente nas proximidades dos locais de trabalho e com acesso externo limitado. Esse registro teria sido resultado das observações feitas por Engels, depois de sua estadia em Liverpool e Manchester. Para ele: “Nas cidades que surgiram como centro de indústria, esta falta de habitação é por assim dizer, conhecida” (ENGELS, 2008, p. 2).

A questão da habitação seria o cerne da solução burguesa, como da pequena-burguesia, que seria a propriedade do proletariado de sua habitação. A origem desse dilema estaria, na industrialização alemã, onde haveria a maior concentração de operários assalariados proprietários da sua habitação, como também de uma horta ou de um campo com a posse, de fato garantida.

A falta de habitação seria um problema ainda mais antigo, em face de todas as classes oprimidas em todos os tempos. Entretanto, a modernidade, marcada pelo aumento colossal dos aluguéis e a alta demanda de inquilinos no mesmo imóvel,

aumentou as dificuldades de tais classes em habitar, tendo em vista a impossibilidade de encontrarem alojamento (ENGELS, 2008).

De acordo com esse autor, uma questão que deve ser considerada é a da capitalização e desvalorização de imóveis em detrimento do acesso à habitação. De modo que, nas cidades modernas, o solo e as construções em áreas centrais passam por uma valorização complexa, pois a edificação, mediante a falta de manutenção, tem seu valor decrescido em relação ao solo, que é supervalorizado.

Em Paris, Georges-Eugènes Haussmann (1809-1891), o bonapartista, explorou essa tendência para o enriquecimento privado. O mesmo espírito teria passeado por Londres, Manchester, Liverpool, Berlim e Viena. A dinâmica dessas cidades empurra os operários para as péssimas condições de moradia nos centros ou para os arredores das cidades. O que torna compreensível a adesão às colônias de operários, com sua água canalizada, iluminação pública, aquecimento, horta, secadouros, balneários, estabelecimento para tomar uma cerveja, escola para as crianças, igreja, quarto de leitura, biblioteca, restaurante, lugar com música e dança.

Mesmo com um som utopista, registra-se um modelo desse tipo de colônia em Guise, na França, construída por um fourierista⁸. Como experiência socialista, registra-se também a colônia comunista de Harmony Hall, fundada em Hampshire, na década de 1840, mas que havia desaparecido. De modo que seria pouco provável que um capitalista venha fazer tal investimento e modelos de habitação com estruturas mais complexas (ENGELS, 2008).

Para Engels (2008), as *Building societies* possuem características especulativas e, de modo algum, cooperativas. Portanto, deveriam ser chamadas pelo termo alemão de *Hauserwerbvereine*, que são associações com contribuições periódicas dos sócios para aquisição da casa própria. Sendo que os recursos para a construção eram em parte dos sócios, parte do fundo de poupança e parte dos empréstimos.

Portanto, são instituições de crédito hipotecário adaptadas às necessidades dos operários que utilizavam a poupança destes para que as companhias construíssem suas casas que eram hipotecadas a juros altos. Aqueles que sonhavam com sua casa, recebiam-na por meio de sorteio à medida que ficavam prontas; e as

⁸ Fourierismo é uma teoria de organização social idealizada pelo filósofo e sociólogo Charles Fourier. Influenciado pelas ideias de Rousseau, acreditava que seria possível reorganizar a sociedade através da criação de falanstérios, comunidades cooperativas e autônomas.

que restavam, eram alugadas ou vendidas, acumulando uma fortuna para a sociedade construtora que dividia o montante no ato da dissolução da sociedade.

Engels (2008) discorre sobre sua experiência oriunda de visita *in loco* (1843), identificando-os como os piores bairros de Manchester, que passaram por uma remodelagem para abrir espaço para os trilhos de ferro e arejamento sanitário, removendo os operários para o que o autor chama de “escárnio mais terrível de toda a cultura”, referindo-se ao fato de 90% ou mais, da população: “não ter um lugar para chamar de seu” (ENGELS, 2008, p. 52). Desse modo, para o autor, “o centro peculiar da existência moral da família, casa e lar, é arrastado pelo turbilhão social” (p.13), a solução para esse dilema seria que cada um se tornasse proprietário e não inquilino de sua habitação⁹.

As chamadas cidades de companhia” ou “cidades industriais”, “*mill towns*” (cidades de fiação) ou *industrial villages*, termos “vilas operárias” ou “cidades operárias descritas por Cristina Maneguello (2001), em *A cidade industrial e seu reverso: as comunidades utópicas da Inglaterra Vitoriana*, apresenta narrativa dos experimentos utópicos na Inglaterra do século XIX, iniciadas por Robert Owen (1771-1858), considerado o “Pai do Cooperativismo” em New Lanark, na fábrica que adquiriu de seu sogro, visando a uma sociedade melhor em 1799, adequando o ambiente às teorias de Thomas Spence (1750-1814), o *self-made-man*, o que envolveu melhor remuneração, horário de trabalho e casas para os seus operários¹⁰. Criou, em 1816,

⁹ Outros modelos de *Company's towns* em Chicago (EUA), pela Pullman Company (1893), o Rancho dos Mineiros em *Brook Sides* (1970). No Brasil, em Salvador- Bahia, a *Companhia Empório Industrial do Norte* (1890) e a *Fordlândia* (1930), no Pará, pela empresa *Andrade Gutierrez (também na Cataluña, Espanha)*. (VIEGAS, Harife. *Company Towns na Amazônia. Realidades Urbanas*. 16 de janeiro de 2012. Disponível em: <http://realidadeurbanas.blogspot.com/2012/01/company-towns-na-amazonia.html> ; MATOS, Vanessa Cristina Santos. **Do Lar a Fábrica: Mecanismos De Pressão Social, Disciplina e Controle Moral Primeira República (1892/1919) - Salvador/ Bahia**. Disponível em: <http://e-revista.unioeste.br/index.php/travessias/article/download/3118/2456>).

¹⁰ Nos Estados Unidos (1924-1929), foram sete comunidades (e mais três owenistas incidentalmente), rejeitavam os estabelecimentos comuns (bares, por exemplo), com exceção de New Harmony (Indiana,1825-1828), Wanborough (Illinois,1825), Blue Spring (Indiana,1826), Kendall (Ohio,1926), Yellow Springs (Ohio,1825); Valley Forge (Pennsylvania,1826) e Nashoba (Tennessee,1825). Em 1930, Edward T. Graig (1804-1894), organizou a Colônia Integral de Talahine (Condado de Clare, Irlanda); entre 1831 e 1833, John Scott Vandeleur, transformou 618 acres de terra em uma cooperativa sob a direção de um famoso owenista de Manchester, presente na comunidade de Manea Fen (Cambridgshire, 1838). Outra comunidade owenista foi Pont Glas (Merionetshire,1840), e a galesa em Garnlwyd (Carnarthenshire) dirigida pela *Leeds Redemption Society* (1847-1855) e em Queenwood (o Harmony Hall) e East Tytherly, Hampshire (1839-1845), citadas por Engels (2001). Nos Estados Unidos, um boom comunitarista (1940), de inspiração fourierista: Promisewell (Pennsylvania), Society of ne-mentians (para divulgação da fé); Skaneateles (Nova York); Equality (Wisconsin) imigrantes ingleses sob liderança de Thomas Hunt e Goose Pond (Pennsylvania). Na América, antes da Guerra Civil, se identifica 130 comunidades com afinidades owenistas, sem registros, elas duraram poucos anos e com impacto social pequeno.

o *Instituto para a Formação do Caráter*, em que a filantropia e o ideal educacional se uniam numa proposta que poderia ser ampliada para contemplar as *Poor Laws* (1834). Nesses espaços, a divisão social do trabalho destinava às mulheres os cuidados das crianças, cultivar as hortas; poderiam trabalhar na manufatura por até quatro a cinco horas por dia, pois deveriam fazer as roupas, cuidar da cozinha e dos dormitórios e supervisionar a educação das crianças na escola e treinar, para os mesmos serviços, as crianças mais velhas.

Desde a Revolução Industrial Europeia, a classe operária tem sido alvo de exploração da mão de obra, sem se considerar suas necessidades humanas. Um modo de garantir maior produtividade, por parte dos donos dos meios de produção, foi a construção de cidades próximas às fábricas, a fim de se ter um maior aproveitamento do tempo do trabalhador em função da linha de produção.

Esse modo de construção da sociedade em favor do acúmulo de capital também foi discutido por Edward Palmer Thompson (1963), em sua obra *Formação da Classe Operária Inglesa*, considerando que os acontecimentos históricos foram fundamentais para a formação da classe operária na Inglaterra. De acordo com o autor, as experiências coletivas contribuíram para o reconhecimento de um grupo multifacetado, mediante interesses e necessidades comuns. Dentre outras, a tradição dissidente, forneceu um espaço livre para a atuação intelectual e experiências democráticas, com disposição inicial à amotinação e a defesa das liberdades (destacando nos séculos XVIII e XIX, a corrupção monárquica, a carestia dos alimentos e o fechamento das terras comunais).

Assim, a fim de retomar a questão do direito à habitação e sua relação dialética, portanto conflituosa com os objetivos da sociedade urbano industrial, como apontado acima, considera-se que o direito à habitação, que situa na categoria de direito social, assim como os demais direitos dessa esfera, tem sido sustentado *por legislação que não saíram do papel*, portanto, ainda não eclodiram na materialidade histórica de grupos sociais oprimidos. A urbanidade, um sonho do camponês que veio para a cidade em busca de melhores condições de vida, perdeu-se no caminho rumo à fábrica onde sua força de trabalho é vendida para subsistência mínima de sua prole.

Nesse trânsito outros direitos foram atropelados, lugares sociais abalados, pela exploração de mão de obra mais barata. Mulheres e crianças perderam seu lugar

social, sendo mais explorados por seu baixo custo na venda de mão de obra, considerada como menos significativa. Os planos de melhor qualidade de vida são deixados para o futuro, pela promessa redentora da educação. Entretanto, adormecidos pelo cansaço após um dia laborioso e com pouco ânimo que resta, não é possível dedicarem-se ao processo de aprendizagem e de transformação da realidade.

Essa análise se torna ainda mais reveladora ao considerar esse camponês/operário, na condição da mulher, enquanto chefe de família, a partir de sua saída do meio rural para a cidade em busca de melhores condições de vida e de educação. Grande parte dessa população se perdeu em algum momento histórico de suas utopias, devido a diferentes dificuldades que tiveram em ter acesso à educação. Isso fez com que a formação dessas mulheres se tornasse estruturada apenas em suas necessidades básicas, seja a de adaptação ao meio urbano, seja a de moradia, seja a de subsistência elementar para elas e suas famílias.

Aplicando essa análise à categoria mulheres chefes de famílias, residentes nos espaços urbanos segregados, encontram-se em sua maioria na condição de excluídas socioespaciais, discriminadas pelo conjunto da sociedade e destituídas dos direitos inerentes à cidadania civil, política e social. De um modo geral, o que fica perceptível nessa construção teórica é que o direito à cidade está diretamente ligado ao acesso à vida urbana e à democracia na prática e não só no marco legal.

A moradia e o *habitat* dependem de políticas habitacionais e tecnologias em arquitetura voltadas para o social e não apenas para a organização industrial. De modo a perder o objetivo da industrialização, que é a melhoria das condições de vida humana e não subordinação da vida à condição de receptora passiva dos produtos e produção industrial e a exploração do trabalho social.

O estado e a iniciativa privada não cumpriram o papel de oferecer modelos para racionalizar a realidade da sociedade urbana e suas necessidades. Promoveram a segregação social da classe operária, a miséria do proletariado e as condições de habitar e habitat disponibilizados. Contribuiu assim, para a reprodução do *habitat* dos operários enquanto periferias insalubres, desconsiderando que o operário é um ser humano, com capacidade para produzir e criar suas necessidades de consumo, necessitando ser formado para resolver seus problemas de modo criativo e menos dependente dos donos dos meios de produção.

A arte e a ciência têm sua obrigação com as gerações futuras de aproximar espaços, de atender às necessidades sociais e políticas relacionadas ao habitar justo, humano e humanizador, considerando ainda as peculiaridades e a cultura de cada grupo ou categoria da classe proletária.

A Educação crítica e criativa deve ser prioridade nas políticas públicas, pois somente por meio de tal formação dos agentes as desigualdades sociais podem ser confrontadas, tornando a vida mais compreensível, dando condições mínimas de direitos para enfrentar a dinâmica social na luta pela dignidade da pessoa humana, em especial no caso das mulheres chefes de família, que enfrentaram o êxodo rural e faziam parte de uma categoria de excluídas, ao longo da história da humanidade, do acesso à educação, o que comprometeu a compreensão de seus direitos e conseqüentemente, na luta por estes.

Entre a classe de excluídos do sistema de produção de riquezas e do modo de habitar que esse sistema produz, a categoria feminina tornou-se duplamente excluída e segregada do acesso aos direitos sociais ao longo da história, ao ponto de não ser considerada como pertencente à massa de operários que lutaram por direitos, ou mesmo como verdadeira proletariada, pois, até mesmo o título de reprodutora da sociedade lhe fora negado nas descrições nos fatos históricos. O processo formativo da cidadã, da mulher, da mãe de família, não pode ser deveras tão excludente, o momento histórico já não o permite, reconhecimento, moradia e educação é o mínimo na reivindicação dos direitos sociais da mulher.

Compreende-se que a transformação de uma classe é em si um fenômeno humano ontológico e não apenas técnico, restando à classe proletária o fator de mudança, onde o ser humano se forma e as lideranças são formadas. E nesse grupo, onde se encontra a categoria feminina, que por sua vez, não se destaca em representatividade, dependendo da educação para a sobrevivência, aquela que se aprende com a vida e as necessidades, ouvindo os relatos das iguais.

Como Lefebvre (2001) já demonstrou, de modo geral, o direito à cidade é o acesso à cidadania por parte dos proletariados, que têm suas origens no meio rural e busca condições de vida melhor na cidade industrializada. A categoria mulheres, busca do acesso aos direitos sociais, representa o acesso de todo grupo familiar. No entanto, para o gênero feminino isso parecia mais difícil, em especial o direito à moradia e à Educação.

2.3 O sistema brasileiro de habitação: manutenção da lógica do espaço urbano

O Brasil, desde a colonização portuguesa, buscou importar do Velho Mundo as possíveis soluções de seus problemas políticos, que mediante as diferenças históricas, culturais e sociológicas, raramente são eficientes. Alguns aspectos comuns em algumas etapas do processo de modernização à serviço do capital, possibilitam a compreensão do SHIS de Portugal¹¹ adaptado ao Brasil. Tal como o processo de saída do campo para a cidade, o êxodo rural em busca de melhor qualidade de vida por parte do operariado, deu início às habitações improvisadas e o processo de industrialização tardia, em relação a outras regiões da Europa.

Ao que se refere ao direito à habitação, presente no discurso moderno e democrático, o que se verifica é a busca de descentralização da administração estatal e um certo direcionamento aos rumos da sociedade civil em forma de provisão pelo privado, sem suporte de outras políticas sociais que considerem a amplitude dos direitos fundamentais. O que acaba por ter um efeito rebote, resultando mais distanciamentos entre as classes sociais, onde quem detém os meios de produção e o mercado mantém vantagens sobre os menos favorecidos.

Bonduki (1998), em sua tese de doutoramento, questiona a função social da moradia pelo mercado e a distribuição de um bem de interesse social pelo Estado: *O acesso à moradia com qualidade arquitetônica e urbanística coexiste com espaços populares?* Para o autor, o estudo de história só tem sentido se servir para compreender o presente e interferir na construção do futuro. Assim destaca a intervenção estatal da Era Vargas (1930-1954), a política social do governo em busca

¹¹ Em Portugal (século XIX), ausência de políticas públicas na produção de cidades e o acesso aos direitos sociais, para a classe operária urbana. Ao modo inglês, conforme Ferreira (1994), no artigo *O bairro Social do Arco Cego em Lisboa: uma aldeia dentro da cidade de Lisboa*, bairro situado no centro da cidade, com equipamentos públicos favoráveis à qualidade de vida (transporte público privilegiado; sede da Caixa Geral de Depósitos; Instituto Superior Técnico e a Escola D. Filipa para educação de mulheres). O contexto histórico de Portugal, com invasões francesas e a independência da maior colônia de exploração, o Brasil (1822). O início do modo de produção capitalista na estrutura agrária, a migração para as cidades em busca de trabalho e qualidade de vida nas poucas indústrias nascentes e no comércio nas grandes cidades e zonas portuárias lusitana. Conforme o Inquérito Industrial (1881), a situação se agravou nas cidades, com a especulação sobre alojamentos operários, o preço do solo, a insolvência habitacional nas cidades de Lisboa e Porto, crescia a necessidade de intervenção do Estado. Meio a Proclamação da República Portuguesa (5 de outubro de 1910), a instabilidade sociopolítica e o clamor social, o Decreto nº 4.137/1918, apresentava a situação da insalubridade habitacional e a necessidade da construção de casas econômicas em alta escala nas grandes cidades, apoiada pela imprensa da época. O jornal *O Comércio do Porto* (1918), previa os ganhos para a classe trabalhadora com o surgimento dos bairros de interesse social, como o aumento de emprego, circulação de riqueza e investimento rentável para o Estado, a exemplo França, Inglaterra, Bélgica e Itália. Ao final, o bairro foi entregue para apoiadores do regime autoritário.

de moradia e acesso à terra, e, ainda, a intervenção no mercado de aluguéis e a força do mercado. Inicialmente em São Paulo, por impulsionar a formação e fortalecimento de uma sociedade de cunho urbano-industrial, capitalista, destacado no Decreto-Lei do Inquilinato (1942), que congelava os aluguéis, regulamentava ações entre locadores e locatários, criava carteiras prediais dos Institutos de Aposentadoria e Previdência e da Fundação da Casa Popular. Tal medida deu início à produção estatal de moradias subsidiadas, em parte, viabilizando o financiamento da promoção imobiliária, e loteamentos periféricos com o Decreto-Lei nº 58 de 1938, que regulamentou a venda de lotes urbanos e prestações. Essas ações criaram ao governo de Vargas a imagem de pai dos pobres ao intervir nas questões sociais dando início à política habitacional (BONDUKI, 1998).

No Brasil, durante a chamada República Velha (1889-1930), a habitação apresentava uma ausência do Estado na produção de moradia e na regulamentação do mercado imobiliário. Período de recusa da intervenção direta no âmbito da construção de casas para os trabalhadores, marcado por políticas repressivas, com normas sanitárias e ações policiais, valorizando os locadores. As atividades econômicas centravam na agroexportação, os aluguéis resultaram em aplicação na poupança e retornava em investimento do Estado na Industrialização inicial.

Durante a Primeira Guerra Mundial, a imigração estrangeira nas cidades do Rio de Janeiro e São Paulo valorizava ainda mais os imóveis habitacionais. Restando aos proletários, os cortiços com instalações insalubres, sem saneamento básico, sob império absoluto do locador, sem intervenção do Poder Público, proporcionando um controle ideológico, político e moral dos trabalhadores (BONDUKI, 1998)

Com a Revolução de 1930, as políticas sociais populistas sofrem ruptura na forma de intervenção do Estado, bem como na economia e na regulamentação das relações capital/trabalho das massas populares urbanas. Os grupos participantes do poder, a classe média, composta por tenentes, oligarquias periféricas, viabilizaram maior acúmulo de capital no setor urbano através do custo de reprodução da força de trabalho com o apoio à classe trabalhadora, o inquilinato e os menos favorecidos. Antes do Governo Dutra (1946-1951), não houve uma estratégia de enfrentamento do problema habitacional com delegação de poder a um órgão que coordenasse ou articulasse com os vários governos (BONDUKI, 1998).

Em 1946, criou-se a Fundação da Casa Popular (FCP) em resposta do Estado

à crise do pós-guerra. Com objetivos megalomaníacos, propunha financiar moradia, infraestrutura, saneamento, indústria de material de construção, pesquisa habitacional e formação de técnicos. Tudo isso sob gestão dos recursos acumulados nos Institutos de Aposentadorias e Pensões (IAPs). A implementação da política nacional de habitação era uma resposta à grave crise habitacional brasileira que resultou em um grande fracasso, como mostra a Revista do Arquivo Municipal, nº 82, PMSP, SP, 1942; Revista do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio; o Observatório Econômico-financeiro e o Digesto Econômico e a Fiesp (BONDUKI, 1998).

O autor defende que o insucesso dos objetivos dos IAPs e da FPC, somados a uma política paternalista, resultou na criação do Banco Nacional de Habitação (BNH) e o Sistema Financeiro de Habitação (SFH) (1964), onde não existiam taxas ou depósitos compulsórios cobrados especificamente para financiar a produção habitacional, como o Fundo de Garantia de Tempo por Serviço (FGTS). Chegando a uma produção superior a 140.000 Unidades Habitacionais (UH), categorizado em Planos de aquisição da habitação em A, B e C, conforme o padrão da habitação.

Os Planos A e B, excluindo a produção estadual, municipal e os financiamentos do Plano C dos IAPs, chegando a abrigar quase 1 milhão de pessoas nas grandes cidades brasileiras. Parte dessa produção habitacional foi influenciada pela produção habitacional pública da Europa de Portugal, que visava incorporar à produção massiva de habitação, equipamentos sociais nos conjuntos de blocos de apartamentos multifamiliares padronizados com vários pavimentos como residências operárias em *pilotis* (BONDUKI, 1998).

A exemplo do que ocorreu em Portugal (1937-1950), quase 500 UH para classe média e 618 edifícios de apartamentos foram construídos com recursos dos IAPs, arruinando as poupanças dos trabalhadores. Período do surgimento das primeiras favelas de São Paulo (bem como os loteamentos periféricos decorrentes da grande industrialização) e intensificando as do Rio de Janeiro, com ocupação de espaços públicos por famílias despejadas ou migrantes recém-chegados. O que gerou novos problemas sociais, como o de mobilidade, transporte, infraestrutura, saneamento e salubridade tanto na periferia, como na favela. A concepção de HIS também estava presente não como ação positiva, mas como desculpa para justificar as condições de assentamento precário e insalubre, que gerou novos problemas sociais, como maneira de enfrentar a ausência de moradia (BONDUKI, 1998).

No que concerne ao modelo de políticas de moradia, classificado como Habitação de Interesse Social, Plainter (2012, p. 10) defende que essa vertente foi “[...] construída através da intervenção do Estado, podendo ser por aplicações de investimentos, subsídios do governo, pois os rendimentos dos seus procuradores não possibilitam o acesso à moradia por meio do mercado imobiliário privado”.

O termo remonta Portugal (1919-1935), o primeiro século de promoção de *habitação social, habitação econômica, habitação acessível, habitação oficialmente apoiada/protegida*, ou outras designações, se constituem como parte de uma **política social de habitação** e não de uma **política de habitação de interesse social** (como é chamada no Brasil), considerando duas perspectivas: (i) proporcionar habitação em condições mínimas de habitabilidade, para quem não tem; não gerar novas carências mediante a programação habitacional com critérios essencial e absurdamente quantitativos; (ii) responder a novas carências habitacionais, associadas, a novas formas de habitar, novos desejos e necessidades habitacionais, a evidentes carências urbanas pormenorizadas e localizadas, de regiões pouco habitadas (COELHO, 2009),

De acordo com Claro (2016), falar de uso do território é também falar de relações de poder, uma vez que a produção do espaço e uso do território pelos agentes e suas relações, revelam suas dinâmicas. “Nesse cenário, as políticas públicas são instrumentos para os usos e usuários do território, frutos de jogos políticos, disputas de poder e conflitos entre diferentes agentes” (CLARO, 2019, p.16).

Nesse sentido, a HIS não nasceu como política pública acabada, fora sendo gestada pelo Ministério das Cidades (criado em 2003) e respaldada politicamente pelo Conselho Nacional das Cidades e ao longo das quatro Conferências das Cidades (em escalas Nacional, Estadual e Municipal).

A HIS foi, em realidade, um conjunto de ações para o tratamento da questão habitacional em nível nacional que consolidou um marco regulatório importante no país; a Política Nacional de Habitação (2004); a Lei Federal que instituiu o Sistema Nacional de Habitação (SNH, Lei nº 11.124, de 16 de junho de 2005) e o Plano Nacional de Habitação, aprovado em 2009 (PlanHab). Tal legislação carimbou a política urbana brasileira com seu rótulo IS de "interesse social".

A nomenclatura HIS e modo de poduzir habitação financiada pelo Estado com o dinheiro dos trabalhadores. Seria uma prática portuguesa durante o governo militar, que não deu certo, modificando o modo de produzir HIS em Portugal e não no Brasil.

De acordo com Bonduki (1998), a habitação de interesse social no Brasil, destaca-se durante o período de Vargas (1930-1954), momento em que o Estado brasileiro passa a intervir tanto no processo de produção como no mercado de aluguel, abandonando a postura de deixar a questão da construção, comercialização, financiamento e locação habitacional com as livres forças do mercado. Era uma estratégia para impulsionar a formação e fortalecimento de uma sociedade de cunho urbano-industrial, capitalista, mediante uma forte intervenção estatal.

Em 1942, a Lei do inquilinato, que regulamentou as relações entre locadores e inquilinos, a criação das carteiras prediais dos Institutos de Aposentadoria e Previdência e da Fundação da Casa Popular, que deram início à produção estatal de moradias subsidiadas e, em parte, viabilizaram o financiamento da promoção imobiliária, e o Decreto-Lei n.º 58, que regulamentou a venda de lotes urbanos a prestações.

Outra novidade eram as vilas operárias, conjuntos de casas construídas pelas indústrias para serem alugadas a baixos aluguéis ou mesmo oferecidas gratuitamente a seus operários, primeiros empreendimentos habitacionais de grande porte construídos no país. No entanto, o que se tinha em jogo era a emergência do trabalho livre no país. Grande parte das vilas operárias surgem em decorrência da necessidade de as empresas fixarem seus operários nas imediações das suas instalações, mantendo-os sob seu controle político e ideológico e criando um mercado de trabalho cativo (BONDUKI, 1998).

Conforme Maricato (1995), no Brasil, a produção dos espaços se deu como movimento contraditório, onde a mercantilização da terra, a especulação imobiliária e a financeirização da moradia são marcas cada vez mais presentes. Um fenômeno contemporâneo, tanto hegemônico como de alienação do processo de reprodução do capitalismo, a partir da cidade e a massificação do modo de vida, do século XXI, em que mais da metade da população mundial vive em ambiente construído, uma mercadoria especial, que tem o atributo de captar ganhos sobre formas de renda.

Desse modo, tem-se no século XX, a população imigrante, depois a população migrante, que buscam a inserção econômica e a melhoria de vida, mas que acabaram por se extinguir, sofrendo a exclusão, o confinamento em guetos de pobreza homogênea, onde a discriminação lhes oferece um lugar. Em sua maioria, esses lugares são povoados por mulheres e crianças vítimas de diversos tipos de violência,

com baixa escolaridade, difícil acesso à justiça, em total ausência de cidadania. Em suma: carência material em face da exclusão política, onde ser pobre não é apenas não ter, é ser impedido de ter, é o ter sobre o ser.

No Governo de João Goulart (1961-1964), o Seminário de Habitação e Reforma Urbana, coordenado pelo Instituto de Arquitetura do Brasil (IAB), organizou o seminário conhecido como *Quitandinha*, no Hotel Petrópolis, no Rio de Janeiro, que corporificaram as Políticas Habitacionais e a Reforma Urbana (1963). Proposta de capacitação de valores imobiliários e aplicação da função social da propriedade e ainda da proteção urbanística, ambiental e cultural; as políticas habitacionais envolvendo aluguel ou prestação, proporcional à renda familiar; serviços urbanos, como transporte, serviços públicos que não visam fins lucrativos, sendo subsidiados e reajustados conforme o salário-mínimo, dando o poder de decisão aos trabalhadores que participam da gestão dos serviços. A gestão democrática da cidade, os conselhos, as audiências públicas, os plebiscitos, referendos populares, iniciativas e vetos legislativo.

Vale lembrar que, desde a ditadura militar no Brasil (1964-1985), o Banco Nacional de Habitações tinha como fonte financiadora o FGTS e o Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE), a poupança privada de todos os trabalhadores. Sem atingir a ordenação do mercado de terras e a supervalorização destas. O Estado não regulou o uso e a ocupação do solo, como deveria ser, tendo conseqüentemente que regular o mercado. Era o resultado do trabalho do próprio operariado que lhes garantiam o direito à materialização da moradia, mas essa realidade não se efetivou na materialização jurídica do princípio da função social da propriedade.

Em 1964, o estado autoritário, tecnocrático e centralizador corroborou para a criação e gestão de Sistema Financeiro da Habitação e o Banco Nacional da Habitação (SFH/BNH), sob a Lei Federal nº 676 de 1979, que trata do parcelamento do solo e seu caráter excludente no parcelamento do espaço urbano. O modo como o direito à cidade reflete nas classes sociais é diferente, enquanto a cidade manteve os espaços físicos disponíveis no seu interior, “o desenvolvimento urbano permitiu uma convivência contraditória entre o direito (de fato), de moradores das populações de pouco ou nenhum valor econômico e o direito (legal) de propriedade, que regula as transações nas áreas mais valorizadas” (MARICATO, 1995, p. 77).

Em 1964, a SFH/BNH, no governo militar, estruturou o mercado imobiliário

urbano capitalista com o investimento da poupança dos trabalhadores – FGTS e voluntário SBPE – no financiamento da habitação e verticalização das cidades. Pouco mais de duas décadas o BNH era instinto (1986), em meio a “um incêndio nos seus arquivos no Ministério da Habitação e Desenvolvimento Urbano, depois da denúncia de dinheiro público para fins privados” (MARICATO, 1995, p. 22).

Na década de 1980, no bojo do processo de redemocratização do país e marcado por um momento de amadurecimento de um discurso inovador sobre a política urbana, organizou-se o Movimento Nacional pela Reforma Urbana, articulado em torno dos nascentes movimentos sociais de luta por moradia, reforçado pelos movimentos de organização política promovidas pela igreja católica (Comissão Pastoral da Terra e Comunidades Eclesiais de Base), sindicatos, universidade e Partidos dos Trabalhadores. Tendo como princípios do Movimento Nacional pela Reforma Urbana são os seguintes:

Direito à Cidade e à Cidadania entendido como uma nova lógica que universalize o acesso aos equipamentos e serviços urbanos, a condições de vida urbana digna e ao usufruto de um espaço culturalmente rico e diversificado e, sobretudo, em uma dimensão política de participação ampla dos habitantes das cidades na condução de seus destinos.

Gestão Democrática da Cidade, entendida como forma de planejar, produzir, operar e governar as cidades submetidas ao controle e participação social, destacando-se como prioritária a participação popular.

Função Social da Cidade e da Propriedade, entendida como a prevalência do interesse comum sobre o direito individual de propriedade, o que implica no uso socialmente justo e ambientalmente equilibrado do espaço urbano (Carta de Princípios para a Elaboração do Plano Diretor, FNRU, 1989)¹².

A descentralização administrativa estabelecida pós-constituição (1988), buscou fortalecer o papel dos municípios, ampliando a autonomia municipal e as possibilidades de gestão das cidades na perspectiva de construir um espaço social mais digno para todos, e não apenas para os privilegiados de sempre. Com a mobilização popular em defesa de uma cidade socialmente mais justa e politicamente mais democrática, foi apresentada uma proposta de reformulação da legislação através da Emenda Constitucional de Iniciativa Popular pela Reforma Urbana,

¹²O Fórum Nacional de Reforma Urbana é uma articulação de atores sociais que envolve movimentos populares, organizações não governamentais, entidades de ensino e estudantis, associações de classe e instituições de pesquisa, com o objetivo de lutar por políticas públicas distributivas na promoção da reforma urbana no Brasil. Organizado nas cinco regiões do país (1987), para modificar o processo de segregação social e espacial nas cidades brasileiras, para que se tornem mais justas, inclusivas e democráticas. Visa o acesso aos serviços públicos de qualidade a toda a população, garantia do cumprimento da função social da cidade, da propriedade e a criação de instâncias de participação democrática e controle social efetivas (<https://forumreformaurbana.org.br/biblioteca>).

subscrita por 130.000 (cento e trinta mil) eleitores e encaminhada ao Congresso Constituinte (1988) pelo Movimento Nacional pela Reforma Urbana, que resultou no capítulo de Política Urbana da Constituição (artigos 182 e 183).

O direito à cidade¹³ é em si o cumprimento da “função social da propriedade” (BRASIL, 1988, art. 182, §2º), que desde 1986, já embasava a proposta de reforma urbana que culminou na Assembleia Constituinte. O ordenamento urbano deve ser cumprido no contexto municipal, determinada pela legislação municipal. De modo que a propriedade urbana cumpre sua função social, quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade conforme expressa o Plano Diretor. Em 1988, o Fórum Nacional da Reforma Urbana (FNRU), defendeu o direito à cidade e à cidadania, bem como o acesso universal, aos equipamentos e serviços urbanos, condições de vida digna, participação política e inclusão das diversidades culturais.

O grande paradoxo da evolução do Direito à cidade no Brasil, em especial à questão da HIS, estaria na legislação federal que não definiu as chamadas ZEIS, e criam em tese as HIS a partir destas. Em função desse processo, ficou determinada a criação do Estatuto das Cidades (EC), pela Lei Federal nº 10.257 de 10 de junho de 2001, prometendo a criação de cidades mais humanas, que cumpram com a função social da propriedade urbana, criando-as com subtipo de regulamentação, que aproveita imóveis vazios ou subutilizados, mas que dependem de ação direta do Poder Público e capital privado para acontecerem.

Somente em 2003 será criado o Ministério das Cidades, responsável por criar políticas públicas voltadas para a habitação, ocupação, mobilidade e saneamento. E em 2005, institui-se o Sistema Nacional de Habitação, com a Lei Federal nº 11.124 de 2005, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS) e cria o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS). Seguido pelo Programa Acelera Brasil (PAC), em 2007, responsável por criar projetos de infraestruturas sociais e urbanas como habitação, saneamento, mobilidade, redução de riscos e recursos hídricos.

A Lei Federal no 11.977, de 7 de julho de 2009, que dispõe sobre o PMCMV e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas, determina

¹³ O direito à cidade, considera o espaço físico como centro das estratégias e pedagogia de incidência e transformação social. A Educação, o conhecimento, a informação e o pensamento crítico, são recursos sociais fundamentais para se construir o direito à cidade e a promoção efetiva da democracia. É o direito de todos e todas ao acesso à habitação e a todos os serviços relacionados à vida urbana para a qualidade de vida, conforme representação social de grupo e cultura.

que os contratos e os registros efetivados no âmbito do programa devem ser formalizados, preferencialmente, em nome da mulher. Contudo, a mais notável das legislações foi a que reconheceu a importância do direito à moradia para a mulher, A Lei nº 12.693, de 24 de julho de 2012, determinou que, no caso de dissolução de união estável, separação ou divórcio, o título de propriedade do imóvel adquirido no âmbito do PMCMV, na constância do casamento ou da união estável, deverá ser registrado em nome da mulher ou a ela transferido.

Outros espaços da vida urbana também influenciam na autonomia e no exercício de direitos das mulheres ao mercado de trabalho, ao lazer, à saúde, à educação e a outros serviços – que pode acentuar as desigualdades de gênero, quando deficiente.

Os transportes públicos, que deveriam ser disponibilizados a todos com preço justo e com qualidade, muitas vezes, tornam-se local de assédio, verbal ou físico, e até mesmo de violência sexual contra as mulheres. Um aspecto importante da mobilidade das mulheres nas cidades, mas pouco considerado, é a iluminação pública, como aponta a Plataforma Cidades Seguras. Ruas escuras e mal iluminadas e sem policiamento adequado representam maior ameaça para as mulheres. Esse elemento se revela ainda mais relevante nas periferias das cidades, em que o sistema de iluminação pública é geralmente mais precário ou, até mesmo, inexistente, aumentando a vulnerabilidade das mulheres (Cidades Seguras para as Mulheres, 2016).

A Constituição Federal de 1988 já previa, no parágrafo 1º, do art. 183, que “O título de domínio e a concessão de uso serão conferidos ao homem ou à mulher, ou a ambos, independentemente do estado civil” (BRASIL, 1988). Como forma de integração de gênero no desenvolvimento urbano, onde as desigualdades sociais se manifestam no cotidiano das mulheres, em meio à falta de autonomia e acesso aos direitos. Mesmo com os avanços alcançados como aumento da renda, onde a renda feminina no domicílio é superior a 50% (26,27% em 1996; 41,37%, 2013).

A violência contra mulheres aponta dados lamentáveis quanto ao número de mulheres que foram mortas por agressões: 17.1167 (2009-2011) e 17.581(2011-2013), novos casos, todos ocorridos no âmbito doméstico e familiar, mesmo com a Lei Maria da Penha, 11.340, de 07 de agosto de 2006.

De acordo com Rolnik (2012), em *Como fazer valer o direito das mulheres à*

moradia? No Brasil, em relação à ausência de disponibilidade de serviços, infraestrutura e equipamentos públicos, em todas as dimensões, a mulher é sempre mais afetada do que o homem, pois são elas que despendem mais tempo às tarefas domésticas, mesmo quando trabalham fora de casa. Somado a isso, o aumento do número de crianças em famílias monoparentais, em sua maioria de baixa renda e chefiadas por mulheres, representam 53,5% da população total, sendo 54,4% em áreas urbanas e 47,1% em áreas rurais (IBGE, CENSO, 2010).

A Relatoria Especial da ONU para a Moradia Adequada promoveu um estudo específico sobre o assunto priorizando a questão de gênero. Para a relatoria sete elementos constituem direito à moradia: segurança da posse; habitabilidade; disponibilidade de serviços; infraestrutura e equipamentos públicos; localização adequada; adequação cultural; não discriminação e priorização de grupos vulneráveis; e custo acessível. O estudo reconhece que a propriedade da moradia ainda está sob domínio do homem e em situação da dissolução da união conjugal, a mulher acaba por ter que deixar a casa, tornando-se vítimas de violência doméstica sem segurança da posse da moradia, principal causa de morte pelo agressor, questão fundamental para proteção e autonomia às vítimas de ameaça ou violência.

Consoante Rolink (2012), a propriedade da terra e da moradia está, majoritariamente, nas mãos dos homens, em casos de divórcio, as mulheres são forçadas a deixar a casa, por não terem garantia da posse; ou sem título de propriedade não conseguem se inscrever em programas de crédito ou solicitar empréstimos para melhorar sua moradia ou seus negócios; casamentos não reconhecidos junto às autoridades, muitas vezes, põem em risco o direito das mulheres à moradia. O fundamental é que todas as pessoas tenham direito a morar de forma estável e segura, segurança da posse.

Sobre a habitabilidade, Rolnik (2012) assevera que para não impactar na vida das mulheres, quem normalmente exerce o papel social de cuidadoras da casa e da família, a moradia adequada com boas condições contra intempéries (frio, calor, chuva, vento, umidade, ameaças de incêndio, desmoronamento, inundação, ou fatores de risco à saúde e a vida humana). O tamanho da moradia e a quantidade de cômodos deve ser condizente ao número de moradores. Com espaço para lavar roupas, armazenar e cozinhar alimentos, conectada à rede de água, saneamento básico, gás, energia elétrica. Disponibilidade de serviços, infraestrutura e

equipamentos públicos (escolas, creches, postos de saúde, áreas de esporte e lazer, transporte público, limpeza e coleta de lixo, dentre outros). A localização adequada, com oportunidade de desenvolvimento econômico, cultural e social (ofertas de emprego, fontes de renda, meios de sobrevivência, supermercado, farmácia, correios), para que as mulheres não sejam prejudicadas, pois morar em lugares distantes, significa dificuldade de conseguir emprego.

A autora ainda critica as políticas de moradias, como simples produção em massa de casas idênticas. “Os projetos são desenvolvidos sem qualquer preocupação com as necessidades sociais e culturais da comunidade beneficiária e aspectos específicos importantes da identidade cultural das mulheres são ignorados nas construções” (ROLNIK, 2012, p. 18). A moradia adequada deve ser acessível aos grupos vulneráveis da sociedade (idosos, crianças, pessoas com deficiência ou com HIV, vítimas de desastres naturais e mulhees), considerando o direito à não discriminação.

O custo acessível da moradia não deve comprometer o orçamento familiar, permitindo outros direitos (direito à alimentação e ao lazer, manutenção da casa, água, luz e gás), isso porque as mulheres têm acesso restrito a empregos formais, direitos trabalhistas, recebendo baixos salários. No caso de mulheres vítimas de violência doméstica, muitas vezes com filhos, o custo da moradia contribui para que ela permaneça na casa do agressor. Nesse caso, deve disponibilizar abrigos especiais, pois se trata de garantir também a integridade física e psicológica dela e dos filhos.

2.4 Contextualizando Anápolis a “Manchester brasileira”

É chegado o momento do estudo em que se aborda o contexto histórico em que estava inserida a cidade de Anápolis e sua região, que, pela localização estratégica, emprestou seu solo como cenário das grandes mudanças na modernização de Brasil. Ao que se refere à sua origem histórica, teve seu primeiro registro pelo viajante francês Auguste de Saint-Hilaire (1779-1853), em sua obra *Viagens à província de Goiás*, que visitou a região entre 1819-1822, quando era parte do município de Pirenópolis, uma fazenda de engenho, com pouso para tropeiros, onde o naturalista teria pernoitado com sua comitiva, sem grandes registros, a não ser

dos insetos e do frio que o incomodou durante a madrugada, às margens do rio da Antas.

Desde os relatos dos famosos oitocentistas, apontavam para o baixo povoamento, a multiplicidade de recursos naturais não explorados e muitas vezes pouco conhecidos, como era o caso do famoso pequi *Caryocars brasiliense*, Cambess, 1828, nomeado por Auguste Saint-Hilare em 1819 (SAINT-HILARE, 1975, p. 41 apud FARIA, 2020, p. 2.846), bem como as riquezas minerais, diamantes, ouro e esmeraldas; a fauna e flora abundante do cerrado e as condições de vida da população nativa.

Saint-Hilaire também observou o modo como a mulher goiana se comportava e o lamentável tipo de tratamento recebido por parte de seu companheiro. Registrou em seu diário de bordo as condições de moradia e a falta de professores e escolas na Província de Goiás. De acordo com o primeiro censo de 1872, a Província de Goyaz, contava com 5.872 (cinco mil e oitocentos e setenta e dois) homens e 5.280 (cinco mil e duzentas e oitenta) mulheres, desses, 7 homens sabiam ler e escrever, nenhuma mulher letrada fora registrada (IBGE, 1974).

Na Era Vargas, o discurso referenciava a Marcha para o Oeste em busca de modernizar solos pouco habitados. Encabeçada pela Expedições da FioCruz (NEIVA; PENNA, 1916), encarregavam-se de entender as condições de salubridade da região para fins de encontrar o melhor local para implantar a capital federal. A condição dos indígenas, primeiros habitantes da região e as doenças como o bócio, descrevia um mundo a ser esquecido. Não havia mais lugar para esses males em meio à modernidade e à demanda por alimentos. Logo foram implantadas em Goiás as colônias agrícolas de Ceres e Rio Verde. A crescente produção agrícola garantiria exportação de alimentos em tempos de guerras, mantendo o caráter agroexportador da economia brasileira.

A industrialização estava à porta, em busca de se fixar em Goiás, assim como foi na Inglaterra, em especial em Manchester, cenário de lutas operárias por melhores condições de moradia, descrita por Engels (1845) no caso inglês. Um século depois, as manchetes de jornais goianos saudavam a nova cidade industrializada no sertão de Goiás:

Saudações a Anápolis
Crescente, superaste as mais cidades
Comércio sem igual, prosperidade
Sacodem teu viver... Andando em passo firme, florescente

Sempre, sempre a crescer! Segue, pois teu destino, honra a fama
 De **Manchester goiana** que proclama
 Teu porte de rainha
 Numa unidade Santa, na harmonia
 Conduz a tua glória, essa ufanía
 De povo que caminha (O ANÁPOLIS, out. 1953, p. 2).

Como é possível perceber na citação, a cidade de Anápolis, em seus tempos iniciais, já foi denominada a *Manchester do goiana*, devido ao seu crescimento industrial e à potencialidade econômica a que se referia em sua possibilidade de produção de riquezas e transportá-las a partir da estrada de ferro, até a efetivação do Porto Seco, provocando a grande migração de pessoas de diferentes classes sociais para a urbes.

O título portentoso de *Manchester goiana*, em alusão à cidade inglesa, tem sua origem no jornal *O Anápolis* (1953), na manchete: “Anápolis a Manchester Goiana”. Esse modelo romântico de se referir ao desenvolvimento econômico da cidade deu-se a partir da chegada da estrada de ferro (1935), que trouxe consigo novas oportunidades de investimentos e trabalhos para a região. Tornando a cidade competitiva em relação às duas capitais planejadas em suas proximidades, Goiânia (1930) e Brasília (1960).

A comparação futurista para época, com a cidade inglesa de Manchester, grande centro industrial e comercial, localizado ao noroeste da Inglaterra, referia-se à condição de grande centro econômico. Antigo povoado céltico (*Mancunium* para os romanos), local onde aconteceu a primeira operação de uma máquina a vapor (1789), a primeira linha férrea de passageiros (1830), cidade ligada por canal marítimo à região portuária da cidade de Liverpool (1894). Essa comparação se deve ao fato de que em Anápolis, na década de 1950, o “comércio estava sedimentado e havia um desejo de que a cidade fomentasse indústrias” (MACHADO, 2009, p. 21).

De acordo com Oliveira Soares (2019), em Anápolis, o processo de urbanização ocorreu com o advento da expansão do capital e, junto com ele, a modernização, pois as cidades são revestidas do discurso burguês. A modernização em Goiás chegou pela cidade de Anápolis, a partir do século XIX, com o crescimento econômico e o escoamento da produção agrícola mediante os trilhos da Companhia Mogiana.

Inicialmente, em 1907, do ramal ferroviário que ligava a cidade mineira de Araguari à cidade goiana de Catalão e Goianira, seu avanço leva o progresso e deixava mais uma cidade fantasma para trás. Aumentando o antagonismo de

interesses sobre o aspecto econômico e político, e, conseqüentemente, atrasando o andamento dos trilhos para manter o terminal e todo seu aparato desenvolvimentista na cidade da vez.

Tal foi a interferência entre Goiás e Minas Gerais, por grupos econômicos do Triângulo Mineiro, para manter privilégios econômicos, associados ao movimento de 1930, as antigas formas oligárquicas atreladas ao campo e ao meio rural, deveriam dar espaço a outras formas de narrativas políticas como a integralização do espaço, o comércio, as cidades, a urbanização e a indústria.

Essas cidades chamadas pelos irmãos Villas Boas (2012) de “as bocas do sertão” como Araguari e Uberaba, onde as jardineiras adentravam para o distante rio Araguaia. Em 1911, a ferrovia chegou em Goiás, período de grandes acontecimentos no Brasil e no mundo, pois aproximava o discurso desde a Proclamação da República, o governo e a sociedade brasileira vinham defendendo a mudança da capital do país para o interior.

A ideia era tirar a capital da beira do mar, por questão de segurança. Ao fim da Primeira Grande Guerra, as companhias imobiliárias vendiam lotes de terras no Brasil Central, para onde seria levada a capital. Curioso é que essas áreas loteadas eram exatamente as mesmas onde hoje se ergue Brasília. Só na Segunda Guerra é que voltaria a ser lembrada a tese da mudança (MACHADO, 2009, p. 6).

O avanço da ferroviária fazia parte de uma proposta maior, que era a ocupação do interior do Brasil no processo de frente de expansão do capitalismo. “É bem verdade que as ferrovias traziam vantagens econômicas consideráveis. Reduziam os custos dos transportes, elevavam a produtividade e economizavam mão de obra” (POLONIAL, 1995 p.10-13)¹⁴. O Interventor Dr. Pedro Ludovico Teixeira (1891-1971), médico, político e intelectual, defendia os interesses desenvolvimentistas dos grupos políticos que pretendiam transformar Goiás em um polo de desenvolvimento e progresso. Nos anos de 1930, a modernidade representava o progresso do Estado, o desenvolvimento econômico, político e cultural da sociedade goiana.

Para aumentar sua importância dentro da economia goiana, vislumbrava-se a Ferrovia Goyzes, desde a época da República Velha (1889-1930), passando pela Vila de Santana das Antas (Anápolis), seguindo pela antiga capital do estado, Vila Boa

¹⁴ Mais sobre o tema ver também: POLONIAL, Juscelino Martins. Ensaio Sobre A Historiografia Goiana E Anapolina. Número 07/08. Janeiro/Dezembro, 2001.

(Cidade de Goiás) rumo ao Rio Araguaia. A pedra fundamental da estação ferroviária de Anápolis ocorreu em 28 de agosto de 1933, pelo então intendente do município João Luiz de Oliveira (1904-1969). A estação, em estilo eclético, foi inaugurada em 7 de setembro de 1935, tida pelos historiadores como o maior símbolo do desenvolvimento econômico da cidade (OLIVEIRA SOARES, 2019).

A revolução de 1930 contrariava o modelo político das oligarquias goianas: o coronelismo, sustentado principalmente pelos Caiados, Bulhões e Xavieres, que estavam sempre à frente das decisões políticas e sociais, contrários à modernização do estado. Essa modernização representava a construção de Goiânia e transferência da capital, a preocupação com as medidas públicas de saneamento e saúde, a inserção de Goiás dentro da economia brasileira e integração nacional pela chamada Marcha para o Oeste. Projetos ambiciosos e fundamentais para o desenvolvimento de Goiás, levando consigo o discurso do moderno e do novo (OLIVEIRA SOARES, 2019).

Desde a emancipação de Anápolis do Município do Meia Ponte (1907), a imprensa local explorava esse discurso de novidade, conforme o acervo do Museu Histórico de Anápolis Alderico Borges de Carvalho. Alguns jornais produzidos a partir de 1930, como o *Annápolis* (edição de Luiz de Godoy teve uma tiragem documentada até 1936), *O operário* (tiragem apenas em 1933), *A voz Umpi*, *A Cinquentenária* (revista comemorativa dos 50 anos da cidade, a edição lançada em 1957), retratavam as transformações políticas, econômicas e sociais que se desenrolaram durante o período (1930-1960). O projeto político de Marcha para o Oeste, empenhado pelo governo federal de Getúlio Vargas e, regionalmente, pelo interventor de Goiás, Pedro Ludovico Teixeira (1991-1979), a construção de Goiânia (1930) a 57 Km de Anápolis e a Construção de Brasília (1960) a 150 km, desta. Goiânia e Brasília foram as duas primeiras cidades a serem pré-projetadas, com alto investimento dos cofres públicos.

Conforme a Lei nº 320, de 31 de julho de 1907, Miguel da Rocha Lima, presidente do estado de Goiás, faz saber que o congresso decreta e sanciona em Artigo único: “*A vila de Santana das Antas* fica elevada à categoria de cidade, com a denominação de *Anápolis*, revogadas as disposições em contrário”. Entre 1870 e 1935, a região do município de Anápolis sofreu profundas mudanças. As poucas moradias existentes, habitadas por escassa população, deram lugar a uma aglomeração humana mais complexa (POLONIAL, 2000, p. 53).

A cidade cresceu e com ela houve um aumento populacional vertiginoso provocado pelos imigrantes, destaque para os italianos em 1912, Sírio-libaneses em 1913 e japoneses em 1929. Em 1910, havia 8.476 (oito mil e quatrocentos e setenta e seis) pessoas; em 1935, já era 33.375 (trinta e três mil e trezentas e setenta e cinco) um crescimento de 293,76% (IBGE, 1940). Entre 1914 e 1922, a ferrovia chegou a Pires do Rio, e, em 1931, chegou a Leopoldo de Bulhões (ponto terminal da ferrovia), onde o foco do capitalismo se servia para alcançar as cidades das proximidades.

Em 1930 houve uma preocupação em expandir o crescimento econômico do Brasil com base em um projeto de industrialização. Entretanto, os promotores desse processo de modernização eram agentes de uma ‘oligarquia – modernizante’, ligadas aos interesses estrangeiros. Essa oligarquia, imbuída dos modernos valores europeus, abandonou o perímetro urbano antigo e mudou o estilo residencial, as propriedades imobiliárias se valorizavam economicamente, os comerciantes de outras regiões migravam em busca oportunidades de bons negócios.

A nova capital passou a ser construída a partir do Decreto nº 3.359 de 18 de maio de 1933, assinado na sede do governo em Anápolis. E, em 24 de outubro, o lançamento da pedra fundamental *in loco*, pois até então todos os assuntos eram resolvidos na cidade. A localização de Anápolis foi fundamental para a construção de Goiânia, contribuiu enviando mão de obra, materiais, fiscais da prefeitura para resolver questões de impostos da obra. Gerando um conseqüente sentimento de repulsa por parte dos anapolinos (1930-1945).

Segundo o jornal *O Anápolis* (08 de novembro de 1945), o governo de Pedro Ludovico estaria em crise quanto aos recursos municipais para a construção da nova capital do estado. Mesmo em crise financeira, não se poupou recursos para a construção da capital, enquanto Anápolis acumulava necessidades de obras de infraestrutura, na época.

Na atualidade brasileira, Anápolis é município de Goiás, propriamente no Planalto Central Brasileiro, Mesorregião do Centro Goiano e Microrregião de Anápolis, situada a 48 km de Goiânia (capital do estado) e a 140 km de Brasília, capital federal. Sua localização geográfica a tornou conhecida como “trevo do Brasil”. De acordo com a Receita Federal (2019), Anápolis constitui uma das oito regiões alfandegárias do Brasil, o Porto Seco (1ª Região, em Goiás, a DRF/Anápolis, CNPJ 1.30.32.01-0), um marco desenvolvimentista para a Região do Centro-Oeste brasileiro, para o

aproveitamento econômico e social da região.

De acordo com o Censo do IBGE (2010), a população na cidade Anápolis, era de 362.991 mil habitantes e seu território é de aproximadamente 933,156 km² (novecentos e trinta e três e cento quilômetros e cinquenta e seis metros), terceiro maior município do estado em população; a cidade recebe grandes fluxos de trabalhadores de cidades vizinhas que trabalham nas indústrias do Distrito Agroindustrial (DAIA), destaque à indústria farmacêutica e o comércio, pois oferece uma gama de serviços e atividades comerciais, na saúde e Educação, produção de riquezas, logística e infraestrutura tecnológica via Porto-Seco, com a Ferrovia Centro-Atlântica e a Ferrovia Norte-Sul (ANÁPOLIS,. 2013).

Polonial (1995) afirma que a região de Anápolis teria sofrido profundas mudanças. Das poucas moradias, habitadas por escassa população, deram lugar a uma aglomeração humana mais complexa. O seu estudo defende quatro momentos, por considerar que o motor da história continua a se mover, como ele mesmo aponta. No entanto, o presente estudo propõe ampliar para cinco momentos de desenvolvimento histórico e social da cidade:

A evolução histórica da cidade está dividida em três etapas: 1870 – 1907, do núcleo à cidade; 1907-1935, período de maior inserção da economia goiana na economia nacional e; 1935-1950, hegemonia do setor terciário e chegada dos trilhos com queda a partir de 1950 com a concorrência de Goiânia (POLONIAL, 1995, p. 33).

Para fins do presente estudo, será descrito os momentos da evolução histórica de Anápolis e, na sequência, o momento histórico que interessa ao recorte temporal da pesquisa. Assim, considera-se o encerramento da quarta etapa (1960-1999), sugerida por Polonial (1995), com o primeiro milênio e mais uma, a quinta etapa (2000-2030). Vale ressaltar, como o autor apontou em seus escritos: “o motor da história continua a se mover” (POLONIAL, 1995, p. 33), acrescenta-se, que cabe ao historiador, passageiro dessa locomotiva, registrar e analisar os caminhos percorridos no tempo.

Assim, o quarto período do desenvolvimento histórico de Anápolis, seria caracterizado por avanços na segurança nacional, desenvolvimento do polo Industrial e no campo Educação, um período que vai da ditadura militar, passando pela redemocratização nacional. O então quinto período da evolução histórica de Anápolis, assim sugerido no presente estudo, envolve momentos marcantes como a virada do

século XXI, com a tecnologia industrial 4.0; implementação na Educação superior e pós-graduação, aumento dos polos universitários; consolidação da chamada *Cidade Inteligente*, em parceria com a *União Europeia*, com resultados da implementação do PAC.

Primeiro, às origens (1870-1910) até início do século XX, que vai da formação do arraial, depois Vila, até a categoria de cidade (Lei nº 320, de 31 de julho de 1907), com predomínio da economia rural e local.

Segundo momento (1910-1930): marcado pela chegada da luz elétrica (1924), do telégrafo (1926) e do primeiro hospital da região Hospital Evangélico Goiano, pelo médico inglês James Fanstones (1927), aumento populacional, expansão comercial e novos cultivos agrícolas.

Terceiro momento (1930-1960): com a chegada dos trilhos ferroviários em 1935, a cidade se torna o maior centro de atacadistas da região brasileira do Centro-Oeste, acumulando capital, contava com duas agências bancárias (grupo Pina e grupo Jonas Duarte). Polonial (1995), citando dados do IBGE (1940), destaca para o crescimento populacional de imigrantes do exterior do Brasil, como os Italianos (1912), os Síriolibaneses (1913) e os Japoneses (1929). Em um crescimento de 293,76% em 25 anos (1910: 8.476 pessoas e 1935: 33.375 pessoas).

Na década de 1940 Anápolis teria recebido a maior leva de imigrantes estrangeiros (japoneses, italianos, sírios, libaneses e palestinos). Esse período foi marcado por grandes transformações nacionais, com a “Marcha para o Oeste de Vargas” (1930-1940), a criação da colônia Agrícola Nacional (1941) e a construção de Brasília (1950), quando serviu de base de fornecimento de materiais de construção e mão de obra operária. Em 1943, a cidade constrói o primeiro bairro da cidade, o bairro Jundiá até a remoção dos trilhos do centro da cidade;

O quarto momento (1960-1999): a cidade se torna base militar responsável pela segurança de Brasília-DF, um novo perfil cultural se instala, recrutamento de pessoal e treinamento, a Base Aérea de Anápolis (1973) e a inauguração do DAIA (1976), nova dinâmica de trabalho, cultura organizacional, mão de obra operária, salários, tecnologia e condição de vida.

Em 1961, foi a criação da faculdade de Ciências Econômicas de Anápolis (FACEA); por meio do Decreto-Lei nº 3.549/1961, com 11 cursos de formação de professores, foi criada a Universidade Estadual de Anápolis (Uniana), que em 16 de

abril do ano de 1999, pelo Decreto-Lei nº 13.456, publicado no DOE-GO/1999, tornou-se a Universidade Estadual de Goiás sediada em Anápolis, de caráter multicampi, no antigo *campus* da Fundação Francisco Manuel dos Santos (FFMS). No mesmo ano de 1999, a implantação da Aduaneira Interior (EADI), primeira estação aduaneira do Centro-Oeste, gerido por empresas privadas.

O quinto momento (a partir dos anos 2000), a indústria 4.0 requer especialização, mais mão de obra e qualificações. A cidade, que contava com o Centro Universitário de Anápolis (UniEvangélica), inaugura o campus Henrique Santillo, na BR 153, Km 153, em Anápolis, da Universidade Estadual de Goiás (UEG), incorporando outras 12 instituições de Ensino Superior isoladas e mantidas pelo Poder Público, totalizando 141 cursos de graduação e 41 Unidades Universitárias em 39 cidades goianas. Outras instituições de ensino, o IFG (2008), dentre outras como Faculdade Católica de Anápolis, Fibra, Fama, consolidam Anápolis como cidade universitária, formando nova classe de cérebros pensantes, novas lideranças políticas se levantam e intelectuais, seus primeiros Tecnólogos da Informação e Comunicação (TIC), químicos, farmacêuticos, arquitetos, médicos, mestres e doutores.

Em 2016, consolida-se como “cidade inteligente” em nível internacional, com o projeto em rede mundial *Human Smart Cities*, nos moldes da União Europeia e Banco Mundial, pelo projeto *My Neighbourhood*, sendo 16 cidades, (9 capitais) Brasília, Belo Horizonte, Belém, Natal, Recife, Porto Alegre e Vitória e demais cidades, Anápolis, Cachoeira de Itapemirim, Colinas do Tocantins, Itabuna, Olinda, Paulista, Rio das Ostras, Taquaritinga e Uberlândia.

Com o desenvolvimento populacional, novas demandas surgiram, projetos inovadores como *Expresso Pequi*, um sistema de transporte sobre trilhos, parte do imaginário popular do Centro-Oeste e conectaria Brasília-Anápolis-Goiânia, com previsão de entrega até 2030, estimulado pelo PAC.

O estudo até aqui desenvolvido neste capítulo, leva a considerar que a história urbana e da urbanização das cidades auxiliam no entendimento de várias sociedades. Anápolis, ao longo de seu processo histórico, passou por várias transformações para se encontrar como cidade moderna, apresentou diversas dificuldades e agentes históricos que auxiliaram para a sua continuação, principalmente pelo setor privado.

Durante o governo Vargas, a cidade foi introduzida à região sudeste do país e tornou-se uma importante fornecedora de matérias-primas; o crescimento que a

cidade passou e a sua reordenação devido à chegada da ferrovia. Durante a década de 1930, Anápolis foi inserida no processo de crescimento econômico através da linha férrea e o seu poder econômico, como consequência, buscou a melhoria do seu espaço urbano, criando normativas que auxiliaram a cidade alcançar as mudanças que buscava para se alinhar aos grandes centros urbanos do país.

A ferrovia foi um motor de grande impacto que acelerou a chegada de novos elementos com o contato de vários agentes políticos e imigrantes para o seu imaginário social (SILVA, 2020; LUZ, 2009). Uma modernidade periférica que encontrou, no seu próprio espaço e nos seus valores culturais, novas maneiras de se fazer e produzir a modernidade como discurso. Contudo, as dificuldades econômicas, culturais e o próprio entendimento de lugar criaram formas de se fazer moderna, criando uma cidade híbrida com múltiplos lugares.

A migração internacional e interna ajudou na construção de uma nova visão sobre a cidade em meio ao sertão brasileiro, quebrando o estereótipo de isolamento que Goiás possuía. Durante a década de 1930 até 1940, mesmo sem ter um projeto heterogêneo de alteração urbana, a cidade manteve a busca de novas formas de se encontrar, por meio das construções de casas, edifícios privados, a regulamentação de leis que disciplinavam o espaço urbano e os seus moradores. Um processo que se mostrou com rupturas e continuidades.

No período que envolve os anos de 1960-1999, marcado parte pela ditadura militar no Brasil e o êxodo rural, a cidade se torna base militar responsável pela segurança de Brasília-DF. Um novo perfil cultural se instala, recrutamento de pessoal e treinamento, a Base Aérea de Anápolis (1973) e a inauguração do DAIA (1976), nova dinâmica de trabalho industrial, cultura organizacional, mão de obra operária, salários, tecnologia e condição de vida.

A cidade se torna centro universitário e referência no comércio exterior com a implantação da Estação Aduaneira Interior (EADI), primeira estação aduaneira do Centro-Oeste, gerido por empresas privadas. Esses acontecimentos não passaram gratuitos pela realidade social, ainda ficou algumas classes sociais presas ao imaginário de cidade moderna, sem terem acesso aos benefícios da industrialização.

Somente a partir dos anos 2000, já na quarta fase da Revolução Industrial, no auge da indústria 4.0 a requerer mão de obra mais qualificada, que a cidade se insere em políticas sociais voltadas para as classes menos favorecidas. O olhar voltado para

as mulheres chefes de família dependeu que a cidade construísse duas capitais, instalasse indústria, recebesse imigrantes, passasse pelo êxodo rural, implantasse centro universitário e elegeesse uma mulher como presidente, sediada a 148 km da realidade de vulneráveis em busca de um teto para chamar de seu.

É sabido que em meio à luta pelo direito à cidade, muitas lutas e conquistas históricas foram travadas e vencidas. No entanto, muito retrocesso, que seria impossível ao direito adquirido ocorreram. Em meio ao desenvolvimento populacional, novas demandas surgiram, projetos inovadores como o *Expresso Pequi*, ainda é parte do imaginário popular do Centro-Oeste e do desejo de reduzir as distâncias sociais entre Brasília-Anápolis-Goiânia, com previsão de entrega até 2030, estimulado pelo PAC.

Muito já deveria ter sido feito com a política nacional favorável à redução do déficit habitacional das classes excluídas pelo MCMV, período que foram construídos, em Anápolis, os primeiros bairros residenciais de interesse social, entre os anos de 2009-2014. Mas dias tenebrosos assolaram a busca feminina por formação, empoderamento e emancipação, seja na escala maior da Presidência da República, seja no contexto privado do íntimo da moradia, onde ser chefe ainda é um sonho para aquelas que dão origem à sociedade patriarcal, seja de modo filosófico segundo o pensamento das pioneiras como Woolf (1929), onde ter um lugar para chamar de seu é a base para o fim da literacia e início da liderança. O que conduz ao disposto no terceiro capítulo desta tese, que irá se ocupar do espaço social e aspectos socioculturais de mulheres anapolinas.

CAPÍTULO III

O ESPAÇO SOCIAL E OS ASPECTOS SOCIOCULTURAIS DAS MULHERES PESQUISADAS

O presente capítulo apresenta o campo de pesquisa, como parte dos resultados, cuja finalidade é compreender aspectos que compõem a cultura e a representação social das mulheres participantes da pesquisa. Traz informações registradas no caderno de campo, e, em seguida, resultados relativos ao questionário aplicado em um universo de 30 participantes, sendo que destas, 10 foram entrevistadas. Neste momento são apresentados os resultados dos relatos, por meio da descrição e análise das entrevistas realizadas junto às mulheres.

Assim, a pesquisa em sua temática central, propõe investigar sobre a história de vida das mulheres chefes de família residentes nos bairros do SHIS, em Anápolis-GO, visando compreender os processos formativos e os sentidos atribuídos à mediação realizada pelos componentes coletivos em suas lutas pelo acesso à moradia e demais direitos sociais.

O estudo foi ao encontro das agentes desse processo, dos aspectos relacionais que deram origem à coleta de dados. As visitas ao campo de pesquisa foram, na verdade, tardes passadas nas casas de algumas dessas mulheres, conversando, interagindo, recebendo a pesquisadora com o seu bem mais precioso, a confiança de sua história de vida, a narrativa de suas mazelas, de suas lutas de superação, de violação de seus direitos e do resgate da dignidade humana.

Considera-se a luta das mulheres participantes da pesquisa como agentes dos chamados novos movimentos sociais, iniciados em 1960, uma vez que no primeiro capítulo do presente estudo foi abordada a luta das mulheres no contexto global dos antigos movimentos sociais. Busca-se destacar a presença da educação popular que permeia os grupos em suas lutas a partir da moradia como ponto fixo, de onde parte a busca por demais necessidades além da subsistência (como alimentação, saúde e segurança) presente também nos interesses dessas lutas, como creches, escolas, transporte escolar.

O fato é que o lugar dessas atrizes é de cuidadoras do grupo familiar, e, em meio a luta por políticas públicas locais, os subcampos, onde de fato ocorrem os embates por cuidados diretos com o grupo como um todo, compondo a chamada economia dos cuidados.

3.1 Os novos movimentos sociais no bairro e a educação popular

O estudo atual, antes de apresentar os sujeitos da pesquisa, pretende apontar o contexto histórico em que as agentes estão inseridas em sua história de luta pela subsistência, por se tratar de uma temática que valoriza a trajetória formativa e a luta de mulheres por direitos sociais. Os movimentos sociais envolvem a luta por mudanças de um grupo em desvantagem, a inspiração da vanguarda dos chamados velhos movimentos sociais, como abertura para as primeiras lutas políticas, por classes sociais e trabalhadoras por intermédio da educação popular.

Os chamados novos movimentos sociais, que surgiram a partir da década de 1960, possuem caráter cultural por parte dos estudantes franceses, e nas camadas populares defendem a ampliação de direitos da cidadania e direitos sociais. A luta das mulheres perpassa os dois momentos, antes invisível pelos direitos humanos e sem lugar de fala, na atualidade, detentoras do título de 'donas de casa', 'do lar', 'domésticas', 'chefes de família', 'presidente do bairro', exercem a chamada economia dos cuidados, buscam acesso aos direitos sociais, por meio de movimentos locais, lutam por atender às necessidades básicas de suas famílias, tido no presente estudo como subcampo onde as *atrizes* exercem sua ação política, além do labor e do trabalho.

Pessoa (2004) compreende que os Novos Movimentos Sociais (NMSs), pós-década de 1970, sofreram um esgotamento do conceito de classes, o conceito bourdieusiano de campo social e o *habitus* do processo educativo encontram sua forma própria de se manifestar. Esses movimentos em particular, estariam relacionando à educação e à dinâmica social. De acordo com Ângela Cristina Belém Mascarenhas (2004), em *Educação para além da escola, o caráter educativo dos movimentos sociais*, que reflete sobre a perspectiva educativa desses movimentos iniciados pela relação educação e cultura: "Não é muito comum, nos cursos de formação de professores nas pós-graduações em educação, discutirmos os processos educacionais que se dão em outros espaços sociais" (MASCARENHAS, 2004, p. 15).

É válido ressaltar que a educação supera as fronteiras tênues da clausura institucional. No meio social é onde a educação acontece em sua riqueza, é o elemento constitutivo da vida em sociedade, elemento de socialização dos indivíduos e intergerações, recriando pessoas e situações envolvidas. A cultura é criada pelo

homem, tornando-o sujeito histórico. A educação é parte desse processo, classificada em autêntica ou não, alienada e desalienante.

Para Mascarenhas (2004), educar(-se) depende das relações sociais. A autenticidade envolve a humanização, criatividade e a solidariedade e ocorre de modo histórico-social e culturalmente. É vivência, (re)criação, movimentos e interações, organização de grupos sociais consolidados por ações conjuntas, criando suas representações e se inserindo de modo ativo na sociedade, o que representa um processo educacional rico e diversificado, os movimentos sociais são imbuídos desse processo de modo significativo.

Segundo Gohn (2002), os movimentos sociais seriam ações sociopolíticas construídas por atores coletivos de diferentes classes, articulados no cenário da conjuntura socioeconômica, criando um campo de força na sociedade civil. Estruturando ações sobre conflitos vivenciados por grupos que desenvolvem o processo social e político, a partir do interesse comum, criando uma identidade coletiva para o movimento, meio a luta social e a busca pelo novo ou reposição do velho, caracterizados como (re)ativo e passivo.

Gohn (2002) agrupa os movimentos sociais de acordo com: a origem social da instituição de apoio ou abrigo de seus mandatários (movimentos sindicais, político-partidários e religiosos); características da natureza (sexo, idade, raça e cor); problemas sociais; conjuntura política da nação (socioeconômica); ideologia. Apontando a diversidade e complexidade dos movimentos na construção de uma prática social e visão de mundo, ampliando aprendizado.

De acordo com Gohn (2004), a educação ocorre no meio dos movimentos sociais como um processo de descobertas, amadurecimento, criação e reinvenção da vida cotidiana. O caráter educativo dos movimentos sociais estaria nas interações. Ali as pessoas se agrupam, aprendem a se organizar, a se reconhecer e se fazer reconhecer, a se posicionar diante das forças sociais. O processo educativo nos movimentos sociais inclui lições de educação política, de acordo com suas experiências de luta por interesses comuns e ações empreendidas.

Mascarenhas (2004) assevera que os movimentos sociais e por educação têm a cidadania como elemento de união, em suas dimensões: da organização política (consciência adquirida progressivamente dos direitos e deveres individuais, que leva à organização do grupo); cultura política (acúmulo de experiência da ausência de

acesso aos direitos no passado, que leva à leitura do presente e construção do futuro; elaborar estratégias de passividade ou luta); espacial-temporal (reconhecimento das condições de vida de populações, refletindo sobre o ambiente construído, espaço gerado e apropriado por grupos e classes, gerando a consciência de cidadania e uso da coisa pública, resistindo a hegemonia dominante).

Enquanto Gohn enfatiza que os movimentos sociais populares são formas renovadas do processo educativo, a educação nesses espaços, ocorreria por princípios que fundamentam programas de educação popular, formulados por agentes institucionais (ligados a sindicatos, às igrejas, aos partidos políticos, às universidades etc.), que interagem com a população de forma organizada. Nesses movimentos, a educação seria autoconstruída no processo e o saber popular, seria politizado, condensado em práticas participativas. Promove um retorno ao pensamento sobre a ação, em Arendt (2001), como fonte do significado da vida humana, a capacidade de começar algo novo, que permite revelar a identidade do indivíduo.

Pessoa (2004) ressalta ainda que esse processo altera as relações entre os agentes envolvidos. Além da aprendizagem individual, ocorre a politização dos participantes desse processo, desenvolvendo uma conscientização coletiva. A estreita relação entre os movimentos sociais e a educação popular pode se dar por meio de reivindicações como creches, escolas, alfabetização de jovens e adultos, ensino noturno, educação rural e outras. Esse tipo de demanda no Brasil tem sido mais enfrentado por organizações informais do que pelo sistema escolar formal.

A educação se faz não apenas em agências conveniadas para isso, mas em todos os espaços em que as pessoas estabelecem significações àquilo que fazem. A educação acontece quando as significações são construídas e trocadas pelos grupos sociais, o que os movimentos caracterizam como produção coletiva de saberes, quando lutam por transformar as condições de vida e trabalho da comunidade. Marx teria apontado para a educação como formação do homem onilateral, completo, que desenvolve todos os aspectos de sua potencialidade humana, do homem inteiro, humanizado (PESSOA, 2004).

De acordo com Pessoa (2004), os movimentos sociais lidam com um processo educativo que se fundamenta na participação política. Dentre eles, é fundamental para a classe trabalhadora esta capacidade do movimento sindical de articular a esfera produtiva com as relações de poder. O globalismo seria a passagem do “Estado de

bem-estar” para o “Estado desorganizado”, a primeira transformação envolve a chamada ‘fábrica difusa’; a segunda envolve o operariado em força de trabalho e forma de contratação, deixando de ser Estado-Providência para ser Sociedade-Providência. A difusão social da produção contribuiu para desocultar novas formas de opressão e isolamento político, emergindo novos sujeitos sociais e novas práticas de mobilização.

Pessoa (2004) utiliza-se do conceito de campo de Bourdieu (1992), em *Responses: pour une anthropologie reflexive*, que o define como em um sistema ou uma configuração de relações objetivas entre posições em uma dinâmica de forças. Dependendo do volume e da estrutura de seu capital, como da evolução do tempo, os agentes podem lutar pela transformação ou pela manutenção do campo. Definidas em sua existência e nas determinações impostas aos ocupantes, agentes ou instituições, por atuar na distribuição de poder (ou capital), que estão em jogo no campo, bem como suas relações objetivas as outras posições (dominação, subordinação, homologação etc.).

O sistema escolar, o Estado, a Igreja e os partidos políticos combatem em relações de força e representam ganhos sistêmicos. A noção de campo exclui o funcionalismo organicista, considerando a lógica de cada subcampo, buscando a transformação temporária até a permanente, importante para a manutenção da vida.

Além da manutenção da vida, a luta por igualdade de direitos por grupos menos favorecidos teria sua construção histórica no Brasil descrita por Gohn (1985) em *A força da periferia*, partindo da sua tese de doutoramento (1979-82), quando acompanhou os movimentos sociais urbanos em seu processo de transformação mais ampla e as práticas constituintes de uma nova ordem social.

Com o processo de redemocratização e a busca por necessidades básicas e de bens urbanos fundamentais para reprodução da força de trabalho, as manifestações (1984) pelas *Diretas Já*, potencializaram os movimentos populares com a participação em comitês suprapartidários (suas lideranças) e a recuperação histórica na luta por creches nos bairros de moradia, como ponto de partida para compreensão da problemática local.

A natureza das relações sociais é uma de suas faces mais visíveis dos MSs, no desenvolvimento da consciência individual. O efeito educativo proporcionou conhecimento dos sentidos e das aspirações populares, o que serviu de base para

hegemonia das classes dominantes.

Os movimentos necessitam elaborar novas políticas e novas estratégias, novas fontes educativas, gerando caminhos de alterações nas relações sociais vigentes, um retorno à sociedade civil, um recuo estratégico para reorganizar a contra-hegemonia popular. A questão é, construir uma nova sociedade baseada em novas relações sociais, é um processo que deveria passar por uma transformação do poder do Estado. Novos projetos e novas esperanças gestadas. A partir destes pressupostos é que deveremos construir novas práticas coletivas, nos movimentos em reconciliação com a educação popular.

Nesta sessão, o que nos importa de forma mais clara, é destacar que as vivências participativas em movimentos sociais se constituem como experiências formativas. Seja nos novos ou nos velhos movimentos sociais, sejam em associações de bairro, os agentes apreendem e (re)formulam novas concepções sobre a realidade política e social, bem como, a sua condição de sujeito histórico.

3.2 Das muitas moradias ao empoderamento: o efeito do lugar da subproletariada nos conjuntos habitacionais

O empoderamento como apropriação pessoal, coletiva e social envolve aspectos preponderantes do poder político e participação democrática aos acessos aos direitos sociais. É a cidadania ativa, que dá voz nas tomadas de decisões da comunidade. De acordo com Arendt (2001a), ser dono de uma casa torna sagrado os espaços que cercam cada propriedade. Dessa forma, o espaço social se traduz no espaço físico, pois a relação da agente com o espaço urbano se dá de acordo com a posse do capital moradia e o conjunto familiar que abriga. É hora de conhecer a interação e suas lutas, junto aos demais moradores da comunidade bairro, que é a coletividade de famílias e suas habitações. “Mesmo o acesso aos bens públicos e privados, em determinado espaço, se dá em conjunto ao capital que se detém” (ARENDR, 2001a, p. 39).

Concorda-se com Bourdieu (2001) quando ele diz que o momento de abrir os depoimentos para o leitor é de grande responsabilidade, pois envolve a confiança conquistada quando se estabeleceu uma relação com as participantes e merecem compreensão por parte daqueles que as ouvem ou têm acesso de alguma forma a essas informações de pesquisa. Pois ao entregar os resultados dos depoimentos, que

foram confiados a propósito de sua existência e dificuldade de viver, os dados foram organizados e apresentados com o objetivo de conseguir do leitor um olhar de compreensão, tanto quanto as exigências do método científico imposto é permitido conceder. De modo que os diferentes estudos de caso se apresentam como pequenas novelas indispensáveis para a compreensão das entrevistas. Por isso e outros pontos de alta relevância para apresentação dos resultados do presente estudo, sua obra é trazida para uma breve síntese introdutória desse momento, uma prévia para a apresentação dos resultados da pesquisa.

Bourdieu (2001) chamou de “O espaço dos pontos de vista”, mostrando o lugar de fala daqueles que ocupam lugar diferente, em função de sua classe social, tratando em especial dos conjuntos habitacionais. Em sua obra publicada na França (1993), na “*Collecion libre examen*” das *editions du Seuil*, mostra o sentido da dor e do sofrimento na experiência vivida sob *habitus* dilacerados em meio à dominação de dominantes sobre dominados. O livro, dividido em seis blocos com entrevistas e suas respectivas análises, pretendia dar conta das diferentes formas contemporâneas de exclusão social, seja o desemprego, a solidão, a velhice, o fracasso, a decadência, o abandono, a violência, a exclusão dos direitos sociais, a educação, a exclusão do sistema escolar levando a condição de “culturalmente desfavorecidos” (BOURDIEU, 2001, p. 486). O sociólogo defende a necessidade de se confrontar visões antagônicas para compreender como é de fato o trágico que nasce da razão social.

Segundo Bourdieu (2001, p. 11), para se compreender o que se passa nos conjuntos habitacionais, e, conseqüentemente, nos estabelecimentos escolares, por serem lugares que “aproximam as pessoas de tudo que separa”, coabitam obrigatoriamente, seja na ignorância ou na compreensão mútua, seja no conflito latente ou declarado, com todos os sofrimentos resultantes. Vale confrontar os pontos de vista, de acordo com a realidade de mundos diferentes ou antagônicos, fundada em razão social, por aproximar as pessoas separadas pelos condicionantes da vida em sociedade. É o intercâmbio entre o coletivo e o privado, a ação pública que deu origem ao conjunto de espaços físicos de caráter privado, a luta pela inclusão do público ao público.

Bourdieu (2001, p. 159) chamou de “efeito do lugar”, realidades desconhecidas dos chamados “subúrbios com problemas” ou “guetos”, que na verdade, seriam fantasias geradas por experiências emocionais invocadas por palavras ou imagens

não controladas, vinculadas à mídia corriqueira. Deve-se valer do método empírico do “ir ver” o que existe, considerando as dificuldades do confronto direto e mesmo os riscos sem méritos (BOURDIEU, 2001, p. 159).

Desse modo, o autor faz crer que o essencial do que se vive e se vê no campo são as evidências impressionantes e as experiências mais dramáticas, que encontram seus princípios completamente em outro lugar, o que chama de ausência do Estado ou onde este poder não atua, pois renunciou a sua função, na chamada “demissão do Estado” (p. 218), e às políticas públicas, chamadas de “mão esquerda do Estado” (BOURDIEU, 2001, p. 217).

As políticas públicas destacam-se na realidade das pessoas que vivem nos conjuntos habitacionais do subúrbio, como pessoas que não se adaptaram à realidade da metrópole, não tiveram grandes oportunidades de ascensão social; decepcionaram-se com as promessas da formação escolar; detiveram-se em subempregos e vivem sérios problemas familiares e sociais de várias ordens, pela ausência da materialização de seus direitos sociais por parte do Estado em momentos definidores de suas vidas. Definidos pela distribuição política que visa corrigir efeitos da distribuição desigual dos recursos de capital econômico e cultural, para uma caridade do Estado, como nos velhos tempos da filantropia religiosa, aos *deserving poors* (pobres merecedores).

O desvio das funções do Estado e a passividade dos agentes de mudanças, deixa de promover o antagonismo pela aceitação. Isso resulta em ausência do Estado de direitos, aniquilação dos direitos sociais e evolução da miséria, bem descrito em “A escola dos subproletários” (BOURDIEU, 2001, p. 219), onde destaca que o desvio do Estado e suas decisões políticas promovem a situação de precariedade dos mais elementares serviços, como educação e saúde às populações mais desfavorecidas dos conjuntos habitacionais ou subúrbios, cada vez mais abandonados pelo Estado, tanto em emprego, transporte, cabendo aos funcionários das escolas promover ações de esperança.

Para Bourdieu (2001), é este o papel da escola, mecanismo de mudanças sociais, por meio de ações transformadoras da realidade social. A escola deve atuar entre humanos com sentimento de estarem acorrentados pela miséria econômica da falta de dinheiro, a escassez de equipamentos sociais, mobilidade; tendo a degradação como maldição ou estigma, que gera o impedimento de acesso aos bens

e serviços como trabalho, lazer, bens de consumo. Nessa roda viva, a experiência inexoravelmente repetida do fracasso, antes de tudo na escola, e depois no mercado do trabalho que impede ou desencoraja qualquer antecipação razoável do futuro. Em ambos os casos, o presente estudo considera que tanto na realidade de Anápolis, como na Europa, esse ciclo de miséria deve ser quebrado e transformado em empoderamento e emancipação social.

De acordo com Bourdieu (2001), isso não é visto como uma realidade temporária, mas uma falta de poder em relação ao presente, característica dos subproletários, à demissão diante do futuro ou à inconstância das aspirações enraizada em condições de existência marcada por incertezas do futuro e discordância interior de aspirações, ao mesmo tempo abertas e fechadas pela escola. A falta de capital cultural seria o principal motivo do fracasso escolar, bem como a idade avançada, somada às condições de existência, que mais distancia do mercado de trabalho e aproxima das atividades reprodutivas. “A Escola interrompe o ciclo natural da reprodução operária baseada na adaptação antecipada às posições dominadas e leva-os a recusar o trabalho braçal, sobretudo na fábrica [...] único futuro que lhes é acessível” (BOURDIEU, 2001, p. 219). Nesse contexto, a mesma escola não lhes dá qualquer garantia em relação ao futuro melhor, levando a um abandono certo.

Bourdieu (2001), sobre a elevada taxa de fecundidade das imigrantes, formulação matemática entre miséria e maior número da prole, que tende a declinar à medida que se eleva o capital econômico e cultural, assevera que se faz necessário um projeto pedagógico (no sentido amplo), tacitamente exigido por seu novo ambiente social. Além disso, a defasagem é bastante profunda, tanto no estilo de vida quanto nas aspirações e toda a visão do mundo, entre pais pouco ou nada escolarizados e crianças que estiveram completamente submetidas aos efeitos de uma estada prolongada no sistema escolar, sofrendo toda sorte de exclusão e preconceito.

Para Bourdieu (2001), os pais estão submetidos aos contragolpes dos sofrimentos dos filhos. Não têm poder para oferecer-lhes meios de existência, nem os arrancar do sentimento de estarem sobrando, pois são excluídos da realidade social e econômica, seja pelo desemprego, seja isolado de suas origens, nesse habitat social, que reúne pessoas aleatoriamente, diferente das favelas que reúne por relação de parentesco. A falta de proposta para o presente ou futuro, sem controle sobre as

aspirações ao consumo mediado pelo universo social obcecado por bens de consumo a que não tem acesso, destacando a peculiaridade da coabitação nesse meio, a falta de apoio social. “Em tal meio ambiente, ninguém pode apoiar outra pessoa, de tal modo que as quedas sociais não encontram os freios ou redes de proteção que são garantidos por outros contextos sociais” (BOURDIEU, 2001, p. 221). Assim, se tornam incapazes de promover uma mobilização coletiva. O futuro dessas famílias, a sua prole, que com o passar do tempo, deixarão de ser crianças e adolescentes, se tornando jovens, ou mesmo adultos, em situação de vulnerabilidade.

Consoante Bourdieu (2001), a população análoga, em meio ao retraimento, ao sofrimento e ao suposto ódio gerador das condenações globais e indiferenciadas, com sua origem racista, encaminha à degradação e estigmatização social. Tais questões conduzem às causas do lugar do Estado no deserdado mundo social, destacando a dimensão política dos processos. E sem alcançar a lógica da denúncia ou acusação, mas voltando para a racionalização do que foi construído historicamente, onde os lugares revelam a luta política e os problemas enfrentados, ainda mais o passado ocultado na realidade dessas famílias. Para Bourdieu (2001), nesses lugares de relegação e as pessoas que ali habitam, “tornaram-se, pelos problemas causados, um dos principais desafios da luta política e é importante opor-se às explicações, cujo caráter altamente fantasista apareceria imediatamente, se não revelassem os fantasmas mais antigos” (BOURDIEU, 2001, p. 221).

Bourdieu (2001) chama de ‘mediatização dos mal-estares sociais’, que resultam em explicações técnicas por meio de relatórios que visam descrever, explicar e curar tais mal-estares. Essas informações são colocadas à disposição da mídia, que tenta por sua vez dar conta da realidade social. No entanto, essas questões são vividas como problemas sociais e locais, pouco alcançam a sociedade global, devendo ser resolvidas de modo político, de responsabilidade coletiva. Ao fim e ao cabo, é pelos agentes sociais a quem é dado voz na entrevista, os mal-estares virarão discursos políticos do subúrbio, “discurso legítimo sobre um mal-estar que já era sentido, de forma mais ou menos confusa, mas permanecia inexprimível porque considerado ilegítimo” (BOURDIEU, 2001, p. 225)

Também na obra de Bourdieu (2001, p. 701), os “excluídos do interior”, que é referência à população que chegou na cidade grande e vive de modo improvisado, ou com amparo do governo em bairros sociais. Dessa forma, propõe ao pesquisador

observar seu objeto de estudo de modo espontâneo, pois é construção realista. Na sua pesquisa sobre o problema de moradia, orienta aos pesquisadores, no momento da entrevista, a fazerem perguntas sobre sucessivas residências, pois estão tratando com seres humanos que vivem em periferia, que muitas vezes tiveram que se mudar por diversos motivos. Uma forma humanizada de interagir com a realidade social dos indivíduos teria ocorrido com ele. Tempos depois de sua pesquisa nos bairros, ouviu “inteiramente por acaso, no metrô, uma entrevista entre duas mulheres de uns quarenta anos de idade: uma delas, que foi morar recentemente num apartamento novo, contava a história de suas sucessivas moradias” (BOURDIEU, 2001, p. 701).

Preocupado com a Educação das crianças desse sistema de habitação, de modo mais erudito, nomeia de “as contradições da herança” (BOURDIEU, 2001, p. 587), busca em Heródoto a situação dos persas em tempos de paz, quando se podia dar atenção às crianças e ensinar-lhes lições do dia a dia e da construção de um caráter concebido de valores humanizados. Isso reforça a base social e a sequência para onde ela caminha, a herança cultural, essencial na herança paterna; esta espécie de ‘tendência a perseverar no ser’, a perpetuar a posição social que o habita. Geralmente é preciso se distinguir desse pai, ultrapassá-lo e, em certo sentido, negá-lo.

De acordo com Bourdieu (2001), o pai é apresentado como o lugar e o instrumento que o autor nomeia de “projeto” (*conatus*¹⁵). Inscrito em “suas disposições herdadas, é transmitido inconscientemente em e por sua maneira de ser e explicitamente, por ações educativas orientadas para a perpetuação da linhagem (que em algumas tradições é chamada “a casa”)", de modo que herdar significaria revezar disposições imanentes, perpetuar esse *conatus*, aceitar com passividade o processo de reprodução até o assassinato simbólico do pai, cumprido sua ordem expressa, mantendo o projeto na ordem de sucessões: “A identificação do filho ao desejo do pai como desejo de ser continuado faz o herdeiro sem história” (BOURDIEU, 2001, p. 588).

Bourdieu (2001), ensina que a transmissão da herança depende da categoria social, das instituições de ensino que detêm o princípio da realidade brutal, onde a concorrência, o fracasso e as decepções decoram o cenário de preparação para o

¹⁵ O *conatus* pode ser compreendido como projeto cultivado pela família, que deve ser perpetuado para as futuras gerações. É a sucessão da interpretação do projeto familiar pelo herdeiro, determinado por seu desejo de continuar ou não o legado da família.

futuro social. Decisivo para a construção da identidade e determinar oposições. Assim como a escola é o princípio das pessoas interrogadas, decepcionadas em seus projetos que fizeram para seus descendentes, infringidos pelo mercado de trabalho e promessas como resultado do futuro escolar. No lugar mais considerável nas memórias das entrevistadas, está o lugar do pai. Sua herança é transmitida inconscientemente. Essa é a verdadeira herança, o que foi construído pelas memórias e emoções paternas.

Conforme Bourdieu (2001), a ausência de sucesso leva desejo do pai à ampliação dos sonhos sobre os filhos, “além dos limites do realismo: o filho ou a filha, constituídos em substitutos do pai, são encarregados de realizar em seu lugar e, de alguma maneira, por procuração, um eu ideal mais ou menos irrealizável” (BOURDIEU, 2001, p. 588). Desse modo, os pais projetam sobre os filhos desejos e projetos compensatórios, exigem-lhes o impossível, fonte de contradição e sofrimento, pois as pessoas sofrem pela distância entre suas realizações e as expectativas parentais que não podem nem satisfazer nem repudiar. A identificação com o pai e seu suposto projeto, constitui a boa transmissão da herança (consiste em capital cultural), mas isso por si só, não garante o sucesso, pois está subordinado aos veredictos da Escola e por isso passa pelo sucesso ou fracasso escolar.

Acertar ou errar o alvo socialmente atribuído pela trajetória parental é o futuro embutido no projeto. Tanto a escola como a família falharam indistintamente como a causa e o objeto. De forma a aniquilar as expectativas e as esperanças do pai, resta-lhe abandonar-se ao desespero de si, retomando por conta própria a imagem totalmente negativa que lhe remetem os veredictos de duas instituições aliadas, ou matar simbolicamente, em seu próprio princípio, o projeto parental tomando o contrapé do estilo de vida familiar.

Esse modelo de relação depende muito da representação, muito variável segundo as categorias sociais, que as famílias se fazem do contrato pedagógico e que varia ao mesmo tempo no grau de confiança dada à Escola e aos professores, e no grau de compreensão de suas exigências explícitas e, sobretudo, implícitas, de modo que é a visão meritocrática que a prepara mal para perceber e enfrentar a diversidade das estratégias mentais dos alunos.

A instituição escolar geralmente causa traumatismos próprios para reativar traumas iniciais: os julgamentos negativos que afetam a imagem de si encontram um

reforço, sem dúvida muito variável em sua força e sua forma, entre os pais, que duplica o sofrimento e coloca a criança ou o adolescente diante da alternativa de se submeter ou de sair do jogo por diferentes formas de negação e de compensação ou de regressão (a afirmação da virilidade e a instauração de relações de força física que podem assim ser compreendidas como uma maneira de inverter individualmente ou coletivamente as relações de força cultural e escolar).

Esse drama familiar define toda a vida futura da 'casa'. É toda a sua obra e, ao mesmo tempo, toda a sua existência anulada, despossuídas de seu sentido e de seu fim. De modo mais dramático, o filho para 'fazer a vida', deve negar a do pai, recusando-se herdar e ser herdado, anulando tudo que representa os valores paternos materializados na herança rejeitada. Enquanto à filha, sem o preparo escolar e sem o modelo parental a seguir, uma vez que as alterações ambientais, exigem novas estratégias de adaptação ao meio, resta-lhe a submissão às condições sociais que valorizam o capital beleza física, enquanto ainda a detém. Contudo, sem conhecer seus direitos e deveres, contará com a sorte, pois, por meritocracia, pouco irá avançar num modelo de sociedade, onde ela não detém condições de enfrentar os desafios históricos e culturalmente erguidos.

Esse seria o ponto da ambivalência, que condena uma divisão continuada da personalidade das agentes entrevistadas, tanto na obra de Bourdieu (2001), como observado nos relatos das participantes do presente estudo e como apontado nas próximas seções deste capítulo. Esse drama familiar impõe amiúde obrigações contraditórias, seja em si mesmas, seja em relação às condições oferecidas à sua realização. Presente no princípio da parte mais universal do sofrimento social, incluída desta forma paradoxal de sofrimento que radica no privilégio, é preciso precaver-se de fazer da família a causa última dos mal-estares que ela parece determinar. Assim, por meio de relatos dramáticos da realidade pessoal e familiar, estão as estruturas sociais e suas contradições, nas quais eles são obrigados, para viver e para sobreviver, a praticar uma forma de autoanálise que dá acesso à essa base.

De acordo com a teoria bourdesiana, está longe de se questionar a relação entre o modo de exploração da subjetividade e a prática da psicanálise. Também não há interesse em substituir a explicação psicanalítica pela sociologia, mas apenas uma construção diferente de certos dados comuns dessas diferentes ciências, que merecem ser ressaltados. Essa verdade sobre a sociogênese das disposições

construtivas do modo de ser, deveria procurar compreender como a ordem social capta, canaliza e reforça ou contrapõe processos psíquicos conforme houver homologia, redundância e reforço entre as duas lógicas ou, pelo contrário, contradição e tensão.

Bourdieu (2001) deixa evidente que as estruturas mentais não são simples reflexos das estruturas sociais. Destaca ainda que, o modo de ser mantém com o campo uma relação de solicitação mútua e a ilusão é determinada desde o interior, partindo das pulsões que impedem o investimento no objeto. E no exterior, partindo do universo particular de objetos socialmente oferecidos ao investimento de energia. Os campos religiosos, político ou científico funcionam em virtude de visões específicas, caracterizadas como conjunto de licitações, solicitações e proibições. Agindo pelo sistema de expressão que encoraja ou inibe a verbalização dos diferentes aspectos do mundo ordinário através do sistema de satisfações regradas que propõe, impõe um regime particular ao desejo, assim transformado em ilusão específica.

Essa discussão envolve o que o autor chamou de “sina escolar” (BOURDIEU, 2001, p. 595), que está relacionada à transferência aos filhos de suas esperanças em uma verdadeira realização através do sistema educacional. E sobre a “emancipação” (BOURDIEU, 2001, p. 673), que está relacionada à capacidade de produzir sua própria sustentabilidade, de onde faz a pergunta: O que é a vida de uma proletária que vem para a cidade industrializada?

Para responder à pergunta com pleno conhecimento de causa, é preciso, primeiro que se tenha vivido essa experiência intensamente e o distanciamento dos pais, desemprego, a vulnerabilidade, a violência, a geração de vidas, a aquisição da casa própria, o cuidado com a família, a emancipação dos filhos, a doença, a aposentadoria. São tantas ocasiões para experimentar a vacuidade de uma existência, que só tem sentido pelo trabalho que se tenha formado pouco a pouco aquela disposição particular que permite manter-se afastado da vida e de suas ilusões. Essa fórmula quase ritual da sabedoria tradicional, empregada em seu sentido pleno de suspender (sua) vida para ver como foi, fazê-la passar diante de si como objeto de observação, sobre o qual se aplica precisamente todo o poder de reflexão que a experiência adquirida confere àqueles que têm a preocupação de se conhecer e de conhecer a vida a despeito de seus dramas. O trabalho libertador e aprisionador da força humana, permite alcançar ou perder seu lugar social e todas as benesses e

maldições que o envolvem. Seja a fome, a abundância, o abrigo, as intempéries ambientais, seja o *status* social.

3.2.1 As chefes de família enquanto donas de suas casas e o papel dos mediadores sociais

A realidade das chefes de família do SHIS em Anápolis envolve uma histórica naturalização da exclusão feminina dos direitos sociais e acesso ao saber, retardaram o alcance do empoderamento pessoal e social para emancipação. Uma vez que a busca por direitos fundamentais não é exclusividade das moradoras do SHIS, essa luta tem acompanhado a população oprimida há muito tempo. No entanto, depois de tantas conquistas universais, espera-se que os caminhos não levem a retroagir dessas conquistas.

Perrot (2007) reitera que as mulheres sempre reagiram com luta por acesso à cidadania, caracterizada pela materialização dos direitos sociais, que são as garantias fundamentais baseadas no princípio da dignidade da pessoa humana, presente no estado de direito, desde a Revolução Francesa (1789-1799), que tem como simbólico do feminino, uma mulher do povo, *Mariane* (junção de *Maria* e *Ana*, nomes populares na época), a busca por esses direitos motivou lutas e lutos. Em outros momentos determinantes da história como a Revolução Industrial, os movimentos populares das mulheres por emancipação e libertação, ocultadas entre a classe de operários, demonstra seu posicionamento ativo como categoria trabalhadora, operária, proletária.

Perrot (2007) defende ainda que os *habitus*, que é um conceito inaugurado por Bourdieu, reestruturam os modelos sociais e modificam as culturas. A exemplo desses costumes sociais, de caráter eurocentristas na realidade jurídica brasileira, pode-se citar o Código Napoleônico, que influenciou o Código Civil Brasileiro (1916), que determinava a condição da mulher como tutela do marido, assim como os filhos. Porém esses, chegariam a maioridade aos 21 anos, enquanto as mulheres estariam aos cuidados de um homem da família, sem uma idade para alcançar a sua emancipação.

No caso do Brasil, somente no Código Civil Brasileiro (2002) é que a mulher passa a ocupar, juridicamente, a situação de igualdade com o homem, podendo escolher se casar ou não e em qual estado civil permaneceria. Entretanto, no campo

dos costumes, era mal-vista aquela que rompesse a sociedade conjugal, mesmo por traição ou abusos por parte do esposo, mesmo tendo dispositivos que a permitisse tal feito desde 1970, como a Lei do Divórcio.

Esses modelos de comportamentos sociais interferiram nas famílias, recriando novas formas de pensar o espaço social da mulher, a liderança nos lares, a divisão social do trabalho, o modo de pensar a educação dos filhos e o espaço social da família, a sociedade e o Estado. A educação, as ciências e o campo jurídico ainda devem muito a essa população, sendo que, ter direito a uma casa por meio do SHIS se constitui como muito pouco, diante da dívida histórica de direitos omitidos e da *dominação masculina*. O Direito à moradia, à educação, o acesso aos bens e serviços públicos são determinantes para a emancipação feminina e acesso ao mercado de trabalho, o que representa o mínimo necessário para o acesso democrático à cidadania e ao empoderamento da sua própria história.

No caso específico de Anápolis, a recorrente política habitacional planejada na cidade, na atualidade, prioriza, entre outras situações, a condição socioeconômica de vulnerabilidade: viúva com filhos, mulheres em situação de violência doméstica, famílias com pessoas com deficiências, famílias que viviam em áreas de risco ou que ocupavam terras públicas de forma indevida, mulheres e seus filhos, preferencialmente. No entanto, apenas uma parcela desta população em situação de vulnerabilidade social foi atendida via sorteio de participantes previamente inscritas.

O marco legal desse processo conta com a Lei nº 11.977/2009, e alterada pelo Decreto-Lei 7.795/2012, que dispõe sobre o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) que, “Em caso de dissolução da sociedade conjugal, o título do imóvel será registrado em nome da mulher ou a ela transferido, independente do regime de bens aplicável” (BRASIL, 2009). E, posteriormente, a Medida Provisória 996/20, que se tornou a Lei nº 14.118/2021, que assim como a legislação anterior, já determinava que na casa do PMCMV, agora chamada *Casa Verde Amarela*, tanto o contrato quanto o registro do imóvel serão feitos, preferencialmente, em nome da mulher. Se ela for chefe de família, não precisa da concordância do marido. E que possíveis prejuízos sofridos em razão da regra deverão ser resolvidos em causas de perdas e danos. No caso de divórcio, a propriedade do imóvel comprado ou regularizado pelo programa durante o casamento ou união estável ficará com a mulher, independentemente do regime de bens (comunhão parcial ou total ou separação total de bens). A exceção é

para operações financiadas com recursos do FGTS e quando a guarda dos filhos for exclusiva do homem. Nesta última situação, o imóvel será registrado em seu nome ou transferido a ele, de modo que o cuidado da prole é requisito determinante para aquisição da moradia.

Em Anápolis, nos bairros do SHIS, alguns mediadores culturais fizeram o trabalho de rede de apoio nesses bairros, ainda que pouco efetivo, como foi a Pastoral da Criança e a Associação de Moradores dos Bairros de Anápolis. A Pastoral da Criança (PC) é um Organismo de Ação Social da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), conforme o Decreto 05/2006 da CNBB em Brasília¹⁶.

Outra instituição atuante como mediadora cultural nos bairros do SHIS, e que veio a se tornar instituição coparticipante do presente estudo, foi o *Conama*, que conforme os documentos de registro do *Conselho da Associação de Moradores de Anápolis*, sob o Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ 00.772.434/0001-00, nome fantasia CONAMA, iniciou suas atividades em 29 de novembro de 1984, e sua natureza jurídica de Associação Privada desde 03 de novembro de 2005. As atividades de negócios da empresa Conama, conforme a Classificação Nacional de Atividade Econômica, código de registro 94.30-8-00¹⁷ (CNAE-IBGE, 2020).

De acordo com registros da Câmara de Vereadores da Cidade de Anápolis, o movimento comunitário surgiu em Anápolis na década de 1980, quando foi criada a primeira Associação de Moradores da cidade, tendo como presidente João de

¹⁶ A Pastoral da Criança faz parte da Comissão Episcopal para o Serviço de Caridade Justiça e Paz, o Presidente da CNBB, Cardeal Geraldo Majella Agnello atua por meio de equipes de voluntárias treinadas, que visitam as famílias com crianças até 6 anos de idade. As visitas da Pastoral, realizadas em conformidade com o *Guia do Líder da Pastoral Criança*, seguidas pela proposta desenvolvida pela Dra. Zilda Arns Neumann (1934-2010), consistiam em capacitar líderes para o trabalho direto com gestantes, mães e crianças, nos cuidados básicos com a saúde, alimentação, laços de afeto entre mães e filhos, apoio social, atividades lúdicas, devocionais, interação entre membros da comunidade e vizinhos, por meio de rodas de conversa, métrica do desenvolvimento infantil e hidratação e nutrição alternativa.

¹⁷ Atividades de associações de defesa de direitos sociais, direitos humanos, direitos de grupos minoritários étnicos, direitos difusos e coletivos. Organizações não governamentais (ONGs) e as associações beneficentes em prol de grupos socialmente desfavorecidos, como as responsáveis pela distribuição de cestas básicas à comunidade carente. E ainda sob o código 94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente, que se refere aos trabalhos direcionados a diferentes fins, para defesa de questões de interesse público ou causas de objetivos particulares, da população de forma geral ou dos grupos e categorias particulares relacionados. Como movimentos de defesa do meio ambiente e da causa ecológica, organizações de apoio à serviços educacionais (municipais), movimentos de proteção a minorias religiosas, étnicas e culturais, bem como outros grupos minoritários, tais como grupos feministas e defensores da causa LGBTs. Também estão enquadradas as associações de defesa do consumidor e fraternidades; sociedades protetoras dos animais; clubes e diretórios estudantis e acadêmicos; associações de bairros, comunitárias; organizações de caridade e Rotary Clubs (CNAE-IBGE, 2020).

Almeida, também conhecido por João Capela, atualmente no cargo. E o vereador Luzimar Silva, presidente de bairro por 16 anos (2002-2018). O Conama tem como objetivo organizar as atividades das associações de moradores e dar respaldo para que possam representar os cidadãos do município, na busca por suas demandas.

Atualmente seriam 170 associações filiadas ao Conama de Anápolis, recebendo apoio político para administrar seus respectivos bairros. As associações de bairro participantes estão vinculadas ao Conama, que autoriza a participação delas. Nessa esfera social, a precária ação do Estado com a assistência da Educação e creches (saúde, segurança, saneamento básico, lazer) nos bairros do SHIS, levou à organização de grupos que reivindicam atendimento de suas necessidades e lutam por seus direitos fundamentais.

Estes grupos, muitas vezes, buscam atender às necessidades da comunidade e fazem uma mediação cultural de modo politizado, sendo as Associações de Moradores, Comunidade Eclesiais de Base (CEBs), e a Pastoral da Criança, parceiras por cumprir o papel inicial de inclusão e despertar para questões simples substitutivas da Educação e Assistência (como primeiros cuidados, subsistência, atenção básica, cooperação mútua, ecologia e urbanismo).

Esses mediadores culturais agem por meio de interações nas 'rodas de conversa' com temáticas inerentes às necessidades básicas da comunidade e o desenvolvimento das soluções para problemas comuns do grupo, por meio de reuniões, onde o gene da democracia pode ser desenvolvido. No entanto, o que pode ser observado é uma tendência a uma manutenção de *status* social, um poder político que circula em torno de vantagens em cargos de confiança, reeleição para vereador e serviços sociais. Serviços que não promovem uma mudança efetiva da realidade social, apenas mantém as necessidades básicas de sobrevivência dos mais necessitados, não atendendo diretamente na fonte, que seria, por meio de políticas públicas efetivas, direcionada à população de mulheres responsáveis por famílias, nos respectivos bairros do SHIS em Anápolis.

3.3 A composição dos bairros e a população atendida em Anápolis pelo SHIS

Anápolis tornou-se polo industrial e universitário com avanços que trouxeram grande demanda populacional, novas necessidades estruturais surgiram, e com a

política nacional favorável à redução do déficit habitacional, foi construído pelo Programa Minha Casa Minha Vida (MCMV), os 10 conjuntos habitacionais entre os anos de 2009-2014 do Sistema de Habitação de Interesse Social (SHIS).

O SHIS, constituído pela Lei nº 11.124 de 2005, é considerado uma conquista dos Movimentos Sociais. Tem como objetivo principal equacionar o problema do déficit habitacional, por meio de programas e ações que promovam melhorias de condições de habitabilidade, incorporando planejamento e provisão habitacional, a urbanização, a regularização e a integração de assentamentos precários e a assistência técnica.

Dentre as metas do SHIS, encontram-se os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) de número 11: “Construir cidades assentamentos humanos inclusivos, seguros, residentes e sustentáveis” da ONU, que tem marca até 2030¹⁸ para garantir acesso universal a espaços públicos verdes, seguros e acessíveis para mulheres e crianças, pessoas idosas e pessoas com deficiência.

No Brasil, o processo de concentração de renda e de privilégios caminhou paralelo ao processo de urbanização e apropriação da terra. Isso gerou consequências irreparáveis como a segregação socioespacial, a opressão e a exclusão dos segmentos mais vulneráveis, em especial das mulheres. Algumas medidas legais foram sendo tomadas, como a regulação urbana e a criação de espaços físicos destinados às chamadas demandas prioritárias, que representa 84% do déficit habitacional urbano brasileiro, quase 5 milhões de domicílios, com elevado crescimento de habitações precárias, taxas de crescimento domicílios de 1% e de domicílios favelados maior que 4% ao ano.

Em 2013, a região Centro-Oeste, com 474 mil domicílios, corresponde a 2,553 milhões de unidades (43,7%) do déficit. A coabitação, com 1,905 milhão de domicílios, (32,6%). A habitação precária com 997 mil unidades (17,1%), e adensamento

¹⁸ A agenda de 2010 marca os dez anos da aprovação dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) sendo 17 Objetivos e 169 metas, com prazo para 2015, e pós-2015 da Conferência Rio + 20 (2012). Em 2015, os ODS com ação até 2030 (o Brasil um dos 193 países signatários), integrados e indivisíveis com três dimensões: econômica, social e ambiental. Como meta: 1.Eradicação da pobreza; 2.Fome zero e agricultura sustentável; 3.Saúde e Bem-estar; 4.Educação de qualidade; 5.Igualdade de Gênero; 6.Água potável e Saneamento; 7.Energia Acessível e Limpa; 8.Trabalho decente e crescimento econômico; 9.Indústria, Inovação e Infra-estrutura; 10.Redução das desigualdades; 11.Cidades e comunidades sustentáveis; 12.Consumo e produção responsáveis; 13.Ação contra a mudança global do clima; 14.Vida na água; 15.Vida terrestre; 16.Paz, justiça e instituições eficazes; 17.Parcerias e meios de implementação (Fonte: site da ONU).

excessivo em domicílios alugados com 390 mil domicílios (6,7%) do total do déficit habitacional, segundo a Fundação João Pinheiro (FJP, 2015). De acordo com a Fundação Getúlio Vargas - FGV, o Programa Minha Casa Minha Vida (2009) implantado com o objetivo de reduzir o déficit habitacional em 8%. Em 2012, o déficit era de 5,2 milhões de unidades habitacionais, para resolver a questão, seria necessário investir R\$ 760 bilhões em habitação popular, até 2024 (FJP, 2016).

De acordo com Ministério das Cidades, o objetivo de reduzir o déficit habitacional e garantir o acesso ao direito à cidade às classes menos favorecidas estava garantido com o Decreto Federal nº6.135/07, que dispõe sobre o Cadastro Único para programas Sociais do Governo Federal – *CadÚnico*, que considera baixa renda as famílias com renda mensal per capita de até ½ salário-mínimo ou renda familiar de até 3 salários-mínimos. A Lei Federal nº 11.977/09 dispõe sobre o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), que cria mecanismos de incentivo à produção, requalificação e aquisição das Unidades Habitacionais – UH, categorizando em 4 faixas de renda:

- 1- Famílias com até R\$ 1.800,00 (teto de até 3 salários-mínimos);
- 2- Famílias com até R\$ 2.600,00 (não estabelece teto salarial);
- 3- Famílias com até R\$ 4.000,00 (teto de até 6 salários-mínimos);
- 4 - Famílias com até R\$ 7.000,00 (teto de até 10 salários-mínimos) com condições especiais de taxas de juros até 8,16% a.a., reduzidas em relação às praticadas pelo mercado imobiliário.¹⁹

Com o desenvolvimento econômico e tecnológico, e o consequente desenvolvimento populacional na cidade de Anápolis, novas demandas surgiram. Com projetos inovadores aproximando cada vez mais os grandes centros urbanos brasileiro, Brasília-Anápolis-Goiânia, estimulado pelo Programa de Aceleração do

¹⁹ De acordo com o *Relatório de Leitura Técnica do Diagnóstico do Setor habitacional*, no município de Anápolis (2009), devendo conter: relatórios das Reuniões de Leitura Comunitária realizadas e a Audiência para aprovação do Diagnóstico do Setor Habitacional, todas realizadas com participação popular, conforme Memorial Comprobatório da Participação Popular (documentos que não foram permitido acesso para esta pesquisa). Entre 1980 e 2010, Anápolis apresentou taxa de crescimento de 85,88%. A população de Anápolis com 334.613 habitantes (2010), dos quais 328.755 representam a população urbana e 5.858 na zona rural. A população feminina era superior na zona urbana, sendo 168.632 mulheres e 160.123 homens. Na zona rural ocorre o contrário: 3.133 homens e 2.725 mulheres, com densidade demográfica de 358,58 (IBGE, 2011). Secretaria Nacional de Habitação do Ministério das Cidades encomendou um estudo ao Observatório das Metrópoles a respeito da Tipologia dos Municípios Brasileiros, dentre as diretrizes do Plano Nacional de Habitação (PLANHAB): concentração populacional, riqueza, grau de desigualdade social e regionalização. Anápolis localizada na Região Centro Sul do país, com altos estoques de riqueza, centros polarizadores das Microrregiões e altos padrões de desigualdade social e alto déficit habitacional.

Crescimento (PAC1, 2007-2009 e PAC2, 2010-2014), durante os governos de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2011) e Dilma Vana Rousseff (2011-2016).

Também nesse mesmo período, vigorou a política nacional favorável à redução do déficit habitacional das classes excluídas pelo Programa Minha Casa Minha Vida, construídos em Anápolis, 10 conjuntos habitacionais entre os anos de 2009-2014. No município, foram definidos os seguintes critérios para se ter direito ao benefício da aquisição da casa própria em Anápolis, pelo PMCMV (2009-2014):

- residir em Anápolis há cinco anos, no mínimo, consecutivos e ininterruptos, em período imediatamente anterior à seleção;
- possuir maior número de membros no núcleo familiar com especial atenção às crianças e adolescentes entre zero e dezoito anos de idade, sendo o mínimo quatro membros;
- famílias das quais façam parte membros com doenças crônicas (HIV, câncer, hemofilia, cardiopatias graves), sendo necessário apresentar atestado médico atual que comprovasse a doença alegada e que contenha o número de Classificação Internacional de Doença (CID).

Essa conquista histórica da materialização do direito à cidade ainda atende a uma pequena parcela da população. Muitos ainda não tiveram acesso a esse direito, a confirmar pelas longas listas de espera disponíveis no site da prefeitura, sendo que pessoas em estado de vulnerabilidade sonham com um lugar para chamar de seu. Muitas mulheres, chefes de família que ainda não atendem ao critério de literacia e nem de emancipação, criam sua prole sem condições mínimas e que, mais tarde, pode custar caro a outros campos da sociedade. O que só se torna visível quando interferem na segurança e na saúde dos demais concidadãos.

De 2009 até 2014, a Prefeitura de Anápolis, em parceria com o governo federal, por meio do PMCMV, do PAC e da Caixa Econômica Federal (CEF), entregou casas e apartamentos de 40m² ou 44m², divididas em dois quartos, sala, cozinha, banheiro e área de serviço, os cômodos com piso cerâmico, nos seguintes locais: Setor Sul Jamil Miguel; Adriana Parque; Vila Feliz; Residencial Copacabana (1.125 UH); Residencial Santo Exedito (287 UH); Residencial Santo Antônio (122 UH); Residencial *Summerville* (256 UH); Residencial São Cristóvão (640 UH); Jardim Itália II (200 UH); Victor Braga/Servidor (352 UH); Residencial Leblon (825 UH); Nova Aliança (196 UH); Residencial Colorado (512 UH); Residencial Policentro (146 UH).

Conforme Mapa Urbano de Anápolis: Localização dos Bairros do SHIS que traz localização geográfica da cidade de Anápolis e dos bairros selecionados na pesquisa:

Quadro 1 – Descrição técnica dos bairros²⁰

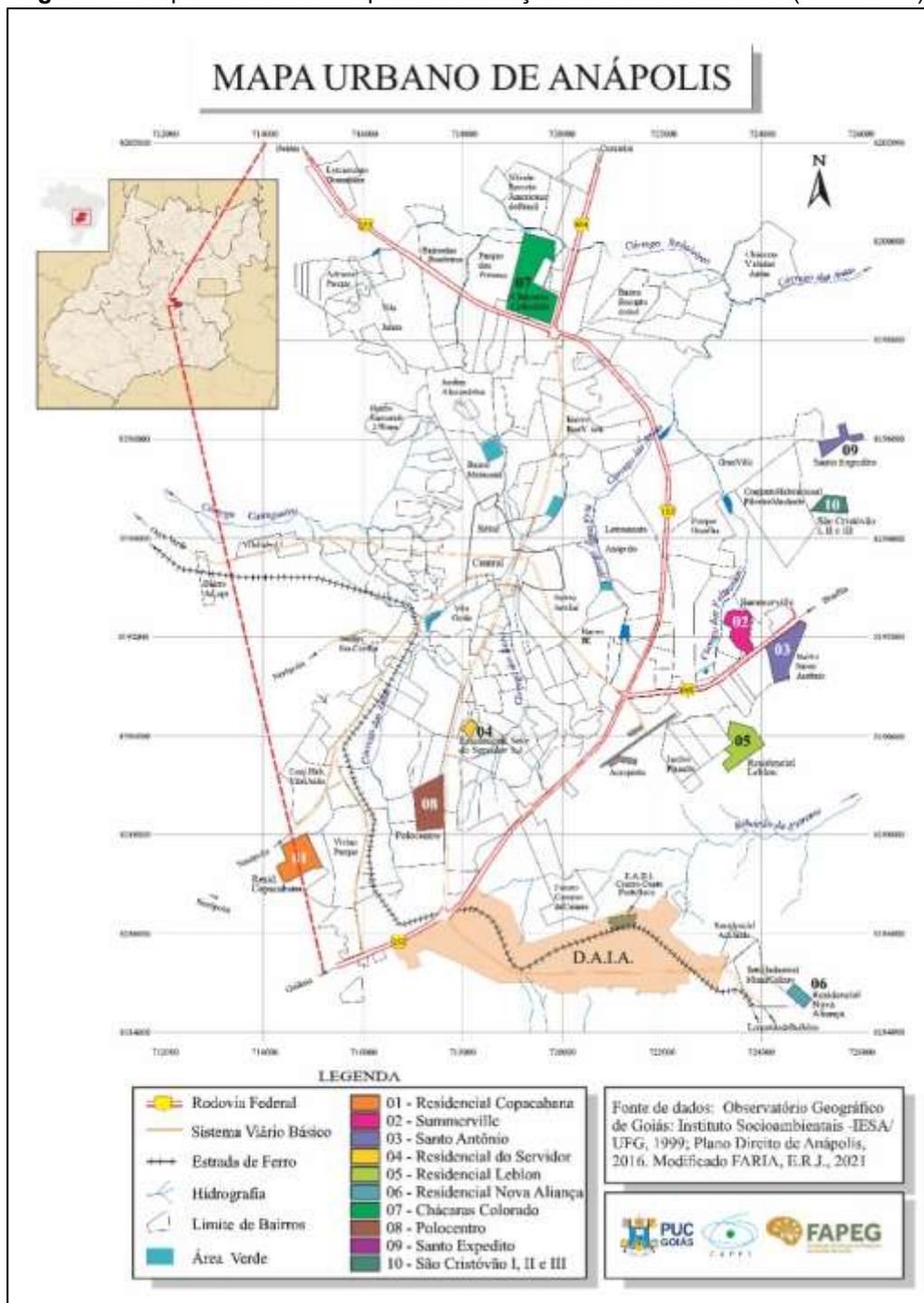
Bairro	Localização Região	Quantidade UH	Data da entrega	Nº de beneficiados	Característica
Residencial Copacabana	Sul	1.125 UH	Março/2011	5 mil	Horizontal, 44 m ² .
Summerville	Leste	256 UH	Maio/2011	1.024	Horizontal, 44 m ² .
Sto. Antônio	Leste	122 UH	Julho/2012	488	Horizontal, 44 m ² .
Servidor	Sul	352 UH	Out./2012	1.056	Vertical, 44 m ² .
Res. Leblon	Leste	825 UH	Nov./2012	3.300	Horizontal, 44 m ² .
Nova Aliança	Leste	196 UH	Maio/2013	784	Horizontal, 44 m ² .
Colorado	Leste	512 UH	2016	2084	Vertical, 44 m ² .
Polo Centro	Sul	146 UH	2016	584	Horizontal, 44 m ² .
Santo Expedito	Leste	287 UH	Maio/2012	1.148	Horizontal, 44 m ² .
S. Cristóvão I, II e III	Leste	640 UH	2012	2.500	Vertical, 40m ² .
Total 10 bairros	3 Sul e 7 Leste	4.461 UH		13.468 pessoas	7 Horizontais 3 Verticais

Fonte: Prefeitura de Anápolis, 2019. Dados organizados pela pesquisadora, 2019.

Conforme apresentado no Quadro 1, e como se pode perceber no mapa a seguir, no período entre 2009-2014, para atender à demanda do déficit habitacional, a prefeitura de Anápolis entregou juntamente com o PAC e o MCMV, um total de 4.461 UH, distribuídas em 7 conjuntos habitacionais horizontais com casa de até 44m² e 3 conjuntos habitacionais verticais, resultando em 13.468 pessoas atendidas.

²⁰ Algumas questões não foram aprofundadas no presente estudo, tal qual o conflito de informações sobre o número de bairros do SHIS e de UH, onde o Residencial Itatiaia (200 UH) não constava na listagem inicial disponível no site da Prefeitura de Anápolis, bem como uma listagem de 15 bairros sem lista de beneficiados. Decidindo por considerar apenas 10 bairros, devido a falta de informação satisfatória para a pesquisa, por parte da Mapoteca Municipal. E ainda a questão de que o Residencial Victor Braga/Servidor seria exclusivamente destinado aos funcionários da prefeitura, o que o diferencia dos demais bairros.

Figura 1 – Mapa Urbano de Anápolis: Localização dos Bairros do SHIS (2009-2014)



Fonte: IESA/UFG, 1999; PLANO DIRETOR, 2016. Modificado por: FARIA (2021)

Em 2008, o Orçamento Geral da União (OGU) repassou recursos para o Programa Minha Casa, Minha Vida e o Fundo de Arrendamento Residencial (FAR), para viabilizar a construção de unidades habitacionais urbanas, para famílias com renda de até R\$ 1.600,00 (PNAD, 2008). A execução das obras do empreendimento é realizada por construtora contratada pela Caixa, responsável pela entrega dos

imóveis concluídos e legalizados. Os imóveis contratados são de propriedade exclusiva do FAR e integram seu patrimônio até que sejam alienados.

O procedimento, de acordo com a CEF (2009):

- a) assinatura do Termo de Adesão entre governo estadual ou municipal e a Caixa, que compra o terreno e qualifica os empreendimentos para análise e documentação;
- b) contratação da operação pela Caixa e acompanha a execução das obras pela construtora;
- c) procedimentos a serem realizados pelo Poder Público, apresentados à Caixa em até oito meses da contratação do empreendimento, conforme critérios nacionais e adicionais de priorização, definidos na Portaria nº 412, do Ministério das Cidades, de 6 de agosto de 2015.

A partir de indicação do terreno pelo Poder Público, a Caixa contrata os equipamentos públicos, definidos à assistência social, segurança e outros a critério da Secretaria Nacional de Habitação. Ao término da construção, o equipamento é repassado ao Poder Público, que se compromete a equipá-lo e colocá-lo em funcionamento. A edificação dos equipamentos de educação, saúde e outros complementares à habitação observará as políticas setoriais federais, estaduais, distritais ou municipais. Seus valores máximos estão limitados pelos responsáveis das políticas setoriais federais. A soma dos valores a serem custeados pelo FAR para a edificação dos equipamentos públicos está limitada a 6% (seis por cento) do valor da edificação e infraestrutura do empreendimento ao qual ele está vinculado (CAIXA, 2009).

Enquanto o documento da Caixa (2009), estabelece o número máximo de 300 unidades habitacionais por condomínio, com tipologia de casas térreas ou apartamentos, o Residencial São Cristóvão conta com 640 UH e o Residencial Leblon com 825 UH. Essa contradição entre a quantidade real, proposta no documento, e as habitações construídas, podem insidir em graves problemas urbanos. Conforme Figuras 1 e 2, que apresenta o ambiente externo, com dois modelos diferentes, um vertical e outro horizontal de conjunto residencial:

Tipologia mínima para apartamento: 02 quartos, sala, cozinha, banheiro e área de serviço; Transição: área útil mínima de 37 m². Acessibilidade: área útil mínima de 39 m² (CEF, 2009).

Figura 2 – Residencial São Cristóvão

Fonte: Prefeitura de Anápolis, 2015.

Tipologia mínima a para casa térrea: 02 quartos, sala, cozinha, banheiro e área de serviço; transição: área útil mínima de 32 m² (não computada área de serviço); acessibilidade: área útil mínima de 36 m² (não computada área de serviço) (CEF, 2009).

Figura 3 – Residencial Leblon

Fonte: Prefeitura de Anápolis, 2012.

Para se ter ideia de como se abriga uma família, muitas das entrevistadas chegavam a ter sete filhos sob sua guarda, em um espaço com essas dimensões. O presente estudo apresenta imagens desses espaços, primeiro, a planta baixa de apartamento, que segue a mesma proposta arquitetônica da casa, em dimensões espaciais (Figura 4); seguida da imagem de uma Unidade Habitacional do Residencial Leblon, logo no momento da inauguração do residencial (Figura 5). Na sequência, uma foto da escadaria que liga os andares. Percebe-se que a mobilidade restringe cadeirantes ou pessoas com baixa mobilidade, pois não consta elevadores. Somente no térreo constam rampas de acesso (Figura 6); a imagem a seguir foto da parte

interna de apartamento sem a presença de móveis ou pessoas (Figura 7).

Figura 4 – Planta baixa apartamento SHIS



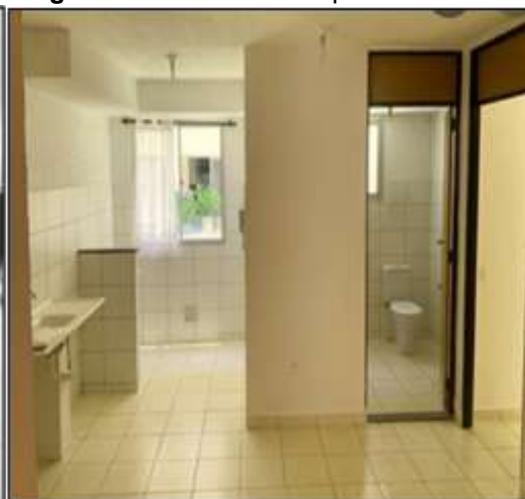
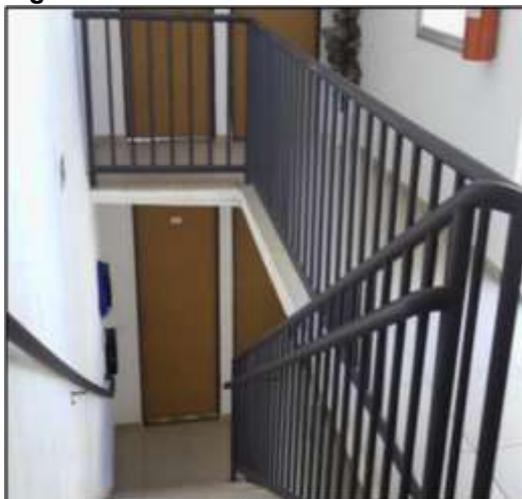
Figura 5 – Vista interna UH casa SHIS.



Fonte: Faria (2016)

Fonte: Caixa Econômica Federal, 2009.

Figura 6 – Área Interna Res. São Cristóvão **Figura 7** – Vista Interna apartamento



Fonte: Faria (2019).

Fonte: Faria (2019)

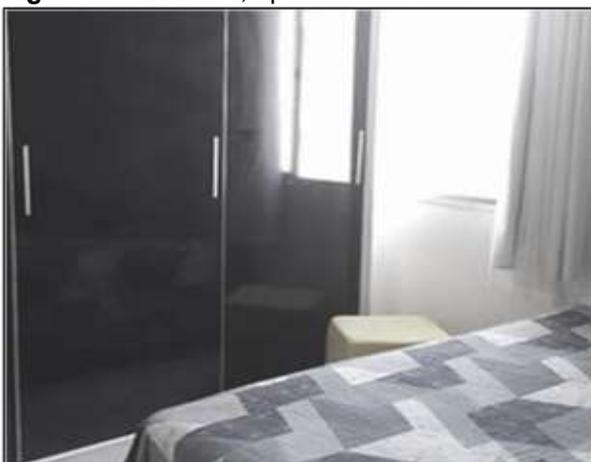
3.3.1 Simulação apartamento SHIS mobiliado

Figura 8 – Sala de Estar/Jantar, apartamento



Fonte: Faria (2021)

Figura 9 – Quarto 2, apartamento SHIS



Fonte: Faria (2021)

Figura 10 – Banheiro, apartamento SHIS



Fonte: Faria (2021)

Figura 11 – Cozinha, apartamento SHIS



Fonte: Faria (2021)

Figura 12 – Quarto 1, apartamento SHIS



Fonte: Faria (2021)

Como se pode constatar, o grupo de Figuras de 8 a 12 representa uma Unidade Habitacional do Sistema de Habitação de Interesse Social, mobiliada conforme uma família média com 3-4 crianças. Na figura 8, a sala com 1 sofá, 1 televisão suspensa, tapete e cortinas; na figura 9, o quarto do casal, com cama e armário e um banquinho; na figura 10, o banheiro com sanitário e área de banho; na figura 11, a cozinha com cadeirão de bebê, geladeira, pia com armário, fogão e lavadora de roupas; na figura 12, o quarto das crianças conta com berço e colchão no chão para os demais filhos.

Considerando o problema da moradia, sobre a diferença entre as questões sociais e as questões políticas, o objeto material casa, entre os direitos sociais de habitação adequada. O problema político seria o que envolve sobre a medida dimensional da habitação ideal para o humano, bem como o problema da integração social, que Arendt (2010) apontava como problema social e político:

O problema social é certamente uma moradia adequada, mas a questão sobre se esta moradia adequada significa integração ou não é certamente uma questão política. Em cada uma destas questões há uma dupla face, e uma destas faces não deve estar sujeita a discussão. Não deveria haver qualquer debate sobre a questão acerca de se todos devem ter uma moradia decente [...] uma questão de quantos metros quadrados cada ser humano precisa para ser capaz de respirar e levar uma vida decente, isto é realmente algo que podemos calcular (ARENDR, 2010, p. 141).

Supostamente, por questões políticas, devido à falta de infraestrutura dos bairros, que buscavam atender uma demanda de caráter emergencial, não se pôde concluir as obras dos equipamentos sociais antes de abrigar as pessoas. Assim, as famílias contempladas pelo programa, mudaram-se para o bairro mesmo na ausência de creches e escolas, esgoto, unidade básica de saúde, espaço de lazer, calçadas, arborização, serviço público de transporte, entre outros tantos que faltam. A maior das ausências apresentada pelas participantes foi a da Educação escolar e assistência social para esse grupo de chefes de família. Uma vez que essa população apresentava dificuldade em produzir até mesmo o próprio sustento, a assistência social ou rede de apoio seria de grande relevância dentre as necessidades intra bairro.

Nesse caso, não houve uma mediação cultural eficaz no sentido de integrar socialmente e culturalmente as novas gerações ao modo de vida urbano e industrial. Há ainda que se considerar que algumas famílias viviam em situação de rua, outras foram vítimas de várias formas de violência, com grande necessidade de acompanhamento por equipe multidisciplinar. A ausência de redes sociais de apoio no novo bairro, é um fator preocupante, muito embora, todas tivessem uma história

de trajetória em comum, ninguém tinha familiares morando no bairro, exceto seus dependentes em sua casa, em função do processo de distribuição das casas, que foi realizado mediante sorteios.

Embora todas compartilhem das mesmas lutas, na pesquisa não foi identificado um centro comunitário que as conectasse, fator que corroborou para que continuassem desconhecidas entre si ou excluídas de redes de apoio. Fator que também dificulta o processo de integração aos bens materiais e simbólicos produzidos na sociedade moderna, pois faltam condições para cuidar de seus filhos, enquanto ela (a chefe de família) busca informação necessária de seus direitos sociais, o direito à cidade (urbanidade) e como ter acesso aos chamados serviços comunitários.

3.4 Os dados da pesquisa

Conforme estabelecido no projeto, o grupo de mulheres participantes da pesquisa são integrantes da Associação de Moradores dos Bairros da Cidade de Anápolis, sendo 10 entrevistadas, tendo, antes disso, realizado uma triagem com 30 participantes, como previsto no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), que se encontra no Anexo A, mantendo o sigilo dos dados pessoais e compondo o conjunto de informações apresentadas no estudo.

Desse modo, após intensa busca de informações sobre o SHIS, bem como a forma de representação feminina nesses espaços, foi elaborado o projeto que deu origem ao presente estudo. Cumpriu-se os critérios estabelecidos pela Resolução CNS 466/12, tendo como instituição coparticipante o Conselho das Associações de Moradores de Anápolis, por meio de declaração assinada pelo presidente dessa instituição, no dia 29 de junho de 2019, e a busca de informações sobre a origem dessa instituição popular, oferecendo pouca informação, cabendo à pesquisadora a busca ativa por participantes que preenchessem os critérios de inclusão proposto pelo projeto inicial.

A busca ativa ocorreu por meio de contatos prévios com a Associação de Moradores do Residencial Leblon e Residencial Copacabana, onde já havia desenvolvido projeto de pesquisa ação nos anos de 2014-2016, por ocasião da dissertação de mestrado da pesquisadora, bem como contatos com a Pastoral da Criança no Residencial São Cristóvão e Jardim Primavera, locais onde a pesquisadora

trabalhou como voluntária em projetos anteriores e contava com lista de contato de grupos focais que indicaram possíveis participantes para a pesquisa atual.

Depois de inúmeros telefonemas, contatos pessoais e reuniões, a coleta de dados ocorreu a partir de entrevista registrada em gravador de áudio, sendo previamente assinado o TCLE e a autorização por parte das participantes e da Associação que elas representam. O processo de entrevista ocorreu no momento imediato da gravação, ou seja, em tempo real da apreensão de dados transmitidos pelas participantes, sobre sua história de vida e trajetória formativa na luta pela casa própria.

Assim, por se tratar de pessoas que narravam suas experiências, memórias e trajetórias de vida em busca de seus direitos e representatividade política nas suas respectivas comunidades, estabelecendo vínculos com a identidade dessas mulheres, produzindo documentos sobre o espaço, tempo e a vida dessa população e de seu grupo social.

Os questionários foram aplicados no universo de 30 participantes, mas em dado momento, sendo dez participantes selecionadas para entrevista, conforme critérios de inclusão e exclusão estabelecidos no projeto inicial, ficando uma amostra de 30 mulheres compondo o perfil sociocultural e 10 entrevistadas.

Após a coleta de dados via questionário, foi feita uma lista de contatos com as possíveis voluntárias que desejassem ceder entrevista para o presente estudo. Foram 12 interessadas que se manifestaram favoráveis e estavam dentro dos critérios de inclusão da pesquisa, considerando o projeto inicial, optou-se por colher todas as entrevistas disponíveis e depois avaliar as 10 que melhor atendessem à demanda do presente estudo.

Os dados dos questionários que foram sistematizados em conformidade com indicadores compõem o Quadro 3, enquanto o resultado das 10 entrevistas, possibilitou a criação da Quadro 4 e, de acordo com a classificação dos temas apresentados, construiu-se a Quadro 5.

Assim, segue a apresentação da Quadro 2, conforme dados presentes nos 30 questionários colhidos na pré-entrevista, correspondentes aos descritores, com os indicadores: número de Sujeitos e enumeração, Idade, Cor, Estado Civil, Educação Formal, Número de filhos, se aposentada, se recebem auxílio-doença, se possuem atividade remunerada, qual religião professada, qual a renda familiar e profissão

declarada, permitindo a construção da Quadro 2. Perfil socioeconômico e cultural das participantes da pesquisa, para melhor compreensão por parte do leitor.

Quadro 2 – Perfil socioeconômico e cultural das participantes da pesquisa

Classificações	Descrição				
Sujeitos	30 mulheres participantes da Associação de Moradores de Anápolis				
Idade	10%: 25-29	40% 30-40	10% 41-50	25% 51-60	15% +60
Cor	Branca (24%)	Preta (6%)	Parda (70%)		
Estado Civil	Casadas 45%	Solteira 10%	Separada 15%	Viúva 10%	União Estável 20%
Educação Formal	30% Ensino Fundamental	40% Ensino Médio	20% Superior	10% Illetrada	
Filhos	0: 3%	1-3: 70%	4-5: 23%	6+: 4%	
Aposentada	Sim 10%	Não 90%			
Auxílio-doença	Sim 6%	Não 94%			
Atividade Remunerada	Sim 40%	Não 60%			
Religião	Católica 55%	Evangélica 44%	Não 6%		
Renda Familiar	1-2: 75%	Até 3: 21%	Não 4%		
Profissão	50% Dona de casa	20% funcionárias públicas (agente comunitária)	20% Professoras temporária	6% diaristas	4% operária fabril
Total 100%					

Fonte: Dados coletados e tabulados pela pesquisadora, 2020.

De acordo com a Quadro 2, as mulheres que participaram dessa pesquisa, considerando 30 como 100%, constituem, em sua grande maioria, de 40% com idade entre 30-40 anos de idade; seguido por 25% com idade entre 51-60 anos de idade; com idade acima de 60 anos e 10% apenas, entre 25-29 anos de idade. Quanto à cor declarada, 70% se autodeclararam como pardas, 24% brancas e 6% como negras.

Quanto ao estado civil das participantes, 45% declaram ser casadas; 20% declaram União Estável, 15% separadas e 10% viúvas. Quanto ao Indicador de Educação: 40% cursaram Ensino Médio, 30% pararam no Ensino Fundamental; 20% cursaram faculdade e 10% se declaram illetradas, precisando de ajuda com o questionário.

Quanto ao número de filhos: 70% delas tem entre 1-3 filhos; 25% têm 4-5 filhos;

6% têm mais de 6 filhos e 1% não tem filhos. Quanto à aposentadoria, 10% são aposentadas; enquanto 5% recebem auxílio-doença. Apenas 40% exercem atividade remunerada. Quanto à religião: 55% são católicas; 44% declaram-se evangélicas e 6% não têm religião.

A renda familiar de 75% não ultrapassa 1-2 salários-mínimos; 21% chegam a 3 salários-mínimos e 4% delas não tem nenhuma renda. Quanto à profissão declarada pelas participantes, 50% declararam ser donas de casa, 25 % funcionárias públicas municipais, atuando como agentes comunitárias; 25% declararam ser professoras temporárias, atuando sob contrato temporário em creches ou escolas do município.

Podendo sintetizar que a maioria das participantes tem de 30-60 anos de idade; são pardas em sua maioria; casadas ou em relação estável; cursam ou cursaram Ensino Médio; têm mais de 3 filhos; são cristãs, com renda até 2 salários-mínimos e fazem trabalhos informais para se manter ou ainda prestam serviços como efetivadas ou contratadas pela prefeitura na Secretaria de Saúde, na secretaria de Cultura ou na Educação do Município de Anápolis.

Depois de realizada a apresentação do projeto, assinatura do TCLE das 30 participantes, conforme o projeto, a próxima fase determinava a seleção de 10 participantes para a entrevista, com base na escuta dessas pessoas, dados que possibilitar construir o Quadro 3: *A emancipação feminina das participantes da pesquisa*, de acordo com categorias dos elementos e interesses presentes nas falas registradas nas entrevistas.

Consideram-se os indicadores referentes a 10 sujeitos da pesquisa como uma população de 100%. As entrevistas foram enumeradas para melhor satisfazer os critérios do sigilo estabelecido na Resolução 466/2012 e o princípio da dignidade da pessoa humana.

Comparando os dados apresentados nas entrevistas das participantes do presente estudo aos dados do parâmetro do IBGE (2016), conforme a média nacional brasileira; o tempo dedicado aos afazeres domésticos, as entrevistadas representam, considerando a média por cor; e na média por idades e ainda a cor declarada representa 60% pardas para 35% brancas.

Os dados encontrados estão em concordância com a média nacional de percentual de mulheres e horas destinadas aos afazeres domésticos e/ou cuidados de pessoas, seja crianças ou idosos. No entanto essa realidade se torna mais pesada

por restar menor tempo para trabalho externo, busca de qualificação profissional e mercado de trabalho. Ainda vale considerar que todas as entrevistadas são voluntárias da Associação de moradores de seus respectivos bairros e não ganham salário para executarem essa atividade voluntária.

Quadro 3 – A emancipação feminina das participantes da pesquisa - categorias dos elementos e interesses presentes nas falas registradas nas entrevistas.

Classificações	Descrição das entrevistas				
Sujeitos	10 mulheres participantes da Associação de Moradores de Anápolis				
Taxa de Fecundidade	50%				
Escolaridade	Ensino Superior (20%)	Ensino Médio (30%)	Ensino Fundamental (30%)	lletrada 20%	
Ensino/idade	20% correspondente				
Rendimento Mensal	80% abaixo da média nacional	20% dentro da média nacional			
Tempo dedicado aos afazeres domésticos (média nacional).	30% Não Informado	30% mais que 20h/sem	30% mais que 100h/sem	10% mais que 40h/sem	
Tempo dedicado aos afazeres domésticos (média/idade)	30% Não Informado	30% menor que 14h/semanais	40% menor que 14h/semanais		
Cor/ Raça	60% Parda	35% Branca	5% Preta		
Total 100%					

Fonte: Dados coletados e tabulados pela pesquisadora, 2020.

Seguindo a proposta, ao cruzar dados da Quadro 3 com registros das estatísticas do IBGE, considerando meso (média brasileira) e micro (média das participantes do estudo), conforme a base de dados, as amostras dos indicadores de nupcialidade, fecundidade e migração.

De acordo com os dados do IBGE (PNAD, 2019), ao que se refere à desigualdade de gênero nas residências, as mulheres realizam os trabalhos mais pesados como limpar a casa e cozinhar (95,5%), cuidar de pessoas (85,6%) e atividades educacionais dos filhos (71,2%), deixando menor tempo para atividades remuneradas.

São 149 milhões de brasileiras (87,1% da população maior de 14 anos) que realizam alguma atividade doméstica ou cuidados de pessoas no domicílio onde moram, gastando em média 16,8 horas semanais. Sendo que 92,1% das mulheres realizam afazeres domésticos e 36,8% cuidam de pessoas em casa.

Em média, as mulheres não ocupadas dedicam 54 horas semanais com afazeres domésticos e/ou cuidado de pessoas. Enquanto as mulheres empregadas dedicam 18,5 horas semanais com os mesmos afazeres. A maior taxa de realização de atividades domésticas está entre as mulheres pretas (94,1%), brancas (91,5%) e pardas (92,3%).

A título de esclarecimento sobre o Quadro 4 (a seguir), o modo Bardin (2001), apresentado como propõe em sua obra *Análise de Conteúdo*²¹, tem sua origem em “estudos qualitativos por meio de entrevistas, a interesse de psicoterapeutas em encontrarem novos meios de compreensão dos seus pacientes” (BARDIN, 2001, p. 11 e 44), bem como de outras ciências sociais em busca de técnicas e metodologias que atendessem sua demanda. De modo simples, “a Análise de Conteúdo é uma técnica de investigação a finalidade, a descrição objetiva, sistemática e quantitativa do conteúdo manifesto na comunicação” (p. 24).

O Quadro 4, na página a seguir, foi categorizado de acordo com Bardin (2001), considerando 16 categorias.

²¹ A categorização é um processo de tipo estrutural e comporta duas etapas: o inventário e a classificação. O inventário consiste em isolar os elementos, enquanto a classificação consiste em repartir os elementos e, portanto, procurar ou impor certa organização na mensagem. A análise categorial é

considerada a técnica mais antiga e mais utilizada na prática, funciona por desmembramento do texto em unidades e agrupamentos análogos. Entre as diferentes possibilidades de categorização, a análise temática é a mais rápida e eficaz na condição de discursos diretos e simples (BARDIN, 2001).

Quadro 4 – A emancipação feminina, de acordo com categorias dos elementos e interesses presentes nas falas registradas nas entrevistas

Sujeitos Categoria	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	%
1. Situação de rua	Por um ano, trabalhava e estudava	-	-	-	Por meses, até a filha ser sorteada	-	-	-	Por 5 anos, devido drogas	-	30%
2. Teologia da Prosperidade	Conta do marido no hospital	Passar no concurso	-	-	Sorteio da casa	Sorteio da casa	-	Deus livrou do marido	Sorteio da casa	Sorteio da casa	70%
4.Trabalho infantil	Doméstica aos 7 anos de idade	Roça com pai aos 6 anos	-	-	-	-	Roça com pai	-	-	Doméstica	40%
5.Casamento	Cuida do marido	Viúva	Marido alcoólatra	Sofrimento	Aos 15 anos	Terrível	Cuida do marido	Terrível	Violência	Agressão	100%
6.Uso de drogas	-	-	-	-	Filho	-	-	-	Desde 12 anos	-	20%
7.Prostituição	-	-	-	Filha	-	-	-	-	Desde 12 anos	-	20%
8.Aborto	Espontâneo	-	-	-	-	-	-	5 devido violência doméstica	-	-	20%
9.Racismo	Na família	-	-	-	No trabalho	-	-	-	-	-	20%
10.Educação formal	Pedagogia orgulho	Educação pra ajudar as pessoas	Tente fazer faculdade, mas não deu	Parei a faculdade por questões financeiras	Não tive oportunidade	Pedagogia sonho	Não tive oportunidade	Não tive oportunidade	Magistério pra dar aula	Não tive oportunidade	50%
11.Autocuidado	Rastafári	-	-	-	-	Roupas limpas	-	-	-	-	20%
12.O lugar do pai	Não tinha condições	Previdente	Esteio	Duro	Abandonou	Abandonou	sistemático	Duro	sistemático	Abandonou	

Fonte: Dados coletados e tabulados pela pesquisadora, 2020.

Analisando os dados do Quadro 4, observando o disposto por Bardin (2001), considerou-se 16 categorias presentes na fala de grande parte das participantes, sendo essas categorias: Situação de rua, 30% das entrevistadas relatou essa vivência; discurso da teologia da prosperidade, presente na fala de 70% das entrevistadas; trabalho infantil, 40% das entrevistadas expressaram esse tipo de memória; casamento, 100% deram grande conotação ao casamento, como fator de sofrimento; uso de drogas, 20%; prostituição, 20%; aborto, 20% passaram por essa experiência pessoal; vítima de racismo, 20% narraram ter vivenciado tal experiência de forma explícita, mas de um modo velado estava presente em todas as falas; Importância da educação formal, 50% valorizaram essa experiência, consideraram determinante para sua mudança de vida; autocuidado, apenas 20% falou sobre essa temática em sua entrevista; admiração pela figura paterna, esta narrativa se fez presente na fala de 70% das entrevistadas.

Em uma escala de importância e frequência das categorias do Quadro 4, tem-se: Casamento (100%); Admiração pela figura paterna (70%); Discurso da teologia da prosperidade (70%); Importância da educação formal (50%); trabalho infantil (40%) e situação de rua (30%), como ordem de grandeza de suas temáticas de maiores significados.

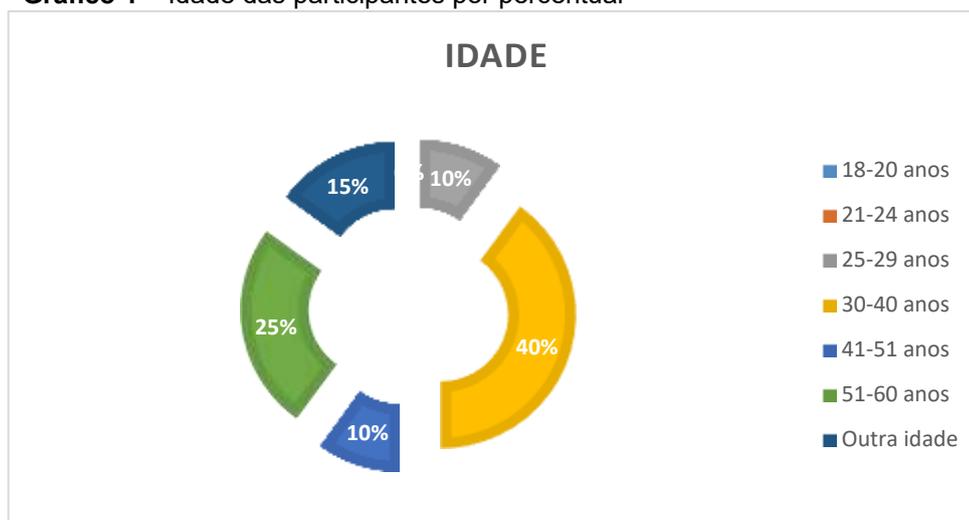
Assim, no presente estudo foram estabelecidas algumas categorias para dar conta da gama de informações presentes nas 10 entrevistas com as participantes. Ao que se refere à entrevista, o presente estudo permitiu uma associação livre das ideias e liberdade para expressar de acordo com algumas perguntas norteadoras de caráter aberto; de modo que algumas situações extremas estavam presentes na fala das participantes, assim, conforme o interesse de expressarem, foi construído uma tabela com indicadores – Quadro 4, *A emancipação feminina das participantes da pesquisa, de acordo com categorias dos elementos e interesses presentes nas falas registradas nas entrevistas*, categorizada de acordo com Bardin (2001).

Analisando as narrativas, um aspecto chamou atenção, a rede de apoio solidário para superação de situações extremas, considerando se a agente dependeu de ajuda e se atualmente reverte sua posição em relação ao que precisa de apoio, designado aqui como *dependeu e faz filantropia*, conforme declarada participantes por percentual de 71% das entrevistadas. A memória apresentada em gráficos é um pouco da tentativa de racionalizar a emoção, pois ela rema contra a maré da exatidão. O meio urbano afasta as pessoas, elas são estranhas, não se conhecem, não se visitam, não são

companheiras para ajudar a suprir necessidades e sustentar a mais doce das memórias a gratidão. Meio ao deserto árido do urbano, para pessoas que vieram da zona rural, a coletividade deveria ser a salvação, mas não é bem assim, 71% das entrevistadas apontam em sua narrativa que viveram situações extremas e dependeram da solidariedade e filantropia para mudar a sorte.

Vale ressaltar que as participantes, em geral, possuem um perfil previamente selecionado, mediante os critérios para participarem do Programa de Habitação de Interesse Social (PHIS, 2009), os critérios são definidos em cada município para se ter direito ao benefício da aquisição da casa própria. Sendo assim, pelo PMCMV (2009-2014) em Anápolis, em período anterior a seleção, todas as participantes já residiam na cidade há mais de cinco anos; elas possuem maior número de membros no núcleo familiar com especial atenção às crianças e adolescentes entre zero e dezoito anos de idade, sendo o mínimo quatro membros; em suas famílias, têm membros com doenças crônicas devidamente atestadas por médico atual, conforme a Classificação Internacional de Doença (CID).

Ao que se refere às participantes do presente estudo, para melhor visualização desses dados, apresenta-se quatro gráficos, cada um considerou um desses critérios ou a relação com eles na construção, sendo o Gráfico 1: Idade das participantes; Gráfico 2: Estado civil declarado pela participante; Gráfico 3: Escolaridade declarada pela participante; Gráfico 4: Número de filhos, conforme declarada pelas participantes; Gráfico 5: Religião, conforme declarada pelas participantes por percentual; Gráfico 6: Renda Familiar em salários-mínimos, conforme declarada pelas participantes por percentual. Diante dos gráficos descritos, pode-se visualizar a sequência de fatores que dificultam o processo de empoderamento e emancipação dessas mulheres, que embora caminharam na escala social, a considerar o ponto de partida de suas trajetórias, ainda estão distantes daquilo que se poderia considerar empoderamento e emancipação, vivendo um grau de independência e cooperação social em seu conjunto de mulheres que vivenciam as mesmas dinâmicas sociais.

Gráfico 1 – Idade das participantes por percentual

Fonte: Dados coletados e tabulados pela pesquisadora, 2020.

O Gráfico 1, Idade das Participantes em percentual, aponta que, de acordo com os dados colhidos em campo por meio de questionário, a fim de construir um perfil sociocultural das participantes, as mulheres que participaram dessa pesquisa considerando 20 como 100%, constituem em sua grande maioria de 40% com idade entre 30-40 anos de idade; seguido por 25% com idade entre 51-60 anos de idade; com idade acima de 60 anos 10% apenas; entre 25-29 anos de idade também 10%. São mulheres em idade produtiva, que cuida de seus filhos e só agora retornaram aos estudos.

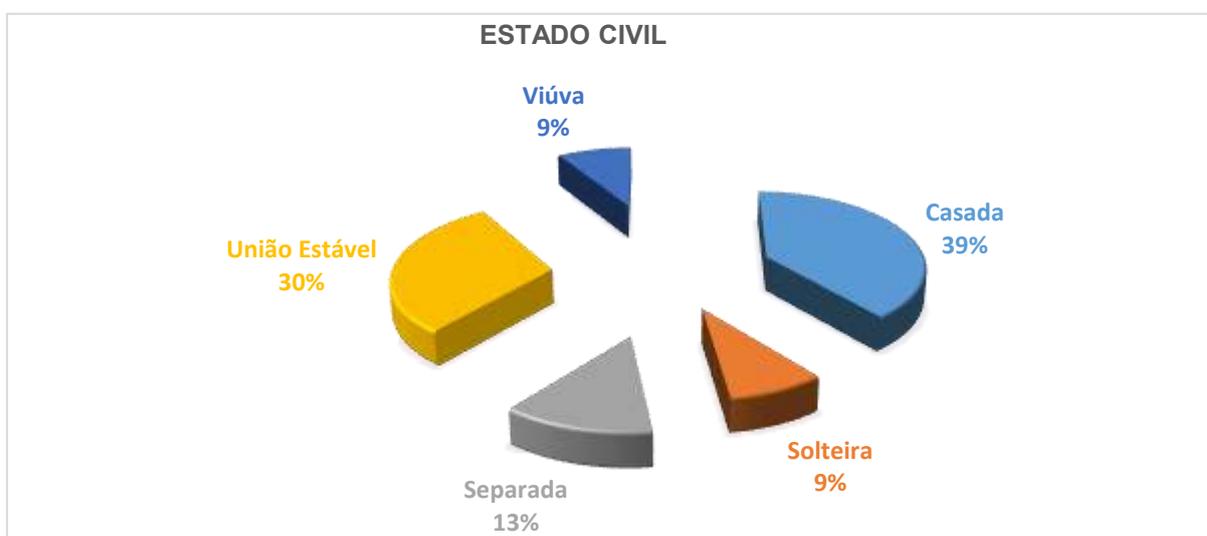
Fatores socialmente limitante como a cor, que não foi dedicado à confecção de gráfico, mas pertencem ao conjunto de informações que compõem o perfil sociocultural desse grupo, de modo a ser comparado com o percentual dimensional macro, meso e microrregional desta temática. Assim, conforme declarada pelas participantes por percentual, quanto à cor declarada, 70% se autodeclararam como pardas, 25% branca e 5% como negras.

Comparando aos dados do Censo 2010, a proporção de famílias com mulheres pretas ou pardas, responsáveis pela família em Anápolis, era 32,3%; Goiânia era de 41,8%; o estado de Goiás era de 36,1%, no Distrito Federal 43,4%, enquanto a média nacional era de 38,7%. Comparados aos números em percentual com os dados do Censo do ano de 2000, os números eram bem menores, em Anápolis 22,1%, Goiânia 27,4%, o estado de Goiás representava 21,3%, o Distrito Federal com 31,5%, a média Nacional era de 23,3%. Embora Anápolis esteja abaixo da média nacional, é um elemento para novas pesquisas e investigação das diferentes fases migratórias e

classes socioeconômica na cidade, o que não pertence à presente pesquisa. Em 2000, a cidade estava bem próxima da média nacional e, do ano de 2000 para 2010, houve um acréscimo significativo de 10,2%.

Na sociedade brasileira do século XIX, o ideal republicano com base na cultura europeia, era contrário ao negro, pardo mestiços ou crioulos, com repressão de atividades culturais e acesso a profissões liberais de brancos, moradias, participação política e outras formas de dificultar o acesso da população negra. A investigação étnico-racial no Brasil, de acordo com o censo de 2010, numa população de 1.919 milhões, sendo 47,7% branca; 7,6% preta; 43,1% parda; 1,1% amarela e 0,4% indígena. O preconceito está diretamente ligado ao poder, discutido na Convenção Internacional sobre a Eliminação de todas as formas de Discriminação Racial da ONU (1966), refletindo na Constituição Brasileira de 1988, por se tratar de direitos humanos, tornando a prática do racismo como crime com pena de prisão inafiançável e imprescritível.

Gráfico 2 – Estado Civil, conforme declarado pelas participantes por percentual



Fonte: Dados coletados e tabulados pela pesquisadora, 2020.

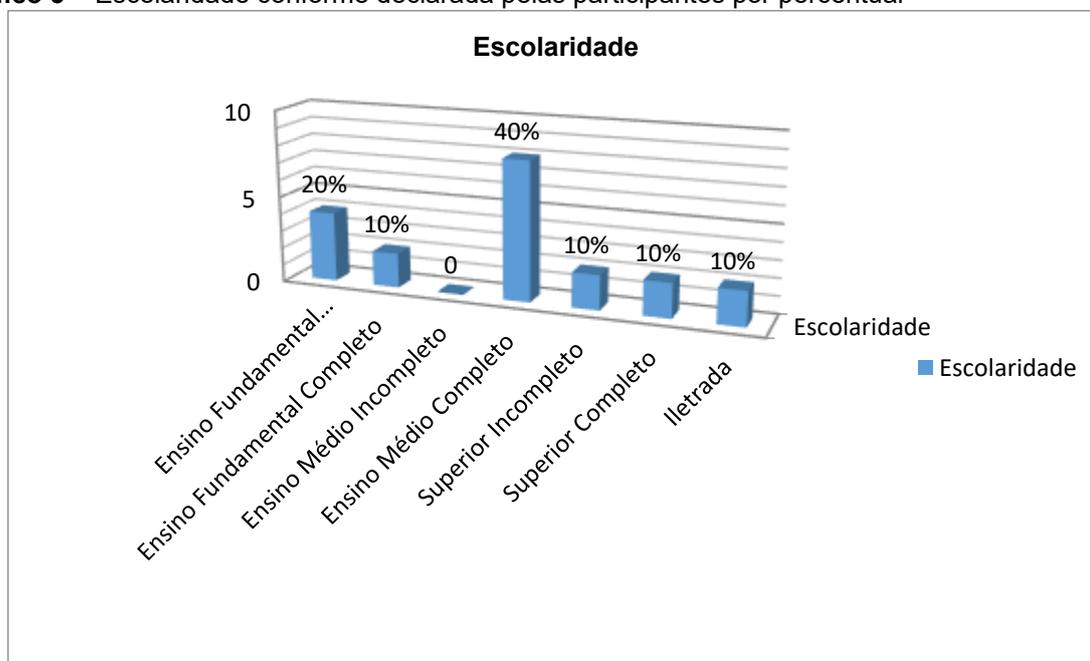
O Gráfico 2 – Estado Civil, conforme declarado pelas participantes por percentual, 45% declararam ser casadas; 20% declararam União Estável, 15% separadas e 10% viúvas, no entanto, todas já haviam experimentado pelo menos uma separação.

De acordo com a publicação Estatística de gênero: uma análise do censo demográfico (IBGE, 2010), no âmbito do Sistema Nacional de Informações de Gênero

– SNIG (2014), considerando os critérios de inclusão para o PHIS, por se tratar de possivelmente pessoas em situação de vulnerabilidade social, como mães e seus filhos, ou por condições de saúde ou idosas, cogitou-se que parte do rendimento doméstico ocorresse pela aposentadoria. No entanto, do grupo investigado, apenas 10% são aposentadas; enquanto 5% recebem auxílio-doença; apenas 40% exercem atividade remunerada.

Assim, cruzando informações e em busca de parâmetro para tal análise, ao que tudo indica, de acordo com dados do IBGE (2010), período referente à situação de ocupação dos bairros investigados, a proporção de mulheres na população com ao menos um filho teria diminuído nas faixas etárias mais jovens entre 2000 e 2010. Em 2010, 37,3% das 50,0 milhões de famílias (únicas e conviventes principais) que residiam em domicílios particulares, tinham a mulher como responsável e a contribuição delas no rendimento familiar era de 40,9% em média. Dos 57,3 milhões de domicílios particulares permanentes em 2010, 38,7% tinham mulheres como responsáveis.

Gráfico 3 – Escolaridade conforme declarada pelas participantes por percentual



Fonte: Dados coletados e tabulados pela pesquisadora, 2020.

De acordo com os dados da pesquisa, a população participante conta com 40% da escolaridade referente ao Ensino Médio; 30% referente ao Ensino Fundamental; 20% referente ao Ensino Superior e 10% não sabem ler ou escrever, numa população de 30 participantes. Em âmbito de Brasil, uma grande preocupação é o abandono

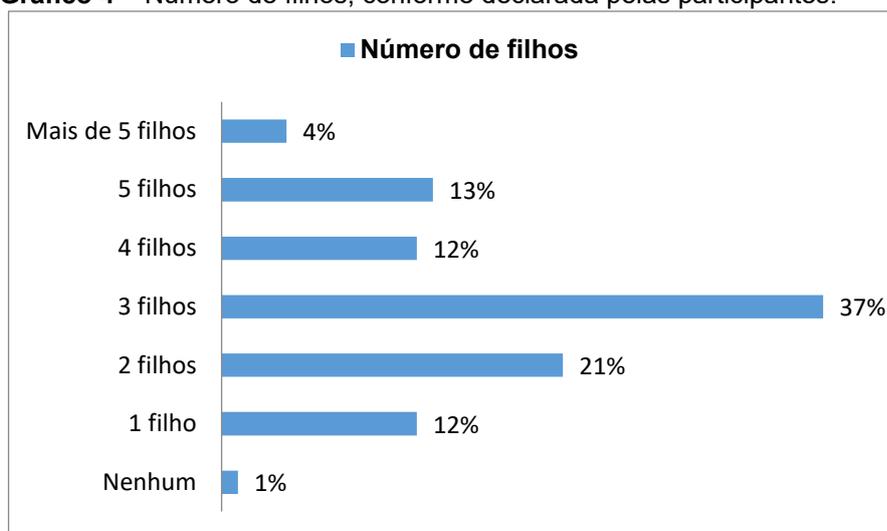
escolar e isso ocorre por diversos motivos. Dentre a população participante da pesquisa, o motivo mais frequente é a chegada dos filhos ou casamento, mercado de trabalho ou cuidados domésticos.

Comparada à taxa média de abandono escolar precoce (proporção de jovens de 18 a 24 anos de idade que não haviam completado o ensino médio e que não estavam estudando) caiu de 47,2% em 2000 e para 36,5% em 2010. Entretanto, o Brasil ainda possui uma taxa quase três vezes maior do que a média dos países da União Europeia, sendo que sua incidência é significativamente maior entre os homens. Uma parcela significativa dos jovens de 18 a 24 anos de idade, que não concluíram o ensino médio, abandonou a escola após ingressar nesse nível (21,2%). Uma proporção ainda maior deles havia abandonado a escola sem completar o ensino fundamental (52,9%).

Quanto à educação, o percentual de jovens de 15 a 17 anos que cursavam o ensino médio (apropriado à sua idade) era de 42,4% para os homens e 52,2% para as mulheres. A proporção de jovens de 15 a 17 anos de idade que só trabalhava era quase o dobro entre os homens (7,6%) se comparada à das mulheres (4,0%). Já a proporção nessa mesma faixa etária dos que não trabalhavam nem estudavam era de 12,6% para as mulheres e 9,1% para os homens.

Considerando o grupo etário proporcional ao investigado (40-45 anos), a partir de uma busca nos censos de 1970, 1980 e 1991, a escolaridade média das mulheres é de 2,3 (1970), 3,1(1980), 4,8 anos (1991), e para os homens, no mesmo período é de 2,8; 3,5; 5 anos de estudo.

Esses dados interferem diretamente na situação profissional e na ocupação, bem como no rendimento e no conjunto familiar atual, por representar a base da construção social brasileira, na qual o grupo de mulheres investigas estão inseridas. De acordo com a *Síntese dos Indicadores Sociais*, elaborada pelo IBGE, mostra que o aumento da escolaridade feminina reduz a fecundidade e a mortalidade infantil. No entanto, o mercado de trabalho acentua a desigualdade entre homens e mulheres, em 2004, as trabalhadoras com até 4 anos de estudo recebiam (por hora), em média 80,8% do rendimento dos homens com o mesmo nível de escolaridade; mulheres com 12 anos ou mais estudo recebiam 61,6% (rendimento-hora), menos que o masculino; dentro de casa elas trabalhavam 4,4 horas a mais em afazeres domésticos (IBGE, 2006).

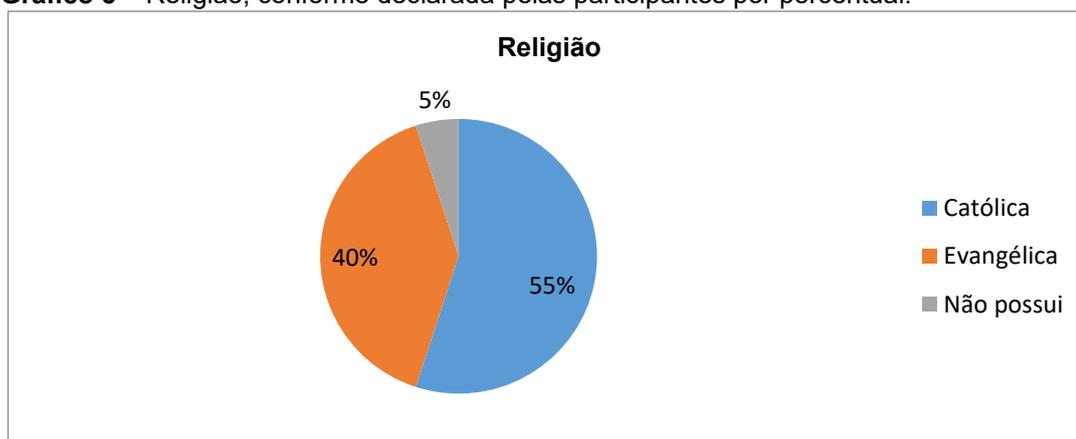
Gráfico 4 – Número de filhos, conforme declarada pelas participantes.

Fonte: Dados coletados e tabulados pela pesquisadora, 2020.

Quanto ao número de filhos: 70% delas têm entre 1-3 filhos; 20% têm 4-5 filhos; 5% têm mais de 6 filhos e 5% não tem filhos. Quanto à aposentadoria 10% são aposentadas; enquanto 5% recebem auxílio-doença; apenas 40% exercem atividade remunerada. Entre 2000 e 2010, a proporção de mulheres na população com ao menos um filho diminuiu nas faixas etárias mais jovens. Em 2010, 37,3% das 50,0 milhões de famílias (únicas e conviventes principais), que residiam em domicílios particulares, tinham a mulher como responsável e a contribuição delas no rendimento familiar era de 40,9% em média. Dos 57,3 milhões de domicílios particulares permanentes em 2010, 38,7% tinham mulheres como responsáveis.

De acordo com o perfil todo, a dinâmica das entrevistas move em direção ao cuidado com os filhos; em todo o tempo, a preocupação e a ideia de futuro estão voltadas para os filhos. Muitas tomaram forças para sair de uma relação abusiva para cuidar dos filhos; outras encontraram nos filhos o apoio necessário para dar início à luta pela habitação.

Ainda tem o relato de outras que envolve momentos difíceis com cuidados especiais com os filhos, tendo que deixar de trabalhar e estudar para acompanhar o desenvolvimento, idas ao médico, tratamento e acompanhamento escolar. De um modo geral, todas as mulheres têm uma relação muito forte com a sua prole, caracterizando o motivo principal pelo qual lutaram pela moradia e lutam por melhorias no bairro.

Gráfico 5 – Religião, conforme declarada pelas participantes por percentual.

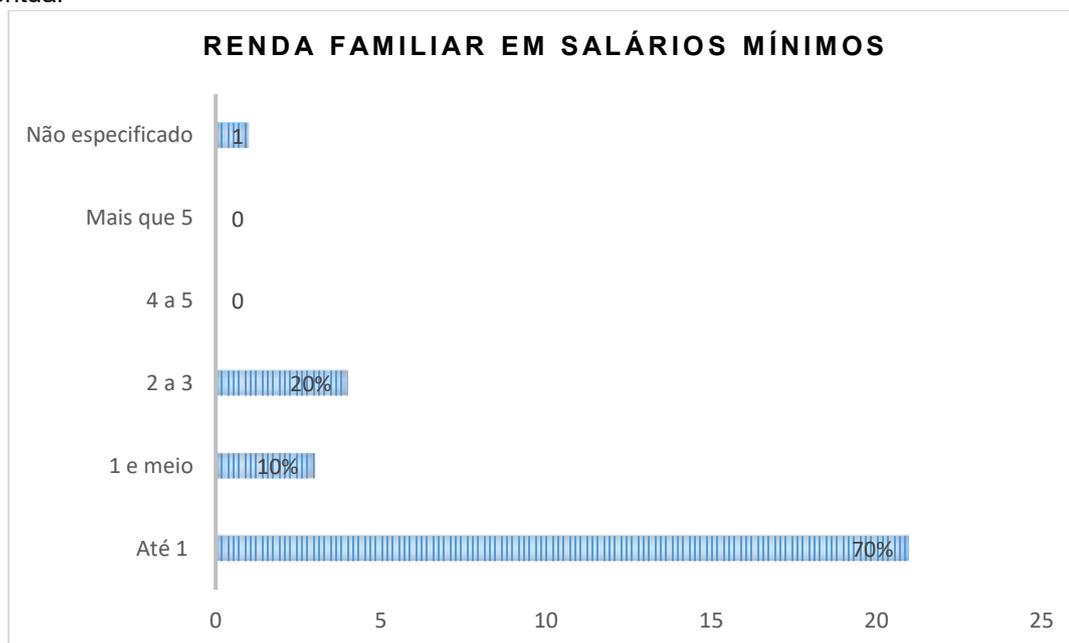
Fonte: Dados coletados e tabulados pela pesquisadora, 2020.

Quanto à religião: 55% são católicas; 45% declaram-se evangélicas e 5% não têm religião, o que define o modo de pensar, agir e buscar rede de apoio entre as mulheres do grupo, bem como o acesso aos serviços sociais de mediação cultural, tal como Comunidades Eclesiais de Base (CEB), Pastoral da Criança, Serviços de filantropias de Comunidades como Vicentinos; Catequeses; Associação de Viúvas Evangélicas; Escolas Dominicais; grupos de oração e apoio comunitário. Isso também interfere diretamente no modo de pensar, como teologias da libertação ou da prosperidade.

A Teologia da Libertação muito presente em grupos católicos que incentivam a busca por educação, rede de apoio e trabalho comunitário. As mulheres que apresentaram o discurso da teoria da prosperidade, estavam ligadas a igrejas neopentecostais e convivem diretamente com a frustração, pois estão sempre fazendo planos maiores que podem alcançar, mediante sua realidade, não buscam redes de apoio para ajuda mútua, esperam milagres de cunho material, sem embasamento político para a sua realização e sofrem por não alcançar o que desejam.

Quanto à renda familiar (Gráfico 6), 70% não ultrapassa 1-2 salários-mínimos; 30% chegam a 3 salários-mínimos e 5% delas não têm nenhuma renda. Podendo sintetizar que a maioria das participantes tem de 30-60 anos de idade; são pardas em sua maioria; casadas ou em relação estável; cursam ou cursaram Ensino Médio; têm mais de 3 filhos; são cristãs, com renda até 2 salários-mínimos e fazem trabalhos informais para se manterem.

Gráfico 6 – Renda Familiar em salários-mínimos, conforme declarada pelas participantes por percentual



Fonte: Dados coletados e tabulados pela pesquisadora, 2020.

Considerando o Gráfico 6: Renda Familiar em salários-mínimos, conforme já mencionado, foi declarado pelas participantes, por percentual, que a média da renda familiar de 70% não ultrapassa 1-2 salários-mínimos; 30% chegam a 3 salários-mínimos e 5% delas não tem nenhuma renda o trabalho. Vale buscar um parâmetro com a média nacional para elucidar essas informações, por se tratar de taxa de ocupação e os diferentes motivos que estão relacionadas. Uma vez que entre os anos de 2000 e 2010, a taxa de atividade passou de 79,7% para 75,7% entre os homens e de 50,1% para 54,6% entre as mulheres.

Porém, o crescimento da formalização entre as mulheres (de 51,3% para 57,9%) foi inferior ao dos homens (de 50,0% para 59,2%). Em 2010, 30,4% das mulheres de 16 anos ou mais não tinham rendimento, frente a 19,4% dos homens. As mulheres tiveram o maior aumento real do rendimento médio de todas as fontes na comparação entre 2010 e 2000 (12,0%), mas a disparidade permanece alta: elas ganham em média 68% do que eles ganham.

Vale ressaltar que se trata de uma pesquisa qualitativa, sendo que os gráficos e os percentuais são voltados para o direcionamento do leitor, como parâmetros para melhor compreensão da realidade da categoria mulheres chefes de família e líderes dos bairros do sistema de habitação social em Anápolis.

Assim, os dados coletados chegaram por meio de vozes humanas que

vivenciam tal realidade, superaram a situação extrema de vulnerabilidade e alcançaram a condição mínima de donas de suas casas, motivo de seu empoderamento e emancipação inicial. Desse modo, seus testemunhos inundam os ouvidos com tamanha frieza daqueles que exploram o ser humano, negligenciando os direitos sociais assegurados pelo artigo 227 da Constituição Brasileira (1988), que prevê que:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda a forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (BRASIL, 1988).

Muitos são os eventos de desrespeito à infância e aos direitos humanos, anteriores a 1988, que marcaram a infância dessas mulheres, como foi o caso de Dona *Margarida*, que veio para a cidade aos 7 anos de idade em busca de estudos, pois na roça não tinha acesso à educação escolar. Foi morar com uma tia, que a maltratava, que a restringia do acesso à alimentação e explorava seu trabalho doméstico. Trabalhou como doméstica em ‘casa de família’, que logo não a deixaram pousar no trabalho. Para conseguir estudar, dormia na rua, trabalhava de dia, estudava à noite e dormia na praça. Foi em um grupo religioso que uma amiga percebeu o que acontecia e a levou para morar em sua casa: “Levou para a casa dela, chegou lá falou: ‘Pai, essa menina tá morando na rua, como é que a gente faz?’ ‘Uai, deixa ela aqui em casa. Onde vocês comem, ela também come’ [...]. Morei com ele até eu me casar (Entrevista Dona Margarida, 14-10-2019).

Daí a importância da coletividade no suporte do humano, construindo lembranças de gratidão. Mesmo que esses testemunhos se apaguem e dispersem, a história mais recente leva essas mulheres a compreender as necessidades de outras e colaborar como apoio, desenvolvendo uma trama de solidariedade, restando-lhes, virar as páginas do livro que registram a dor e sofrimento, abrindo um novo capítulo onde a compaixão se faz presente em meio à escassez, dividindo o nada, mas com presença humana sem violência, construindo um modelo de paz no seu cantinho.

Sobre a vivência lamentável dessas mulheres que experimentaram a situação de morar na rua, 30% das entrevistadas relataram essa vivência, conforme trechos das entrevistas, situação que está presente na fala de Dona Margarida:

Eu fui estudando, morava na casa de um, morava na casa de outro, com 13 anos, com 14 anos eu morei na rua um ano. Porque as casas que eu arrumei para trabalhava, não tinha como dormir, então trabalhava durante o dia e estudava à noite. Então, eu trabalho durante o dia, e tomava meu banho, e ir para escola e da escola eu para Santa Casa ou senão ia para Abadia Daher [praça], eu morei um ano, E sempre fui assim, eu ia na missa na São Francisco. E conheci um pessoal do grupo de jovens, e conheci uma moça [...], aí a gente começou interagir e eles falaram, nós vamos marcar um terço na sua casa. Até aí eu não tive coragem de contar para eles que eu não tinha casa, foi onde eu me senti obrigado a contar a minha situação. [...] Meus pais nunca souberam que eu morei na rua (Entrevista Dona Margarida, 2019).

A situação de Dona Margarida, conforme mencionado anteriormente, que tinha treze anos de idade quando teve que morar nas ruas para poder estudar, que trabalhava, mas seus patrões não aceitavam que ela pousasse no trabalho e, por isso, trabalhava durante o dia, estudava à noite e pernoitava nas praças ou salas de espera do pronto-socorro, e que sua vida permaneceu assim por muitos anos, até que uma jovem, amiga do grupo da igreja, percebeu o que estava acontecendo e tomou uma providência, levando-a para morar em sua casa, não é um fato isolado.

Situações de rua por motivos outros aparece nas falas das entrevistadas, como ocorreu com Dona Papoula, que conta sua história de vida de um modo bem diferente. Embora tenha sofrido negligência em sua infância, por parte da mãe, ela escolheu morar nas ruas para fazer uso de drogas e se prostituir, vivendo assim por mais de seis anos. Uma história muito triste, que só alcançou final feliz com a casa própria. Conforme trecho de sua entrevista:

Eu tinha doze anos. E minha vó acreditou. Porque todo dia eu vinha para a praça da prefeitura e falava eu estava trabalhando. (Estava) Usando droga. Ai eu só ia embora para dormir. Aí eu peguei simplesmente, liguei e falei bem assim pra minha mãe: “mãe, eu tô aqui em Brasília, não se preocupa. Aí eu fiquei com ele na Rodoferroviária lá no Cruzeiro em Brasília, aí eu fui ficando, vi que não era o que ele tinha me contado. [...] Ele só cheirava cola, eu já fumava maconha e cheirava tinho, eu já era viciada e anos passando. Aí ele começou a querer me agredir, ai eu larguei ele, ai ele falou que ia me matar (Entrevista Dona Papoula, 2019).

O discurso da teologia da prosperidade, presente na fala de 70% das entrevistadas, em meio às dificuldades econômicas, apela-se para o sobrenatural para atender às demandas materiais. Muitas narram com certa naturalização a vontade de Deus sobre suas conquistas materiais, por exemplo, a aquisição da casa se deu porque Deus quis, foi mediante a sua fé que ela conseguiu um lar. Como se desconhecesse as políticas públicas e os processos para a materialização do direito. Como expresso em algumas narrativas das participantes:

Meu cadastro eu fiz em 2014, pra eu ganhar a minha casinha. E eu nunca abri mão da minha casa. Todo dia eu pedi a Deus, pra Deus me dar a minha casa, e ele vai dar... Tem aquela fé direto que um dia eu recebo a chave, Deus vai me dar a chave dela. Nunca perdi a fé (Entrevista Dona Azaleia, 2019).

Dona Azaleia ainda não conseguiu adquirir sua casa, sua fala aponta que sabe como se dá o processo de inscrição com a assistente social e o sorteio, conforme disponibilidade de unidades habitacionais. No entanto, ela, que teve dificuldades em preencher os papéis em tempo, não foi sorteada, mora com a família de sua filha, quem recebeu a casa. Agora, Dona Azaleia faz promessa para Deus lhe dar a casa.

Dona Margarida demonstrou muita sensatez em sua fala, sempre se empenhou por seus resultados, estudou, trabalhou, ajudou sua família na zona rural, mas em momentos difíceis e de desespero, ela lutou e depois atribuiu o alcance do tratamento do marido, previsto no plano de saúde, como um feito sobrenatural. Sua fala demonstra que a paz encontrada na resposta das necessidades do marido, que foram atendidas em momentos de situação de doença, mesmo com plano de saúde, mesmo com os direitos resguardados. Por certo, a segurança que a fé proporciona não está em discussão, mas sim o modo como se atribui uma condição material como conquista sobrenatural, deixando de lado as políticas públicas e os direitos ao atendimento:

Mas tudo na minha vida é Deus! É Deus me dá, e Deus me tira, Deus direção para mim, ele me dá força, Ele me dá discernimento para fazer as coisas, ele que me dá sabedoria para eu fazer as coisas. Aí foi caminhando. De janeiro até 2 de abril, eu só correndo, paguei R\$ 5.000,00 de exames, só que Deus é tão bom, que o Plano de Saúde foi obrigado a pagar tudo (Entrevista Dona Margarida, 2019).

Frases como “Eu pedi pra Deus que aonde que fosse eu queria e Deus me deu a minha casa” (Entrevista Dona Papoula, 2019), acaba por dar um contexto de exclusividade para um acontecimento da ordem do público e coletivo. Também no discurso de Girassol, mesmo que ela não tenha sido sorteada, a conquista de sua mãe, também a beneficiou, pois ela atua na associação e mora e com sua mãe no apartamento do programa social: “Aí ela ganhou, graças a Deus. A nossa casinha aí. Nossa, ela ama... Ela gosta da casinha dela” (Entrevista Girassol, 2019). Assim como o discurso de Dona Hortência, que tem todos os critérios para ser beneficiada pelo programa de moradia social, com seus sete filhos, separada do marido, não conseguiu a casa por sorteio, mas comprou o direito de uma beneficiada, como a prática não é regulamentada, ela atribui ao sobrenatural a sua conquista material:

E eu tava numa época de um grande desespero devido a separação, meus filhos fico uma parte com o pai e eu corria o risco de ficar sozinha e eu tava numa casa grande, num aluguel que eu não podia nem pagar, desempregada. E aí eu fiquei num desespero tão grande com essa situação. Foi uma coisa terrível assim. Mas eu tinha meu Deus muito forte dentro de mim e sabia que Deus tinha um, porém e um porquê de eu estar aqui hoje, de eu estar contando essa história, o porquê deu tá aqui dentro (Entrevista Dona Hortência, 2019).

Sobre a exploração do trabalho infantil, 40% das entrevistadas expressaram esse tipo de memória, como narra Dona Margarida sobre sua história de vida e hoje luta para defender os direitos das crianças, mulheres e adolescentes:

Vim para Anápolis (aos 7 anos de idade) para morar com uma tia, só que essa tia me batia de fio de energia, quase todos os dias. Aí com 9 anos de idade eu saí da casa dela e arrumei outra casa para eu trabalhar, que eu ia trabalhar em casa de família né. Aí eu saí da casa dela e arrumei outro lugar para mim. Foi aí que tudo começou, eu tive que andar sozinha praticamente (Entrevista Dona Margarida, 2019).

Eu e o meu irmãozinho pequeno. Eu era pequena [6 anos]. Eu botava tudo bonitinho assim, fazia comida. Aí quando eu estava maiorzinha um pouquinho, eu buscava... Eu mais meu irmão, nós tínhamos um jeguinho pequeno na roça, nós o pegávamos, arriava ele e pegava mandioca para fazer farinha para os meus pais venderem na cidade (Entrevista Dona Rosa, 2019).

De acordo com a Organização Internacional do Trabalho (2017), o trabalho infantil no Brasil refere-se às atividades econômicas e/ou de sobrevivência, visando lucro, remuneradas ou não, com ressalva à condição de aprendiz (a partir dos 14 anos de idade), independentemente da condição ocupacional. Narrativas como a de Dona Cravo passaria por normal em meio à realidade brasileira até a década de 1980, no Brasil: “Até brinco muito, que eu faço o que faço hoje porque eu não tive infância. Minha infância foi trabalhando, foi cuidando de nenê, cuidando de casa pra famílias. Que antigamente tinha muito isso, você limpar casa de família e trabalhar, né?” (Entrevista Dona Cravo, 2019).

Com a Constituição Federal de 1988, Estatuto da Criança e Adolescente (ECA, 1990) e a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) e o Código Penal Brasileiro (2015), resguardam esse direito. No entanto, as narrativas são de mulheres de 40 anos ou mais, fazendo referências a sua infância, ou seja, período anterior à CF/1988, tornando-a mais compreensível. No entanto, não justifica o frequente descaso com os direitos sociais durante a sua infância, como conta Dona Rosa: “E graças a Deus, engrandeceu rapidão. O mais velho cresceu. Com doze anos eu dele, que nós trabalhávamos” (Entrevista Dona

Rosa, 2019). Ainda nos dias de hoje, o Brasil representa 25% do total de crianças ocupadas na América Latina (OIT, 2017).

Em a *Infância roubada: exploração do trabalho infantil* é título do livro de Telma Guimarães de Castro Andrade e Júlio Emílio Braz (2000), embora cite personagens fictícios, o que acontece com essas crianças no Brasil, e em outros países, é realidade. Algumas crianças são arrimos de família. Se não trabalham, não se alimentam nem compram roupa. Sem tempo para estudar, muitas estudam à noite, cansadas e pouco conseguem aprender, deixando graves lesões para toda a vida.

Os autores denunciam que em 2000, 25 mil crianças entre 8 e 14 anos trabalhavam em lavouras, sendo preferência dos produtores, que preferem dar trabalho por serem mais leves e eficientes que os adultos e não danificarem as árvores frutíferas durante a colheita, por exemplo. O fato é que trabalho infantil é expressamente proibido. A troca da escola por trabalho tornam adultos sem uma profissão definida, gerando filhos nas mesmas condições, gerando um círculo vicioso e situação de vulnerabilidade!

Sobre a questão do casamento, 100% das participantes, segundo seus relatos, deram grande conotação ao casamento, como fator de sofrimento e cuidados posteriores ao crescimento dos filhos: “Eu era novinha. Depois eu... Depois eu conheci o pai dos meus filhos, casei-me com ele. Que tá doente” (Entrevista Dona Rosa, 2019).

Não, porque logo eu me casei. Aí pronto. Saí da casa do meu pai... Pronto, aí eu larguei foi tudo. Aí eu saí da fazenda do meu pai... Aí pronto. Fui trabalhar de fazer dos outros. Aí eu tive meus três filhos, dois homens e uma mulher. Pronto, aí acabou, ué. Só fazer dos outros para aqui e para acolá, aí minha vida até hoje é desse jeito. Até hoje. Eu não tenho um lugar assim, sabe? (Entrevista Dona Azaleia, 2019)

Eu me casei muito tarde pelo motivo de não deixar meus pais sozinhos. Eu queria estar ali por perto, cê entende? Eu não ajudava financeiramente, mas dando apoio entendeu? porque dos 8 irmãos eu sou a do meio. Porque os mais velhos, casaram-se, né? Aí ficou só os menores, e eu me sentia na obrigação de cuidar dos menores. Nós éramos 8 irmãos, aí abaixo de mim tinha mais 4, né. E a gente como diz? Era uma escadinha. E aí era assim muito, eu era muito caseira, deixava de sair, deixava de viajar, deixava de fazer muita coisa. Eu tinha muita oportunidade de sair e não saía porque tinha medo de sair e receber uma notícia ruim, aquela coisa assim que você sabe né, porque cê sabe. E aí, eu me casei né? Com o que é o pai dos meus filhos hoje. Não é o meu marido atual, mas foi um relacionamento muito rápido dos seis meses a gente se conheceu, noivou e já foi morar junto né? Nem nos casamos, foi uma união estável (Entrevista Dona Crisântemo, 2019).

É, teve as partes muito boa de casamento, né? Mas aí vai ficando mais velho. Eu não tenho mais coragem de colocar o meu marido para fora... Ele é alcoólatra, né? Mas a minha vida é muito dura. Todos os dias eu levanto e falo: “Eu não tenho medo de nada”. Já trabalhei muito de doméstica, de qualquer

coisa, né? Eu estudei pouco, que eu fiz só o Ensino Médio, mas eu já tentei Faculdade de Psicologia, porque eu gosto, mas não deu certo. Devido da doença, principalmente do menino, porque ele ficava muito no hospital. Mas valeu a pena, porque hoje eles estão bem assim, né? Eu não tenho uma aposentadoria, não tenho um emprego, mas eu abri a minha associação (Entrevista Dona mal-me-quer, 2019).

A minha cidade era muito pequenininha. Eu já trabalhava fora lá. Porque tem uma diferença de idade aí grande, uns 15 anos. Não sabia se ia dar certo, se não ia dar certo, mas eu falei “Ah, vou ver. Se não der certo eu volto”. Meu pai ainda falou assim “Se não der certo você não volta não. Pra dentro de casa não”. Falei “Ah, então tá bom” [...] Olha, eu casei, o meu marido ele fazia, estradas e ele pegou a estrada, daqui pra Goiânia pra duplicar em 1986, aí eu vim acompanhando ele pra cá. A gente foi gostando e foi ficando... Ele faleceu, companheiro meu faleceu... Era união estável. Então meus documentos tudo está solteira (Entrevista Dona Cravo, 2019).

Não quero nem me casar mais, sofri demais quando ele tava bêbado, meu Deus do céu.... eu posava na beira do córrego no rumo de uma pedra e ele bêbado quebrando os trens tudo, sabe? Eu escondida com o menino enrolada na coberta, correndo a pé, de resguardo, minha filha, como eu ‘guentava’ isso? Graças a Deus que ele... Deus tiro. Deus o tirou de uma vez. Terrível, terrível, foi terrível. Foi de tudo de ruim. Nada foi bom, só Deus lá no céu que é bom. Nós éramos roça, mordida de cobra, casa de marimbondo, e aí quando arrumei marido era marido ruim que não presta, que num vale nada. Foi assim minha vida, sofri, só sofri demais (Entrevista Dona Dália, 2019).

Meu filho menor tinha quatro anos na época da separação e foi muito triste... a gente nunca espera uma coisa dessa. Eu nunca esperava que poderia passar por isso, né? Sofri muito, sei lá, a gente pensa assim que a felicidade é só uma pessoa, a felicidade é ter uma pessoa do lado da gente. Eu sei que completa, né? A gente precisa, até hoje eu sinto vontade de ter uma pessoa do meu lado (Entrevista Dona Hortência, 2019).

Relatos acerca da prostituição, presente na fala de 20% das participantes, seja em situação de vivência, onde teria sido explorada pelo próprio marido, ou ainda de ação de combate à prática em sua comunidade, atuando de modo firme para o resgate da dignidade humana por meio do acolhimento e da Educação:

Morando com ele e grávida. Não era amor, não era amor. E aí então, eu larguei o pai da minha filha, porque eu já não aguentava mais as mentiras. Conheci uma mulher de programa e ela falou assim: “Se você for pra Brasília comigo, você vai ganhar muito dinheiro”. Então eu fiquei muito tempo na prostituição, me afundei no crack, e minha filha com a minha mãe. Eu fui trabalhar pra minha mãe dentro do lixão de Anápolis, era onde que a gente trabalhava, tirava o de comer, era lá do lixo memo, que eu não tenho vergonha de contar. [...] Porque pra mulher, toda droga é possível que ela consiga largar, mas a prostituição é muito difícil. Pra mim foi muito difícil. Mas hoje eu sou também uma ex-prostituta (Entrevista Dona Papoula, 2019).

Educação! que ela na escola ela vai ter mais oportunidade do que ela na rua, cara! Porque na rua ela tá propensa à droga, à prostituição, entendeu? Ela fica na [Avenida] Brasil lá em cima lá! Um dia ela falou que queria ter um cabelo grande. “Nós vamos ajeitar esse cabelo grande para você”. Aí nós pusemos um rastafari nela! “Então vamos providenciar!” E assim vai indo! Então é essa questão, a população tinha que bater nessa tecla! Tem que ter Educação sim! (Entrevista Dona Margarida, 2019).

Sobre a temática do aborto, 20% passaram por essa experiência pessoal, em consequência das condições de vida ou mesmo de violência doméstica: “Eu estava com 25 anos. É 25 anos que eu estava quando eu fui morar com ele. E aí eu tive assim várias perdas na gravidez, antes de ter minha primeira filha eu tive assim uns 5 abortos com ele” (Entrevista Dona Crisântemo, 2019).

Aí eu fiquei com ele, aí ele começou a querer me agredir, aí eu o larguei, aí ele falou que ia me matar, aí eu tive que correr dele, entrei dentro de uma panificadora. Fiquei pensando “oh meu Deus, que que eu vou falar?” E aí eu falei pra ele, se você for me matar, você vai matar a sua filha também, porque eu tô grávida (Entrevista Dona Papoula, 2019).

Dentre outras violações de direitos, o relato de ter sido vítima de racismo. 20% narraram ter vivenciado tal experiência de forma explícita, mas de um modo velado estava presente em todas as falas: “Ele me chamava de filha preta, eu era a filha preta, porque eles ‘é’ branquinho do olho azul, bem azulzinho, né, e eu era a filha preta. Morei com ele até eu me casar” (Entrevista Dona Margarida, 2019). A discriminação racial, ou qualquer outra forma de discriminação com base em diferenciação e superioridade racial, é crime previsto na Lei 7.716/1989, prevê a caracterização por ofensa à dignidade de alguém com base em elementos referentes à sua cor, etnia, idade ou deficiência, com pena de 1 a 3 anos de reclusão. A Lei nº 9.459/2013, acrescentou a etnia, a religião e procedência nacional, ampliada para vários tipos de tolerância. O crime de injúria racial presente no Código Penal (2015), capítulo dos crimes contra a honra, previsto no artigo 14, parágrafo 3º. No entanto o racismo estrutural envolve relações de poder, onde os mais vulneráveis ficam sem poder agir, por estar em jogo condições basilares de sua subsistência.

O fato é que em seus relatos, elas reconhecem a importância da educação formal. 50% valorizaram essa experiência, consideraram determinante para sua mudança de vida:

A Educação é primordial, no primeiro lugar! Vem as outras coisas, tem, Educação e saúde teriam que ser a pauta do primeiro para depois, o que sobrou, então esse tanto aqui para Educação e o resto para a saúde. É assim que tinha que ser... mas infelizmente o nosso país tá dormindo ainda no ponto e a tendência é só piorar! (Entrevista Dona Margarida, 2019).

Eu aprendi a ler e escrever eu tinha uns 8 anos. Para ler mesmo e escrever mesmo, era a cartilha e a tabuada. Todinha. Com 8 anos eu sabia. Aí eles iam passando a gente de série. Mas a gente era assim: você chegava da escola, não tinha esse negócio de chegar e assistir televisão, a gente não tinha nada. Chegava da escola e tinha serviço pra fazer, olhar menino e cuidar do serviço. E a noite a gente ia fazer tarefa, pra de manhã cedo sair de novo.

Minha mãe era firme. E com essa firmeza, é que educa filho. (Entrevista Dona Crisântemo, 2019).

[...] porque se você dá uma boa educação, ele vai ter uma boa saúde, porque ele vai saber onde vai buscar. Ele vai ter conhecimento. Como devemos buscar. Então não vai servir de massa de manobra político nenhum. Entendeu? Se nós estamos nesse país do jeito que estamos...Que esses dias eu usei uma frase que eu até achei meia doida: “nós temos o governante que merecemos...” coisa (Entrevista Dona Margarida, 2019).

Então eu não tive oportunidade de estudar, eu não tive. Pra poder tá ajudando as pessoas, assim, melhor, eu já vou atrás de quem fez inscrição de casinha, que tem doença, que tem deficiência, vou atrás de atestado de médico. Vou lá, faço encaixar lá numa fila de deficiente, porque a pessoa nem sabia que tinha direito. Então, se a gente soubesse mais um pouco a gente a gente ajudava mais, né? Mas o pouco que a gente lê, que a gente aprende das pessoas fala, a gente corre e faz e ainda ajuda muita gente. Estou pensando em fazer uma faculdade (Entrevista Dona Cravo, 2019).

Eu acho que a gente precisava realmente de uma escola. Uma escola assim, que tivesse o primeiro e segundo grau. Completa. Não só uma creche. Que já ajuda muito, lógico. Mas e as outras crianças e os adolescentes? ponto de lazer, tipo uma quadra de esporte. Uma quadra, um campo de futebol, esses meninos que ficam muito na rua envolvidos com drogas, com coisa errada; talvez se eles tivessem um tempo ali... Um galpão pra ter cursos profissionalizantes. Eu acho que ia ajudar muito (Entrevista Dona Crisântemo, 2019).

E é mesmo, através do meu conhecimento, através dos meus estudos, que eu consegui, cê ver, eu tô com 44 e terminou minha faculdade de pedagogia agora. [...]A minha associação, um lugar em que a criança possa ter um momento de fazer um cursinho de informática básico. Eu quero fazer parceria com pessoal da faculdade, que é os professores de informática, professor, estagiários com certificado, tudo bonitinho. Estou vendo tudo isso, esses dias mesmo estive até na UniEvangélica conversando com o gestor de lá (Entrevista Dona Margarida, 2019).

Sobre a temática do autocuidado, apontado por Rowland (1997) como fator de empoderamento feminino, apenas 20% falaram sobre essa temática em sua entrevista:

Ai eu falei pra ela “e eu vou pra igreja dessa cor? Desse jeito?” e ela toda arrumada, chique, elegante, no salto, ne, aí eu falei assim “eu vou desse jeito?” ai ela falou “sabe o que tá escrito na bíblia? Venha como estás, todos os cansados e oprimidos e eu vos aliviarei” aí eu fiquei pensando “meu deus vou ou não vou, ai eu pensei e pensei nele e quer saber de uma coisa, eu vou ter que ir pra dentro da igreja eu vou ter que ir pra igreja pra ficar protegida dele, ai fui. [...] Eu e minhas filhas. E a gente ganha doação também dos outros, quando vem pra doar a gente ta perto pra pegar ne. [...] A minha filha mais velha tem treze e a outra tem sete e cinco. (Entrevista Dona Papoula, 2019).

E aí foi uma relação perturbada. Ele era mais velho que eu 20 anos. E assim, parece que eu tinha ele não era nem como um marido, era como um pai. Que naquela época assim, ele se sentia dono da pessoa. Aquele tipo de marido que muda seu modo de vestir, suas amizades, sabe assim (Entrevista Dona Crisântemo, 2019).

Na questão da figura paterna, como aponta Bourdieu (2001), o pai é apresentado como o lugar e o instrumento, inscrito em “suas disposições herdadas, é transmitido inconscientemente em e por sua maneira de ser e explicitamente, por ações educativas orientadas para a perpetuação da linhagem (que em algumas tradições é chamada “a casa”). De acordo com a categoria social, a educação detém o princípio da realidade brutal, no qual a concorrência, o fracasso e as decepções decoram o cenário de preparação para o futuro social. Decisivo para a construção da identidade e determinar oposições. Assim como a escola é o princípio das pessoas interrogadas, decepcionadas em seus projetos que fizeram para seus descendentes, infringidos pelo mercado de trabalho e promessas como resultado do futuro escolar.

No lugar mais considerável nas memórias das entrevistadas está o lugar do pai, sua herança é transmitida inconscientemente. Essa é a verdadeira herança, o que foi construído pelas memórias e emoções paternas. De forma a aniquilar as expectativas e as esperanças do pai, restando-lhe abandonar-se ao desespero de si, retomando por conta própria a imagem totalmente negativa que lhe remetem os veredictos de duas instituições aliadas, ou matar simbolicamente, em seu próprio princípio, o projeto parental tomando o contrapé do estilo de vida familiar. Esse modelo de relação depende muito da representação, muito variável segundo as categorias sociais, sendo que no presente estudo esta narrativa se fez presente na fala de 70% das entrevistadas. Esse simbólico tem sua representação na fala de algumas participantes:

Nós mudamos pra cidade, pra entrar na quinta série. E aí todo fim de semana ia pra fazenda. Meu pai não dava mole não. Deixava a gente na rua não. Mas amo demais a minha mãe. Nossa... Muito. Mas o nosso esteio da família era o meu pai, né? Mas Deus levou (Entrevista com Dona Mal-me-quer, 2019).

Quando a gente estava com meus pais, e assim, meu pai era muito, era sistemático. Ele era daqueles que ele corrigia era no cinto. Eu com 17 anos, foi a última briga que eu levei no cinto, por conta de briga entre irmãos, mas aí apanhava todo mundo, batia em todos, até nos que não tinha nada a ver. Ele era bem daquele sistema antigo. Minha mãe não, minha mãe já era mais tranquila, sabe? Calma, que nem eu mesmo (Entrevista Dona Crisântemo, 2019).

Trabalhei demais com meu pai, Nossa Senhora. Já vi já foi tudo, negócio de roça. Criou tudo na fazenda, tudo trabalhando. Graças a Deus. Nós somos dezesseis irmão, hoje nenhum faz ele passar vergonha. Porque ele nos criou na roça trabalhando. Desse jeito, meu pai era duro, todo mundo sabe fazer as coisas, ninguém reclama de serviço mal-feito. O meu pai era pescador, trabalhava durante o dia e pescava um pedacinho da noite. Mas todo dia chegava com peixe, então nós fomos criados com peixe. Aí ele fazia um fogo lá e pegava peixe pequeno, peixe grande, qualquer coisa, e punha lá no

tempero, numa panela. Quando a gente acordava de manhã ele acendia o fogo e já vinha com aquele prato pra gente, com aquela sopa de peixe. E a gente comia com pão, com farinha e saía. Ia pra escola. Todo dia na certeza de comer peixe (Entrevista Dona Cravo, 2019).

Acerca da solidariedade, que é uma característica do viver em comunidade, algumas participantes relatam que dependeram de filantropia e, com isso, passaram a ajudar outras pessoas, por conhecer as necessidades experimentadas ou ainda por ter aprendido a importância do ajudar ao próximo em meio às necessidades. “Meus meninos não passaram fome porque os meus irmãos me ajudaram sabe? Porque eu dependia de cesta básica, me ajudou muito” (Entrevista Dona Crisântemo, 2019).

3.5 Notas do caderno de campo de pesquisa

Durante os passos iniciais da pesquisa, foi utilizado o recurso do caderno de campo, onde se registrou os contatos, telefones, informações prévias às entrevistas, reuniões e informações consideradas importantes, as quais serão feitas referências ao longo do estudo, sem, contudo, dispensar as informações das entrevistas. Uma vez que ainda não se tinha registros em áudio das histórias de vida narradas pelas participantes, mas já se postulava impressões consideradas pela pesquisadora.

De acordo com Meihy e Holanda (2011), o caderno de campo é um diário íntimo, em que são registrados problemas de aceitação de ideias do entrevistado, bem como reflexões teóricas decorrentes de debates sobre aspectos do assunto. Esse registro possibilita o diálogo frequente com questões inesquecíveis e de suma importância para quem dirige a pesquisa e as entrevistas, o que o torna um referencial obrigatório para a finalização dos trabalhos.

Sugere-se que o caderno de campo funcione como um diário, em que o roteiro prático (quando forem feitos os contatos, quais os estágios para se chegar à pessoa entrevistada, como correu a gravação, eventuais acidentes de percurso) seja arrolado (MEIHY; HOLANDA, 2011, p. 152).

Assim, encontra-se registrado no caderninho, a busca por informações sobre as mulheres chefes de família que são líderes na Associação de Moradores de bairros de Anápolis; não se obteve acesso aos registros do sistema que gerencia o Programa MCMV. O acesso restringiu-se apenas a uma reunião na sede do Conama, no dia 25 de outubro de 2019, que contou com a presença de 6 homens e a única mulher presente, que era a secretária do palestrante externo, na qual tratava sobre o desligamento do sinal analógico de TV e o ligamento do sinal digital de TV em

Anápolis. Desde então não ocorreu outra reunião aberta ao público externo, na sede do Conama, devido à aproximação com eventos do fim de ano e seguido da questão da pandemia pela COVID-19 e os protocolos de distanciamento social.

Em outras oportunidades de acesso às possíveis entrevistadas, a pesquisadora se dirigia aos locais informados nas mais diferentes oportunidades, não podendo perder nenhuma oportunidade, pois o cronograma do projeto que estava em andamento deveria ser cumprido no prazo programado. Nas reuniões diferentes representantes de bairros compareciam (como apresentados no Quadro 1). Muitas aconteciam na casa da presidente de cada bairro, como frequente no Residencial Leblon. Isso evidencia, que essa associação não tem acesso a área comum para se reunirem, como ocorreu no Residencial São Cristóvão, que mesmo contando com três quadras cobertas, não foi disponibilizado o espaço para reuniões da associação de moradores, envolvendo disputas com o poder central do condomínio, sob 'império' do síndico do lugar.

No dia 09 de outubro de 2019, ocorreu a Reunião da Associação de Moradores na casa da Presidente do Bairro Residencial Leblon de Anápolis, a pauta era sobre a *Festa do Natal da Solidariedade*, busca por patrocínios e brindes para fazer a festa de confraternização da Associação de Moradores do Bairro.

O grupo com 26 mulheres e 1 homem lembrou o início do bairro, as lutas e as dificuldades para adquirirem e tomarem posse da casa própria, que se deu por meio de sorteio onde nem todos os inscritos receberam sua moradia e ainda outros que receberam acabaram vendendo o direito de ali residirem a outros desabrigados.

Destacaram que, sete anos depois da inauguração do Postinho de Saúde que ainda está em construção, o CMEI Prof^a Célia Maria Rocha Malta, que ficou pronto há 3 anos atende a 120 crianças do bairro, entre caráter integral e 160 em período parcial, com estrutura física composta por salas de aulas, banheiro, refeitório e pátio. As creches foram substituídas pelos Centro de Educação Infantil Básica (CEMEI), conforme previsto no artigo 29 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Os CEMEIs auxiliam no desenvolvimento dos pequenos de zero a cinco anos e onze meses, conforme prescrito no artigo 29-31, na LDB nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

As mães entrevistadas consideram que muitas crianças ainda estudam longe, mas, acreditam que essa situação ainda vai melhorar. Lembraram ainda as melhorias

ocorridas no bairro e a criação da Associação de Moradores, a luta por escolas e creches, “a escola da região era pequena e não suportava todos os alunos, então adaptaram um galpão de metal de zinco, muito quente, outra hora muito frio, os meninos não queriam ficar lá” como conta Dona *Begonha*, avó de aluno (DIÁRIO DE CAMPO, 2019).

As falas das mães destacaram ainda o quanto elas tinham dificuldades de locomoção e acessibilidade, horário do transporte coletivo. Embora tivessem conseguido o ônibus escolar da prefeitura para o transporte das crianças, a escola era longe, no bairro Jundiáí, localização considerada como nobre da cidade, onde estão localizados também o Colégio Estadual Professor Helly Alves e a Escola Municipal Antônio Constante. Lembram que esperar as crianças era uma luta, e ainda é, por causa do sol quente para sair de casa, pois não havia arborização nas ruas, “se chovia era lama e se fazia sol era de queimar”, como lembra Dona *Azaleia*, moradora (DIÁRIO DE CAMPO, 2019).

Dona Azaléia destaca que hoje a comunidade conta com rampas de acesso, construídas entre as ruas e as ilhas dos canteiros íngremes por cooperação coletiva em multirão:

Fizemos todos juntos, cada um emprestou o que tinha de ferramenta ou doou um pouquinho de material de construção, outros deram mesmo foi o dia de pedreiro e no final do dia todos podiam passar pelo canteiro sem sujar os pés ou ter que dar uma voltona para chegar em casa (Dona Azaléia, DIÁRIO DE CAMPO, 2019).

Confirmou Dona *Hortência*, moradora do Residencial Leblon, trazendo fotos de todos, registradas no dia da construção da rampa, mas logo a pastora *Dália* (66 anos) chamou todos os presentes para orar e a dona da casa serviu pão de queijo com café e chá de erva-cidreira, colhida da horta comunitária, para todos que ali estavam. O ambiente, a cozinha da presidente do bairro, decorada com seus altares à *Rainha do Lar*, próprio da sua cultura católica, mas que tinha uma pastora evangélica direcionando a oração, em perfeita interação.

Essas pequenas vitórias representam a construção não apenas de caminhos entre a superação dos obstáculos da passagem, mas, ainda, a aproximação de pessoas estranhas, ligando ao ideal de comunidade, unidos por necessidades comuns. Há que se destacar que, por ser um modelo de sorteio, diferentes famílias cadastradas no Programa recebem as chaves de suas casas, de modo aleatório. Esse modelo de distribuição de moradores no espaço físico, agrupa pessoas de diferentes

regiões da cidade ou mesmo do país sem vínculos anteriores, fazendo com que seu vizinho seja um completo estranho e que nenhum morador tenha parentes morando nas proximidades, como ocorre em bairros com outras características de surgimento ou mesmo nas favelas separados de sua comunidade de origem e tornando essas pessoas bastante isoladas, paradoxalmente, como assevera Bourdieu (2001, p. 220): “nesse habitat social que reúne os casais em função dos apartamentos disponíveis e das remunerações e não, como nas favelas, em função das relações de parentesco”.

Ainda sobre os registros no caderno de campo, no dia seguinte, 10 de outubro de 2019, foram realizadas as ligações e duas líderes de comunidade aceitaram receber a pesquisadora no Residencial São Cristóvão. O encontro foi no centro da cidade, onde foi apresentado o projeto.

As entrevistas aconteceram no dia 16 de outubro às 10h da manhã, no apartamento das duas, mãe e filha que trabalham juntas na Associação de Moradores do bairro Residencial São Cristóvão, onde moram em seu apartamento de 40m², juntamente com o marido e irmão, compondo a família com pai, mãe e casal de filhos, que no momento todos estão desempregados, já que os trabalhos da associação ocorrem no sistema de voluntariado, sem remuneração.

Durante a entrevista, a presidente da Associação de Moradores do Residencial São Cristóvão e a sua filha, Primeira Secretária da Associação do bairro, contaram sobre suas dificuldades: filho lutando contra o alcoolismo; a filha que perdeu o emprego e teve que parar a faculdade; o marido que também perdeu emprego e precisava de tratamento médico, a mãe faz trabalhos como diarista para garantir o sustento de todo o grupo.

No dia 11 de outubro de 2019, após ligação recebida, retornou-se ao campo, e a pesquisadora encontrou-se com a presidente do Bairro Residencial Leblon, sentada na porta de casa, com a mão esquerda firmando o rosto, que sorriu ao vê-la. Em seguida, chegou a vice-presidente do bairro que desceu do ônibus, saudando com as mãos e contando, com alegria, que havia conseguido realizar o seu exame de mamografia pelo SUS. Elas tinham disponibilidade para dar entrevista após a reunião do grupo focal. A pesquisadora apressou-se para o registro.

Durante a reunião, Dona Gardênia (40 anos) ficou calada, enquanto a pastora *Dália* pediu para ser entrevistada, pois tinha muito interesse em contar sua história de vida, entrevista que ficou marcada para outra ocasião. Falavam sobre a divisão de

cestas básicas que ganharam no ano anterior na ocasião do Natal, pois a Associação dos Comerciantes de Anápolis (ACAN) havia doado 40 cestas básicas em 2018. Ainda na mesma visita, Dona *Gardênia*, lembrou o período em que se mudara para o bairro, não havia ninguém morando por perto: “se entrar ladrão em casa eu corro para o mato ou para o morro”, todos riram. Novamente pastora *Dália* chamou para fazer oração e encerrar a reunião. A entrevista ficaria para outro dia, novas visitas seriam feitas ao campo; a entrevistadora persistia (DIÁRIO DE CAMPO, 2019).

No dia 14 de outubro de 2019, às 10h da manhã, após o telefonema, Dona *Margarida* presidente da Associação de Moradores de Três bairros: Vitor Braga, Residencial Bela Vista e Jardim Bom Clima, aceitou receber a entrevistadora. De acordo com ela, não conseguiu quem assumisse a presidência da associação dos demais bairros, sendo eles próximos e ela conhecedora de toda vizinhança, solicitou que a região fosse incluída na sua associação de moradores, com a concordância do presidente da Associação geral dos bairros, ficou estabelecido que assim seria. Em um trecho de sua entrevista ela esclarece o fato de ser presidente de 3 Bairros simultaneamente:

Vitor Braga, Residencial Bela Vista e Jardim Bom Clima, são três bairros pequenos e estão agregando os três na mesma associação, né. Se não ia ficar muito disperso. É do bem comum, o nosso presidente do CONAMA, que é o João Capela de Almeida, achou melhor que a gente fizesse, tem ata registrada tudo bonitinho. Desde 2002 que eu sou presidente, nunca consegui passar isso adiante porque ninguém quer assumir (Entrevista com Dona Margarida, 14 de outubro de 2019).

A entrevista aconteceu na Secretaria Municipal da Cultura, local em que ela trabalha, em meio ao barulho do ambiente e seu pouco tempo disponível, onde foi apresentado o projeto e ela ficou muito animada em colaborar com a entrevista. Ela contou sua trajetória de muitas vitórias. Por três vezes sua entrevista foi interrompida, uma vez com a chegada de um envelope – ela contou que se tratava de documentos da empresa do marido, um mercadinho do bairro, como ele é transplantado dos rins e ela estava organizando documentos para aposentá-lo. Durante a entrevista outros funcionários a interromperam e ela sempre fazia questão de contar que estava dando uma entrevista e que se sentia muito importante.

Dona Margarida contou que ainda muito cedo saiu de casa, aos 7 anos de idade, seus pais analfabetos, tiveram 7 filhos, moravam com agregados em fazendas, e achavam que estava tudo certo em buscar vida melhor na cidade, foi até o local e conheceu os patrões da filha. Aos nove anos de idade, assinava seus documentos

escolares e fazia sua matrícula na escola, foi a única de casa que teve coragem para sair de casa, bastou a tia chamar, arrumou a sacolinha com poucas mudas de roupas e só retornou para ajudar a família anos depois. Com base em suas necessidades durante a vida, sabe o que é preciso em cada bairro, conta que luta por asfalto, saneamento básico, transporte coletivo, escolas, creches, esporte, saúde, segurança o profissional para os jovens, lazer para as crianças e adolescentes de seus bairros, bem como uma sede para a Associação de moradores.

A entrevista durou mais de uma hora, com momentos de grande emoção, como quando ela contou sua vivência na rua, assim que veio da fazenda, era ainda uma criança, mas trazia o sonho de trabalhar em casa de família para estudar. Conta que sofreu muitas formas de violência e acabou por fugir para a rua, mas com a solidariedade de uma amiga da igreja, foi morar com sua família e pôde concluir os estudos a nível de Ensino Médio enquanto trabalhava. Casou-se, teve filhos, quando terminou o que chama de 'filosofilha', referindo-se ao cuidar da filha para depois estudar, hoje com muito orgulho ergue como um troféu seu título de pedagoga. Afirma ainda que já se matriculou numa pós-graduação, que pretende concluir com honras. Sua história de vida é muito marcante. Após agradecimentos pelo compartilhado, seguiu para transcrição do conteúdo registrado em gravação de áudio que será mais bem explorado em outra seção do presente estudo.

No mesmo dia, 14 de outubro, às 14h, a reunião marcada por telefone com Dona *Cravo* em sua casa no Bairro de Lourdes, que foi muito receptiva e solícita. Apresentado o projeto, que foi elogiado, pediu para assinar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Em seguida, contou que estava viúva há três meses, indicando que seria uma entrevista delicada. O seu marido havia falecido por enfisema pulmonar, sendo que foi ela que cuidou dele até o último momento. Ela lembrou do início do bairro, quando o casal se mudou para lá, no qual não havia escolas ou mesmo local para a Associação de Moradores se reunir. Então começaram a se reunir no feirão do bairro, quando esse foi construído. Relata que depois que os filhos cresceram, decidiu que também iria estudar, para isso andava 10km por dia para fazer o Supletivo *Elias Chadud*, pois não havia escola por perto, tão pouco ônibus e, mesmo depois, não tinha dinheiro para o transporte. Mas a vontade de ter o Ensino Médio era mais forte. Destaca que logo em seguida passou no concurso da prefeitura para agente de saúde e sua vida mudou, começou a fazer parte da Pastoral da

Criança e dos Vicentinos, os quais, segundo ela, muito contribuíram para a melhoria dos moradores do bairro. Lamenta que os jovens querem emprego e não querem estudar. Por intermédio da Associação de moradores do bairro, em parceria com a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Humano, trouxeram cursos de qualificação, mas poucos se inscreveram e menos ainda concluíram o curso.

A Entrevista com Dona Mal-me-quer, 16 de outubro, marcada às 10h da manhã, no Residencial São Cristóvão, a reunião foi até depois das 12h. Oito pessoas esperavam o almoço, lá em seu apartamento, onde acontece as reuniões da Associação em que ela preside, juntamente com sua filha Girassol. Depois de ouvir as duas em sigilo, em um quarto, previamente preparado, a pesquisadora agradeceu a todos e não esperou o almoço que cheirava bem. Mãe e filha agradeceram por terem sido ouvidas, por vezes, uma complementava o pensamento da outra, contribuindo para descrever momentos e memórias que quase se perderam em detalhes. A alegria e a indignação, também lágrimas e delicadeza ao abordar temáticas referentes a perdas e ganhos, de todos. A aquisição do apartamento da família, o maior bem adquirido, lugar que a família tem para chamar de seu, mesmo depois de ter morado na fazenda do pai; ali é seu lugar seguro, de paz e de luta por qualidade de vida, entre outros direitos alcançados.

A Entrevista com Dona Hortência, dia 19 de outubro, marcada às 9h da manhã em sua casa no Residencial Leblon, tinha uma fila de pessoas esperando para ser entrevistadas. Foi informado a elas que apenas aquelas cumprissem os critérios de inclusão iriam para a pesquisa, elas não se importaram, ficaram felizes em serem ouvidas, o dia foi de muito descoberta e emoção, depois de ouvir a todas. Ao final da tarde, depois de cuidar da horta comunitária, dona Hortência deu sua entrevista, com muitas lágrimas e sorrisos a cada recordação, foi necessário utilizar os quartos da casa como consultório, previamente organizado para manter o sigilo. A pesquisadora e as duas assistentes, estudantes do curso de psicologia na cidade, passaram o dia ouvindo as mulheres do bairro, o que teve sua função terapêutica. Todas agradeceram a escuta.

A Entrevista com Dona Rosa, Dona Dália, Dona Crisântemo e Dona Papoula fizeram parte desse grupo de ouvidas e disseram que foi muito importante para elas serem ouvidas. A equipe toda agradeceu a cada participante por ter compartilhado seu bem maior, a história de vida. Todas as histórias marcantes, regadas de muito

drama e superação, tendo a maior vitória em comum, a aquisição da casa própria, pois muitas relataram situações de rua, vulnerabilidade, ausência de direitos, violência, dores, perdas e resgate da dignidade.

No próximo capítulo será apresentado com mais riqueza de detalhes, a categorização de cada entrevista e, no final do estudo, as entrevistas na íntegra, para que o leitor possa se aprofundar em detalhes de cada entrevista.

Os primeiros dados apresentados neste capítulo, bem como alguns dos aspectos relativos à história de vida das mulheres da Associação de moradores dos bairros do SHIS de Anápolis, auxiliaram em um primeiro entendimento do grupo pesquisado. O capítulo trouxe informações registradas no caderno de campo, e resultados relativos ao questionário aplicado em um universo de 30 participantes, destas 10 participantes foram entrevistadas e seus relatos analisados, conforme estabelecido no pré-projeto do presente estudo, registrado na Plataforma Brasil e no Comitê de Ética da PUC Goiás.

Pode-se considerar que, em meio às suas histórias de vida, o empoderamento como apropriação pessoal, coletiva e social, envolve aspectos preponderante do poder político e participação democrática aos acessos aos direitos sociais, à cidadania ativa, que de acordo com Arendt (1997), ser dono de uma casa, torna sagrado os espaços que cercam cada propriedade.

Dessa forma, o espaço social se traduz no espaço físico, pois a relação da agente com o espaço se dá de acordo com a posse do capital moradia e o conjunto familiar que abriga, bem como a interação com os demais moradores da comunidade bairro, que é a coletividade de famílias e suas habitações.

Ser dona da casa é ter acesso à condição social mínima, premissa da dignidade da pessoa humana, é ter um lugar para chamar de seu e poder lutar por mais direitos para sua família, na prática da democracia. De modo interativo com o humano, que se desfrutou de sua presença e confiança, do humano em sua teoria no modelo do método acadêmico, é que se apresenta os dados coletados durante as entrevistas e visitas. Também como aspectos das memórias das participantes, seus sentidos e significantes, que caminham em direção aos objetivos da pesquisa e a subjetividade da pesquisadora, que é o empoderamento e emancipação, a partir da luta pela casa e pela educação.

Ainda, o compartilhar desses depoimentos, conforme estabelecido em

Bourdieu (2001), quando diz que o momento de abrir os depoimentos para o leitor é de grande responsabilidade, pois envolve a confiança conquistada quando se estabeleceu uma relação com as participantes e merece compreensão por parte daqueles que as ouvem ou têm acesso de alguma forma a essas informações de pesquisa.

Ao entregar os resultados dos depoimentos que foram confiados à pesquisadora, a propósito de sua existência e dificuldade de viver, os dados resultados dos depoimentos foram organizados e apresentados com o objetivo de se conseguir do leitor um olhar de compreensão.

O espaço dos pontos de vista ou o lugar de fala daqueles que ocupam lugar diferente, em função de sua classe social, tratando em especial dos conjuntos habitacionais, é o intercâmbio entre o coletivo e o privado, a ação pública que deu origem ao conjunto de espaços físicos de caráter privado, a luta pela inclusão do público ao público. Aplicou-se o método empírico do “ir ver” o que existe, considerando as dificuldades do confronto direto e mesmo os riscos sem méritos. Agora, pode-se dizer com propriedade que o essencial do que se vive e se vê no campo são as evidências impressionantes e as experiências mais dramáticas, que encontram seus princípios completamente em outro lugar.

O que se pode constatar é que as políticas públicas (em sua presença e ausência) destacam-se na realidade das pessoas que vivem nos conjuntos habitacionais do subúrbio, como pessoas que não se adaptaram à realidade da metrópole, que não tiveram grandes oportunidades de ascensão social, que se decepcionaram com as promessas da formação escolar, que se detiveram em subempregos e vivem sérios problemas familiares e sociais de várias ordens, pela ausência da materialização de seus direitos sociais por parte do Estado.

O desvio das funções do Estado e a passividade dos agentes de mudança, deixa de promover o antagonismo pela aceitação, isso resulta em ausência do Estado de direitos, aniquilação dos direitos sociais e evolução da miséria, em formação continuada na escola dos *subproletários*, onde se destaca que o desvio do Estado e suas decisões políticas promove a situação de precariedade dos mais elementares serviços como educação e saúde às populações mais desfavorecidas dos conjuntos habitacionais ou subúrbios, cada vez mais abandonados pelo Estado.

Até aqui, tudo o que foi visto, ouvido, sentido, percebido, compreendido,

humanizado, aponta a importância das políticas públicas desenvolvidas entre 2009 até 2014, a Prefeitura, em parceria com o governo federal, em favorecer as mulheres chefes de família, em situação de vulnerabilidade, com a aquisição da moradia (o habitat). Mas, ainda faltam condições para o desenvolvimento pleno do direito à cidade, o habitar, com os equipamentos públicos, condições de educação e subsistência.

Verificou-se que alguns mediadores culturais fizeram o trabalho de rede de apoio nesses bairros, ainda que ineficiente, como foi a Pastoral da Criança e a Associação de Moradores dos Bairros de Anápolis, por meio do *Conama*, que precisa de mais mobilização e acompanhamento do que acontece nos bairros, incentivando e buscando integrar a nível (in)ternacional, por se tratar de uma *cidade inteligente*, é possível.

Vale ressaltar, a partir de casos particulares, como foi possibilitado conhecer por meio das entrevistas e rodas de conversa, o nexos causal do hoje que é resultado do passado. Essa população buscou, inicialmente, na escola formal uma esperança de lugar social, no entanto, a escola pouco contribuiu para essa sociedade de excluídos. De modo que se pode afirmar que, além da divisão egoísta de renda, por vezes a escola opera como agente de exclusão social, por não oferecer mecanismos que revertam a lógica social assumida pela educação no processo de transformação do humano e preparo para a vida social.

Como mencionado, a equipe toda agradeceu a cada participante por ter compartilhado seu bem maior, a história de vida. Todas as histórias marcantes, regadas de muito drama e superação, tendo a maior vitória em comum, a aquisição da casa própria, pois muitas relataram situações de rua, vulnerabilidade, ausência de direitos, violência, dores, perdas e resgate da dignidade. No próximo capítulo será apresentado com mais riqueza de detalhes, a categorização de cada entrevista e, no final do estudo, as entrevistas na íntegra, para que o leitor possa aprofundar em detalhes de cada entrevista.

CAPÍTULO IV

O PROCESSO FORMATIVO DE MULHERES DO SHIS E A EMANCIPAÇÃO FEMININA

O presente capítulo tem como objetivo compreender o objeto investigado: o processo formativo das mulheres do SHIS de Anápolis e sua respectiva emancipação por meio da luta pela moradia, a partir da história de vida narrada por cada agente. Inicialmente, buscou-se responder duas questões relativas à participação dessas agentes no bairro e o nível de poder no âmbito familiar. Para melhor compreensão do leitor, foi dividido em seções, sendo as primeiras voltadas para a compreensão das participantes, por considerar que essas agentes deveriam ser apresentadas em sua individualidade, considerando a ordem das entrevistas e aspectos de sua subjetividade, de modo que todas permanecem com codinome para preservar o sigilo proposto e, ainda, a categorização presente em cada entrevista.

Em seguida, fez-se uma mensuração do quantitativo da temática abordada em cada fala, considerando as cinco categorias relevantes na compreensão desse processo enquanto formador do lugar definido socialmente para esse grupo de mulheres na conjuntura cultural e ideológica. Na análise do conteúdo das entrevistas, a partir das narrativas registradas, considerou-se o lugar de fala das mulheres, destacando nos relatos a compreensão sobre o processo formativo, bem como o lugar ocupado pela educação escolar e a moradia na construção do sujeito político e social dessa população e o poder de participação nas tomadas de decisões nos assuntos dos bairros.

E, por fim, a análise das falas das dez participantes, reunidas nas referidas categorias. Assim, consideram-se cinco categorias centrais para fins desta análise, sendo elas:

- 1) o processo formativo, como a educação escolar e os movimentos sociais;
- 2) a participação na luta pela moradia e as políticas públicas;
- 3) aspectos da vida familiar;
- 4) integração à realidade urbana e industrial, que envolve outros estados extremos da ausência do princípio da dignidade humana, como o racismo, a prostituição e drogadição;
- 5) aspectos dos valores morais e a mediação religiosa.

Busca-se construir um diálogo com o modelo de Educação popular e os Novos Movimentos Sociais, como forma de Educação informal presente nos movimentos populares e responsáveis pela mediação cultural nesses espaços.

4.1 A participação das chefes de família na Associação de moradores dos bairros do Sistema de Habitação de Interesse Social

Algumas questões se movem em direção ao ponto central da problematização da presente tese, quando se indaga se a emancipação, que compõe o discurso dos sistemas jurídicos e políticos, define as mulheres como chefes de família, enquanto sujeitos de poder e emancipação. Como já foi trabalhado no capítulo um deste estudo, a emancipação feminina envolve uma construção social e histórica; o objeto casa, sem dúvida, vem corroborar para essa finalidade. No entanto, a emancipação econômica da chefe de família se dá por meio de preparo educacional e inserção no mercado de trabalho, com salários que atendam a demanda familiar. As indagações sobre a participação das chefes de família na associação de moradores dos bairros do SHIS de Anápolis, a fim de se compreender estes aspectos, trouxeram como questionamentos iniciais:

- a) Qual o nível de participação das mulheres dos respectivos bairros na intervenção política?
- b) Qual o poder dessas mulheres no âmbito familiar, até que ponto ser chefe de família atribui a elas o poder familiar?

No Brasil, o poder familiar foi tratado no Código Civil de 2002, que contemplava essa questão no parágrafo único do artigo 1.631 e o artigo 1.634, inciso VII, sobre a representação e assistência dos filhos menores e a proteção judicial em caso de não cumprimento do poder familiar. O poder familiar, que é instituído em função dos filhos e da família, e não em proveito dos genitores, conforme previsto no artigo 226, da Constituição Brasileira de 1988:

Art. 226. A família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado.

§ 1º O casamento é civil e gratuita a celebração.

§ 2º O casamento religioso tem efeito civil, nos termos da lei.

§ 3º Para efeito da proteção do Estado, é reconhecida a união estável entre o homem e a mulher como entidade familiar, devendo a lei facilitar sua conversão em casamento.

§ 4º Entende-se, também, como entidade familiar a comunidade formada por qualquer dos pais e seus descendentes.

§ 5º Os direitos e deveres referentes à sociedade conjugal são exercidos

igualmente pelo homem e pela mulher.

§ 6º O casamento civil pode ser dissolvido pelo divórcio.

§ 7º Fundado nos princípios da dignidade da pessoa humana e da paternidade responsável, o planejamento familiar é livre decisão do casal, competindo ao Estado propiciar recursos educacionais e científicos para o exercício desse direito, vedada qualquer forma coercitiva por parte de instituições oficiais ou privadas.

§ 8º O Estado assegurará a assistência à família na pessoa de cada um dos que a integram, criando mecanismos para coibir a violência no âmbito de suas relações (BRASIL, 1988).

É válido ressaltar que, para integrar-se ao programa de habitação de interesse social, a mulher além de vulnerabilidade social, também deve ser a chefe da família, sendo possível ao homem, se ele tiver a guarda definitiva de três filhos e se encontrar em situação de vulnerabilidade.

Para essa construção serão utilizados trechos das entrevistas realizadas com mulheres beneficiadas pelo SHIS, que fazem parte da Associação de Moradores de seu bairro. Assim, seguem as respectivas análises.

4.2 Histórias de vidas: as falas das mulheres

Retornando ao objeto do presente estudo, com um pouco mais de inspiração e com leveza de alma, ao modo arenditiano, quando diz que: “Todas as dores podem ser suportadas se se pode contar uma história sobre elas” (Isak Denesen, apud ARENDT, 1999, p. 95). Em sua obra *A condição humana*, a autora trabalha com as possibilidades abertas e os limites impostos ao humano enquanto estrangeiro nesse mundo, uma vez que esse universo o precede e assim o será até deixá-lo. Esse mundo de condicionamentos lhe são legados e a humanidade continuará a reproduzi-lo por meio da Educação e transmissão de saberes, mas seus passageiros necessitam aprender habilidades, desde o nascimento, para sobreviver nele.

Esse compartilhar do mundo, chamado por Arendt de liberdade, opõe-se à soberania, de modo que tanto a política de pequenos grupos, como é o caso do conjunto familiar, como a grande política, são vistas pela autora como a “boa nova” do Evangelho: ‘Nasceu uma criança entre nós’ (ARENDT, 2001, p 247).

É por meio do aprendizado da política que se aprende o amor ao próximo e a responsabilidade de se relacionar com o mundo. A sobrevivência antecede o *animal laborans* com todas as necessidades da sociedade de consumo que permeiam a sociedade humana. Para não se perder no esquecimento, Heródoto, o “pai da história” investiu no registro das narrativas das *bíos* que emergem das *zoés*: “com uma história

identificável do nascimento à morte” (ARENDDT, 2001, p. 71). Assim, sob os cuidados da Mnemésine, deusa da recordação, os feitos, a ação e o discurso são inseridos na mundanidade para validar, pois o pensamento desaparece sem deixar rastro, se não for coisificado pela atividade da fabricação (algo tangível como um livro, uma pintura ou escultura).

De acordo com Arendt (2001), Homero, com sua poesia através da reificação, atividade do *homo faber*, dá imortalidade àquilo que não duraria de outra forma, os feitos e palavras a se transmitir às próximas gerações. Mesmo a incredulidade de Tucídides, em oposição a Heródoto, quanto à memória, busca organizar o passado de modo racional, a fim de transmitir o saber aos demais. Segue-se com o propósito de fazer história com as narrativas de dores e experiências de vida das participantes do presente estudo buscando dar sentido e significado, a partir do seu lugar de fala. Considerando a explicação do termo história, conforme o modelo de tradução de Heródoto, para Arendt (2001, p. 69):

Assim como *eidénai*, conhecer, o vocábulo *istória* deriva de *id*, ver, e *ístor* significa originalmente ‘testemunha ocular’, e posteriormente aquele que examina testemunhas e obtém verdade através da indagação. Portanto, *istoreín* possui um duplo significado: testemunhar e indagar.

Ao que se refere ao público investigado, visitado, observado, indagado e permitido a liberdade no tom da fala, expressando, expondo suas dores, mazelas, alegrias e memórias; a formação dessas mulheres, intituladas pelo IBGE (2000) como “chefes de família”, também remete ao poder e emancipação, pois seu *status* assim as nomeiam. No entanto, a realidade social e vivencial não parece ser bem isso.

A ausência de capital social e cultural para enfrentar a adaptação e integração à realidade urbana, não favoreceu a compreensão sobre os direitos sociais e tampouco se sabe como acessá-los. O modelo de família e a cultura desenvolvida, seja os contratos e projetos inconscientes, levaram essas mulheres a se submeterem a uma nova cadeia de vulnerabilidade e tão logo estavam sendo regidas, ou por influências tóxicas, ou por dominantes de algum setor social, ou por supostos religiosos com cunho discursivo de prosperidade rápida.

A saída do meio rural, sob o domínio do pai severo e pouco letrado, apoiado por mãe submissa e pouco letrada, sem preparo para enfrentamentos sociais, logo estavam sob domínio de um marido igualmente severo e abusivo. A chegada dos filhos, exigência laboral do corpo e necessidades materiais, que acompanha o

processo, não pode passar despercebida, pois carregam uma nova demanda social, de políticas públicas, necessidades materiais reais, demanda de bens e serviços para esse novo ser que necessita ser assistido. A casa encobre as falhas na construção social, sem o elemento de alvenaria, os espaços públicos, as ruas expõem essa triste dor, enquanto estiverem reservadas no ambiente privado, as privações são superadas com redes de apoio comunitário. Uma ação social de um pequeno canteiro urbano garante alimento saudável para algumas famílias de modo sazonal, doações esporádicas de cestas básicas, seguidas de trabalhos temporários ou diários, ou ainda uma mínima parcela de distribuição de renda, esse é o modo de subsistir.

Se o conjunto de pessoas com necessidades alimentares, os “pobres merecedores”, passam a receber atenção de entidades, outras pequenas ajudas chegam. Com o passar do tempo, dependendo da mediação social, envoltas de experiências negativas e positivas, vão construindo esses sujeitos, mas o retorno à comunidade, como agente de transformação pode levar maior tempo do que se espera.

Em média, só depois dos 40 anos de idade, essas mulheres retornaram com propostas reivindicatórias para o conjunto, mas nem todas alcançam esse posicionamento. Mesmo que de modo limitado, criar os filhos é a prioridade. Muitas estão agrupadas ao conjunto pelo contexto familiar e aspectos afetivos que remetem ao grupo, sem condições de grandes transformações; apenas mantém a coesão grupal com seu carisma e presença física. Mesmo assim, seu lugar social é garantido nessa teia social e rede de apoio costurada em suas fragilidades pessoais. De acordo com a frequência de certas palavras chaves presentes no discurso das participantes na entrevista, consideraram-se os elementos mais significativos para elas.

Assim, para essa análise final, considerou-se cinco categorias e para cada categoria um grupo de palavras representativas respectivamente por sua repetição no discurso: processo formativo (escola, educação, formação, estudos); luta pela moradia (casa, moradia, habitação, lar); vida familiar (família, filhos(as), marido, mãe, pai, irmãos e irmãs); integração à realidade urbana (trabalho, roça, fazenda, cidade, bairro, luta, emprego, trabalho, drogas, rua); valores morais (justiça, honestidade, Deus).

De acordo como a contagem das palavras correspondentes com os eixos temáticos, encontradas na transcrição das entrevistas, foi elaborada a Tabela 1:

Percentual de interesse temático expresso na entrevista, por participante. Pretende-se favorecer a visualização dessas categorias, conforme quantitativo apresentado nas falas das participantes em cada entrevista, considerando a frequência de cada palavra selecionada para entender a dinâmica dos significantes no discurso de cada participante.

Para melhor compreensão, segue uma síntese dos componentes desse discurso, de acordo com suas principais características pessoais apreendidas pelo estudo, bem como recorte das falas das participantes que remontam os aspectos categorizados nas entrevistas.

De modo surpreendente, o material colhido por meio das entrevistas é extenso e mesclado de paradoxos, rico e variado de vivências dessas participantes que pareciam ter tanto em comum, mas que em meio à coletividade aflora a sua subjetividade por meio da fala que constrói a individuação.

Essa oportunidade de dar a elas o lugar de contar as suas histórias, promoveu uma oportunidade de escuta ativa e compreensão da origem de muitas mazelas sociais. Também ouvindo essas mulheres, foi possível entender o predomínio de uma temática em seus discursos. Sem dúvida, essas proletárias têm sua família como sua maior riqueza; a casa é o reino de cada uma, onde encontram segurança e recomeço de suas vidas.

Desse modo, nesta seção, pretende-se estabelecer uma análise das falas das participantes a partir das categorias estabelecidas. A Tabela 1 oferece a visualização do percentual temático de maior e de menor interesse das participantes, considerando as 5 categorias: Processo Formativo; Luta pela moradia; Vida familiar; Integração à realidade urbana e Valores morais.

Dá-se a oportunidade ao leitor de caminhar pelo universo subjetivo dessa trajetória investigativa por meio da trajetória de vida das agentes de transformação, de acordo com os temas destacados como maior interesse de cada participante. De modo geral, o universo familiar é o eixo transversal que perpassa os temas, como sugere a Tabela 1, a seguir:

Tabela 1 – Demonstrativo do grau de interesse das participantes

Participantes	Processo formativo	Luta pela Moradia	Vida familiar	Integração à realidade urbana	Valores morais
1. Dona Margarida	20%	15%	38%	25%	2%
2. Dona Cravo	35%	10%	15%	35%	10%
3. Dona Mal-me-quer	7%	33%	36%	12%	12%
4. Girassol	37%	30%	25%	7%	1%
5. Dona Azaleia	11%	20%	45%	12%	12%
6. Dona Hortência	20%	15%	25%	20%	20%
7. Dona Rosa	2%	10%	48%	20%	20%
8. Dona Dália	6%	24%	30%	30%	10%
9. Dona Crisântemo	17%	42%	42%	3%	3%
10. Dona Papoula	7%	15%	44%	17%	17%
Maior interesse	37%	42%	48%	35%	20%
Menor interesse	7%	10%	15%	7%	1%

Fonte: Dados coletados e tabulados pela pesquisadora, 2021.

Em cada entrevista foi considerada a frequência de cada palavra selecionada para entender a dinâmica dos significantes no discurso de cada participante. Reconstruir a história do ponto de vista de mulheres chefes de família residentes nos bairros de interesse social, conhecer suas trajetórias, vicissitudes, sua cultura e suas práticas cotidianas é quase desafiar regras da exclusão/inclusão social.

Esse modelo de pesquisa busca desvendar histórias de pessoas simples, que foram proibidas de fazer e escrever sua própria história. Trata-se de pistas frágeis, pouca documentação, contando com a riqueza da memória oral, inscrita de modo coletivo a partir da aquisição da casa própria, que as inseriram no tecido coletivo, desenvolvida no dia a dia por meio do trabalho na associação de moradores. Com maior dificuldade em realização em qualquer trabalho intelectual, mas desenvolvendo o processo educativo que o movimento social propõe, ensinar coletivamente na luta por direitos, aprendendo seus deveres e alcançando a cidadania.

Algumas características marcantes no relato dessas mulheres estão diluídas na grande proporção dos discursos. No total das dez entrevistas registradas nas falas, uma paridade das 5 categorias consideradas. Assim, relacionadas à vida familiar, 38%; 25% relacionavam-se ao processo formativo; 24% à Integração à realidade urbana; 10% relacionada à luta por moradia e somente 3% à referência religiosa, dando dica de quais os assuntos lhes são mais preocupantes. A trajetória formativa dessas mulheres tem a sua origem no âmbito familiar e o espaço que ocupavam desde o início de sua construção social. Pode-se afirmar que 90% das entrevistadas tiveram origem rural e seus pais ou eram iletrados ou pouco estudaram.

Em relação ao tema de maior interesse, considerando as 10 participantes

entrevistadas, a vida familiar é a temática de maior interesse. Chegando em até 48% como maior percentual da fala das participantes. O motivo desse resultado, por certo, se deve ao sentimento de pertencimento ao grupo familiar que oferece desde a origem formativa, acompanhando todo seu processo de formação. Ainda, ao motivo de sua luta por moradia e integração ao espaço urbano, que por certo foi traumático, colocando essa população em situação de vulnerabilidade e chocando-se com a nova realidade, com os valores morais adquiridos durante a infância.

A luta por moradia, os movimentos sociais aparecem como experiência positiva por proporcionar o sentimento de pertença, por dar em suas memórias um lugar especial, mesmo que rodeado por carências e necessidades materiais. Outras falas também apresentam negligência da infância por parte dos pais das entrevistadas. O aspecto que perpassa todas as demais, por se tratar de ponto de partida e ponto de chegada de suas histórias de vida.

Ao abordar as 10 mulheres, pode-se perceber que o processo formativo, considerando a vida familiar no enfoque dos descendentes, a prole, foi o principal motivo de suas lutas. Seja a luta para alcançar a inscrição da casa, seja o CadÚnico que dá acesso aos serviços sociais, seja a necessidade de escolas e creches ou transporte escolar no bairro. Todo esse movimento de luta foi mediado pela Associação de Moradores do bairro e pelas CEBs.

Sobre esse tema, o livro de Maria Helena Spósito²² (2010), *A ilusão fecunda: a luta por escolas nos movimentos populares*, orienta essa reflexão sobre luta por Educação das populações excluídas dos bancos escolares. Nesta obra, ela exprime um quadro complexo de relações sociais que produzem o espaço urbano, onde as mães lutavam por material escolar e condições de ensino para as crianças das escolas da região Leste da cidade, na década de 1980.

A autora problematiza a investigação sobre o conjunto de questões que envolve a investigação da luta pela educação. Por que lutar por Educação? Qual o sentido de se conseguir uma vaga no sistema de ensino público, onde a educação era apenas mais um direito básico? Que tipo de educação era reivindicado nesse processo de

²² Spósito é professora e pesquisadora em Sociologia da Educação na Universidade de São Paulo (USP). Sua pesquisa de doutorado tem ênfase nos movimentos sociais pela Educação em São Paulo nas décadas de 1970 a 1980. Período de grande mobilização coletiva por parte das mulheres, chefes de família, pelo direito à Educação, onde a autora atuava diretamente como repórter, registrando toda a movimentação, busca por diálogo com o poder público e reivindicação do grupo de mães diante da Secretaria de Educação de São Paulo.

organização popular? A experiência na luta social e na organização de movimentos estaria presente na luta por educação?

Esse seria o ponto de chegada e o de partida mediante a estrutura e a conjuntura que envolvem os bairros: “ao considerar a cidade como forma de socialização capitalista das forças produtivas, isto é, como resultado da divisão social do trabalho e a forma desenvolvida de cooperação entre unidades de produção”, apontam-se as *contradições urbanas* entre o movimento de socialização capitalista dessas forças produtivas e as próprias relações capitalistas de produção, calcadas na propriedade privada.

O referencial teórico utilizado Spósito (2010), favoreceu a construção da atual pesquisa, que também utiliza reflexões de Henri Lefebvre para explicar as questões relacionadas à apropriação da cidade por seus moradores, temas facilmente relacionados ao pensamento de Bourdieu (2001) em *A miséria do mundo*, que delinea o suporte teórico do presente estudo, para encarar as mazelas sociais de grupos de mulheres em busca de um futuro melhor para sua prole, considerando a ilusão de que a Educação escolar seria o acesso garantido para esse universo de possibilidades.

De acordo com Spósito (2010), as exigências de reprodução da força de trabalho, explícitas nas demandas de bens de consumo coletivo, em formas socializadas de consumo (saneamento, saúde, transporte, educação), entram em contradição com o mecanismo decorrentes da propriedade privada e da acumulação de capital.

No interior desses limites estruturais ocorreria a ação do Estado, o atendimento a demandas coletivas, mesmo que permeada pelos antagonismos que constituem as relações sociais de modo dicotômico. Se de um lado o capital transforma o espaço urbano em mercadoria dotada de valor de troca, de outro, os trabalhadores procuram imprimir a esse mesmo espaço a qualidade de valor de uso.

É o confronto dessas forças que imprime os contornos da paisagem urbana, o modo de apropriação do espaço e a constituição dos processos sociais numa temporalidade determinada pela reprodução de capital. Nesse sentido, esse confronto é também político, tem significações culturais e se constitui num processo histórico descontínuo.

Concorda-se com a autora, quando diz: “A ilusão, mais do que um término da trajetória dos sonhos, é um ponto de partida e, nesse sentido, encerra uma dimensão

fecunda já antevista por Marx nos seus escritos sobre o capital e as relações sociais que oprimem o trabalhador” (SPÓSITO, 2010, p. 372). Com esta frase, comunica a prática do pensamento, que é de caráter fecundo, por permitir uma viagem sem limites em lugares antes não pisados, mundo imaginários, mundos de igualdade liberdade e fraternidade, asseguram um mundo mais justo de oportunidades coletivas, onde as demandas das mães, que sonham por um futuro melhor para seus filhos, por meio da Educação e demais direitos sociais, são alcançados mediante concessões do Poder Público.

De modo geral, a tomada de consciência de uma classe oprimida em suas relações sociais seria o ponto central da maturidade; saber que viver é mais que lutar pela subsistência do indivíduo e sua prole. O sistema oprime e desumaniza o humano, negando-lhe o desenvolvimento de suas potencialidades, enquanto o trabalho gera riquezas, as quais, o mesmo trabalhador não terá acesso, elevando-o a nível de mercadoria, acessando a miséria do trabalho para o qual tanto lutou para se qualificar, na forma de Educação.

De acordo como Spósito (2010), essa questão adquire sentido mais preciso no âmbito da noção de reprodução entendida como produção de relações sociais de prática de representações. Presente na obra de Marx e retomada por Lefebvre, essa noção ainda se constitui elemento fundamental para a criação de quadro teórico mais adequado à compreensão dos movimentos populares. A reprodução não pode ser considerada apenas como fato econômico, reprodução dos meios de produção sem produção de novas relações.

Longe da realidade de igualdade de direitos, os pobres marginalizados vivem seus dramas e sonhos por dias melhores, mas sonhar não é o problema, ao contrário, é o combustível para manter firme a luta por acesso aos direitos sociais. É o público em busca de poder, por que não chamar de “poder público”? Mas de que poder se está falando? O poder de dar às crianças, jovens e adultos condições para compreenderem a sua realidade, pensar e pensar-se de modo consciente, participante das decisões de sua comunidade e nos espaços partilhados por grupos excluídos das razões econômicas.

Então, bastaria o acesso ao ensino público e tudo se transformaria nesses espaços e na sua população? Talvez isso já tenha sido discutido nos movimentos sociais da década de 1970, no Brasil, que lutavam por direitos e garantias que o Estado

se negava a oferecer. Seguindo décadas, com conquistas expressivas na Constituição Cidadã de 1988, mas a dicotomia permanece. De um lado, moradores de periferia pobres da cidade buscam, de modo coletivo e como povo que é, o acesso ao poder que lhe é garantido enquanto coletividade. Do outro lado, do justo protesto, aqueles que representam o Estado e suas manobras políticas, sem tempo para ouvir as demandas, sem interesse por questões óbvias desenhadas no artigo 5º da Carta Magna, intitulado de direitos sociais.

As lutas na cidade pelo direito à educação se deram em grande parte por aqueles que sofreram com o processo de exclusão do campo e que buscaram nas cidades o novo lugar social. Na medida em que percebem os limites de viver nesse espaço, esses sujeitos tomam a educação como estratégia de sobrevivência na vida urbana, por meio de apropriação de saberes que lhe proporcionassem o enfrentamento de sua realidade cotidiana. Percebiam que a ausência de estudo constituía em fator de discriminação social e sujeição (SPÓSITO, 2010, p. 367).

Os dramas vividos por atores sociais de São Paulo, descrito no Livro de Spósito, muito se assemelham aos dramas das atrizes chefes de família dos bairros do SHIS de Anápolis. Essas personagens vivenciam em seu dia a dia a dinâmica da exclusão, das necessidades de educação de qualidade, de condições materiais desse acesso, tal como a presença física de creches e escolas, assim como posto de saúde e demais equipamentos sociais, nos bairros que têm como título o interesse dessa população.

Na cidade de São Paulo, a autora registra as reivindicações dos grupos de mães por escolas, materiais escolares, transporte para seus filhos, em meio às carências materiais, o descaso com o tempo dessas mulheres, que gastam horas de suas casas, distantes dos centros de poder, utilizando de transporte público, muitas vezes levando os filhos consigo, por não terem um espaço social que os acolham. Para se depararem com negativas, ou quando são recebidas e ouvidas em suas reivindicações, ocorre com horas de atraso por parte do Estado e seus representantes.

Para Spósito (2010), a reprodução das relações sociais precisa ser entendida, por sua vez, na totalidade que constitui a formação econômico-social. O conceito de formação econômica-social inclui a ideia de que as relações sociais têm a sua especificidade e as suas contradições próprias: “São ao mesmo tempo relações de associação e de dominação, de solidariedade prática e de concorrência, de ‘complementariedade’ e de exploração. E isto das mais simples às mais complexas, das relações entre os sexos até as relações entre classes”. Essa noção não atribui

um lugar à parte às instituições e às representações que fazem parte das relações dos homens entre eles o Estado, se constituem numa temporalidade histórica (SPÓSITO, 2010, p. 30). Algumas questões sobre movimentos populares como pontos centrais no livro e que muito interessam ao presente estudo:

1ª) necessidades que pressupõe ações coletivas. Os estudos apontam para reivindicações de equipamentos coletivos;

2ª) a importância de se resgatar as lutas específicas, o processo e atemporalidade;

3ª) análise da fase autoritária do regime e a origem dos conflitos urbanos, sem considerar as transformações ocorridas internamente e os mecanismos de interação social e as intervenções estatais induzindo demandas ou movimentos;

4ª) o significado das ações que rompem espaços da ação política.

O mesmo processo, em menor escala, possibilitou o crescimento econômico e concentração de riquezas nas cidades industrializadas, destacando a locomotiva do Brasil. No entanto, alguns grupos sociais perderam o trem, constituindo camadas populares excluídas das benesses do desenvolvimento, acentuando as desigualdades sociais e ao acesso ao direito à cidade descrito por Lefebvre (2001). Essa realidade pouco difere das reivindicações de mães do SHIS de Anápolis, em Goiás.

Para Spósito (2010), o processo de organização dos setores oprimidos na cidade inclui a manifestação de minorias como organização de setores da igreja católica por meio de formação de CEBs, bem como a disseminação de associação de moradores, clube de mães e centros comunitários nos bairros periféricos. Desse modo, o aumento da população com aumento do caráter de dependência e consequentes alterações no cerne da dinâmica econômica, relaciona-se com o aporte que o Estado deu ao sistema produtivo que se instalou nos países da Região após a década de 1950. As cidades retratariam o processo oligopolítico da acumulação de capital, tornando-se fonte fundamental de lucro onde se injetou enorme soma de trabalho cristalizado, estruturado para servir à lógica do capitalismo, em flagrante detrimento quanto aos bens de consumo coletivo para reprodução da força de trabalho.

Um processo contínuo de lutas e conquistas que evoluíram para os movimentos sociais por acesso aos direitos, dentre eles, a Educação. Deparando-se com respostas burocráticas e centralizadoras, que mais parecem criadas para colocar

obstáculos à participação popular. São mães que se reúnem em forma de grupos como as Sociedades Amigos de Bairro (SABs) e o Clube de Mães, ainda os Movimentos contra a Carestia, resposta ao elevado custo de vida, Associação de pais e mestres (APMs), marcado pela presença interessada dos pais no contexto escolar dos filhos; ainda a mediação cultural das CEBs, organização da Igreja Católica, que trabalha por interesses coletivos.

A presença da figura feminina nesses movimentos se dá pelo olhar sensível além da perspectiva de investigação de despossuídos, bem como o dilema de donas de casa que enfrentam a luta por conquistas escolares para seus filhos. Essas mulheres trabalham sem reconhecimento em suas casas. Muitas, em uma demanda de horas muito além dos contratos de trabalho; com a grande diferença, não possuem remuneração e do mesmo modo participam dos movimentos sociais, voluntariamente. No âmbito pessoal, enfrentam o medo, a incerteza, a vergonha em falar com figuras de poder, como as diretoras de escola, os funcionários das Secretarias de Educação.

A autora reforça ainda a sua preocupação em dar um tratamento qualitativo aos dados, em examinar o percurso das lutas e suas características, que exigiu apresentação minuciosa. Era preciso mapear os conflitos, reconstruir dinâmicas que não poderiam ser traduzidas por tabelas e apenas índices. Era preciso reconstituir apenas uma história de lutas, desvendar suas direções, suas discontinuidades. Apenas o mais significativo estaria registrado em seu livro, porque o material todo contém muito mais do que foi possível sistematizar no livro.

Ressalta ainda que considera importante admitir a existência de um sentido político no trabalho teórico. O que torna visíveis as pequenas ações, explicitar os conflitos miúdos e cotidianos vividos por protagonistas anônimos indica que o espaço urbano é projeção de relações sociais contraditórias, é projeção não só das relações de domínio, mas também, das tentativas de luta dos despossuídos.

Nesse espaço e na temporalidade que o constitui estão inscritas as marcas dos que lutam por sua apropriação. Existe uma história subterrânea que está sendo tecida na busca por transformação. As lutas particulares de cada bairro, de cada grupo, ganham seu sentido nesse conjunto, nessa totalidade, que ainda precisa ser constituída.

A luta por Educação representa a necessidade de saber, manifesta pelas camadas populares, que sonham com a ascensão social pela Educação, com tudo

que ela promete: compreensão da realidade que oprime, qualificação para o mercado de trabalho, melhores chances de empregos e salários. A fecundidade dessa ilusão, está em contagiar a todos que se inserem nessa busca, pois em meio aos movimentos sociais ocorre a educação e formação popular dessas mulheres; elas aprendem sobre seus direitos, sobre como se posicionar e defender seus ideais e que nem sempre a escola que reivindicam é a mesma que recebem, bem como o resultado dessa educação nem sempre vai levar à ascensão social que desejaram.

Para a autora, as chamadas Sociedades Amigas dos Bairros, as Sabs, tendem a assumir papel político desempenhado por vereadores e deputados, garantindo o apoio do voto popular. Ao assumir o papel das associações de moradores o fazem sem a mobilização popular, transformando suas lideranças em 'funcionários administrativos', como extensões do poder público nos bairros.

Atrelados aos mecanismos vigentes da dominação, a participação e a interação dos grupos populares com o Estado, particularmente dos movimentos de bairro organizados pelas Sabs ou outras associações, aparecem muitas vezes como farsa, como teatro em cujo palco os protagonistas apresentam espetáculo. Por outro lado, os setores populares representados por essas associações tendiam a se distanciar de seus bairros. Para esses coadjuvantes, restava apenas o ceticismo e certo grau de desconfiança nas possibilidades de conquistas de algumas melhorias.

O movimento social ao modo das chefes de família líderes dos bairros de interesse social possui características específicas moldadas pela subjetividade solidificada nas necessidades básicas do ser humano. O abrigo, a subsistência, a coletividade, a pertença e a educação informal no processo diário de descoberta e busca da educação formal para os filhos. De modo que o labor arendtiano melhor descreve essas necessidades, seguidas do trabalho e da ação política que buscam a transformação da realidade dos moradores do bairro, como um conjunto familiar maior, onde as necessidades são reconhecidas e tem que se buscar uma forma de saná-las.

Assim, pode-se criar um parâmetro de quais temas mais receberam destaque por parte das participantes, durante o seu discurso na entrevista. Para melhor compreensão, segue uma síntese dos componentes desse discurso, de acordo com suas principais características pessoais apreendidas pelo estudo, bem como recorte das falas das participantes que remontam os aspectos categorizados nas entrevistas.

4.2.1 Dona Margarida

Na ocasião da entrevista, estava com 44 anos (uma filha); na infância, ela morava na fazenda com os pais iletrados e 3 irmãos, veio para cidade com 7 anos de idade para trabalhar na casa de uma tia e frequentar escola. Sofreu várias sortes de violência, foi morar na rua, continuou estudando e trabalhando, até que uma amiga do grupo de jovens da Igreja Católica a levou para morar em sua casa, onde permaneceu até se casar. O marido adquiriu a casa onde moram, o bairro precisava de melhorias estruturais; ela lutou por isso, enquanto teve várias perdas e finalmente teve uma filha. Sem, contudo, deixar de fazer o papel de mãe do grupo, “ama de leite”, literalmente, impondo sua forma de organizar e lutar pelas causas mais delicadas, como crianças e mulheres em situação de vulnerabilidade. Sonha em construir um espaço onde possa oferecer qualidade de vida e formação para crianças e jovens, mas convive com as limitações políticas impostas. Como é possível perceber em sua fala:

A gente busca no meio político para ter melhorias em questão de educação, questão não só educação, tem infraestrutura mesmo do bairro, segurança, saúde. Então assim, a gente está sempre batendo nessa tecla. Infelizmente, lá tem um índice muito grande de dependentes químicos, tráfico. Acho que não é só lá não, acho que é em qualquer lugar. Que é a questão da saúde, da educação, é a segurança. Então assim, acho que quanto mais educação tiver mais próxima, vai ter condição dos pais, das mães deixarem seus filhos. E lá tem um índice muito grande de prostituição também, infelizmente. E dói o coração, mas a gente tenta fazer, esses dias mesmo eu denunciei uma mãe, está lá, mas ela nem sonha que fui eu que fiz isso com ela. Eu tinha que fazer né, porque as crianças que estavam sendo abusadas. Não posso deixar isso, não posso ser negligente. Então acredite eu queria fazer muito mais. Agora eu estou tentando fazer uma sede, porque tudo acontece na minha casa, é na minha casa que é a minha sede, entendeu? [...] A minha associação, um lugar em que a criança possa ter um momento de fazer um cursinho de informática básico. Eu quero fazer parceria com pessoal da faculdade, os professores de informática, professor. Fazer com esses estagiários, que precisam de horas. Então vem pagar horas, que eu dou certificado, tudo bonitinho. Estive até na UniEvangélica conversando com o gestor de lá, e ele achou a ideia uma coisa boa. O esporte, por exemplo vôlei, acho muito bonito vôlei, mas aqui em Anápolis não tem essa, essa tradição. Aí está tendo vôlei agora, vôlei Anápolis. Conversei com Dante que é o ex-jogador da Seleção Brasileira. Dia 26 ele vai estar lá no meu bairro. Então, essas coisas que a gente faz. Proporcionar para eles uma oportunidade, por exemplo, eles podem olhar no Dante e falar assim: “mas um ex-jogador da Seleção Brasileira está aqui nos visitando? Quem sabe eu não vou ser um jogador” ou até no judô, no futebol, basquete, né. Mas o que eu acho lindo para mim é vôlei, basquete e judô, esporte que eu mais acho maravilhoso (*Entrevista Dona Margarida, 14-10-19*).

Como chefe de família se desdobra, pois, atualmente, o marido precisa de cuidados. Ele, pequeno comerciante no bairro; ela, sobrecarregada, assumiu a presidência de 3 bairros, cursou Pedagogia, trabalha na Secretaria da Cultura em

Anápolis e desenvolve vários projetos sociais e ainda enfrentou as urnas como candidata à vereadora, em busca de maior poder de transformação, mas não foi reconhecida pelo eleitorado feminino ou mesmo por moradores de seus bairros presididos. Em sua entrevista, 38% de sua fala está relacionada à vida familiar; 25% relacionavam-se à integração à realidade urbana; 20% de suas respostas estavam relacionadas ao processo formativo; 15% relacionado à luta por moradia; e apenas 2% relacionadas à referência religiosa. Frases que melhor definem, conforme mostra em trechos de sua entrevista é “...mais educação... Proporcionar para eles uma oportunidade”.

1.a. Processo Formativo: a entrevista com Dona Margarida descreve as dificuldades para se ter acesso aos direitos sociais, principalmente ao que se refere à educação formal. No entanto, ela conseguiu concluir sua graduação e ainda pensa em dar sequência aos estudos. O que representa a superação das dificuldades desde a sua infância, pois trabalhou duro para conseguir a realização pessoal de estudar pedagogia e constituir o seu processo formativo como ela mesma declara:

Então eu sempre quis ter uma vida diferente, e eu falei que eu ia ter uma vida diferente. Uma delas era estudar, se eu estudasse, até onde eu acreditei, eu poderia ter uma vida melhor. E é mesmo, através do meu conhecimento, através dos meus estudos, que eu consegui, cê ver, eu to com 44 e terminarei minha faculdade de pedagogia agora [...]aí eu terminei a faculdade. Tô devendo ela. A menina até mandou agora a segunda parcela do restante da faculdade. Eu terminei pedagogia agora. Sou professora, sou pedagoga, querendo fazer uma pós, aí eu só estou me organizando para ver se eu começo agora em janeiro essa pós-graduação, que eu preciso (Entrevista Dona Margarida, 2019).

1.b. Luta pela Moradia: a luta pela moradia esteve presente durante toda a vida de Dona Margarida, criada em meio rural, a família enxergou a moradia com a tia na cidade, como uma oportunidade de melhora de vida para ela quando menina. Infelizmente a realidade encontrada por ela foi muito diferente, sendo sujeitada a abusos e violência físicas que tornaram impossível a convivência na casa da tia. Ainda em busca de estudo e melhor qualidade de vida, ela abre mão desse direito sem nunca ser perguntada sobre ele, pois no trabalho infantil viu oportunidade de melhora, mesmo que no trabalho tivessem negado seu direito. Sem lugar para viver e sem a opção de dormir nas casas onde trabalhava, viu as ruas como única opção. Depois de anos, a moradia veio na forma da boa vontade de uma amiga, mas apenas teve um lugar que poderia chamar de seu após o casamento. Para Dona Margarida, como muitas dessas mulheres, o casamento foi a única forma de ver seu direito à moradia

virando realidade, mesmo que com essa instituição, muitas vezes, viessem dificuldades e os mandos e desmandos de um marido preso à visão machista, que ela teve que cuidar em situações graves de saúde.

É impossível deixar de notar que seu gênero colaborou de forma expressiva para a visão do mundo sobre ela e, conseqüentemente, a visão dela do mundo, ajudando no desenvolvimento de outras mulheres. Desde cedo foi ensinada a cuidar de um lar que não era seu, mesmo sob os horrores da violência enfrentada, a única oportunidade que encontrou ainda garota foi cuidar das casas de outros. E quando finalmente alcança o empoderamento pela moradia, um lar para chamar de seu, dedica-se aos cuidados da casa, do marido, dos filhos (sua e os da própria comunidade), do bairro tornando um lugar mais habitável para todos. Inserida numa sociedade patriarcal foi, desde criança, apresentada ao seu dever dentro dela: cuidar, independente da situação, das dificuldades, cuidar dos outros, de si e do mundo, conforme destaca em sua entrevista:

Quando eu fui para lá era terra de chão. E aí com tempo foi eu quem consegui levar a estrutura de asfalto, esgoto. O CMTT me ajuda agora, a sinalização e toda essa questão de ônibus, consegui linha de ônibus para lá também, que é do Residencial Victor Braga ao Tangará. Não tinha esse ônibus. Então tudo é uma questão de ir atrás das coisas para conseguir, então aí é assim. Melhorias, para gente buscar no meio político para ter melhorias em questão de educação, questão não só educação. Tem educação, tem infraestrutura mesmo do bairro que é Segurança, saúde (Entrevista Dona Margarida, 2019).

1.c Vida familiar: observa-se que a sua vida familiar é marcada pelos cuidados do marido e da casa, não sobrando tempo para cuidar de si na forma mais básica: descansar. Quando não está cuidando da casa e da família, está trabalhando ou cuidando da comunidade. Toda a responsabilidade doméstica é vista por Dona Magarida e pela sua família como dever exclusivo dela, independentemente de suas outras ocupações. Uma das características marcantes é o desdobramento que ela faz com seu tempo para conseguir conciliar trabalho, vida familiar, atividades domésticas, cuidado do esposo e filha e atividades da Associação de moradores. Muitas vezes renuncia ao próprio descanso e cuidados pessoais para atender a toda demanda requisitada, como ela relata:

Eu normalmente durmo muito pouco, pouco demais. Hoje eu tava até duas horas da manhã botando roupa no arame... para me organizar. Porque esse final de semana teve muito evento, devido ao meu trabalho, então eu tive que ir trabalhar. Eu trabalhei meio período e eu tive... tenho que conciliar tudo isso. Só que com isso meu marido é um doente, transplantado, então eu me desdubro mais ainda. E tem o mercado, dele, mas quem toma conta é minha filha... já tá tomando conta das coisas. Mas a questão de compras do

mercado, se locomover, tudo é eu. Levar meu marido ao médico, exame, consulta... É tudo direcionamento. Minha filha terminou o ensino médio, ano que vem que vai para faculdade (Entrevista Dona Margarida, 2019).

1.d Integração à Realidade Urbana: sua realidade na vida urbana foi marcada por violência e trabalho infantil. Dona Margarida chegou em Anápolis aos sete anos e apanhava da tia, a quem os pais confiaram para mantê-la segura. Viveu nas ruas quando adolescente, trabalhava nas casas de famílias durante os dias e estudava durante as noites, privada de seus direitos e cuidados básicos. Quando se mudou para a capital, Dona Margarida teve uma ligeira melhora na sua condição de vida com o aumento do salário, mas ainda via pouco desse dinheiro, já que mandava a maioria para os pais.

É possível entender, pelo relato de Dona Margarida, que o acesso à educação aconteceu por sua própria resistência. Todavia, seu direito à cultura e ao lazer lhe foram negados. Mas ela conseguiu se integrar por meio de amizades e grupos de apoio, como foi a mediação cultural realizada por meio do grupo de jovens ao qual ela pertencia, em sua igreja, de onde veio o lar temporário e o apoio familiar que daria base para sua inserção social e gerar a transformação de sua família de origem, que ainda morava no campo:

Eu vim para Anápolis eu tinha 7 anos de idade, essa tia batia muito e mim, eu resolvi por eu mesma andar sozinha. Meus pais pobres demais, moravam na fazenda. Aí fui morar numa casa de outra família, e nesse andar todo, fui morar na casa [como doméstica], trabalhei lá, fui babá da neta dele chamada. E assim foi, eu fui estudando, morava na casa de um, morava na casa de outro, com 13 anos, com 14 anos eu morei na rua um ano. Porque as casas que eu arrumei para trabalhava, não tinha como dormir, então trabalhava durante o dia e estudava à noite. Então, eu trabalho durante o dia, e tomava meu banho, e ir para escola e da escola eu para Santa Casa ou senão ia para Abadia Daher [praça], eu morei um ano, E sempre fui assim, eu ia na missa na São Francisco. E conheci um pessoal do grupo de jovens, aí a gente começou interagir e eles falou, nós vamos marcar um terço na sua casa. Até aí eu não tive coragem de contar para eles que eu não tinha casa. Aí um dia eles me colocaram contra a parede, foi onde eu me senti obrigado a contar a minha situação. Aí ela que é minha comadre hoje, me levou para casa dela eu morei na casa dela até os 16. Aí já melhorou um pouco mais, eu ganhava dois mínimos, as pessoas eram muito boas comigo, e eu estudando, não parava não. E eu ajudando os meus pais na roça com o meu salário, todo mês eu mandava para os meus pais, para ajudar meus irmãos (Entrevista Dona Margarida, 2019).

1.e Valores Morais: seus valores morais são muito definidos. Ela se enxerga como uma pessoa tranquila em muitos aspectos, mas tem uma personalidade forte desenvolvida para a solução de conflitos. Demonstrando, através de seu relato, que

se sente à vontade sendo uma líder nata em sua comunidade e em sua equipe de trabalho:

Olha, os vizinhos lá, minha filha, depende, são muito ecléticos. Tem vizinho que nem olha na sua cara, mas tem vizinho que é amigo demais. Tem vizinho que quase quer morar na sua casa. Eu sou uma pessoa muito tranquila nesse aspecto. Eu sou uma pessoa muito agitada, não grita comigo, eu grito, outro manda, eu mando, e o outro fala, eu falo e assim vai. Então é as vezes vai. Eu acho que tem uns que me amar demais e outro que não gosto nem de me ver. Porque eu sou assim, não tem que ficar pedindo para você. Esse preto é preto, pronto e acabou. [...] Então assim, eu sou muito autêntica demais, tem hora. Então assim, as pessoas não levam para o lado de que é melhor ser assim, do que ficar falando de você nas espreitas. O que eu tiver que falar, eu não vou espreitar não.

Mostra-se uma pessoa muito altruísta e empática com crianças e bebês, tendo amamentado quatro crianças, mesmo sem ser suas, ainda doava leite para o banco de leite, como conta Dona Margarida:

Eu fui mãe de leite de quatro bebês nessa época de quatro bebês, duas meninas e dois hominhos, os quatro mamavam em mim, e eu ainda doava leite pro banco de leite, no mínimo, sete, oito potinhos de 500 pro banco de leite. Eu era boa de leite. E menino precisava de mama. Primeiro eu amamentava as meninas, meninas vocês primeiro. Esses dias eu até encontrei como ele, ele tá namorando né. Eu falei vem cá meu filho, aí ele olhou pra mim e falou assim: “minha dinda disse que você é minha mãe de leite”, falei “então vem dar benção”.

É possível notar que tráfico, drogas, prostituição e violência foram normalizados em seu cotidiano, todavia, seus valores morais entram em ação na defesa dos incapazes, principalmente quando conta a história de como quase se tornou mãe de uma criança que tomou de um traficante, tendo como maior importância o bebê ao destino da mãe da criança que estava inserida numa vida de prostituição e drogas:

E assim vai, e eu vivi nessa coisa, mas eu sempre trabalhei fora, nunca deixei de trabalhar, só parei nesse período. Eu tive minha filha, eu tinha 27 anos, entendeu? Com 26 eu perdi um bebê, e aí quando eu tava quase completando 27 aí eu engravidei da minha filha, aí eu tive minha filha e depois dela eu tive mais quatro... mais 5 bebês, eu perdi... hoje minha barriga é barriga de 7 gestação. E assim, eu quase peguei uma menina para criar. Eu tomei ela da mão do traficante. Nessa época, quando minha filha era pequenininha. A mãe dela pegou ela por causa de droga, foi lá e deu a menina para o traficante. Fui lá e falei: eu quero a menina, só que o cara nunca bateu de frente comigo, porque ele me conhecia, ele sabia que eu era a Margarida. Mas eu quero a menina. “Mas e o dinheiro que ela fez”. Você resolve com ela, se você quiser matar ela, cê mata, se quiser estuprar ela, você estupra, mas a menina não. É um ser bebê, ela nem sabe o que tá acontecendo. Ela tá rindo para você, mas ela nem sabe o que tá acontecendo, então me dá ela aí. Ele falou: “eu vô te dar porque eu te conheço”. E me entregou ela.

Ainda assim, é uma pessoa muito ligada à educação, mostrando-se apaixonada pelo seu trabalho como professora:

Eu amo ser professora, é uma das profissões mais lindas que eu acho. Ser professor é professor, isso que professor deveria ser uma das profissões mais respeitadas do nosso país. Ontem eu vi o Faustão falando uma coisa e disse é verdade: “professor tinha que ser muito bem remunerado, porque todas as profissões dependem do professor, se não tem professor não tem profissão”. Então o professor tem que ser respeitado, o Professor tem que ser tratado devidamente. Hoje não, o Professor apanha, professor sofre todo tipo de situação.

Seus valores morais estão muito ligados ao que vivenciou desde o início de sua vida, normalizando algumas situações e violências que, ainda que sejam comuns no ambiente de Dona Margarida, chocam por serem flagrantes desrespeitos à liberdade e dignidade humana e serem completamente deslocados numa comunidade mais privilegiada. Dona Margarida preza pelo respeito, como se percebe no momento que ela pede benção ao descobrir que foi ama de leite de um garoto que foi conversar com ela. Seus valores se mostram bastante acordados com sua experiência de vida, sendo que seus valores morais demonstram ser construídos a partir de sua vivência.

O que se pode constatar é que sua condição de mulher foi definidora na sua construção como cuidadora; suas vivências foram ligadas ao cuidado doméstico e se refletiram no cuidado de sua comunidade e das pessoas ao seu redor. Sua profissão de escolha, professora, é fruto de sua paixão pela educação mesmo que sua luta pelo conhecimento tenha sido incansável e dificultosa. A forte personalidade que possui se mostra resultante de todas os problemas e sofrimentos que suportou desde criança. A violência parece ter sido normalizada, mas, em meio a tanta miséria humana, Dona Margarida ainda procura preservar e manter uma vida adequada às crianças com as quais entra em contato, redescobrimdo a empatia mesmo em meio a aberrações sociais. Dedicando-se ao cuidado doméstico, da casa, do marido e dos filhos, ainda cuida da sociedade e da educação em seu papel de professora. Ela ainda encontra espaço para se manifestar como líder empoderada que veio a se tornar ao longo de sua trajetória de vida.

4.2.2 Dona Cravo

59 anos (4 filhos). Em sua entrevista, conta que foi criada em Minas Gerais, em uma fazenda, onde os pais iletrados trabalhavam; o pai, mecânico, tinha uma bicicleta como meio de transporte para levá-la à escola; pescava para manter o sustento da família que por vezes tinham apenas a sopa de peixe para a alimentação. A mãe a ensinou viver com pouco e as dificuldades a formaram uma mulher forte. A importância

da educação formal está presente em sua memória afetiva, pois a mãe apontava como importante, o pai a levava e lá ela encontrava um universo de cheiro, sabores e aromas, como relata no lanche escolar de sua infância, como o suco de uva mais cheiroso e o sabor da bolacha de maisena como o mais agradável ao seu paladar, que pouco tinha para estimular em casa.

Logo ficou mocinha e como era o costume, casou-se ainda aos 15 anos de idade, seguiu o marido, que veio trabalhar como operário na construção de rodovias em Goiás. Tiveram seus filhos, compadeceram-se de outras almas no mundo, adotaram; mesmo com o pouco que tinham, ainda era possível compartilhar. Ela cuidou dos filhos para depois estudar, ainda que a contragosto do esposo. Logo, os filhos cresceram e lá estava ela indo para o supletivo, percorria 20km por dia para ir e vir da escola. O marido tinha uma moto, mas sempre cansado, não apoiava a esposa estudar, falava palavras de desânimo, não a levava em tempo e a considerava velha para os estudos. Ela concluiu o EJA, ao final passou no concurso da prefeitura como agente comunitária. Mesmo sob dependência do marido, que lhe comprou um casebre, que foi ampliado ao longo da vida do casal.

As dificuldades não foram o suficiente para limitá-la. Ela tinha um sonho de estudar e ter um bom emprego, ter o próprio ganho para não depender tanto do marido. Mas *Dona Cravo* não se intimidava, e, com sua habilidade de fazer amizades, contou com o apoio de outras mulheres que também queriam estudar. Juntas, caminharam e se sentiam mais seguras para ir para o supletivo e terminar os estudos; era sua forma de lutar contra as dificuldades. Também a capacidade de agir e não se acomodar com as situações, junto com a vontade de aprender, levou a interagir com as atividades didáticas e, com um pouco mais de esforço, lá estava ela concluindo os seus estudos, encarando um concurso e adquirindo seu tão sonhado emprego.

Assim, sua emancipação estava garantida; agora ela podia se dedicar aos anseios sociais. Com apoio e participação em grupos paroquiais, ela entrou para a Associação de Moradores do bairro, não suportava ver tantas necessidades não sendo atendidas e ainda falcatruas, por parte dos líderes locais. Atualmente, viúva, cuida de seu bairro, coordena a Pastoral da Criança e Vicentinos, além de cuidar da neta e filha de criação. Tem a família nuclear como referencial para a construção do caráter de luta e honestidade, cooperação social, conforme ensina os princípios de seu líder espiritual, como um pai para ela. Em sua entrevista, 35% de suas respostas

estavam relacionadas ao processo formativo; 35% relacionavam-se à Integração à realidade urbana; 15% relacionadas à vida familiar; 10% relacionado à luta por moradia; e 10% relacionadas à referência religiosa. Como seu relato indica:

Eu aprendi a ler e escrever eu tinha uns 8 anos era a cartilha e a tabuada. Todinha. Com 8 anos eu sabia. Aí eles iam passando a gente de série. Na época, não tinha esse negócio de chegar e assistir televisão, a gente não tinha nada, tinha serviço para fazer, olhar menino e cuidar do serviço. A noite a gente ia fazer tarefa, para de manhã cedo sair de novo. Minha mãe era firme, em educar os filhos. É o meu modo de pensar, é com essa firmeza que educa filho. Hoje em dia não tem mais educação de filho mais não. [...] A minha escola era uma escola pública, o lanche era suco de uva com uma bolacha de maizena, que não sai da cabeça até hoje. [...] Hoje posso ajudar na comunidade, nosso padre está vindo lá da igreja da Fabril e falou assim: 'O Dona Cravo escolhi você pra você coordenar, mas eu não quero número não, eu quero serviço'. Daí eu fui (*Entrevista Dona Cravo, 14-10-19*).

2.a Processo Formativo: a infância de Dona Cravo se desenvolveu em meio rural; tinha bastante lazer e teve acesso ao estudo, mesmo com a dificuldade de acesso à escola. Porém, sua infância também foi regada com responsabilidades; ao chegar da escola tinha serviços domésticos para realizar e tinha que cuidar das crianças mais novas. Pelo seu relato, é possível inferir que foi educada de forma rígida, possivelmente com violência, mesmo que ela não fale mal desse tempo e entenda que os filhos devem ser educados com “firmeza”, a escola sempre foi um lugar desejado em sua formação, bem como direcionada como importante por seus pais, como visível em sua fala:

A minha infância foi muito boa. A minha infância foi daquele tipo de ficar na rua, de brincar de pique, de subir em árvore. De ir pro sítio, vizinho, sabe? Sem problema, sem medo. Então era mais... As mães eram mais despreocupadas, né. A gente fazia comidinha no meio do mato, a gente fazia tudo, de cozinhadinha, aquelas coisas tudo. Brincar mesmo. Bola, pique, corda, sabe? Não era igual hoje, que tadinhas, as crianças não podem nem sair na porta da rua. A minha escola foi o seguinte: eu estudei... eu estudei depois de grande que eu consegui o ensino completo. Porque eu estudei, eu já tinha logo começado a trabalhar. Eu aprendi a ler e escrever eu tinha uns 8 anos. Pra ler mesmo e escrever mesmo, era a cartilha. E a tabuada. Todinha. Com 8 anos eu sabia. Aí eles iam passando a gente de série. Mas a gente era assim: você chegava da escola, não tinha esse negócio de chegar e assistir televisão, a gente não tinha nada. Chegava da escola e tinha serviço pra fazer, olhar menino e cuidar do serviço. E a noite a gente ia fazer tarefa, pra de manhã cedo sair de novo. Minha mãe era firme, com essa firmeza, é que educa filho. É o meu modo de pensar, é com essa firmeza que educa filho. Hoje em dia não tem mais educação de filho mais não.

Dona Cravo explica que sua mãe tinha dificuldades, pois, por ter tido quatro mulheres antes de ter três filhos homens, elas não poderiam trabalhar fora e colaborar economicamente. Pode-se notar, portanto, que desde o início esteve inserida numa

sociedade de costumes patriarcais. Ainda assim, foi bastante estimulada a prosseguir estudando. Ela comenta que sua mãe acreditava que sendo capaz de ler e escrever, tendo curso de corte e costura e tendo o curso de datilografia as mulheres estariam bem.

Nota-se, a partir de seu relato, que os papéis de gênero foram definidos desde sua infância, principalmente a ideia de que a mulher deveria saber cuidar da casa e de crianças, enquanto o homem poderia sair de casa e trabalhar. Contudo, mesmo em detrimento dos costumes patriarcais, sua mãe incentivava uma certa independência e sempre se mostrou preocupada que suas filhas tivessem acesso ao conhecimento.

A gente era 4 mulheres na frente e 3 homens. A minha mãe sofreu muito porque se fosse quatro homens, ela cedinho ia ficar de boa, porque os homens saíam pra trabalhar, né? Não, foi quatro mulheres na frente pra depois vir três homens. O meu irmão tá ali no fundo. Aí ela não teve ajuda de filho, porque a gente tinha... A mãe naquela época alertava pra gente o corte de costura, datilografia, ler e escrever. Pronto. Tá lendo, tá escrevendo, pronto. Tem curso de datilografia? Tem. Tem o corte e costura? Tem. Então ela deu pra todo mundo, todas quatro nós, o curso de datilografia, o corte. Pra isso ela apanhava café pra poder dar isso pra gente. E tendo isso, a moça que tinha isso tava muito bem.

2.b Luta pela Moradia: a ideia moradia que conheceu foi primeiro a casa dos pais e, depois, a do marido, pois, segundo os costumes de sua comunidade Dona Cravo se casou cedo. Dona Cravo se sentiu bastante esperançosa em relação ao bairro desde o início, porém, teve de enfrentar junto a outros moradores as dificuldades de transformar o bairro em um lugar mais digno para eles. Portanto, embora não tenha tido tanta dificuldade na conquista da casa, teve bastante dificuldade na conquista de um local habitável para toda a comunidade, motivo de sua luta na atualidade. O bairro ainda era pequeno, mal tinha começado quando ela se mudou:

Quando eu vim pra cá, era terra, sabe? Era um poeirão, menina. Só tinha as linhas do ônibus asfaltadas, que era aquela linha aqui e uma outra aqui de cima. Muita poeira vermelha, muito pó, sabe? Podia contar os carros que passavam. Só passava ônibus, não passava carro nenhum. Não tinha carro. Sabe, muito lote vago, baldio, muito mesmo, sabe? E eu cheguei aqui pro bairro e gostei do bairro, sabe? E até hoje. Eu sabia que o bairro ia crescer, sabe? Ia ter coisas boas. Sabia que, que ele ia ser bom, ficar por aqui.

2.c. Vida familiar: nascida em zona rural, Dona Cravo foi criada na simplicidade da pobreza, mas lembra do passado de forma agrídoce e afetuosa. Sendo possível perceber na sua descrição sobre suas lembranças de infância:

Minha família era pobre. Era pobre... O meu pai era pescador, trabalhava durante o dia e pescava um pedacinho da noite, assim, até dar acho que nove horas, dez horas. Mas todo dia chegava com peixe, então nós fomos criados com peixe. Aí ele fazia um fogo lá e pegava peixe pequeno, peixe grande, qualquer coisa, e punha lá naquela... no tempero, numa panela. Quando a gente acordava de manhã ele acendia o fogo e já vinha com aquele prato pra gente, com aquela sopa de peixe. Eu só lembro que era peixe grande, os ossos eram grandes, bem grandes os ossos, sabe? Parecia um osso de galinha. Rapaz do céu, mas ontem era grande, ontem foi grande minha filha. Ontem o peixe foi grande. E a gente comia. Comia com pão, com farinha e saía. Ia pra escola. Todo dia na certeza de comer peixe.

Todavia, ainda que considere boa sua infância, precisava corresponder às expectativas de sua comunidade. Ainda adolescente foi apresentada a um homem mais velho e incentivada a casar, mesmo com a diferença de quinze anos entre suas idades. O comportamento paterno ilustra bem os costumes da realidade que Dona Cravo estava inserida desde o nascimento e as expectativas sobre o seu gênero. Quando se tornou moça, estava pronta para casar e quando se casasse passaria da guarda do pai para a guarda do esposo, ou seja, antes pertencente ao pai, agora pertenceria ao marido e não poderia voltar para a casa do pai enquanto mulher casada. Por fim, ela cuida dos filhos; para poder estudar, enfrentando suas lutas diárias, consegue emancipar-se economicamente, por meio da estabilidade no trabalho, concursado; adota outras crianças, cuida do esposo até a finitude; agora cuida da neta de 4 anos e da sua comunidade. Quando demonstrou dúvidas sobre o futuro relacionamento e sugeriu voltar para casa se não funcionasse, seu pai proibiu-a de voltar, demonstrando fortemente a cultura patriarcal:

A minha cidade era muito pequena, muito pequenininha, sabe? E, como é que eu vou te falar... É... Eu já trabalhava fora lá, sabe? Uma pessoa foi e me apresentou ele, mas eu nem sabia se ia dar certo, se não ia dar. Porque tem uma diferença de idade aí grande, uns 15 anos, né? De diferença, sabe? Não sabia se ia dar certo, se não ia dar certo, mas eu falei "Ah, vou ver. Se não der certo eu volto". Meu pai ainda falou assim "Se não der certo você não volta não. Pra dentro de casa não". Falei "Ah, então tá bom".

2.d Integração à Realidade Urbana: depois de casada, seu foco se voltou para o marido, a casa e os filhos, deixando os estudos de lado na luta pela sobrevivência em meio a dificuldades econômicas. Quando os filhos já estavam mais crescidos, ela se esforçou na busca pelo conhecimento, quando chegou em Anápolis começou a estudar no Supletivo Elias Chadud, como narra:

Depois de morar aqui que eu vim estudar. Aí eu fui para aquele Supletivo Elias Chadud, sabe? Aí acabei concluindo aqui no...supletivo, viu. Que cada ano ia concluindo dois, né? Eu fui de supletivo, porque eu falei "Não", não

tinha EJA ainda, sabe? Pra cá não tinha EJA. Aqui. Agora tem, né? O EJA aqui. Aí eu fui fazer supletivo lá. No início foi um pouquinho difícil, assim, sabe? Um pouquinho difícil. Mas depois eu fui... Como eu só tinha menino estudando, né? Sentava-se pra estudar, fazer tarefa, então a gente nunca perdeu aquele pique de somar, de tudo, sabe?

Porém, as dificuldades não acabaram. Dona Cravo vivia longe da escola e não tinha condições de se locomover sem ser a pé. Mesmo sem o apoio do marido que, mesmo tendo uma moto, quase nunca estava disposto a transportar sua esposa e sempre criticava a ideia de estudar “depois de velha”. Entre a criação dos filhos e o trabalho doméstico, Dona Cravo persistiu em sua busca pelo saber e continuou seus estudos, como relata abaixo:

Eu lembro que eu ia, eu ia a pé. Saía daqui pra ir lá no Elias Chadud a pé, porque teve uma época muito difícil.... [uns 10 km] Eu ia pé, pra não perder minha escola. Almoçava, lavava as vasilhas depressa e oh....[estalo de dedos] corria pra mim poder ir pra escola. Essa distância, porque o marido falava assim “mulher velha num estuda, num estuda, num estuda. Eu tenho que sair pra trabalhar... agora tenho que ficar esperando pra levar você ou então tenho que ir embora mais cedo e ficar na porta do escritório esperando o escritório abrir, porque eu vou te deixar nessa EJA”.... “Não precisa. Pode ficar aí assistindo jornal que eu vou”... oh [estalo de dedos]. E assim fazia, pegava minha bolsinha e ó, perna pra quem tem, menina. Hoje eu fico olhando a distância e acho que não dou conta de fazer nem a metade.

A fim de completar sua educação, Dona Cravo andava dez quilômetros para chegar à escola, fazendo chuva ou sol. Na cidade, Dona Cravo redescobriu o direito à educação e à sororidade, com seu grupo de amigas, todas com dificuldades de permanência na escola que poderiam fazê-las desistir. Elas se juntaram e se apoiaram, chegando a somar a quantia que possuíam para que pudessem se alimentar e confraternar as lutas entre si. Chegou até mesmo se juntar a um grupo de amigas que também não tinham condições econômicas de se deslocarem de outra forma, mas como mulheres, sabiam de suas dificuldades comuns e se apoiavam a fim de concluir os estudos em busca de um futuro melhor, como conta:

E chuva?... E quando chovia, minhas amigas... eu arrumei duas amigas, né? Então a gente era três, sabe? uma não podia fazer mesmo, porque não tinha condição de pagar ônibus. Eu falei “o meu não tá querendo que eu faça pra não ter que me levar, então vai dar certo. E a outra ia pra fazer companhia pra gente. Então pegava o dinheiro das duas e ainda lanchava hahaha, invés do ônibus vamô lancha... hahah.

2. e Valores Morais: além de prezar pela educação, Dona Cravo se mostra como uma ativista da justiça social, notando as desigualdades e procurando meios de garantir seus direitos e os direitos de sua comunidade. Mostrando capacidade de

liderança, Dona Cravo procurou melhorar a situação do bairro através da criação de uma nova associação de bairro que atendesse as necessidades da comunidade. Demonstrando muita empatia em sua fala, principalmente no entendimento sobre ajudar o próximo, seus valores morais são muito definidos e ligados à ideia de cooperação e solidariedade, como visível abaixo, no trecho de seu relato:

Olha, eu entrei pra associação de moradores vendo que o bairro precisava, de melhorias, precisava melhorar, eu via que não tinha, não tava tendo associação para gente, porque quem era dono.... também porque aqui ficou muito tempo sem ter presidente de bairro, fez muita besteira, junto com as outras pessoas. Pegou o terreno da associação e vendeu pra um pastor. Passou um contrato de comodato, um terreno grande lá em cima, ele vendeu. Ele fez uma outra burrada, que na época dos *tickets* de leite, também num dava pra ninguém. Aí ele não dava pra quem precisava. Aí ele morreu, morreu. Deus que o tenha ele. Aí eu peguei e falei assim: "boa gente, vamos vê aqui e vamos procurar um jeito da gente então fazer uma eleição em topa, vamos fazer". Aí, então, ainda veio que na época também ganhou do governador também, né? Ai eu fui. Porque tendo ele como vereador a gente ia entender melhor, porque um ajudando o outro.

Dona Cravo se mostra uma mulher emancipada e empoderada. Além de conseguir concluir o ensino médio, ainda passou em concurso de agente de saúde. Dedicada a ajudar aos outros e melhorar a sociedade, ela acredita que se tivesse condição de prosseguir seus estudos poderia fazer ainda mais, como relata:

Então se eu tivesse oportunidade de estudar, se eu tivesse é, é... vamos supor assim que eu fizesse um direito ou uma coisa qualquer, entendeu? Pra poder tá ajudando as pessoas, assim, melhor. Porque aí eu poderia tá agindo junto da pessoa, quem fez inscrição de casinha, que tem doença, que tem deficiência, vou atrás de atestado de médico, faço encaixar lá numa fila de deficiente, porque a pessoa nem sabia que tinha direito, se a gente soubesse mais um pouco a gente a gente ajudava mais, né? Mas o pouco que a gente lê, que a gente aprende das pessoas fala, a gente corre e faz e ainda ajuda muita gente, mas o que me trouxe aqui é só mesmo pra ajudar as pessoas. Eu tô pensando mesmo, em fazer uma faculdade, que tem lá na UniEvangélica, pra começar em janeiro, que é contador de histórias, sabe? Eu tô com vontade.

É visível que Dona Cravo é movida pela empatia, pela justiça e altruísmo, mesmo nascendo e vivendo num ambiente de pobreza foi capaz de florescer, transformando a si mesma e a comunidade. Casada desde menina, cuidou de seu marido até a morte, cuidou de seus filhos biológicos e adotados. Nota-se que sua personalidade como cuidadora foi construída a partir de seu nascimento como mulher, que já lhe designou um papel e função específica, incentivada a cuidar da casa e de suas irmãs e irmãos desde criança.

4.2.3 Dona Mal-me-quer

55 anos (um casal de filhos), filho necessita de cuidados médicos, todos desempregados, inclusive o marido, também de origem rural. Vieram pra Anápolis para estudar, conseguir emprego na indústria. Não conseguiu entrar no mercado de trabalho, casou-se e teve filhos antes de concluir os estudos, e contra a vontade do marido, concluiu o curso do Ensino Médio no sistema de Educação de Jovens e Adultos (EJA). Retornaram para a fazenda e depois novamente para Anápolis, após perda da fazenda, pois o pai vendeu e não recebeu, o que lhe causou muita tristeza, deixando sua mãe viúva e desamparada. Hoje faz trabalhos como diarista para manter a família, mas se sente realizada por não mais pagar aluguel, depois de muita luta e enfrentamento pela moradia.

Relata que estava passando por muitas privações e não tinha mais como pagar aluguel, o Residencial já estava pronto, mas não autorizavam a entrada dos moradores por uma questão técnica não resolvida com a empresa de saneamento. Diante de tamanha necessidade, Dona Mal-me-quer, reuniu um grupo de mulheres e foi buscar satisfação na Caixa Econômica Federal, não resolvendo, começaram a se manifestar, ocasionando tumulto e, em seguida, partiram para o Residencial São Cristóvão, onde fizeram manifestações, debate político e enfrentamento físico com a polícia, experimentando tentativas de processo democrático, como registro em ata, organização de uma chapa representativa e, por fim, o embate direto.

Em sua entrevista, 36% de suas respostas estavam relacionadas à vida familiar; 33% relacionavam-se à luta por moradia; 12% à Integração à realidade urbana; 12% relacionadas à referência religiosa e 7% relacionadas ao processo formativo. Sendo que por 41 vezes fez referência à casa e 41 vezes à polícia. De todas as entrevistadas é a que mais realçou mobilização, ações na luta e enfrentamento direto pela moradia, que culminou na Presidência da Associação de moradores do Residencial São Cristóvão, iniciada por ela e sua filha:

Em Crixás que eu terminei o Ensino Médio, fiz o EJA. Foi muito bom lá. Nossa, e foi bem-feitinho, sabe. Foi na escola rural primeiro, até ... Falava quarta série primária. Aí depois a gente tinha que fazer admissão para ir para quinta série. E aí foi que nós fomos para cidade. E aí todo fim de semana ia para fazenda [...] A casa ficou dois anos pronta aqui e eles sem eles entregarem. Aí eu mobilizei com algumas mulheres aí e nós viemos para cá. Eu chamei gente, corri atrás com as minhas daqui... porque tem umas aqui que corre atrás. Ficamos o dia todo [...] Aí nós viemos para a manifestação, aí nós fizemos um grupo e fomos para a porta da Caixa Econômica batia panela, subiu lá... e ia um falava com a gente “não, vocês não tem que vir

para cá não, porque vocês estão atrapalhando” e a gente não estava nem aí. E chamou a polícia e nós ficamos lá. Aí eu falei “gente vamos lá para a porta do Condomínio?” “vamos” aí nós fizemos um grupo, no WhatsApp chamando e fomos. E os que não tinham dinheiro, nós fazíamos vaquinha, dava [...] chamamos Prefeito aí, chamamos secretário de prefeito e nós chamamos carro de som, um moço da prefeitura lá, amigo do amigo da prefeitura trouxe, e a gente falava nesse microfone, aí essas meninas... essa ex-síndica aqui, aí ela já tinha sido escolhida. Chegamos aqui, menina, dia inteiro sem comer, sol quente e dinheiro não tinha. Fome e o dia inteiro, eu não arredava o pé, nem minhas amigas. Aí nós arrumamos uma comissão de frente mesmo, daquelas mais arretada. E aí essa ex-síndica. Tinha muita criança e como ela sempre foi muito bacana, fez comida, trouxe, ela saiu fazendo vaquinha com os que tinha mais condições, compraram pão com... com mortadela. E nós ficamos (*Entrevista Dona Mal-me-quer, 16-10-19*).

3.a Processo Formativo: o processo formativo de Dona Mal-me-quer se deu em torno dos valores familiares, morava na fazenda, frequentou escola rural, veio para a cidade para estudar e inserir no mercado de trabalho, mas a tão sonhada indústria não absorveu a mão de obra que ela oferecia. Logo casou-se e teve seus dois filhos; a realidade familiar não permitia avançar nos estudos, só depois que seus filhos cresceram é que ela retornou aos estudos. Concluiu o Ensino Médio por meio do EJA, meio à violência social e psicológica ocasionada pelo marido, que não aceitava que ela estudasse. Ele, dependente de álcool, fazia escândalos na porta da escola. Por vezes, a administração escolar entrou em cena em favor dela para impedir que ela parasse os estudos ou que o marido a agredisse. Ela sempre teve o ideal de melhorar a qualidade de vida da família, trabalha como manicure ou faxineira para ajudar no orçamento doméstico; acredita que se tivesse estudado, sua realidade e de sua família seria diferente.

Com sete anos. Né? Foi na escola rural primeiro. E aí foi que nó fomos pra cidade. Lá em Crixás que eu terminei o Ensino Médio, que eu fiz o EJA. Meu pai não dava mole não. Deixava a gente na rua não. Meu pai pegou e vendeu a fazenda. E ele perdeu tudo. Tudo. Vendeu pra um homem que não pagou ele. E aí ficamos *pobres de marré de ci...*²³ De verdade! Aí sobrou alguma coisinha lá, mas né? Foi aí que nós viemos da nossa cidade natal, que é Piracanjuba. Que nós viemos morar aqui. Porque aqui é... **Indústria**.²⁴ Nós viemos pra cá em 1980. E como eu tinha um tio que morava aqui, ele “Não, vamos pra lá”, porque lá sempre teve o DAIA, né? “Lá tem indústria e vocês vão se dar bem”. E nós viemos e estamos aqui até hoje. Aí todo mundo se casou com anapolino, né? Meus irmãos, eu, né? Aí nós formamos a família

²³ Cantiga popular: “**Eu Sou Pobre, Pobre**”. “Eu sou pobre, pobre, pobre./De marré, marré, marré [bis]Eu sou rica, rica, rica./De marré, marré, marré./Eu sou rica, rica, rica./De marré deci./Eu queria uma de vossas filhas./De marré, marré, marré[bis]. Escolhei a qual quiser./De marré, marré, marré./Eu queria (nome da pessoa) [bis]. Que ofício dais a ela?[bis]Dou o ofício de (nome do ofício) [bis]. Este ofício me agrada (ou não) [bis]. Pra terminar: Eu de pobre fiquei rica./De marré, marré, marré./Eu de rica fiquei pobre./De marré deci.”

²⁴ **Grifo nosso:** destaque a importância do atrativo **indústria** para o aspecto fundamental da modernidade tardia em Anápolis e a migração de famílias que futuramente, darão origem aos bairros do SHIS da cidade em 2009.

aqui: cunhado, cunhada, sobrinho, né? E to aqui até hoje, em Anápolis (Entrevista Dona Mal-me-quer, 2019).

3.b Luta pela Moradia: ela engajou-se na luta pela casa própria e mobilizou um grupo de mulheres para pressionar os grupos políticos na liberação da habitação social, que, segundo ela, já estavam prontas – as moradias do seu pavilhão – fazia 2 anos, mas a situação burocrática do saneamento não estava liberada. Sob pressão das necessidades, ela criou a associação de seu bairro e, como presidente e a filha como secretária, coordenaram a ocupação do prédio e tomaram posse forçada, mediante grave ameaça policial:

E nós ficamos aí, ficamos aí. De repente começou a chegar polícia militar, de repente começou polícia civil, de repente ficou cheio de CPE [Comando de Polícia Especial], cheio... Nós entramos e a polícia “não entra”, e entra, e todo mundo começou a bater panela, bater coisa e falar, e eu gritei para vários começa a filmar. “Filma essa polícia aqui, porque a gente não tá roubando, não tá matando, a gente só quer entrar na nossa casa, porque a gente paga aluguel.” E a polícia, ó... eu entrei, e essa menina, e hora que eles vieram com o *spray* de pimenta, com cacete, aí eu falei pra eles “tá filmando, se você encostar a mão na gente... e essa mulher tem cinco filhos” Aí eles foram recuando e a gente foi indo, eles recuando... Aí a polícia militar, ele falou assim “eu vou dar voz de prisão para senhora” eu falei para ele “pode prender” e todo mundo filmando, “porque eu só quero entrar na minha casa”? Eu já fui sorteada e nisso ó... a gente já tinha arrumado tudo, todos os papéis e eles não deixava entrar, tudo prontinho. Como que você ia ficar pagando aluguel? E foi grande a nossa manifestação. Aí a noite eu falei “Nós vamos trazer barraca e acampar”, todo mundo faz comida e leva, quem tem jeito. Aí todo mundo mobilizou (*Entrevista Dona Mal-me-quer, 16-10-19*).

3.c Vida familiar: a dinâmica familiar de Dona Mal-me-quer sempre foi envolvida pelo grupo familiar; a presença do pai sempre lhe dava segurança, como ela chamou de “esteio” da família. A perda da fazenda tirou a segurança econômica da família; por frustração, o pai entristeceu e logo morreu. Ela não teve muito apoio do marido, deixando aos seus cuidados os filhos, inclusive o caçula com problemas de saúde. Ela teve que cuidar da família e buscar oportunidades, a moradia própria era a sua grande oportunidade de abrigar os filhos em segurança, sua realização, como ela conta:

E eu vim pra cá, nossa, fiquei muito, muito, muito feliz, mas muito feliz mesmo. Eu... eu... eu ia mudar numa semana, aí eu tive uma visita, eu até chorei, porque eu falei “gente, eu queria tanto mudar”. Eu sou muito feliz aqui. Apesar de que o nosso financeiro ainda pra móveis, esses trem... Mas eu não ligo, porque a noite eu tenho um teto para colocar meus dois filhos e eu. Minha casa, que eu pago a prestação dela, a minha filha paga, agora o meu marido melhorou um pouco, ele ajuda. Mas eu sou muito feliz aqui, às vezes até a minha filha fala assim “mãe”, eu falo “não, é aqui que Deus me deu, é aqui que vou terminar meus dias, agora eu não saio daqui”, não tem síndico, não tem ninguém, não tem vizinho que faz eu sai daqui. É minha casa. Ó, eu paguei, nós pagamos aluguel 30 anos (*Entrevista Dona Mal-me-quer, 19*).

3.d Integração à Realidade Urbana: para se integrar à realidade urbana, ela estudou, procurou fazer cursos e tentou inserir-se no mercado de trabalho, mas não conseguiu. Tornando-se mais dependente de sua família de origem, pois, o casamento não foi suficiente para sua emancipação do pai. Também os estudos não foram suficientes para inserir-se no mercado de trabalho e, com a chegada dos filhos, encontrou seu lugar social no cuidado familiar.

Parei na que era a antiga oitava série. Aí nós viemos pra cá. Desempregados, aí nós fomos trabalhar. Eu, meus irmãos, todo mundo, né? Meu pai, minha mãe... E aí, a noite a gente e sentia muito cansado e acomodado. Não estudamos. Aí todo mundo foi sustentar a casa. A gente fez alguns cursos à noite. Eu fiz curso de manicure, de cabeleireira, meus irmãos fizeram vários cursos no SENAI, no SENAC. E principalmente os gratuitos. E a gente achou melhor fazer os cursos do que estudar. Os meus irmãos mais novos estudaram, continuaram. Que é a minha irmã mais nova caçula, e o outro. Mas eu e o outro mais velho não, nós fomos fazer curso. Eu tenho vários cursos de maquiagem, cabelereira, de... Manicure. Nisso nós não estudamos. Ficamos aqui, isso foi quando eu já estava casada já. Aí logo eu me casei, aí tive o meu filho mais velho que veio especial. Aí que eu não estudei mesmo [...] lá, os meninos cresceram. E aí, surgiu o EJA. Eu falei “Vou fazer o EJA” (Entrevista Dona Mal-me-quer, 2019).

3.e Valores Morais: as injustiças sociais com as quais se deparou na vinda para a cidade, por certo, tornou-a uma lutadora, fazendo com ela mantivesse em seu íntimo uma revolta reservada, a catexia ocorreu quando se viu ameaçada a possibilidade de tomar posse de sua casa. Seus valores morais aflorados, mostrou para que veio, “bater de frente” como ela mesmo aponta. Dona Mal-me-quer mostrou ter uma personalidade forte, construída na persistência das dificuldades diárias, seja a pobreza de sua família, as dificuldades na obtenção de seu lar, a dificuldade de criação de seus filhos ou o alcoolismo de seu marido, tudo foi superado com determinação.

A luta por seus direitos e por justiça marcou muito a formação de seus valores, resiliência define a sua forma de encarar as adversidades da vida, criando vínculos e mobilizando pessoas de acordo com o que considera justo. Também os instintos protetores fizeram com que se posicionasse em favor do grupo social que a empoderou: “E eu bato de frente, falo que tá errado, que não é assim, né? E... e nós dois é lua e sol, um tem que entrar o outro tem que sair. Eu bato, bato a hora que for preciso, sabe? (Entrevista Dona Mal-me-quer, 2019).

A vida de Dona Mal-me-quer foi marcada por dificuldades. Seu papel de cuidadora foi desenvolvido a partir do casamento. A dificuldade financeira presente na maior parte de sua vida dificultou seu acesso ao ensino, ainda assim a educação e a

busca pela casa própria são pontos fundamentais de sua vivência. Seu forte senso de justiça social e sua dedicação à família orientam sua personalidade, Dona Mal-me-quer enfrentou o machismo do marido, que não acreditava no estudo de sua mulher, bem como seu alcoolismo, responsável por dificuldades na convivência do casal. Preocupou-se primeiro em cuidar de seus filhos antes de se direcionar novamente aos estudos. O ativismo social ligado ao acesso à moradia marcou sua vida de forma quase violenta, mas demonstra sua grande capacidade de liderança.

14.2.4 Dona Girassol

26 anos (não tem filhos, a mãe dela quem ganhou a casa), mora com a família, mãe, pai e irmão, trancou a faculdade de Administração por não conseguir se inserir no mercado de trabalho e, conseqüentemente, não pôde mais pagar as mensalidades; única na família que alcançou o curso superior. Trabalha fazendo bicos; trabalhou em uma imobiliária e depois numa reciclagem. Apoia a mãe na Associação. Apresenta memórias da infância na fazenda do avô, de quem sente muita falta; depois da morte dele a família se desestabilizou, segundo relata. Contabilizando na entrevista, em média 37% de suas respostas estavam relacionadas ao processo formativo; 30% relacionado à luta por moradia; 25% relacionadas à vida familiar; 7% relacionavam-se à Integração à realidade urbana; e 1% relacionadas à referência religiosa. Referiu-se à faculdade e estudos por 23 vezes e 20 vezes à mãe. Trecho da entrevista que melhor define:

Na infância, é porque eu me lembro meu avô falar que ela era muito ansiosa e que ela tinha umas crises de ansiedade que ela... então eu acho que eu pareço muito com ela assim, esse aí, isso aí veio do sangue mesmo. Mas a minha infância até onde eu me lembro, na cidade de Crixás, foi muito bom. Assim, foi próximo dos meus avós, a gente morava perto deles. Inclusive a gente mudou para lá, porque meu avô comprou uma fazenda lá, aí então minha mãe resolveu mudar para não ficar longe deles, porque eles também já estavam velhos, né? Uma cidade longe, porque é no Norte. E aí nós fomos para lá, minha infância foi basicamente lá e na chácara do meu avô, na fazenda... perfeito, foi muito boa minha infância. [...] Aqui a gente já entrou que abraçando mesmo tudo, a causa, e foi tão interessante que partiu daí, desse negócio, que a minha mãe teve a ideia de montar a Associação. Porque o síndico começou a cortar a gente, “não vamos fazer por quê?” Porque aqui o pessoal precisa muito de ajuda, eles aproximam daquele que ajuda. Então aqui a gente depende de um síndico para fazer as coisas. Então o síndico foi lá e cortou com medo, eu acredito, de acontecer algo do tipo. Tanto que a minha mãe como presidente da Associação, ela conseguiu várias coisas aqui. Inclusive palestras..., mas que tem que acontecer na quadra, se pudesse acontecer aqui dentro do apartamento a gente também faria, porque aqui não tem como ele proibir (*Entrevista Girassol, 16-10-19*).

4.a Processo Formativo: Girassol mora com a família, mãe, pai e irmão. Sua mãe ganhou a casa que moram pelo programa habitacional, de maneira que a luta por moradia não é algo tão diretamente ligado à sua jornada, mesmo que 30% de sua entrevista aborde essa temática. Muito ligada à sua infância, de modo até possivelmente romantizado, uma vez que a define como “perfeita”.

Mas a minha infância até onde eu me lembro, na cidade de Crixás, foi muito bom. Assim, foi próximo dos meus avós, a gente morava perto deles. Inclusive a gente mudou para lá, porque meu avô comprou uma fazenda lá, aí então minha mãe resolveu mudar para não ficar longe deles, porque eles também já estavam velhos, né? Uma cidade longe, porque é no Norte. E aí nós fomos para lá, minha infância foi basicamente lá e na chácara do meu avô, na fazenda... perfeito, foi muito boa minha infância [...] (Entrevista Girassol, 2019).

Próxima dos avós e atualmente morando com sua família nuclear, pode-se analisar que teve uma rede de apoio bem estruturada. A educação é um grande pilar para a sua emancipação. Foi a única pessoa da família que alcançou o ensino superior. No entanto, teve que trancar o ensino superior por questões financeiras, como demonstra em seu relato. A luta pela incursão no mercado de trabalho é a principal narrativa que acompanha sua história de vida, já tendo atuado em imobiliária, reciclagem, dentre outros bicos. Necessita de uma estabilidade financeira para poder dar continuidade aos estudos

Então... eu tenho uma faculdade...eu... minha faculdade tá trancada por questão financeira, né? Mas eu... eu fazia na Anhanguera é... e meu dia a dia... agora, por enquanto eu estou sem trabalhar então eu fico em casa, ajudo minha mãe em algumas coisas e saio para buscar serviço, para buscar algum tipo de informação (Entrevista Girassol, 2019).

4.b Luta pela Moradia: como explicado acima, a luta por moradia faz mais parte da realidade histórica de sua mãe do que da sua pessoalmente. Uma vez que dispõe de uma rede de apoio nuclear estável, sair de casa não se encontra em suas prioridades imediatas. Ao invés disso, apoia sua mãe no desenvolvimento e crescimento da associação de moradores de seu bairro. Assim, pode-se depreender da narrativa que a luta se apresenta em sua jornada de forma mais política do que pessoal. Podendo assumir inclusive uma face coletivista nesse âmbito, que é compreendido pela segunda geração dessa luta por moradia.

Aqui a gente já entrou que abraçando mesmo tudo, a causa, e foi tão interessante que partiu daí, desse negócio, que a minha mãe teve a ideia de monta a Associação, entendeu? Porque aí... o ... o síndico começou a cortar

a gente, “não vamos fazer por quê?” Porque aqui o pessoal como eles precisa muito de ajuda (Entrevista Girassol, 2019).

4.c Vida familiar: seus relatos informam que era bem próxima dos avós e que está atualmente morando com sua família nuclear, que demonstra ser estável e unida; não demonstra também intenções ou condições de mudar de situação. A questão da dificuldade empregatícia também se trata de uma luta que perpassa gerações. Tanto o pai quanto o irmão têm dificuldades de se manter em um emprego fixo, com carteira assinada. As rendas combinadas da casa se aproximam de um salário-mínimo. Os relatos demonstram que todos buscam colaborar com as despesas.

De carteira assinada é meu pai, e ele conseguiu tem pouco tempo na verdade. Então o meu irmão faz alguns bicos e tenta ajudar aqui, da mesma forma eu. Então hoje, basicamente mesmo... Vamos colocar um salário, né? Porque as outras coisinhas é coisa simples, é coisa de... que ajuda numa mistura, num... alguma coisa..., mas que a renda mesma nossa é um salário-mínimo. (Entrevista Girassol, 2019).

4.d Integração à Realidade Urbana: sua proximidade com seus avós remete a uma lembrança do ambiente rural, da fazenda do avô. Demonstrando, ao definir como um momento “perfeito”, um saudosismo do passado e do ambiente rural. A falta de integração à realidade urbana é demonstrada principalmente na dificuldade em conseguir um emprego que ofereça estabilidade. Mas o presente relato demonstra também a vontade de aprender, mesmo em condições adversas. O que pode ser compreendido como resiliência e demonstra a importância da educação como ferramenta que deve ser valorizada na busca por essa integração.

Todo, todo tipo de bico, para te falar a verdade. De verdade, questão de tipo “ah, tem um barzinho ali você quer trabalhar para servir?” “Vou”, né? Esses dias eu fiz um bico numa reciclagem, entendeu? Super interessante, porque a gente pensava que reciclagem era coisa tipo Pet, plástico e papelão. Não, tem muita coisa além disso, então eu até aprendi em relação a isso, entendeu? Eu fiquei muito tempo é... lá ajudando essa reciclagem, porque não foi nada assim carteira assinada nem nada, só coisa de bico mesmo para eu aprender e como eu estava sem um trabalho fixo fiquei lá um tempo, e aprendi (Entrevista Girassol, 2019).

4.e Valores Morais: a educação se apresenta como fundamentadora dos valores morais em todas as gerações citadas no relato. Essa busca por um processo formativo de educação formal continua sendo uma prioridade para a presente geração; luta que depende de uma condição financeira estável para ser dado o devido prosseguimento. De tudo, apreende-se que Girassol teve uma rede de apoio bem estruturada, apesar do fato da dificuldade empregatícia, trata-se de uma luta que perpassa gerações tanto

como a busca por um processo educacional formal. Destaca-se em todo o narrado a vontade de aprender, mesmo em condições adversas, assim como uma preocupação com a comunidade e um senso de justiça social, aparentemente construídos por incentivo materno, mas sem políticas públicas ditas afirmativas é impossível ir em frente.

Meu irmão, é mais velho que eu, ele sempre foi duas séries para frente que eu, e ele sempre teve dificuldade, porque ele tem o problema dele. Então acabou que foi indo a gente chegou até na mesma série, eu falei “vamo que eu vou te ajudar. Terceirão falei “não amolece não, arrocha que cê vai... pelo menos o terceiro cê faz.” E passei pra noite, pra estudar com ele, porque aí eu comecei a fazer estágio na Caixa Econômica que foi meu primeiro trabalho. Falei “Vambora!” Acabou que ele não quis, desistiu mesmo, mas terminando. Não dei tempo no mesmo ano já fiz o vestibular, já fui logo para faculdade. Aí consegui a bolsa do governo. Aí acabou que eu saí do trabalho e não tive mais condições de pagar nem os juros, né? Do FIES, e tranquei... a faculdade (Entrevista Girassol, 2019).

4.2.5 Dona Azaleia

56 anos (3 filhos), morou grande parte de sua vida na fazenda, andava 36 km a cavalo para estudar, não se lembra muito, mas sabe ler e escrever. Os pais passavam por necessidades, ela se casou e o marido foi morar com sua família. Ela sonhava em casar-se de noiva e ir morar na cidade em uma casa bonita, imaginava que na cidade não iria faltar nada e viveria bem para criar seus filhos na escola. Mas não foi bem isso que o destino reservou para ela e sua família. Mãe de 5 filhos, casou-se cedo, aos 15 anos e teve 3 filhos e uma filha, perdeu outro filho. Vendeu o pouco que tinha e veio com toda família para tentar melhores condições de vida do que as tinham no Tocantins, pois sonhava em arranjar estudos para os filhos e conseguir emprego no Distrito Agroindustrial de Anápolis (DAIA).

Seus sonhos se frustraram, pois não conseguiu nem emprego, nem estudos para os filhos; e a filha que trabalha como operária no DAIA, foi sorteada ainda quando esperava o segundo filho. Dona Azaleia mora com a filha, mas assim que o terceiro neto nascer, ela gostaria de mais espaço para as crianças.

Acredita fazer parte da Associação por seu talento em plantar na horta comunitária e ajudar em mutirões de pequenas obras no bairro. Faz campanha de oração esperando ganhar uma casa para ela e o esposo terem um cantinho só deles. Como não estudou, não encontrou oportunidade de trabalho. Os filhos pouco estudaram e logo foram trabalhar em fazendas ou na construção civil ou como operários. O marido ficou doente, mas sua filha ganhou o sorteio da casa própria de 40m², onde vive com os 3 filhos, o marido, D. Azaleia e o esposo.

D. Azaleia ainda sonha com a casa própria e faz promessa para Deus; ela imagina que um dia isso irá acontecer. Mesmo sem saber ler ou escrever, ela colabora com a Associação de Moradores, pois ama cultivar plantas, conhece todas as espécies da horta comunitária que ajudou a construir. Sabe muito sobre ervas medicinais e logo que alguma criança ou mãe precisa de um chá, ela sabe muito bem qual a melhor folha para qualquer mal. Mas alguns males ainda não encontraram cura, como são as doenças sociais; para esses só mesmo muita fé e reza forte para superar e seguir em frente.

Durante a sua entrevista, as palavras que mais fez uso remetiam à casa e a família, 59 vezes à casa/moradia; 43 vezes ao pai; 37 vezes aos filhos e 27 vezes à mãe. Em média, 45% de suas respostas estavam relacionadas à vida familiar; 20% relacionado à luta por moradia; 12% relacionavam-se à Integração à realidade urbana; 12% relacionadas à referência religiosa e 11% relacionadas ao processo formativo. Trecho da entrevista que melhor define:

Nós morávamos a metade da vida na roça e lá não tinha colégio, nós fomos criados trabalhando em obra... nós não temos estudo nenhum, porque o meu pai era um homem muito pretendente, e não deixava a gente sair de casa nem pra brincar. Só no serviço., Nossa Senhora. É isso que hoje... Nós somos dezesseis irmãos, hoje nenhum faz ele passar vergonha. Nunca passou. Hoje tudo tem responsabilidade. Porque ele nos criou na roça trabalhando. Já vi já foi... Meu pai nos criou tudo na fazenda, tudo trabalhando... não tem lugar de morar, um lugar fixo da pessoa morar, né? Graças a Deus. Desse jeito, meu pai era duro. Então ela tem que trabalhar na fazenda dos outros. [...] A Associação ajuda, pego verdura no canteiro. O que precisar... (Entrevista D. Azaleia, 19/10/2019)

5.a Processo Formativo: o processo formativo de dona Azaleia não envolveu muito o ambiente acadêmico. Sua jornada no mercado de trabalho se iniciou muito cedo, logo que se casou aos 15 anos de idade. Quando criança, tinha poucas condições de locomoção até o ambiente escolar, o que fez com que tivesse pouca oportunidade de estudos. Ela considera ainda que o pouco estudo que teve não foi qualitativo, uma vez que “esqueceu” tudo que aprendeu.

Aí eu me casei com 15 anos, aí pronto. Aí acabou. Aí larguei foi tudo. Aí eu saí da fazenda do meu pai... Aí pronto. Fui trabalhar de fazer dos outros. Aí eu tive meus três filhos, dois homens e uma mulher. Pronto, aí acabou. Só fazer dos outros para aqui e para acolá, aí minha vida até hoje é desse jeito. Até hoje. Eu não tenho um lugar assim. E era muito difícil. Não tinha condição de levar, buscar. Meu pai que levava nós. 35 quilômetros... Meu pai nos levava à cavalo. Não, era muito difícil, difícil demais. Então meu estudo foi muito pouquinho. Aí, que eu aprendi, aí peguei e esqueci foi tudo (Entrevista Dona Azaleia, 2019).

5.b Luta pela Moradia: a moradia sempre foi um fator em risco na vida de dona

Azaleia. Morou muito tempo com a família, mesmo depois de casada ainda morou com os pais. Passou muito tempo morando de aluguel e se esforçando para pagar as contas. Por se tratar de um item em constante vulnerabilidade, muitas mudanças são relatadas. A dificuldade financeira também faz parte desse processo de luta pela moradia, uma vez que o pagamento de um aluguel depende de uma entrada de renda. Ainda não conquistou a casa própria, morando na casa da filha com a família.

Aí a minha vida é essa aí. Aqui e acolá... Aí eu morava aqui em Anápolis. Morei aqui mais de 5 anos em Anápolis, sabe? Mas aí eu morava de aluguel, lá no Ipê. Aí... Aí todo ano subia o aluguel. Todo ano, todo ano... Aí o aluguel subiu muito, e nós não tínhamos condição mais de pagar aluguel, sabe? (Entrevista Dona Azaleia, 2019).

5.c Vida familiar: não menos turbulenta que sua vida financeira, é a vida familiar de Dona Azaleia. Casou-se ainda adolescente e teve quatro filhos. A mudança de cidade seria um fator importante para mudar de vida, mas, infelizmente, nem Dona Azaleia nem seus filhos conseguiram bons empregos. Com a questão de saúde do marido, a vida na área rural se tornou inviável, tendo que morar na casa da filha. As horas de serviço doméstico afetam a divisão do trabalho externo, que por consequência afetam também a renda financeira familiar.

Eu morava na fazenda, aí na chácara. Aí meu marido adoeceu, sabe? Ele deu problema de rins e coluna gastada, aí ele inchou muito, aí foi obrigado a vir pra cá. Viu? Aí tô ali na casa da minha filha Isso aí é o seguinte: quando eu vou arrumar minha casa, eu não trabalho pra fora, sabe? Só em casa. Na hora que eu pego, eu pego tudo de uma vez. Eu lavo, roupa. Eu limpo casa, lavo vasilha... E cozinho. Tudo de uma vez. Que na hora que eu terminar, eu termino tudo de uma vez, só assim (Entrevista Dona Azaleia, 2019).

5.d Integração à Realidade Urbana: o aspecto integrativo em relação à urbanidade não é um grande referencial na vida de D. Azaleia. A expectativa de tentar obter uma vida melhor na cidade foi falha. Fazendo com que Dona Azaleia retornasse ao ambiente rural, voltando à cidade apenas por questão de necessidade. Esse resgate aponta para a ideia de uma vida melhor no ambiente rural, de uma melhor qualidade de vida na fazenda, em um lugar mais familiar para ela e para seus filhos. Observa-se o resgate de elementos do ambiente rural em sua vida urbana, através do cultivo de hortas por exemplo.

Eu gosto muito de mexer com negócio de cebola, eu gosto demais. Mexer com horta. Aí arrumei, porque né? Aí você tem que botar numa vasilhinha, porque é tudo no rejunte. Minha menina rejuntou tudo. Eu tenho um balde velho lá, eu catei um adubo ali. Unha de gato. Aí eu ponho num balde, eu planto meu, é... Babosa, eu gosto muito de plantar babosa (Entrevista Dona Azaleia, 2019).

5.e Valores Morais: os valores morais de Dona Azaleia são mais voltados a elementos religiosos, sempre destacando sua crença na providência divina. Destacam-se como elementos de valores presentes na vivência dela a união, organização e a vida em comunidade. É possível notar que a solidariedade está muito presente na forma como enxerga a vida em comunidade.

Primeira coisa que eu vou falar, é eu ter minha casinha, que eu não tenho. Eu ando morando de favor na casa dos outros. Certo? E outra: ter uma... Um postinho de saúde aqui na área nossa, porque são necessários, tem que ter. E as coisas boas aqui... No bairro nosso. Certo? É... Como é que vai falar, meu Deus do céu? Ter união, as coisas. Organizar, o bairro, sabe? A pessoa precisar de alguma coisa, o pessoal juntar, "bora ajudar fulano, bora ajudar fulano". A comunidade (Entrevista Dona Azaleia, 2019).

Dona Azaleia, apesar de ter aprendido a ler e escrever, não teve muito acesso ao estudo e nem a casa própria. Seus conhecimentos são muito ligados à sua criação rural. Preza muito por valores religiosos, principalmente a solidariedade, ajudando a comunidade ao seu redor da melhor maneira possível. Apesar de não ter se integrado muito bem na vida urbana, mudou-se para a casa da filha quando a situação se tornou insustentável e se adaptou como pôde na comunidade.

4.2.6 Dona Hortência

54 anos (sete filhos), conta sua história de trajetória que embarca sonhos impossibilitados por situação de doença, como o de ser freira. Quando estava se preparando para ser noviça descobriu que tinha hanseníase. De modo muito triste e excludente, voltou para casa, ferida, sem cuidados e sem perspectivas de retomar os estudos. Mas ela não desistiu, seguiu em frente, mesmo com momento de grande desespero, quando quase deu cabo à sua existência. Mas sua fé era maior. Ela continuou com o tratamento, venceu a doença, trabalhou, juntou economias dando aula em um famoso garimpo de ouro, *Serra Pelada*. Retornou para os estudos e novamente foi impedida de seguir em seu projeto de ser freira, pois seu histórico de saúde não a permitiu continuar sua formação.

Embora abatida, conheceu o ex-marido, casou-se, tiveram 7 filhos, sendo dois adotivos, depois da separação, ela mudou-se para Anápolis. Hoje tem sua casa própria, onde acontecem as ações da Pastoral da Criança, missas, catequese, cursos de informática, oficinas de culinária, primeiros cuidados e ainda as reuniões da associação de moradores do bairro, tudo na sua cozinha que foi ampliada e guarda seus altares à *Rainha do lar*.

Durante a sua entrevista, as palavras que mais fez uso, remetiam à trajetória formativa 115 vezes; à família 151 vezes; à luta pela a moradia 97; 53 vezes aos filhos, 37 vezes à mãe e 34 vezes aos irmãos ou irmãs. Em média, 25% de suas respostas estavam relacionadas à vida familiar; ao trabalho 52; bairro 26; luta 38; Deus 120 e o conjunto relativo à fé e moral; 20% relacionadas ao processo formativo; 20% relacionavam-se à Integração à realidade urbana; 20% relacionadas à referência religiosa e relacionado à luta por moradia 15%.

E você sabe que hora que era que eu estudava? Que naquela época lá, tinha o horário de intermediário, que era das dez horas da manhã às três horas da tarde. E voltava esse horário sabe? De casa, assim, no Sol. Meu Deus do céu! Aquela época ali... Hoje eu tenho a minha motinha... Para mim é tudo, assim, que ela tem o motorzinho e eu vou. Mas naquela época eu desejava ter uma bicicleta, para eu fazer esse trajeto. Mas estudava, estudei aquela época lá. Chegava sábado e voltava, mesmo... Que a escola era bem pertinho da, da igreja lá onde eu fazia a catequese. E ia, fazia a catequese, mas para mim era tão gratificante, era tão espetacular, que você não imagina. Aí está, né? É, treze anos, quarta série. Aí estudei, fui pra... Para catequese e tudo. Catorze, quinze, dezesseis, tudo lá sabe? As irmãs já me chamaram para estudar. Quando eu completei dezessete anos, dezessete anos, agora já é uma história meio cabrosa. Mas posso... Eu posso contar né? Aí, com 17 anos as irmãs me chamaram para entrar no postulante... Novicinha, postulante, ser postulante na época. Nossa, para mim foi a maior felicidade sabe? Era uma paixão. [...]Aí quando a irmã olha o meu pé, meu solado do meu pé, e eu não senti. Escuta só essa história. E eu não senti sabe? Sério, eu não sei se pode contar essas coisas né? É uma história de vida que para mim é... Aí descascou, aí elas correram e foram ver né? Tinha arrancado isso aqui tudinho meu sabe? Assim, do pé. Aí, nossa. Fomos no médico e tudo. Chegou lá, eu estava com hanseníase. Com a lepra. [...] Pensa. O que que acontece, tiveram que me mandar embora para casa. [...] Falei “mas Deus, o que é que eu quero ser, Deus? Eu quero te servir, e você aparece com esse negócio pra mim, pra eu não seguir” ...Sabe, eu fiquei assim sofrendo sabe? Mas aí tudo bem. O que é que acontece? Acho que dali uma semana levantei a poeira né? Aí fui. Fui... Me matriculei numa escola particular, porque lá nem tinha escola para estudar né? Eu já estava, nessa época eu já estava na oitava série né? Aí estudei numa escola particular, uma escola... Estudei numa escola de umas irmãs, evangélicas lá. Que inclusive essas irmãs ficaram apaixonadas em mim queria, porque queriam que eu virasse professora lá com dezessete anos, sabe? Queriam que eu desse aula lá, porque eu... Aí sim, aí eu comecei... Olha para você ver o que é que Deus queria comigo né? [...] Eu fui pra Serra Pelada, *A Cidade de Ouro*. Olha para você ver o que é que eu... Por isso que eu falo assim: “Deus prova a gente de todas as formas”. E estava na época do giro do ouro, minha filha. E eu fui e montei uma escolinha particular, evangélica e à noite eu estudava [...] tinha uma escola da prefeitura, mas muito ralézinha assim, as crianças não aprendiam. E os pais tiravam e vinham, porque rolava dinheiro, assim, todo mundo ganhava bem dinheiro lá, e preferia pagar para mim lá na escola. Tanto é que inclusive eu tenho fotos das crianças com os uniformes no 7 de setembro, a minha escola desfilando junto, Betel. [...] Eu dava catequese para turma de jovens. Criança e tudo [...] não tinha nada, nada, aí saiu, o ano todinho ganhei dinheiro e muitas crianças lá na... na coisa, que não aguentava nem de tanta criança. Montei sala mesmo. Lá é... A cidade era tudo muito simplesinho, a gente não tinha casa de alvenaria, era de madeira e tudo, mas montei um barracão e dava aula nesse barracão encostado na minha casa, perto da mamãe (Entrevista D. Hortência, 18/10/2019).

6.a Processo Formativo: detentora de uma trágica história, sua formação básica foi conseguida a duras custas, com Dona Hortência estudando no horário de intermediário, que era das dez horas da manhã às três horas da tarde. Ainda assim, Dona Hortência não desistiu da educação como ferramenta. Atualmente, aos 54 anos, está concluindo o curso de pedagogia. Mas sua história como professora engloba vários outros pontos de sua vida, como seus filhos, as crianças da catequese e até adultos de sua igreja. Sua visão sobre a educação está intimamente ligada a seus valores morais. Ela acredita ter um dom para a educação, e que se ensina ao próximo aquilo que se acredita que é correto.

E aí tive essa oportunidade de fazer sem nem assim imaginar que eu poderia nessa idade e mexer ainda com fazer faculdade, fazer essas coisas, né? E aí Deus me proporcionou. Essa honra de estar fazendo a pedagogia, que como mexo muito com criança e sou professora desde bem jovem, só não era no papel, graças a Deus sou professora de sete filhos, sou professora de muitas crianças de catequese, jovens, adultos, já dei catequese para até adultos, então a gente já tem esse dom de dá educação, de ensina de leva o próximo aquilo mais ou menos que a gente busca que é correto. E graças a Deus eu hoje estou fazendo a faculdade, estou no sexto período. E... muito feliz. E aí o que hoje eu almejo, o que eu gostaria assim para o meu bairro, como a gente está nesse projeto, um projeto de trabalho horta, nesse projeto de melhorar o nosso bairro, eu na verdade sonho com muitas coisas boas pra cá, pro nosso bairro, né? (Entrevista D. Hortência, 18/10/2019).

6.b Luta pela Moradia: na questão da luta pela moradia também teve como base a luta pela educação. A educação da segunda geração da família foi item decisório na escolha do local de moradia, mesmo que isso levasse a maiores dificuldades financeiras. Essas dificuldades financeiras levaram a um aumento na carga de trabalho, o que levou a complicações de sua saúde, cujo tratamento se estendeu por mais de anos.

Alugamos a casa bem pertinho da escola dos meninos né? Foi luta, porque eu não tinha as coisas. Eu lembro que naquela época eu não tinha colchão, não tinha nada, botava pano no chão pra dormir com as crianças, mas eles preferiam vir embora comigo sabe? Eu estava desempregada. Graças a Deus eu tinha um salário-mínimo. Então eu vivi com esse salário-mínimo. Foi até a época que eu fiz a inscrição pra casinha, que eu nunca consegui a casinha da Minha Casa, Minha Vida. Eu com as crianças lá sozinha. Menina, mas foi luta, depois veio o problema da coluna, que eu trago aí, minha coluna... Eu consegui um trabalho na... Coisa de salgado, no trabalho eu travei minha coluna, passei dois anos fazendo tratamento, você precisava de ver o que que eu sofri (Entrevista D. Hortência, 18/10/2019).

6.c Vida familiar: não menos complicada que a questão financeira e dificuldade de moradia é a vida familiar de dona Hortência. Separada há 14 anos do marido com quem tem 5 filhos biológicos e dois adotivos, Dona Hortência conta que dependeu de

providência divina em relação à saúde dos filhos, uma vez que não tinha condições financeiras para mais do que o básico de alimentação e vestimentas. Ainda assim, afirma não se arrepender de ter tido os filhos, que foram uma bênção para ela. Acredita que essa era a sua luta, algo que pode ser interpretado, devido a natureza cristã de sua narrativa, como uma compreensão de uma predestinação transcendental.

Graças a Deus meus filhos nunca me deram problema de saúde assim pra dizer tá, tem que tá gastando muito médico... Nunca. Foi uma bênção pra mim. Então pra mim naquela época é assim... sempre gostei, tanto é que hoje eu amo crianças e tudo, sempre gostei muito de criança, senão eu tinha pegado mais criança pra eu criar, já estava na coisa pra pegar mais criança, porque... pra mim parece que era mais fácil com a minha luta. Então..., mas não arrependo nem um pouquinho de ter tido os filhos que eu tive. Hoje eu tenho orgulho, graças a Deus meus filhos... né? Minhas três filhas é... as duas se formaram (Entrevista D. Hortência, 18/10/2019).

6.d Integração à Realidade Urbana: ainda no âmbito da natureza cristã de sua narrativa, Dona Hortência conta que teve como principal fonte de apoio durante o seu processo de integração à realidade urbana. A interação comunitária, objeto de muita felicidade a ela, por estar sempre cercada de pessoas.

E assim nós fizemos, eu vim pra cá, como te falei que os meus filhos ficaram com o pai por uma época, e aí eu fiquei aqui sozinha, mas sozinha vírgula, porque eu logo comecei o movimento da igreja aqui, nós começamos a celebrar missa aqui na minha casa, catequese aos sábados. E a minha casa era sempre muito cheia, pastoral da criança... e... e eu me sentia assim muito feliz pelo fato de minha casa tá sempre cheia de pessoas que me cercavam (Entrevista D. Hortência, 18/10/2019).

6.e Valores Morais: seus valores morais são completamente respaldados na tradição católica que a cerca. Isso se demonstra em praticamente todos os momentos de seu relato. Se destaca a parte sobre o altar com a imagem de Virgem Maria, com 70 cm de altura. Em seu relato, as palavras Deus e o conjunto relativo à fé e moral religiosa aparecem mais de 120 vezes.

Na luta por esse bairro a minha Santinha aqui [aponta para o altar com uma imagem de 70cm de altura]. Mãe Rainha com Rainha da Paz né? Que são todas a mesma né? É... Por incrível que pareça, eu tive o movimento da Mãe Rainha lá no Bairro de Lourdes e aí, é... E eu muito apaixonada por esse trabalho da Mãe Rainha, pegou e quando foi para eu vir para cá. E aí a mãezinha veio comigo. A capelinha veio comigo. Nunca esqueço dessa história né? E... E para mim ela entrou junto assim, com a... Com a capelinha da mãezinha, e foi muito emocionante. Tipo assim, um sinal de que Deus e a Mãe estava com a gente naquela luta na... Naquele momento de ter essa vitória que é a minha casinha né? Então para mim foi muito gratificante, e de Deus mesmo, que eu falo assim, é... É ilegal? É. A questão de comprar. Mas, eu... Deus viu que eu precisava demais, e a condição de estar pagando aluguel do jeito que eu estava né? (Entrevista D. Hortência, 18/10/2019).

Hoje, dona Hortência tem sua casa própria, onde acontecem as ações da Pastoral da Criança, missas, catequese, cursos de informática, oficinas de culinária, primeiros cuidados e ainda as reuniões da associação de moradores do bairro. Afirma não se arrepender de ter tido os filhos, que foram uma benção para ela e seus valores morais são completamente respaldados na tradição católica que a cerca. Sua interação com as pessoas do bairro, unificam o grupo como comunidade, por seu acolhimento a todos que chegam em sua casa, sendo que inicialmente ela iniciou o modo de interagir com as vizinhas, visitando as famílias, por ocasião da campanha com a Rainha da paz, trinta famílias abrigaram a imagem por um período e reuniram para oração.

Esse modo de interação com a comunidade, logo atraiu o olhar do pároco e das CEBs, outras instituições e mediadores culturais se aproximaram e fizeram parcerias que geraram benefícios a todas as famílias do bairro. A associação permite uma interação direta com outros centros de poder, que favorece as famílias, assim, o poder que lhe é dado pela comunidade, retorna em forma de benefícios para o grupo. Sempre que possível, ela participa a liderança do bairro com outras mulheres, valorizando as características de cada participante, seja com mutirões, seja em forma da horta coletiva ou mesmo com as ações da igreja em casa, pastoral ou CMEI onde ela trabalha e interage diretamente com as crianças e mães. Ela sempre encontra uma forma de inserir as mulheres e tornar as tardes mais agradáveis. Reforçando a superação, a fé e a união dessas mulheres, que empoderaram nesse meio e cooperam umas com as outras.

4.2.7 Dona Rosa

62 anos (5 filhos), luta contra o difícil quadro clínico do marido e sofreu sérias sequelas da hanseníase. De origem rural, grande conhecedora das plantas, participa dos cuidados da horta comunitária no bairro, mesmo sem saber ler e escrever, mantém sua fé em Deus e acredita em dias melhores. Lembra sua infância na fazenda, o casamento, ainda menina, as perdas e nascimentos bem-sucedidos, muitas memórias foram acessadas. Seu neto de 12 anos não a deixa para nada, queria ficar com a avó, mas foi solicitado ir brincar com a equipe de apoio.

Dona Rosa conta que é muito feliz em ter sua casa e que contou com a ajuda das amigas da igreja para fazer o cadastro e foi sorteada por causa dos problemas de saúde que a tornaram parte do grupo prioritário. Fez questão de ser ouvida, disse que

gosta muito de contar suas histórias, mas nem sempre tem ouvintes disponíveis. Antes foi lido o TCLE e ela marcou as digitais, disse que se sentia importante em participar e que ajuda a cuidar das pessoas, reza para que elas fiquem boas, mas também disse que sabe o quanto é importante ir ao postinho de saúde, tratar com os remédios que os médicos passam. Em sua entrevista, em média de 48% de suas respostas estavam relacionadas à vida familiar; 20% relacionavam-se à Integração à realidade urbana; 20% relacionadas à referência religiosa e relacionado à luta por moradia 10% e apenas 2% relacionadas ao processo formativo.

7.a Processo Formativo: de origem rural, Dona Rosa não teve muito acesso à educação formal. Ao invés disso, passou muito tempo fazendo serviços domésticos e de plantação. Logo que chegou à cidade, suas preocupações mudaram, mas os estudos tiveram que ser colocados em segundo plano mais uma vez, com chegada de uma filha.

Não estudei, morava na roça [...] lá eu fazia assim, eu limpava, plantava mandioca, milho... É, o feijão... Ajudava o povo a fazer farinha... Né? Eu trabalhava. Cheguei aqui eu era custosa. Arrumei uma... Uma filha. Fui trabalhar, cuidar dela... (Entrevista D. Rosa, 18/10/2019).

7.b Luta pela Moradia: a questão da luta pela moradia na história de vida de Dona Rosa vem atrelada a mais uma complicação. Ela e seu marido ganharam a casa no sistema de habitação devido ao sério problema de saúde que possuem. Esse problema de saúde de Dona Rosa se complicou, a ponto de que coisas básicas no dia a dia não possam mais ser executadas no seu cotidiano, mesmo com o atual estado de remissão da doença.

Por causa da doença, fizeram nosso cadastro e ganhamos a casinha. Meu velho deu e passou para eu, a hanseníase. Aí eu fico desse jeito aí, ó. Desse jeito. Deu problema nos ossos. Agora nem sandália eu não posso calçar. Eu não dou conta de cuidar dele, que eu também sou doente. Deixo Deus cuidar de tudo que dá certo (Entrevista D. Rosa, 18/10/2019).

7.c Vida familiar: Dona Rosa luta contra o difícil quadro clínico do marido e o próprio. Aos 62 anos possui 5 filhos, tendo tido a primeira logo que se mudou para a cidade. Em média de 48% de suas respostas estavam relacionadas à vida familiar. Possui forte proximidade com seu filho, que a ajuda a se deslocar para o mercado, por exemplo. E até os dias atuais continua cuidando de seu marido.

Tomei remédio muitos anos. Da hanseníase. Graças a Deus eu sarei. O meu marido tomava o remédio da hanseníase e botava pinga, cerveja... Agora deu problema nos ossos. Ele não anda mais, ele [incompreensível] dos outros. Difícil (Entrevista D. Rosa, 18/10/2019).

7.d Integração à Realidade Urbana: mesmo com todas as dificuldades relatadas, Dona Rosa aparenta estar bem integrada à vida urbana, trabalhando, fazendo compras domésticas, pagando as contas da casa. Todavia, além de não ter conseguido prosseguir com sua educação, demonstra grande ligação à vida rural, principalmente no seu cuidado com a horta.

Eu trabalho dentro de casa. Doente, mas trabalho. Eu pego o dinheiro, compro as coisinhas aqui de casa...O meu filho me leva no mercado e eu compro. Pago a energia, pago a água e a luz. Faço compra ainda. Meu marido não pode ajudar, que ele tá tratando da doença. Que os... Que os gastos dele tudo é caro[...] Eu de vez em quando eu tenho um dinheirinho, que eu junto PET, junto latinha. Aí eu tenho um dinheirinho (Entrevista D. Rosa, 18/10/2019).

7. e. Valores Morais: os valores morais de Dona Rosa estão associados à religiosidade cristã. Mesmo com os problemas de saúde de seu marido e seus, não deixa de acreditar que Deus cuidará da situação. Apesar das dificuldades com sua própria saúde, Dona Rosa ainda executa o papel de cuidadora de seu marido, cuida da horta da comunidade, cuidou de seus filhos e ainda cuida da casa e luta como pode contra as dificuldades financeiras.

Eu trabalho dentro de casa. Doente, mas trabalho. Eu pego o dinheiro, compro as coisinhas aqui de casa...O meu filho me leva no mercado e eu compro. Pago a energia, pago a água e a luz. Faço compra ainda. Meu marido não pode ajudar, que ele tá tratando da doença. Que os... Que os gastos dele tudo é caro[...] (Entrevista D. Rosa, 18/10/2019).

É possível perceber que Dona Rosa ainda é muito ligada a suas raízes rurais. Em sua integração à cidade, não continuou sua educação, dando prioridade para a criação dos filhos. Nesse cenário seu gênero é determinante no papel de cuidadora que acredita precisar exercer e que a afastou e ainda afasta da possibilidade de estudo, visto que se antes era o cuidado dos filhos, atualmente é o cuidado do marido. Dona Rosa, em meio aos cuidados domésticos, trabalho e seu problema de saúde, ainda oferece seus conhecimentos e ajuda como possível na comunidade, cuidando da horta e compartilhando sua sabedoria popular.

4.2.8 Dona Dália

66 anos (5 filhos), conta que morou na fazenda até os trinta anos de idade. Casou-se cedo e se arrependeu muito, pois sofria maus tratos do marido; trabalhava na roça, serviço pesado, de sol a sol e sofria muitos perigos naquele ambiente, tais

como animais peçonhentos, além das agressões do marido, tinha que cuidar dos cinco filhos. Antes de morar no bairro atual, morou em muitas casas em bairros da periferia de Anápolis e conta que nunca teve condições de estudar.

Sobre ter perdido o marido, ela diz que embora seja triste, ela sentiu alívio, pois parou de sofrer violências domésticas. Sofreu e sofre muita escassez, em toda sua vida, cuida, atualmente dos netos, para sua filha poder trabalhar como operária no Distrito Agroindustrial de Anápolis. Essa filha foi quem fez o cadastro na Assistência Social para que ela fosse sorteada, pois não conseguia preencher os papéis. E a igreja que a informou do cadastramento; conta ainda como foi a sua luta, diz que foi muito complicado, pois, depois de ser sorteada, foi avisada que os papéis haviam sumido. Ela ameaçou chamar a imprensa e logo em seguida os papéis apareceram.

Depois do sorteio, a chave que ela pegou foi de uma casa com paredes e cerâmicas com rachaduras, ela reclamou, mas seu neto entrou no meio da conversa e atrapalhou, dizendo que estava boa. Mas com muito custo sua reclamação foi atendida e a equipe técnica do Programa Minha Casa Minha Vida consertou o que estava estragado. Em seguida, seu neto tentou tirar a casa de seu poder, mas foi atendida pela equipe do PMCMV, que a defendeu, informando que a casa estava em seu nome, ninguém tirava.

Considerada pastora no grupo de mulheres da Associação de Bairros, por ser muito religiosa, na Igreja Assembleia de Deus, nas reuniões do grupo de mulheres, conta como foi sua vitória e faz orações nas casas para ajudar as famílias do bairro e outras pessoas a acreditarem que podem conseguir realizar os sonhos, porque Deus abençoa e ela sempre diz: 'Glória a Deus!'.

Em sua entrevista, em média de 30% de suas respostas estavam relacionadas à vida familiar; 30% relacionavam-se à Integração à realidade urbana; 24% relacionadas à luta por moradia; 10% relacionadas à referência religiosa e apenas 6% ao processo formativo, por 49 vezes, mencionou sua casa; filhos 22; bairro 26; Deus 28 vezes.

8.a Processo Formativo: Dona Dália não teve acesso algum a educação, uma vez que na área em que moravam não possuía colégio. Ao invés disso, dona Dália começou a trabalhar bem cedo em obras e capinando mato. Casou-se cedo e se arrependeu muito, pois sofria maus tratos do marido, trabalhava na roça, serviço pesado, de sol a sol e sofria muitos perigos naquele ambiente, tais como animais

peçonhentos, além da violência doméstica, tinha que cuidar da casa e dos cinco filhos.

Nós morávamos a metade da vida na roça e lá não tinha colégio, nós fomos criado trabalhando em obra...não estudamos. Trabalhavam demais. Porque não tem estudo para arruma emprego bom para eles nem nada, né? É no cabo da enxada, no cabo da foice, é daqui e dali, é mexendo no mato, carregando. Mato... (Entrevista D. Dália, 18/10/2019).

8.b Luta pela Moradia: Dona Dália passou os primeiros trinta anos de sua vida em ambiente rural e antes de morar no bairro atual, morou em muitas casas em bairros da periferia de Anápolis. Sua luta pela moradia própria contou com uma forte rede de apoio. Sua filha que fez seu cadastro na Assistência Social para que ela fosse sorteada e a igreja que a informou do cadastramento. Mesmo com muita dificuldade, burocracia desorganizada, papéis perdidos e familiares interferindo em suas decisões, dona Dália conseguiu sua casa. Casa esta que teve problemas estruturais que só foram resolvidos tempos depois.

Com a Assistente Social fez o cadastramento e fiquei esperando, né? Aí arrumou tudo os papeis e deixou lá, aí quando foi, daqui a pouco nós fomos lá na 'praça', lá na *Praça de Avião*, estava lá a placona cheinha com o nome das pessoas, né? Aí fui lá mais minha menina, essa que mora no Filóstro, comigo, aí quando a menina olhou "lá em cima, lá, Ó lá, mãe, o nome da senhora tá lá na placa." Falei: "Ó, glória a Deus! Graças a Deus está na 'placa'," E isso deu um boró, para eu ter essa casinha, minha filha do céu! Os papéis no dia sumiram, e a minha menina começou a brigar porque ela viu um nome lá na placa lá, e os papeis lá de dentro sumiram... e virou aquele trem, sabe? Aí a menina passou apertado demais, sabe? a que estava lá falou "não, dona menina, não fica nervosa não, é porque o Secretário pegou um bucado de papel aqui, levou pra Brasília, ela disse que o dela está no meio. "Então vô esperar, se não esperar vou fazer a entrevista bem aqui dentro. Vou chama o *Balanço Geral* e faze entrevista tudo aqui." Aí quando eu estou com meu celular, tocou, meu celular. Vô atender era lá, falou "ó, os papeis da senhora apareceu, estavam lá em Brasília, está aqui. O cartão da senhora está tudo aqui da casinha, e a senhora vem logo para poder pegar a chave da casinha da senhora." Falei "então bom." a gente pegou o carro, veio aqui, e veio embora para ir. Aí fiquei lá, aquele tanto de gente na fila, cheião e o carro de som "gente", aí minha menina "ah, chamou todo mundo e não chamou a senhora." Aí na hora que ela saiu lá fora para fuma um cigarro chamou meu nome lá. Era para mim levar a identidade, aí eu fui lá, levei a identidade, confirmo tudo, né? Aí falo "pode tocá a mão na caixinha e tirar a chave." Aí eu toquei a mão na caixinha e tirei a chave. E era a minha chave mesmo, da casa. Mas só que não eu dei muita sorte nessa casa, sabe por quê? Cheguei o piso tudo rachado, as paredes de fora rachada. Eu falei para o homem da prefeitura assim "num vô querre essa casa não. Você não tem jeito de troca essa casa comigo, não?" ele olhou o piso e falou assim "sabe por que, esse motivo aí? Isso aí é porque é a primeira casa que o povo fez, é por isso que tá acabada desse jeito, rachado o piso... (Entrevista D. Dália, 18/10/2019).

8.c Vida familiar: Dona Dália é uma viúva com 5 filhos, com uma rede de apoio forte, que conta com a igreja e sua família. Tem boas memórias de sua mãe. Mas com seu

neto tem dificuldades relacionais. Seu neto tentou inclusive tomar o controle da casa que ela foi contemplada e forçá-la a morar com a filha em outro lugar. Com a tentativa de seu neto de tirar a casa de seu poder, Dona Dália foi atendida pela equipe do PMCMV, que a defendeu, informando que a casa estava em seu nome, ninguém tirava. Também sofreu violência doméstica do marido, hoje já falecido.

Tenho 5 filhos e sou viúva, meus filhos e minha igreja me cadastraram e fui sorteada. A minha mãe era boa pessoa, trabalhadeira também... até falei com ele 'tadim', minha mãe e meu pai [...], Mas o neto vai atrapalhar... Achando que a casa era para ele. O homem até falou para ele "Uai, essa casa é sua ou da sua vó?" "Não, é da minha vó" Falei "Então ela é que tem direito de escolher. Não é você não". "Ah, mas aqui está, só para ela sozinha tá bom demais, e não sei o quê. Me dá a chave, me dá a chave". Ele foi lá e deu a chave. O homem viu como é que ele estava, pegou e me entregou. "Não vou entregar nem para você, vou entregar é para sua vó, que foi ela que foi sorteada. Está tudo nos papéis está tudo no nome dela". Ele pegou e me entregou a chave. E ele querendo ir morar ali, porque mora... Estava trabalhando no DAIA. Aqui é pertinho. Ele queria me jogar eu lá para casa da mãe dele no Filóstro. E ele vim para aqui com a mulher, para morar aí. Mas só que não é... Não teve boquinha para ele não. "Vai ficar lá mesmo. Vai ficar lá mesmo né?" Desse tamanho! (Entrevista D. Dália, 18/10/2019).

8.d Integração à Realidade Urbana: se por um lado observa-se que Dona Dália conta com uma rede de apoio forte, que tem integração da igreja e de sua família, por outro, observa-se uma ausência de relatos envolvendo uma integração com elementos da cidade além do meio familiar e religioso. Dona Dália é considerada pastora no grupo de mulheres da Associação de Bairros, por ser muito religiosa, na Igreja Assembleia de Deus, nas reuniões do grupo de mulheres.

Falei "então vamos troca... por outra." E meu neto no meio "essa daqui tá boa, essa daqui tá boa." Virou aquela coisa e deu até vontade de dá uns tapas na cara dele, meu neto. Aí "Deixa essa casa mesmo. Aí agora depois, que de tanto reclama, eles foi lá e pôs cerâmica. Que só tinha no banheirinho e perto da pia né? Que tinha cerâmica. O resto era piso... Sem nada. Aí chegou com a cerâmica e colocou. Aí o muro fui eu mesma que fiz. Eu e o meu menino que mora juntou, comprou o material tudo e fez o muro. Botou portão, comprei o portão (Entrevista D. Dália, 18/10/2019).

8.e Valores Morais: Dona Dália tem seus valores morais respaldados na tradição cristã evangélica que a cerca. Considerada pastora no grupo de mulheres da Associação de Bairros, por ser muito religiosa, na Igreja Assembleia de Deus, nas reuniões do grupo de mulheres, conta como foi sua vitória e faz orações nas casas para ajudar as famílias do bairro e outras pessoas a acreditarem que podem conseguir realizar os sonhos, porque Deus abençoa e ela sempre diz: 'Glória a Deus!'.

Sou da Assembleia de Deus...trabalhava na roça, tratando de porco, tratando de galinha, e era um pescando no rio pra leva o peixe pra comer, pra dentro de casa, era assim... que fazia. Mas não ficava ninguém parado. Minha mãe só ficava só fazendo comida, fazendo coisa todo dia. (Entrevista D. Dália, 18/10/2019).

Seu papel como cuidadora é bem definido, mesmo tendo cuidado de seus cinco filhos, ainda cuida de seus netos. Nota-se certa submissão, principalmente quando relata sobre seu convívio com seu marido, mesmo tendo enfrentado um longo período de violência doméstica ainda destaca sua tristeza, mesmo que com inegável alívio, pela morte do marido. Talvez por seu gênero, foi vista como facilmente submetida, seja pelo seu marido, seja pelo seu filho ou neto. Todavia, mesmo diante de tantas dificuldades foi capaz de persistir. Resistência é a palavra que marca sua trajetória. Mesmo sem conseguir seu direito à educação, pôde ver a concretização de seu direito a moradia, através da conquista de sua casa própria.

4.2.9 Dona Crisântemo

51 anos (casal de filhos), também morou grande parte de sua vida na fazenda, onde os pais trabalhavam. Eles não estudaram e tiveram 8 filhos, todos cresceram trabalhando na roça e com pouco lazer, passaram muitas necessidades, mas todos estudaram. Aos 15 anos, Crisântemo começou a trabalhar nas casas de família e ter o mínimo para suas necessidades básicas. Terminou o Ensino Médio e fez Técnico em Magistério, deu aula na alfabetização para crianças e adultos, também trabalhou com EJA, mas nunca prestou concurso e logo foi perdendo espaço no meio escolar.

Casou-se e sofreu muitas formas de violência, teve um casal de filhos, sendo que a filha também sofreu abusos, ainda na infância, o que ocasionou grandes transtornos, situações jurídicas, desacordos e separação. O filho teve problemas no nascimento, o que lhe ocasionou sérias lesões e atualmente necessita de cuidados especiais. Durante toda a vida, a mãe teve que se desdobrar entre os cuidados com a família, a dinâmica tóxica do casamento e a busca por uma forma de libertação, fazia cursos para se preparar para o mercado de trabalho, mas era impedida pelo ciúme do esposo, de trabalhar fora; fazia artesanato para sustentar as necessidades materiais dos filhos.

A casa significa para ela a libertação, a alforria, como ela mesma diz. Assim que soube que tinha sido sorteada, saiu de casa com os filhos e não mais dependeu do marido. Ter um lar para cuidar de sua prole e viver sua vida, deu-lhe força para

encarar qualquer desafio, um poder que ela não entende de onde veio. Em sua entrevista, em média de 42% de suas respostas estavam relacionadas à vida familiar; 38% relacionadas à luta por moradia; 17% relacionavam-se ao processo formativo e 3% dividido entre à Integração à realidade urbana e à referência religiosa. Por vezes, utilizou repetidamente algumas palavras, como 94 vezes casa/lar; 46 Educação/Escola; 68 filhos; 38 pai; mãe 34; 26 marido. Dona Crisântemo ainda sonha fazer uma faculdade, mesmo quando tem que cuidar do filho caçula que necessita de cuidados especiais, da filha que já sofreu violência na infância e depende da sua presença, e do marido desempregado. A família vive dos ganhos de suas costuras e ela ainda se dedica aos afazeres da Associação de Moradores em tempos livres:

Meus filhos estudam [...] minha casa... Minha carta de alforria." Eu falei "Agora eu vou embora daqui." Eu só tinha aquilo em mente, "Eu vou pegar os meus filhos e vou embora dessa chácara". [...] eu era muito caseira, deixava de sair, deixava de viajar, deixava de fazer muita coisa. Eu tinha muita oportunidade de sair e não saía porque tinha medo de sair e receber uma notícia ruim. [...] Eu fiz cursos de salão, eu fiz cursos de artesanato... Hoje assim, eu sei fazer muita coisa graças à minha mãe. O que eu passo para minha filha hoje, igual fazer um tricô, fazer um bordado, costurar... Eu comecei a aprender com a minha mãe. E naquela época eles aprendiam por causa da necessidade. Porque não tinha curso igual a gente tem hoje. Hoje eu fiz curso de salão, cheguei a montar um salãozinho, mas eu vi que não era aquilo que eu queria, que eu gostava. Aí eu fiz o curso de costura. Eu falei "Eu gosto disso" Aí, eu via a minha mãe costurar e eu era muito curiosa, e fui aprendendo com ela, lá não tinha faculdade, meu pai não tinha condição de pagar uma faculdade para nós, é... Eu cheguei até a lecionar, com esse magistério lá. Uma professora ganhou neném e eles me chamaram para substituir ela. E aí, ela dava aula paro quarto ano de dia, e a noite ela lecionava pros... Aquele, é... Adulto. Aquela sala que tinha, igual tem hoje né? Hoje tem o EJA né? E antigamente não era EJA, mas era uma sala especial pra idosos, pessoas que não, é... Eu cheguei a lecionar também pra eles, e acabei ficando uns dois anos na escola. Aí depois, foi tendo os concursos públicos e a gente já não tinha mais, sabe? Não tinha mais prioridade ali. Então... Aí, mas eu sempre tive vontade de fazer uma faculdade sabe? Sempre tive. Aí foi vindo os filhos, foi vindo a idade... Eu desisti, de estudar sabe? Eu acho assim, o que eu sei hoje já dá pra eu sobreviver. Com muita dificuldade, mas dá para sobreviver (Entrevista D. Crisântemo, 19/10/2019).

9.a Processo Formativo: Dona Crisântemo tem origem rural e seus pais não tiveram muito acesso à educação, porém, ela terminou o ensino médio e o ensino técnico em magistério. Com pouca oportunidade de lazer e muitas dificuldades financeiras, começou a trabalhar fora aos quinze anos. O casamento e as dificuldades enfrentadas na criação dos filhos mantiveram sua vontade de continuar seus estudos em hiato. Todavia, o que mais corroborou para essa situação foi o machismo do marido, que além de submetê-la a toda sorte de violência, ainda a proibiu de estudar:

Eu estudei, na realidade, a minha vida toda lá em São Luís do Norte. A escola também era bem longinha sabe? [...] Eles falavam. Falava “Olha, vocês podem não se formar, mas aprender a ler e escrever...” Meu pai, ele trabalhou na roça, no cabo da enxada. Minha mãe fazia bolo pra vender na rua, pra nós estudar. Porque o meu pai não escrevia nem lia, sabe? Só a minha mãe. Minha mãe fez até o quarto ano. E aí a gente estudou. Eu cresci, logo comecei a trabalhar assim, de babá, olhar uma criança em casa, ganhava um extra [...] eu tinha uns quinze anos, dezesseis anos. Já comecei a trabalhar fora. [...]Eu fiz o magistério... Então eu acabei fazendo dois segundos graus completos...Eu cheguei até a lecionar (Entrevista D. Crisântemo, 19/10/2019).

9.b Luta pela Moradia: morou com a família na fazenda até seu casamento. A vida doméstica intolerável não foi suficiente para que enfrentasse a incerteza de um futuro sem moradia, assim, apenas quando foi sorteada e finalmente conquistou a casa própria pôde se libertar e aos seus filhos de todo o sofrimento e miséria que a relação causava. O direito à moradia também significou uma inserção na comunidade do bairro. Assim, ao observar as dificuldades diárias, Dona Crisântemo se juntou a outros moradores na busca por transporte escolar para as crianças que estudavam no colégio da região.

Vamos fazer um abaixo-assinado pra nós conseguir uns ônibus escolares aqui pro Leblon”. E tudo começou com a gente. E mais ele andando aí, de porta em porta, batendo pra fazer um abaixo-assinado. Aí eu consegui um ônibus, para os estudantes. Só que não levava os meus, porque os meus estudavam no Ester, e só levava pra escola do galpão, do... Eles falam galpão. Esqueci o nome da escola lá. Que fica atrás. Aí meus filhos ainda ficou um ano indo para escola a pé e voltando. E nisso eu tinha que fazer quatro viagens, porque eu tinha que levar... E eu tinha que levar, buscar, os dois estudavam de manhã. Depois eu tinha que levar eles no Mais Educação [...] perguntando ao pessoal onde eles queriam o local pra esses cursos estar acontecendo, todo mundo preferiu atrás da escolinha. Do CMEI. Que fica mais próximo pra todo mundo né? Fica bem no meio. É, mas dizem que ali é pra isso. Era pra fazer esse galpão (Entrevista D. Crisântemo, 19/10/2019).

9.c Vida familiar: Dona Crisântemo foi criada com mais sete irmãos; seus pais tiveram muita dificuldade na criação deles, por causa das dificuldades econômicas, ainda assim Dona Crisântemo foi capaz de concluir o ensino médio e o curso técnico. Fez muitos cursos diferentes com incentivo materno, porém sua carreira de escolha se baseia em memórias da infância, quando via a mãe bordar e costurar. Sua vida familiar após o casamento foi conturbada, seu marido era adepto ao adultério, além de praticar violência moral contra Dona Crisântemo. Ela sofreu diversos abortos, mas foi capaz de gerar um casal de filhos. A primogênita nasceu sem dificuldades, todavia o nascimento do filho foi árduo, vítima de um sistema precário, sentindo cólicas e contrações se dirigiu ao médico, uma distância de 20 km de sua casa, lá foi informada

de que ainda não estava na hora do parto e, ao invés de ser internada ou ficar sob observação, foi mandada de volta para casa. Se não tivesse retornado ao hospital urgentemente na manhã seguinte teria perdido o bebê, como o próprio médico confirmou.

Ele não me agredia fisicamente, mas com palavras né? Porque ele bebia. ele passava a noite fora de casa e chegava 8h da manhã, assim, você sabia que ele tava com outras mulheres porque tinha até batom na roupa dele. então aquilo a gente foi perdendo né, aquela coisa que você sente, que eu nem sei se era amor, porque foi praticamente o meu primeiro relacionamento sério mesmo foi com ele. Aí eu tive a Ana Júlia né? Com 37 anos que eu vim a ter ela, com 37, nesse intervalo eu tive mais um aborto, porque eu tinha dificuldade pra segurar. E aí depois desse aborto eu engravidei de novo sem estar preparada também. Que eu tive uma gravidez meio complicada, com muito muito repouso, aí eu tive uma gravidez tranquila, aí no último mês eu senti que tinha alguma coisa errada, você entende? Ele era aquele tipo de bebê assim que mexia muito pouco. Então eu fui ficando preocupada com aquilo, sabe, no nono mês. Eu morava em chácara né? Aqui em Anápolis. Aí quando eu cheguei no hospital já tinha até dilatado uns 6 cm. Chegando lá, foi na Santa Casa de misericórdia ainda, chegando lá, a gente, cheguei lá e eles me deram uma injeção pra dor, que eu tava sentindo muita cólica, e falaram que não tava na hora e tal e tal, aí a gente não tem aquele conhecimento, aí eu voltei pra casa, 20 e poucos km né? Da cidade onde eu morava. Aí eu passei a noite toda né? Passando mal passando mal, e aí quando foi no outro dia de manhã a dor foi apertando e sangrando né? Aí eu voltei pro hospital, aí cheguei lá, aí nasceu com falta de oxigênio, por causa que ele passou da hora de nascer, ele tinha que ter nascido na sexta, no dia que eu cheguei, ele veio nascer no domingo. Praticamente, o médico disse que de passasse ali poucas horas ele ia nascer morto (Entrevista D. Crisântemo, 19/10/2019).

9.d Integração à Realidade Urbana: embora Dona Crisântemo tenha vivido seus anos formativos em ambiente rural, foi capaz de continuar sua educação até o curso técnico, tendo até lecionado algumas turmas antes do requerimento de concurso. Ela fez diversos cursos e incentivou seus filhos a aproveitarem ao máximo as oportunidades disponibilizadas pela vida urbana. As dificuldades financeiras não a impediram de procurar oportunidades e aproveitar ao máximo quando elas surgem. Todavia, ela e seus filhos ainda ficam mais limitados às regiões mais próximas a sua comunidade devido à dificuldade de locomoção.

Um curso de costura, eu fiz lá. Eu fiz um curso de bordado de pano de prato também lá. E eu fazia zumba. Fiz zumba lá um ano, também. Eu sempre aproveitei essas coisas assim, que teve em volta. Que dava pra mim ir com a bicicleta, entendeu? A pé... Os meus meninos também, fez computação lá, começou a fazer futebol também lá. Sabe? Eu sempre assim, tava ali presente nas coisas. Hoje eu tô mais afastada, porque ele agora faz o AIE de tarde e estuda de manhã. De manhã o AIE e a tarde ele estuda. Então já... ela chega muito tarde também, ela estuda no centro, e... Mas a... Mas assim, eu sempre que tenho oportunidade, dá pra gente... Sabe? Aproveitar, a gente aproveita (Entrevista D. Crisântemo, 19/10/2019).

9.e Valores Morais: Dona Crisântemo lutou e ainda luta muito pela família; aguentou anos em um relacionamento abusivo buscando evitar uma situação ainda mais precária. Todavia, no apoio familiar foi capaz de subsistir durante os momentos mais precários após sua separação, dependendo da ajuda dos irmãos para alimentar sua família e a si mesma. Além de toda a resistência e força de caráter ainda demonstra grande capacidade de altruísmo, já que Dona Crisântemo ainda colabora como pode na associação de moradores do bairro. Dona Crisântemo teve uma vida muito dura, sempre batalhou com as dificuldades financeiras. Contudo, a casa própria surgiu como símbolo de sua emancipação, tornando-a capaz de se libertar desse relacionamento. Preza muito pelo cuidado de sua família, especialmente do filho mais novo que nasceu necessitando de cuidados especiais, e ainda colabora como pode na comunidade inserida. Embora considere a casa própria como sua “carta de alforria”, é certo que passou e ainda passa muitas dificuldades por causa de seu marido, principalmente pela falta de contribuição financeira dele no suprimento das necessidades básicas dos filhos, como conta:

Eu perdi peso demais, todo mundo pensou que eu estava até doente, porque eu acho que eu perdi uns quinze quilos. Com essa ‘andação’, sofrimento, ele ficou três meses sem pagar a pensão. Meus meninos não passaram fome porque os meus irmãos me ajudaram sabe? Porque eu dependia de cesta básica (Entrevista D. Crisântemo, 19/10/2019).

4.2.10 Dona Papoula

30 anos (três filhas), ela ainda era criança, tinha 8 anos de idade, quando sua mãe a internou em orfanato, junto ao irmão, pois sua família acreditava que não poderiam criá-los ou educá-los. Ela e o irmão moraram no orfanato por 2 anos, depois que a mãe negou colocar os filhos na escola como castigo por serem traquinas, quando a instituição foi fechada pela justiça, ela foi morar nas ruas, onde acabou se envolvendo com gangues, drogas, violências, prostituição. Também foi na rua que conheceu seu esposo, que a protegia dos demais do grupo de pessoas sem teto.

Logo tiveram as filhas e a mãe do rapaz os abrigou por um tempo. Logo a família cresceu ainda mais e o convívio com a sogra ficou impossível. *Dona Papoula* passou a sustentar a família catando reciclados, quando saiu a inscrição para o sorteio da casa própria, a sogra foi quem a ajudou preencher a ficha de inscrição; ela ficou muito feliz em ser contemplada. Hoje ela reúne sua experiência da rua para educar as 3 filhas e ajudar na Associação de moradores do bairro, onde pretende desenvolver um projeto de cooperativa de reciclados para beneficiar outras mulheres.

Em sua entrevista, em média de 44% de suas respostas estavam relacionadas à vida familiar; 17% à referência religiosa; 17% à Integração à realidade urbana; 15% relacionadas à luta por moradia; e 7% relacionavam-se ao processo formativo: citou por 33 vezes casa; 27 rua; mãe 26; filhas 25; 22 irmão; 14 pai; 14 marido; drogas 22; trabalho 17; Deus 37. Alguns trechos da entrevista que melhor ilustram sua trajetória de vida:

Eu comecei a usar droga com doze anos. Porque meu irmão e minha irmã já usavam. Aí eu experimentei, viquei, aí eu pensava assim, para eu não passar vergonha na família era melhor eu ficar na rua. Que aí ninguém ia saber da minha vida, que eu tava fazendo, como eram os meus atos. Hoje eu falo que minha mãe para mim ela não me conhece direito. Ela não sabe muito bem do meu passado, lá de Brasília ela não sabe. Ela sabe depois que eu voltei para casa. Ai lá eu fiquei seis anos lá [...] como é que eu conseguia? Ah, com o pessoal. Eu pedia também, roubar não roubava não, eu pedia, eu peço até hoje. Quando eu estou no sufoco, eu não tenho vergonha de pedir uma sacola e bater na porta dos outros e falar “eu estou passando necessidade, gostaria de saber se você poderia me ajudar com qualquer tipo de alimento para eu comer porque eu tenho três filhas e eu estou passando necessidade, e aí muita gente me ajuda, graças a Deus. Eu queria que elas fossem melhores do que eu, pelo menos em estudo. [...], Mas eu queria que Deus mudasse a minha vida para mim poder mudar a vida das minhas filhas. Para que elas pudessem contar outra história. Por que eu também fui mulher de programa ne? Eu também entrei na prostituição [...] O bairro? Então... Assim, não era muito bem o que eu esperava não, mas eu falei pra Deus que onde ele me desse a minha casa é onde que eu ia ficar e, Deus me deu aqui, então, é aqui que eu tenho que me acostumar. Né? Que é longe dos meus parentes, eu não tenho parente aqui não, aqui meu parente é eu, meu marido e sogra (Entrevista D. Papoula, 18/10/2019).

10.a Processo Formativo: o processo formativo de Dona Papoula perpassa o abandono e a negligência desde sua infância. A ausência do grupo familiar e a decepção com o orfanato, seguido pela presença de drogas entre os irmãos; logo, a rua seria a melhor saída para viver o vício já desenvolvido. Pode-se observar que sua trajetória de vida é marcada por traumas, abusos, desamparo e ausência dos direitos sociais. Sua infância perdida para os vícios e desamparo. Hoje sabe ler e escrever, utiliza a internet do celular e administra a reciclagem. Formou uma família e contou com o apoio da sogra para inscrever no programa de moradia social, atualmente conta com o apoio da comunidade para cuidar de sua família.

Eu tinha 9 e estava quase completando 10 anos. E aí eu fui para lá, nós ficamos um ano lá, e aí eu e meu irmão gostou porque nós estudávamos, nos tinha as nossas regras. Para comer tinha regras, para você lanchar de tarde se você não ajudasse a cavar o buraco da piscina você não, porque ele ia por piscina lá para nós. Para gente ter um lazer a mais. Porque pra mim e para as meninas ele era um bom homem, só que ele foi acusado de estupro [...] não, não tinha mais vontade não. Porque quando eu saí do orfanato eu falei para minha mãe: “mãe eu quero voltar pra escola, a senhora me põe na escola?” [...] esse foi o castigo que ela deu para nós, um ano. Aí, como o dono

do orfanato não queria que a gente fosse embora, aí ele veio e buscou a gente e aí a gente ficou mais meio ano. Aí o meu irmão falou “eu não vou ficar mais”. Aí eu falei “mas eu vou”. [...] Eu e meu irmão pedimos para sair da escola, ficamos 2 anos em orfanato. “Eu fui para a escola, mas para mim é como se fosse nada” (Entrevista D. Papoula, 18/10/2019).

10.b Luta pela Moradia: a luta por moradia por moradia de Dona Papoula perpassa o abrigo de órfãos e a vida nas ruas; sua família, como ela mesma diz, não a conhece, pouco souberam de como foi sua vida. A moradia temporária na casa da sogra favoreceu ao processo de socialização com o espaço familiar. Também foi esse grupo que cooperou para que ela conseguisse conquistar a casa própria por meio do programa social.

Eu tinha fé que iria ganhar essa casa. Eu creio que quem me tirou da rua só foi Deus. Porque eu nunca passei por uma clínica. Igual eu estava falando para o meu marido “eu fiz quase tudo que você fez, e sai sem precisar passar por uma clínica”. [...] Graças a deus eu tenho a minha casa, meu conforto, meu lar, o lar das minhas filhas, um bem que vai ficar para elas. Não pretendo vender nunca, se deus quiser, eu pretendo um dia eu ficar rica, não sei como. Eu não sei, mas um dia deus vai me dar condição de não vender a minha casa, mas sim de fazer um palácio delas Eu pretendo um dia eu ficar rica, não sei como. Eu não sei, mas um dia deus vai me dar condição de não vender a minha casa (Entrevista D. Papoula, 18/10/2019).

10.c Vida familiar: a vida familiar de Dona Papoula é marcada pela negligência. Durante sua infância, ela teve como família, grupos de pessoas desconhecidas que moravam nas ruas. A ausência de pertença fez com que ela buscasse proteção e apoio em diferentes grupos, convivendo com completos estranhos como se fossem familiares. Logo casou-se e passou a cuidar de suas filhas por meio das reciclagens que ela encontrava e vendia para ter acesso à remuneração econômica mínima para suprir suas necessidades.

Minhas filhas estudam, mas estão com notas ruins...meu marido estudou igual a mim mesma. [...] Fui morar na rua com 13 anos de idade. [...] Eu comecei a usar droga com doze anos. Porque meu irmão e minha irmã já usavam. Aí eu experimentei, viquei, aí eu pensava assim, para eu não passar vergonha na família era melhor eu ficar na rua. Que aí ninguém ia saber da minha vida, que eu estava fazendo, como eram os meus atos. Hoje eu falo que minha mãe para mim ela não me conhece direito. Ela não sabe muito bem do meu passado, lá de Brasília ela não sabe. Ela sabe depois que eu voltei para casa (Entrevista D. Papoula, 18/10/2019).

10.d Integração à Realidade Urbana: a integração à vida urbana, mesmo que de modo destorcido, começa com o amigo que a leva, de carona, para Brasília, ali aprende a mentir, negociar, prostituir e pedir para ter suas necessidades atendidas, como drogas e comida. Aprendeu a identificar o perfil de pessoas e controlar a afeição,

conseguindo lar temporário e apoio para sair das drogas. Mas somente com a maternidade ela se posiciona e busca reciclar os restos da sociedade industrial para transformar seu trabalho em suprimento de necessidades.

Eu pedia, eu pedia também, roubar não roubava não, eu pedia, eu peço até hoje. Quando eu estou no sufoco, eu não tenho vergonha de pedir uma sacola e bater na porta dos outros e falar “eu estou passando necessidade, gostaria de saber se você poderia me ajudar com qualquer tipo de alimento pra eu comer porque eu tenho três filhas e eu to passando necessidade, e aí muita gente me ajuda, graças a Deus (Entrevista D. Papoula, 18/10/2019).

10.e Valores Morais: sua visão de mundo está repleta de valores morais de discurso da teologia da prosperidade, no entanto, questões como normalização da prostituição e do uso de drogas, muito presente na sua vida, não serve para suas filhas. Ela busca uma realidade melhor, acredita na educação para uma melhor qualidade de vida e cobra isso das filhas. Também ela apresenta um discurso contrário ao roubo, respeita a propriedade privada e tenta tirar o marido das drogas.

Porque eu nunca passei por uma clínica. Igual eu tava falando pro meu marido “eu fiz quase tudo que você fez, e sai sem precisar passar por uma clínica”. Eu saí porque eu quis, porque eu tive vontade própria, porque Deus abençoava a vida do meu irmão, então se ele abençoava a vida dele, por que ele não abençoa a minha? Então eu comecei a pedir pra Deus, so que eu pedia, mas eu praticava. Um certo dia eu fui e contei pra minha mãe, falei que eu não queria mais, que eu queria parar, porque senão eu ia morrer no crack (Entrevista D. Papoula, 18/10/2019).

Dona Papoula não teve apoio familiar em sua infância, a ausência da figura paterna e da lei em casa, permitia que ela vivesse uma vida sem regras, o que era diferente no orfanato. No entanto, o orfanato foi sua maior decepção, pois a figura paterna que ela tinha, o dono do instituto, foi preso por crimes contra a honra das crianças. Provavelmente nesse momento seu pequeno mundo desabou, desde essa decepção, tudo mais poderia acontecer. A sua casa ou família não fazia sentido. No entanto, ela não queria que soubessem que ela usava drogas. Mentiu por vezes que estava trabalhando, ainda criança, mas os responsáveis nunca foram confirmar onde essa criança passava o dia inteiro e só retornava no final da tarde. Quando saiu de casa, ninguém foi atrás; a sua fala revela uma passividade em meio à notícia de fuga para a capital federal, ninguém foi à polícia, não conta sobre presença de Conselho Tutelar ou Justiça da Infância, mesmo do Ministério Público, uma vez que já era vítima de situação muito grave contra sua infância, ao ponto de fecharem o orfanato.

Também, o descaso contra o apoio social; não apresenta na narrativa, informações sobre Serviço Social ou psicologia. Todo esse conjunto de ausência, construiu a pessoa em vulnerabilidade, que veio a ser minimamente reparada por meio das Políticas Públicas de moradia social. Desse modo, ela afirma que o bairro não é, ainda, o que ela esperava, mas ela luta e se posiciona, por meio da Associação de moradores, em busca de melhorias para o bairro, e, em meio às sobras dessa sociedade, ela aprendeu retirar o seu sustento e sonhar com uma cooperativa para o seu benefício, benefício da sua família e da sua comunidade.

4.3 O processo formativo, como a educação escolar e os movimentos sociais

Nesta seção pretende-se estabelecer uma análise do processo formativo, no que diz respeito à educação escolar e os movimentos sociais. Essa temática remete ao pensamento de Bourdieu (2001), que chamou de escola dos subproletários a precariedade do sistema público de ensino. Seja no âmbito estadual ou municipal, que pouco favorece os conjuntos habitacionais abandonados pelas políticas públicas do Estado, deixando as pessoas à própria sorte, sem serviços de saúde, emprego, transporte, alocadas em seus dramas e esperanças de que os estudos poderiam lhes dar uma vida melhor. As pessoas são desfavorecidas do ponto de vista econômico e cultural, vivem inúmeros problemas de ordem familiar que as impedem de concluir os estudos ou ter uma formação educacional formal no tempo devido, restando-lhes as dinâmicas da vida para se construírem como sujeitos de ação sobre a própria história.

Entende-se que essas mulheres têm dificuldade de superar suas dinâmicas familiares e tomarem as rédeas do seu processo formativo, enfrentando o exercício da Educação formal. No entanto, a ausência de serviços por parte do Estado, a dificuldade de acesso aos direitos, construíram nelas uma marca para reconhecer a falta. Superando as realidades familiares, enfrentando a inserção urbana e conseguindo uma forma de compreender esse contexto social, seus direitos, elas passam a lutar e ao alcançar a casa própria. Tornaram-se líderes mediante as necessidades, acolhem, mediante a longa trajetória de abandono, compartilham mediante as carências do mínimo para subsistirem. E assim elas formam redes de apoio, onde informam uma às outras de seus direitos, com base em suas experiências de vida.

Além das dinâmicas de violência doméstica que elas enfrentam, um respaldo

na Lei 14.164/2021, que altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996) para incluir conteúdo sobre prevenção da violência contra a mulher nos currículos da Educação Básica, instituindo a Semana de Combate à Violência Contra a Mulher:

Art. 1º § 9º Conteúdos relativos aos direitos humanos e à prevenção de todas as formas de violência contra a criança, o adolescente e a mulher serão incluídos, como temas transversais, nos currículos de que trata o caput deste artigo, observadas as diretrizes da legislação correspondente e a produção e distribuição de material didático adequado a cada nível de ensino.

Art. 2º Fica instituída a Semana Escolar de Combate à Violência contra a Mulher, a ser realizada anualmente, no mês de março, em todas as instituições públicas e privadas de ensino da educação básica, com os seguintes objetivos:

I - contribuir para o conhecimento das disposições da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha);

II - Impulsionar a reflexão crítica entre estudantes, profissionais da educação e comunidade escolar sobre a prevenção e o combate à violência contra a mulher;

III - integrar a comunidade escolar no desenvolvimento de estratégias para o enfrentamento das diversas formas de violência, notadamente contra a mulher;

IV - Abordar os mecanismos de assistência à mulher em situação de violência doméstica e familiar, seus instrumentos protetivos e os meios para o registro de denúncias;

V - Capacitar educadores e conscientizar a comunidade sobre violência nas relações afetivas;

VI - Promover a igualdade entre homens e mulheres, de modo a prevenir e a coibir a violência contra a mulher; e

VII - promover a produção e a distribuição de materiais educativos relativos ao combate da violência contra a mulher nas instituições de ensino (Lei 14 164/2021).

De acordo como Prá e Cegatti (2016), em *Gênero, educação das mulheres e feminização do magistério no ensino básico*, ocorre uma predominância de mulheres no exercício docente, em consequência de uma construção histórica da sobre a conquista da educação feminina e seus desdobramentos no mapa da feminização do magistério básico, o que envolve a dicotomia entre público e privado na perspectiva de gênero. Resultado de séculos de luta pelo direito à educação, por mulheres, mais que isso, na atualidade elas lideram esse espaço e deve utilizá-lo e favor de novas conquistas e direitos para toda a sociedade. A legislação de proteção às mulheres deve ser ensinada na escola. A escola não pode ser mais omissa; deve cumprir seu papel de transformação social e mobilizar lutas pela conscientização sobre a temática.

Elas lutam com garra e força por direitos que são seus e que elas demoraram a descobrir, mas que uma vez sabendo, lutam para que outras famílias o tenham.

Suas lideranças foram construídas em meio às necessidades, conforme aponta as agentes em seus discursos.

Na entrevista de Dona Mal-me-quer, sua filha Girassol se apresentou, se colocou à disposição para participar da entrevista, também gostaria de contar a sua história, pois ela também compartilha das lutas com sua mãe. Conversando sobre a faculdade, os rostos transformaram, os olhos da filha encheram de lágrimas, ela seria a primeira do grupo família a concluir um curso superior, um ideal de vida melhor, melhor trabalho, maior poder. Mas ela logo aponta o fato de estar desempregadas como obstáculo maior para não dar continuidade aos estudos, pois não conseguiram pagar as mensalidades da faculdade de Administração, logo, Girassol trancou o curso e ainda não resolveu o problema de arrumar o emprego. Com todo o grupo familiar sem trabalho, ficou a cargo do pai promover o recurso para sustentar a família, com seu pouco ganho, não demorou retornar à bebida, pois é no álcool que ele esquece os problemas que não podem ser resolvidos.

Em alguns depoimentos como o de Dona Margarida, a situação é surpreendente. No seu desenrolar, ela mais contou sobre o modo como foi sua trajetória de vida em busca da educação e suas lutas por direitos sociais. Estudar foi o motivo de sua vinda para a cidade, ela enfrentou o mundo, se organizou, mobilizou pessoas do grupo de jovens e conseguiu vencer, cursou Pedagogia, sonha em dar aulas, “a profissão mais linda que ela conhece”, conforme declara:

Eu amo ser professora, é uma das profissões mais lindas que eu acho, é ser professor. O professor, isso que professor deveria ser uma das profissões mais respeitadas do nosso país. Ontem eu vi o Faustão falando uma coisa e disse é verdade: “professor tinha que ser muito bem remunerado, porque todas as profissões dependem do professor, se não tem professor não tem profissão”. Então o professor tem que ser respeitado, o Professor tem que ser tratado devidamente. Hoje não, o Professor apanha, professor sofre todo tipo de situação. Né? e quebra o braço do professor... então o professor deveria ser respeitadíssimo, deveria ser a pessoa em primeiro. Educação e saúde, deveria ser coisa... primordiais no nosso país. E sempre falo e sempre acreditei, tinha que ter alguém ter peito para votar, a lei para professor e por exemplo... (Entrevista Dona Margarida, 2019).

O processo formativo como educação social e vivência escolar, educação informal, outras formas de formação como as experiências vividas em sua trajetória formativa, o que aparece na fala delas sobre educação escolar, a exemplo de Dona Mal-me-quer, Girassol, Dona Margarida, Dona Hortência, Dona Crisântemo:

E aí tive essa oportunidade de fazer sem nem assim imaginar que eu poderia nessa idade e mexer ainda com fazer faculdade, fazer essas coisas, né? E aí Deus me proporcionou, essa honra de estar fazendo a pedagogia, que como mexo muito com criança e sou professora desde bem jovem. Só num tinha, só não era no papel, graças a Deus sou professora de sete filhos, sou professora de muitas crianças de catequese, jovens, já dei catequese para até adultos, então a gente já tem esse dom de da educação, de ensina de leva o próximo aquilo mais ou menos que a gente busca que é correto, né? E graças a Deus eu hoje estou fazendo a faculdade, estou no sexto período. E... muito feliz. E aí o que hoje eu almejo, o que eu gostaria assim para o meu bairro, como a gente está nesse projeto, um projeto de trabalho horta, nesse projeto de melhorar o nosso bairro, eu na verdade sonho com muitas coisas boas para cá, para o nosso bairro (Entrevista Dona Hortência, 2019).

Assim, eu estudei. Eu fiz o segundo grau completo, como lá não tinha faculdade, meu pai não tinha condição de pagar uma faculdade para nós, é... Eu fiz o magistério. Que era de graça. Você não pagava nada por ele lá em São Luís. Então eu acabei fazendo dois segundos graus completos. Porque o magistério foi três anos. Eu cheguei até a lecionar, com esse magistério lá. Uma professora ganhou neném e eles me chamaram para substituir ela. E aí, ela dava aula para o quarto ano de dia, e a noite ela lecionava pros... Adultos. Aquela sala que tinha, igual tem hoje, o EJA. E eu cheguei a lecionar também para eles, e acabei ficando uns dois anos na escola. Aí depois, com o... Foi tendo os concursos públicos e a gente já não tinha mais, prioridade ali. Então... Aí, mas eu sempre tive vontade de fazer uma faculdade sabe? Sempre tive. Aí foi vindo os filhos, foi vindo a idade... Eu desisti, de estudar sabe? Eu acho assim, o que eu sei hoje já dá para eu sobreviver. Com muita dificuldade, mas dá para sobreviver (Entrevista Dona Crisântemo, 2019).

As falas remetem à *Cultura de massa e cultura popular: leituras de operárias*, Ecéia Bosi (1981) trabalha a leitura de grupo de operárias da indústria paulista, apontando um resultado que é comovente e desolador, mediante a ingenuidade das participantes e a dolorosa situação de suas mentes seduzidas e exploradas, demonstrando a realidade de grande parte das mulheres brasileiras, vítimas da ausência de acesso aos direitos sociais, em especial à Educação, que no caso das operárias paulistas, remete ao tecnicismo e a crença de que eram a resposta para o desenvolvimento do Brasil. De acordo com a autora, quando se deseja compreender a cultura das classes pobres, percebe-se a ligação da cultura com a existência e a sobrevivência destas classes, os “sujeitos viventes” (BOSI, 1981, p. 13).

Para Bosi (1981), não basta ser simpático ao objeto de pesquisa, mas ter uma compreensão sedimentada no trabalho comum, na convivência e nas semelhanças das condições de vida com a *Comunidade de destino*. Esse *locus* nunca mais será o mesmo ao modelo antigo dos sujeitos observados. O depoimento das participantes conduz à aproximação do problema. É preciso cuidado ao transcrever a fala popular, mesmo em falta da fala culta. “Mas os recursos expressivos dessa fala podem não atualizar no abstrato, e sim no concreto, no descritivo e numa concisão que

acompanha do gesto e do olhar” (BOSI, 1981, p. 14).

A fala popular foi encontrada em todas entrevistas e preservado ao máximo a originalidade da expressão das participantes, bem como a representatividade de sua origem cultural como narram. A exemplo desse modelo de compreensão, está diretamente com a fala das participantes nas entrevistas, mediante a atmosfera de confiança, que tranquiliza o sujeito desde o início, a partir do esclarecimento do propósito da pesquisa. Conforme Dona Hortência confidenciou, sob seu desejo de conhecer outra realidade diferente da sua, seu sonho era estudar para ser freira, pois amava ensinar crianças, logo depois de criar os filhos pôde estudar pedagogia, assim como Dona Crisântemo, que também tinha o sonho de ser professora:

Andando era longe. Meu pai, ele trabalhou na roça, no cabo da enxada. Minha mãe fazia bolo para vender na rua, para nós estudar. Eles falavam. Falava “Olha, vocês podem não se formar, mas aprender a ler e escrever...” Por que o meu pai não escrevia nem lia sabe? Só a minha mãe. Minha mãe fez até o quarto ano. E aí a gente estudou. Estudando, estudando, e aí logo eu comecei... Eu cresci, logo comecei a trabalhar assim, de babá, olhar uma criança em casa, ganhava um extra (Entrevista Dona Crisântemo, 2019).

De acordo com Bosi (1981), que tem o lugar de fala, por ser uma intelectual orgânica da Psicologia Social: “Os psicólogos sociais forrados de uma concepção ideológica de cultura falam em necessidade, privação, carência cultural. Representações e valores se agrupam em torno do eixo: adquirir cultura” (BOSI, 1981, p. 17). Esse seria o ponto central da formação para o consumo. A mesma autora ressalta que a concepção da cultura seria satisfeita pelo trabalho da instrução que condena os objetos e as significações da cultura do povo, impedindo ao sujeito a expressão da própria classe. No entanto, essa explicação não aplaca o desejo de instrução relatado pelas operárias entrevistadas no trabalho de Bosi (1981). A promoção das classes pobres depende da instrução, seja na cidade ou no campo. Reivindicar o direito à ciência e às artes, já seria em si uma fonte de cultura.

Na busca por melhores condições de vida por meio da cultura, cria o ideal de uma Educação que pudesse tirar as mulheres dessa realidade. Isso fez com que sua vida fosse dedicada ao sonho de estudar, como relata Dona Hortência, que acreditava que poderia ser freira e mudar sua realidade social, estudar, viver em paz e promover o bem, em oração. Era isso que ela sonhava, mas as condições de saúde não permitiram que seu sonho se concretizasse:

As irmãs já me chamaram pra estudar... Noivicinha, postulantedo, servir a Deus, de tá do lado mais, aquela coisa com as irmãs era maravilhosa [...] Chegou lá, eu tava com hanseníase, me mandar embora pra casa. Eu cheguei lá, eu quis morrer... Me suicidar, em termo de eu passei uma semana sem me alimentar, sem comer, porque eu não aguentava [...] Falei “mas Deus, o que é que eu quero ser Deus? Eu quero te servir, e você aparece com esse negócio pra não seguir...” Sabe, eu fiquei assim sofrendo. Mas matriculei numa escola particular, porque lá nem tinha escola pra estudar na oitava série... Montei uma escolinha particular [...] Escola Betel. Era Evangélica. Eu dava catequese pra turma de jovens, criança e tudo [...] O médico falou “Não, a sua doença ela é maligna, a senhora vai ter que tomar remédio o mais rápido possível. E a senhora levar dez anos pra curar. Dalí três meses, eu fui fazer os exames de novo, já tava benigna. [...] Voltar a estudar para a freira de novo. Aí quando entrei na escola Nossa Senhora da Anunciação, continuei tomando remédio, precisa tomar o remédio direitinho. Quando foi no final do ano a madre vem de São Paulo buscar nós, no postulantedo, já ia voltar, entrar pro noviciado. Aí eu me senti no direito de conversar com a irmã, a Madre Superiora e ela falou assim, “Minha filha, eu sinto muito. Por dois motivos, um porque você deveria ter falado no começo, não ter mentido. E outro porque é uma doença que requer muitos anos de tratamento, e então a gente não vai continuar com você não” [...] não deu certo para mim ser freira. Eu fui pra Roraima, terminei o primeiro ano, aí no segundo ano foi que eu conheci o Wilson. Sabe? E aí a gente juntou [tiveram 7 filhos e ela a abandonou] (Entrevista Dona Hortência, 2019).

A minha escola era uma escola pública, o lanche era suco de uva com uma bolacha de maizena, que não sai da cabeça até hoje. Mas interessante, o suco tinha um cheiro diferente e a bolacha também um cheiro diferente. Hoje eu faço para mim um suco de uva, uma bolacha de maizena, mas não é a mesma [...] olha, eu entrei pra associação de moradores vendo que o bairro precisava de melhorias, precisava melhorar, eu via que não tinha, não tava tendo associação para gente, porque quem era dono.... quem era na época, quem era...., também porque aqui ficou muito tempo sem ter presidente de bairro, foi o... fez muita besteira, junto com as outras pessoas, sabe? Pegou o terreno da associação e vendeu para um pastor. Ele fez uma outra burrada, que na época dos tickets de leite, também num dava pra quem precisava. Aí ele morreu, morreu. Deus que o tenha ele. Aí eu peguei e falei assim: “boa gente, vamos ver aqui e vamos procurar um jeito da gente então fazer uma eleição em tropa, vamos fazer” (Entrevista Dona Cravo, 2019).

Para Arendt (2001b), *Entre o passado e o futuro*, a Educação está diretamente ligada à natalidade. Entende-se que só há educação porque chegam crianças no mundo e precisam ser educadas, preparadas para o mundo. Essa dinâmica social, que tem a mulher no eixo central do processo, portal da vida para o mundo, não é discutido pela autora, que aponta a família como tal. No entanto, essa dinâmica exige autoridade e respeito pela tradição, entender como é o mundo. Desse modo, aponta para a crise da modernidade, a lacuna entre o passado e o futuro, quando os feitos dos filósofos indicam que o passado já não tem tanta referência a partir da idade moderna. Olhando os dias atuais, pode-se constatar que não foi possível combater a pobreza e a opressão.

De acordo com o pensamento arendtiano, a pessoa que educa tem que ter mesmo um título validado socialmente, no caso do presente estudo, as mulheres chefes de família que carregam essa responsabilidade no seu processo formativo. Suas experiências de vida, levaram-nas à construção de liderança no espaço físico que ocupam. Muitas não sabem ao certo o direito ou onde conseguir, mas sabem o que é necessidade, sabem o que é a falta e as situações de urgência; elas sabem que precisam. Esse lugar de acolhimento, ou mesmo de ouvir as demandas da vizinhança, em meio a uma xícara de café, deu a essas mulheres o lugar de liderança. Unidas aos mediadores sociais, conseguem atender as demandas básicas das pessoas do bairro, sem mesmo ter aprendido como fazer, na escola.

Arendt (2001b) defende que a responsabilidade difere de qualificação, sendo ambos atributos da educação, distintos e importantes. A família deve proteger a criança do mundo e o professor deve prepará-la para o mundo, mostrando como ele é. A escola é o elo de transição entre família e sociedade, onde o professor com sua autoridade exerce o papel de representante dos adultos. Educar é o papel de renovar um mundo comum.

Para a autora, há a quebra da sabedoria, quando a humanidade perde a ligação com a sua origem cultural civilizatória da *polis*. O mito da caverna de Platão seria a origem da ciência política, enquanto o pensamento de Maquiavel, como o pai da revolução, e, Marx, apontado como pai da teoria do trabalho, da alienação e da violência. Pois, segundo a autora, a contradição entre a violência impede o espaço do discurso e da ação; não coabita com a liberdade.

A industrialização teria transformado o homem em mero consumidor ou mão de obra sobressalente, sem alcançar o poder, deixando o passado perdido na possibilidade de referência. Esse modo de pensar a sociedade vai refletir no modo de criar os filhos e na crise da educação. Deixando o respeito aos mais velhos, ao passado, ao professor. Quanto à forma de governar para si mesmo, ao seu bel-prazer, é próprio do modelo tirano, enquanto o governo autoritário, escravizado pelas leis, é o declínio do humano, é a perversão do modo de governo; como uma cebola envolvida por várias camadas que distanciam da liberdade.

A liberdade é uma das premissas, é tanto o espaço privado interno e externo, o público. Por conta dessa liberdade, é que se vive em sociedade. Há uma linha tênue entre a cultura e a sociedade de massa. A crise envolve cultura (criar e cultivar,

relaciona com objetos e mundo) e entretenimento (produzido para ser consumido por pessoas e destruir a cultura).

A Educação e a cultura estão bem perto e contribuem para manter entre si, e assumir a natureza ontológica “coeva da existência do homem sobre a Terra” (ARENDDT, 2001b, p. 39). Isso reflete a constituição humana na incompletude, travando o embate sem fim entre o passado e futuro, numa lacuna que aponta a realidade política, que é a modernidade; deixa de ser restrita se tornando uma “realidade tangível e perplexa para todos” (ARENDDT, 2001b, p. 40). Da ausência de tradição à legitimidade dos regimes políticos e demais problemas de autoridade, como família, escola, relações de gênero, tudo o que se tem ou se pensa tem um pouco da ancestralidade encravada na sua construção.

4.4 A participação na luta pela moradia e nas decisões coletivas

A participação das mulheres nos movimentos sociais e nas decisões coletivas tem uma ligação direta com a Educação promovida no meio político. Isso estaria dentro de um contexto educativo que ocorre fora dos muros escolares, conforme expresso em *Saberes do nós: ensaios de nós: ensaios sobre educação e movimentos operários*, organizado por Pessoa (2004). A ideia que vem dos pioneiros brasileiros das ciências sociais é de que a vida em sociedade tem sido produzida por suas próprias condições e pelos fatores que a compõem.

Citando Florestan Fernandes, em *A herança intelectual da sociologia*, ele aponta que a sociologia é o estado de espírito, para entender a vida submetida a uma ordem, produzida pelo concurso das condições, fatores e produtos da vida social. Mesmo após anos de direitos suplantados, a resposta da coletividade seria: “As ações coletivas organizadas vão estar constantemente em luta pelo direito de participar dela” (PESSOA, 2004, p.10). No bairro, a realidade de luta por escola por Dona Crisântemo, que buscou órgãos competentes da prefeitura para resolver a falta de escola, transporte escolar e creche naquela região onde vive com sua filha. Logo a creche foi iniciada, depois de visitas da televisão, registros em jornais e noticiários locais, da exposição nas redes sociais.

Eu [estava] cansada, tinha que levar meus filhos na escola a pé e voltava a pé. Estuavam no Tesouro. E aí, assim eu: “Vamos fazer um abaixo-assinado pra nós conseguir uns ônibus escolares aqui pro Leblon”. E tudo começou com a gente, andando aí, de porta em porta, batendo para fazer um abaixo-

assinado. Aí eu consegui um ônibus, para os estudantes. Só que não levava os meus, porque os meus estudavam no [Escola Municipal Esther de Campos Amaral] Ester, e só levava pra escola do galpão [...] E nisso eu tinha que fazer quatro viagens, porque eu tinha que levar... E eu tinha que levar, buscar, os dois estudavam de manhã. Depois eu tinha que levar eles *no Mais Educação*. E o pai deles tinha carro, tudo, e ficava de boa lá na chácara. Nunca se ofereceu pra buscar um menino. Podia estar chovendo, nós íamos de baixo de chuva, de sombrinha, mas sabe, eu nunca deixei de lutar pelos meus filhos. (Entrevista Dona Crisântemo, 2019).

Também ocorreu com o postinho de saúde que ficará pronto em breve e com a Escola Municipal Professora Nadir de Souza Andrade, com anexo improvisado em um galpão metálico no bairro para atender a demanda de alunos, mas não oferecia condições climáticas (hora muito quente ou hora muito frio) nem estrutural para as crianças (como banheiros e instalações adequadas). Então, uma nova luta se estabeleceu e conseguiram o serviço de transporte escolar da prefeitura para levar as crianças para o Colégio Estadual Hely Alves e a Escola Municipal Antônio Constante. Ou ainda o enfrentamento coletivo, organizado por Dona Mal-me-quer, pela posse da habitação, uma vez que havia dois anos que estavam prontas e não autorizavam a entrada das famílias sorteadas com o imóvel:

De repente começou a chegar polícia militar, de repente começou polícia civil, de repente ficou cheio de CPE [Comando de Polícia Especial], cheio... Nós entramos e a polícia “não entra”, e entra, e todo mundo começou a bater panela, bater coisa e falar, e eu gritei para vários começa a filmar. “Filma essa polícia aqui, porque a gente não tá roubando, não tá matando, a gente só quer entrar na nossa casa, porque a gente paga aluguel.” E a polícia, ó... eu entrei, e essa menina, e hora que eles vieram com o *spray* de pimenta, com cacete, aí eu falei pra eles “tá filmando, se você encostar a mão na gente... e essa mulher tem cinco filhos” Aí eles foram recuando e a gente foi indo, eles recuando... Aí a polícia militar, ele falou assim “eu vou dar voz de prisão para senhora” eu falei para ele “pode prender” e todo mundo filmando, “porque eu só quero entrar na minha casa”? (Entrevista Dona Mal-me-quer, 2019).

Outras situações de luta direta, com articulação e mobilização por melhor condições de moradia/habitabilidade ou mesmo a falta de condições de luta, lugar físico onde reunir a comunidade, o feirão coberto, onde havia a sala da Associação. Local de extrema importância para a comunidade, por ter por finalidade o exercício do processo democrático, lugar do povo e da subsistência: o feirão popular, que foi derrubado pelo forte temporal, como denunciado Dona Cravo.

A associação perdeu aqui esses dias agora, o lugar de ficar e tudo, que a gente ficava dentro do feirão coberto, que caiu, com uma chuva de pedra uns três anos atrás ele caiu. Demorou pra arrumar. E a gente ia era: “mês que

vem e tal, pápápá”, ai a gente, ai depois de muita luta, fui [vê lá] com o prefeito, “ai, quero garantir com o prefeito”, aí “Ah, todo sábado a gente vai receber associação de moradores.” Tá, fui lá no sábado e ele não foi, fui no outro ele não foi. “Ó, tô precisando do... da associação de moradores pronta, né?” “Não, é pra já, nós vamos fazer, nós vamos tocar.” Falei: “Pois é, lá é os feirantes, é a gente, nós não temos praça, não temos nada, nós só temos o feirão.” Foi dito e feito, ele fez, veio e arrumou e ligou pra gente se (Entrevista Dona Cravo, 2019).

Enquanto dona Margarida convoca à luta pela legalização de todas as associações de bairro da cidade, condição para ampliar a força política e a representatividade dos bairros de interesse social na Câmara Municipal de vereadores, como ela aponta:

A nossa associação de moradores do CONAMA, eu acho que evoluiu bastante. Porque nós não tínhamos espaço, hoje a gente busca melhorar ainda mais esse espaço, [que é] limitado, ainda. Alguns estão tendo acesso e outros não! Uma das primeiras coisas que eu queria, que eu já falei com o Capela, era a legalização de todos! Vamos fazer uma parceria aí com cartório, ele fechado fazer isso de graça para aqueles que não consegue. Fez o primeiro momento, ele vai ter como correr atrás, porque se ele tem ele registrado, tem o CNPJ, tem tudinho registrado da sua associação, tem as coisas como comprovar. Porque a verba está lá, todo ano ela volta para o governo! alguém tá pegando-a! É isso que nós não podemos deixar! E para ser projeto de lei, tinha que ser aprovado na Câmara! para gente conseguir esses trens tudo! Não tem um vereador que possa lutar pela gente! Eu quero ser vereadora para eu resolver minhas coisas, eu quero! (Entrevista Dona Margarida, 2019).

A queixa de Dona Hortência reside na inadequação dos critérios de seleção para ser dono da casa própria nos bairros do SHIS. Segundo ela, o número de pessoas com necessidade de moradia seria muito maior, e nem todos foram contemplados com a unidade habitacional, acabando por resultar em um mercado paralelo:

Eu tinha e tenho até hoje todo o perfil de ter ganho uma casinha do [programa] [...] Eu tentei alugar outra casinha menor e aí meus filhos “não mãe, essa casinha tá muito ruim”... Foi quando apareceu essa dona da casa aqui que também tava no maior desespero, porque a mãe dela que estava morre não morre, como de fato morreu, e ela não podia pagar casa ou então ela ia perder... Então pedi acerto do meu emprego lá para poder comprar aqui, que na época eu não tinha condição de comprar, mas aí ela me facilitou, parcelou. Dia que eu entrei aqui, dia 10 de março... de 2013, nessa, nessa casa, para mim foi uma... uma grande vitória, uma grande benção e eu não tinha nem palavras de pensa que era uma coisa minha assim, né? E aí vim para cá e comecei, que dizer, continuei a minha luta, porque eu sempre gostei de trabalhar na minha igreja, trabalha na comunidade, pelo próximo, logo comecei o movimento da igreja aqui, nós começamos a celebrar missa aqui na minha casa, catequese aos sábados. E a minha casa era sempre muito cheia, pastoral da criança... (Entrevista Dona Hortência, 2019).

A participação na luta pela moradia e nas decisões coletivas, mesmo que de modo micro, onde as lutas possuem identidade própria, de acordo com as necessidades enfrentadas em cada realidade envolvida na construção social do bairro. Assim como o estudo em sua referência envolve a tomada do poder por uma nova classe, apontado por Pessoas (2004), como “um processo de transformação da sociedade civil, em seus valores e práticas, pelo desenvolvimento de uma contra hegemonia sobre a ordem dominante” (GOHN, 2002 apud PESSOA, 2004, p.11). Mesmo que de modo micro, pode-se vislumbrar o lugar de destaque que os movimentos sociais adquirem nas lutas por transformação e ser comparado ao fermento numa receita de bolo, ou mesmo um catalisador de elementos novos e inovações sociais.

O agir de um grupo de pessoas em meio à exclusão social, envolvendo ações educativas e influências culturais, caracterizam os movimentos sociais. “A luta política organizada, desde o nível micro do ambiente moradia e do bairro, até o nível macro do Estado e da Federação, deve promover entre os seus sujeitos uma capacidade gradativamente mais ampla” (PESSOA, 2004, p.12). Essa ampliação da capacidade tem como finalidade uma análise dos condicionantes do estado econômico, cultural e societário e a capacidade de formular projetos praticáveis para transformar a realidade. Em outras palavras, ampliar a capacidade para reconhecer as necessidades da comunidade e planejar formas de resolvê-las em parceria com o governo por meio de políticas públicas; importa que a luta política seja como luta de sujeitos coletivos, aprendentes e ensinantes.

A luta das líderes de bairro aproxima-se desse modelo de movimento social. Elas lutam para a transformação do bairro. Suas declarações envolvem uma indignação por não ter acesso fácil aos serviços e equipamentos comunitários. Mesmo assim, elas não se abalam, saem em busca de condições de melhorar seu espaço comum. Pois sonham com um lugar melhor para se viver, não apenas para si, mas para todos os moradores do bairro. Para isso, elas não economizam forças. As respostas de suas lutas, elas contam:

Quando eu vim pra cá, era terra. Era um poeirão, menina. Só tinha as linhas do ônibus asfaltadas, que era aquela linha aqui e uma outra aqui de cima. Não tinha carro. Sabe, muito lote vago, baldio. E eu cheguei aqui pro bairro e gostei do bairro. Eu sabia que o bairro ia crescer, ter coisas boas. [...] Foi estruturando a casa. [Uns 40 metros] E aí nós fomos, foi a ideia do puxadinho, cada hora puxava um pouco né? Foi puxando, puxando, puxando... Dobrou o tamanho da casa! (Entrevista Dona Cravo, 2019).

Ficou dois anos pronto aqui e eles sem eles entrega. Aí eu mobilizei com algumas mulheres aí e nós fizemos um... nós viemos para cá. Eu chamei gente, corri atrás com as minhas daqui nós viemos fazer uma manifestação aqui ó, bem ali ó... na entrada. Ficamos o dia todo. Aí nisso já tinha sido sorteado, ele não deixava a gente entra, porque diz que tinha um problema com a Saneago. Mas a gente não queria saber não, eu queria mudar porque eu pagava aluguel, e várias outras aí (Entrevista Dona Mal-me-quer, 2019).

Morei aqui mais de 5 anos em Anápolis, mas aí eu morava de aluguel. Aí todo ano subia o aluguel, subiu muito, e nós não tínhamos condição mais de pagar. Aí um amigo nosso que morava em Goiânia, aí arrumou essa chácara pra morar, pra lá de Goiânia. Aí nós estávamos lá. Ficamos lá 2 anos e meio. Aí, o meu marido desceu problema de rim e lixou muito, aí a coluna dele gastou muito. Aí nós viemos embora. Aí minha menina tem a casinha dela ali, nessas casas aqui. Ele foi, desocupou e nós mudamos, e tá aí. Mas eu fiz meu cadastro. Meu cadastro eu fiz em 2014, pra "mim" ganhar a minha casinha (Entrevista Dona Rosa, 2019).

Arendt (2001a) mostra que a distinção entre a esfera de vida privada e da vida pública corresponde à esfera da família e das entidades diferentes e separadas, como escolas e igrejas. As atividades pertinentes à manutenção da vida aproximam de uma pequena linha divisória, onde corpo do povo e comunidade política são vistos como família; onde os interesses diários devem ser administrados de modo doméstico. O *dominius* representava o poder, a emancipação, a capacidade de decidir sobre si e sobre a comunidade; por ser dono de uma casa, a pessoa se tornava dona de um lugar no mundo, portanto, detentora do poder de decisão.

A divisão social do trabalho envolvia o homem na manutenção da vida, como sua tarefa, suprir as necessidades de alimento do grupo, enquanto a figura feminina estava diretamente ligada às funções naturais, ao labor da mulher no parto e à premência da vida.

A necessidade sempre reinou no lar, enquanto na esfera da *polis* a liberdade é quem reinava; uma forma de estampar a vitória sobre as necessidades da vida em família, sobre a esfera social. Estar sujeito às necessidades físicas é característica de escravos, subjugados, que não alcançaram a liberdade. O chefe de família reinava sobre sua família e sobre os seus escravos. Ele deveria ter a faculdade de deixar o lar e adentrar na esfera política, onde todos são iguais.

Stuart Mill (1869), em *A sujeição das mulheres*, defendeu que as mulheres se encontrariam em uma escala bem pior que os homens, por isso deveriam ser encorajadas em certos atos, como o voto, e desencorajadas em outros, como casamento. Para ele, a democracia estava amparada na liberdade individual, à experiência e ao bem comum. O autor se intrigava com o fato de elas não saberem

do que eram capazes, por não terem sido permitidas a fazer, e muitas nunca tentaram se superar, em função do modo como eram educadas. Assim, as leis do casamento eram comparadas à escravidão, sendo as mulheres escravas ainda não libertas, com exceção das donas de casa. Mas mesmo estas não podiam trabalhar, ter posses e deveriam sempre ter um homem que administrasse suas posses, assim, nunca teriam independência financeira e nunca seriam emancipadas.

Um grande desafio para as mulheres é o salto contra as obscuridades da condição humana. Arendt (1958; 2001a, p. 10) fala que não foram capazes de “pular sobre nossa própria sombra”, refletindo os valores que as condicionam a esse modelo de vida na terra, condicionadas em agir do mesmo modo, mesmo que essas condições fossem criadas pelos próprios seres humanos.

As lutas humanas têm sua grandeza, não só as grandes guerras, mas a luta diária. Arendt (2001a, p. 77), diz que “por ter escrito sua obra por causa da ‘grandeza’ da guerra e, porque ‘esse foi o maior movimento conhecido da História, não apenas pelos helenos, mas de grande parte do mundo bárbaro’”. Um modo de expressar as lutas pela democracia, pelos direitos sociais, iniciados na polis grega, com suas dificuldades de acesso no mundo moderno, que pouco mantém os traços da essência do político.

O ser político, viver numa *polis*, significava que tudo era decidido mediante palavras e persuasão, e não através de força e violência. Para os gregos, foçar alguém mediante violência, ordenar ao invés de persuadir, eram modos pré-políticos de lidar com as outras pessoas típicas da vida fora da *polis*, características do lar e da vida em família, na qual o chefe da casa imperava com poderes incontestes e despóticos, ou da vida nos impérios bárbaros na Ásia, cujo despotismo era frequentemente comparado à organização doméstica (ARENDR, 2001b, p. 36).

O modelo de organização doméstica que Arendt (2001a) aponta é de grande despotismo. A autoridade do chefe da casa não pode ser suplantada; apenas com o casamento algumas mulheres conseguiram sair desse contexto. No entanto, isso não resolveu seus problemas. Ao contrário, um novo senhorio é o que elas conseguiram. Em nada essa mudança favoreceu a sua libertação ou a condição de chefe de família. Só depois de alcançarem a sua casa é que elas se elegeram chefes de suas casas, de suas vidas e puderam ocupar lugar social no meio político dos limites de seus bairros, transpondo as trevas que as impediam de visualizar a liberdade. A liberdade e a emancipação caminham juntas, sem o acesso à vida pública, as mulheres participantes não conseguiriam saltar sobre as sombras.

4.5 Aspectos da vida familiar

Ao que se refere às participantes do presente estudo, os títulos como “chefe de família” e “dona de casa” representam as atividades e o lugar onde elas atuam. Em grande parte de seu tempo e de sua vida, elas cuidam de suas famílias, principalmente de sua prole e maridos e idosos da família; só depois que os filhos crescem é que se dedicam aos estudos. Muitas não estudam, passam suas vidas cuidando de seus filhos, maridos, idosos, fazendo pequenos trabalhos para manter a família, seja como diaristas, seja com reciclagem, costura ou artesanato. As entrevistadas representam um pequeno grupo que atua diretamente, de algum modo, nas atividades representativas do seu bairro.

Ao que se refere aos arranjos familiares, todas as participantes revelam uma família nuclear, composto por pai, mãe e irmãos; algumas comentam a figura dos avós, todos de origem rural, com ligação direta com a terra. Apenas uma participante não se refere ao pai, no entanto, ela apresenta o grau mais elevado de distanciamento do grupo familiar, elegendo outro modelo de grupo para pertencer e se apoiar, que está presente na entrevista de Dona Papoula.

A sequência da trajetória de vida familiar segue a ordem de acontecimentos; tem-se saída do campo para a cidade; somente na ausência da família nuclear, percebe-se os arranjos familiares, os parceiros e a chegada dos filhos, o aumento das dificuldades e a luta pela manutenção da vida.

Algumas histórias tiveram final feliz com a moradia e regate da dignidade, mas trazem trechos da narrativa impactante, como a de Dona *Papoula*, que ainda criança, foi levada ao orfanato pelos pais. E quando a instituição foi fechada pela justiça, ela morou nas ruas. Conseguiu se empoderar através da aquisição da casa própria, mas não conseguiu superar as necessidades de subsistência por falta de estudos e os traumas ligados a eles, como ela relata: “Não tem vontade de estudar, não” (Entrevista Dona Papoula, 18/10/2019).

O relato marcante de *Dona Azaleia* que, não aprendeu ler ou escrever, mas que não gostava de contar isso para as pessoas, por isso não conseguiu preencher a ficha de inscrição da casa popular e devolveu sem preencher. Logo, não foi beneficiada, mora hoje com sua filha, marido, genro e netos na casa da filha que foi sorteada. Ela sonha ter um quarto só para ela e o marido. Algumas histórias de vida, parecem ainda mais impactantes, pois ela também, como as demais entrevistadas, foi

criada na roça, veio para a cidade em busca de vida melhor, mas no seu caso, ela não experimentou o processo de letramento. E por não saber ler e escrever, encontrou mais dificuldades na hora de fazer a inscrição para o sorteio da casa própria e conseqüentemente, ainda espera por uma nova oportunidade.

E era muito difícil. Não tinha condição de levar, buscar. Meu pai que levava nós. 35 quilômetros... Meu pai nos levava a cavalo. Não, era muito difícil, difícil demais. Então meu estudo foi muito pouquinho. Aí, que eu aprendi, aí peguei e esqueci foi tudo (Entrevista Dona Azaleia, 2019).

Dona Crisântemo ainda sonha fazer uma faculdade. Ela também experimentou dessa trajetória inicial, embora tivesse estudado, desejava ser professora, mas logo se casou e o marido a impedia de todas as formas de alcançar sua independência e exercer qualquer atividade profissional. Conviveu com as necessidades de subsistência, com violência física, psicológica e patrimonial. Envolvida em cuidar dos seus filhos, teve a casa como objeto de empoderamento. A família vive dos ganhos de suas costuras e ela ainda se dedica aos afazeres da Associação de Moradores em tempos livres.

Suas trajetórias seguem por casamentos estabelecidos em meio à violência doméstica, desamparo e filhos para criar. Muitas ainda encontram forças para voltar à escola após a criação dos filhos, como foi com Dona Margarida, Dona Hortência e Dona Cravo. A liderança política veio em meio às necessidades pessoais e conjuntas, alguém tinha que ocupar esse espaço, que é por sua vez, comandado por um homem desde a criação do Conselho de moradores. Essa luta inspirou e envolveu a família, como é o caso de Dona Mal-me-quer e sua filha Girassol. Ou a história de privação de Dona Hortência que a impulsionou na busca por alternativas e a tornou líder de seu bairro:

Já são 14 anos separada do meu marido, tivemos os nossos cinco filhos biológicos e mais dois que a gente adotou. Não porque a gente tinha condição. Eu não tinha aquele pensamento formado de que 'ah, família tem que ser família pequena porque dá despesa, dá aquilo outro, dá aquilo...', pra mim família é comer, vestir uma roupinha é.. que Deus abençoe que tenha saúde... Mas não arrependo nem um pouquinho de ter tido os filhos que eu tive. Hoje eu tenho orgulho, graças a Deus meus filhos... Um momento muito ruim na minha vida, a separação. Deixou muitas marcas, muito sofrimento, por mim, pelos filhos, por tudo. A gente pensou que ia ser pra sempre, porque eu, no meu ponto de vista, acho que casamento tem que ser pra sempre mesmo. Mas... 'Aconteceu' essas coisas (Entrevista Dona Hortência, 2019).

Ele deu um enfisema pulmonar de tanto fumar. Já tinha 25 anos que ele tinha parado de fumar e, foi perdendo a respiração, foi enfraquecendo, adoeceu e

morreu [há 3 meses] A menina não, não estuda mais. Fez o terceiro ano, ele também fez o terceiro ano e não quis estudar. Ela capaz que vai conseguir fazer Enem. Não sei como é que ela tá, que ela ainda tá muito abalada, chora dia e noite, mas capaz que vai fazer o Enem Entrevista Dona Cravo, 2019).

Porque eu pagava aluguel caro... O meu marido ele ficou doente uma época. Muito doente... porque ele virou alcoólatra, meu filho que é especial. Então eu saía 5 da manhã, eu pegava o meu dinheirinho todinho mal... no dia que eu pagava a água cortava a luz (Entrevista Dona Mal-me-quer, 2019).

Sobre a obra *A condição humana*, Arendt (2001a) utiliza a expressão *vita activa*, pretendendo designar três atividades humanas fundamentais, que foram dadas ao humano aqui na terra: labor, trabalho e ação. O labor corresponde ao processo biológico do corpo humano, crescimento espontâneo, metabolismo e o declínio do processo de vida. “A condição humana do labor é a própria vida”.

O trabalho corresponde ao artificialismo da existência humana, produz o mundo artificial de coisas, diferente de qualquer ambiente natural. “A condição humana do trabalho é a mundanidade”. E a Ação, única atividade que se exerce diretamente entre os humanos, sem mediação material, corresponde à pluralidade, à política “viver e estar entre os homens (ARENDR, 2001a, p. 15).

Citando textos bíblicos, Arendt (2001a) aponta que de acordo com a Gênese (macho e fêmea, Ele os criou), de sorte que a pluralidade dos seres se deve à multiplicação. “A pluralidade é a condição da ação humana pelo fato de sermos todos os mesmos, isto é, humanos, sem que ninguém seja exatamente igual a qualquer pessoa que tenha existido, exista, ou venha a existir” (ARENDR, 2001a, p. 15).

Na Bíblia, Jesus de Nazareth e Paulo de Tarso, apresentam ensinamentos da mesma referência, sobre a relação marido e mulher, “Gênesis 1:27: Não tendes lido que quem criou o homem desde o princípio fê-los macho e fêmea” e, em Mateus (19:4), “insiste que a mulher foi criada do homem, e portanto, para o homem, embora em seguida atenua um pouco a dependência: ‘nem o varão sem a mulher, nem a mulher sem o varão (I Cor. 11: 8-12)” (ARENDR, 2001a, p. 16). Para Arendt, essa diferença vai além do papel da mulher, para Jesus há uma relação direta entre fé e ação, enquanto para Paulo a fé está ligada à salvação da alma.

De acordo com Arendt (2001a), a *vita activa*, ou seja, a vida humana dedicada a fazer algo, tem suas raízes permanentes num mundo de homens e coisas feitas pelo humano, constituindo assim seu ambiente, que não tem sentido sem sua localização. Ou seja, o lugar ocupado por coisas e humanos constituem a divisão social do

trabalho, bem como a atividade, que tem seu sentido a partir de sua localização, “no entanto, este ambiente, o mundo ao qual viemos, não existiria sem a atividade humana que o produziu” (ARENDDT, 2001a, p. 31). O humano necessita viver em sociedade, exercitar sua capacidade de organização política dentro de sua casa, composta por sua família, que tem como base o parentesco *phyle*.

A capacidade humana de organização política não apenas difere, mas é diretamente oposta a essa associação natural cujo centro é constituído pela casa (*oikia*) e pela família. O surgimento da cidade-estado significa que o homem recebera, ‘além de sua vida privada, uma espécie de segunda vida, seu *bios politikos*. Agora cada cidadão pertence a duas ordens de existência; e há grande diferença em sua vida entre aquilo que lhe é próprio (*odion*) e o que é comum (*koinon*)” (ARENDDT, 2001a, p. 33).

A condição humana desde o nascimento é de dependência. Sempre o humano cuida do humano; alguém tem que dispensar sua vida para cuidar, ou o filhote de humano não sobreviveria. Assim, a ação e o labor estão relacionados com a “*vita activa*”, que é a ocupação, a inquietude, o desassossego, que faz oposição direta com a atividade contemplativa. Por essa razão, os escravos eram desconsiderados pelos gregos, por ocuparem grande parte de sua vida com tarefas destinadas à sobrevivência de si ou de outrem. Ao filósofo não era permitido o pragmatismo, pois considerava-se que a dignidade humana era conquistada por meio da contemplação, da reflexão, sem vínculos com os fins pragmáticos.

De modo que o trabalho pode ser produtivo ou improdutivo; qualificado ou não qualificado; intelectual ou manual. A organização humana prende o ser a um conjunto de atividades que lhes rouba o tempo, que culturalmente é destinado ao feminino, à mulher, à mãe, à dona de casa, à esposa, à cuidadora, num misto entre *oikia* e *polis*.

4.6 Integração à realidade urbana e industrial

Nesta seção, discute-se a maneira como as participantes conseguiram integrar-se à realidade urbana. Considerando o fato de serem mulheres, oriundas do campo, com baixa qualificação para inserção no mercado de trabalho, restou-lhes utilizar das sobras da sociedade de consumo, como apresentado em Bosi (1981), sobre os movimentos sociais e a realidade urbana, que a preocupação dos militantes é que as necessidades a que o aprendizado responda seja algo desconhecido: algo a descobrir, a decidir depois. Como se o conhecimento fosse uma negação daquilo que se é e uma contínua descoberta daquilo que poderia ser. Conservando dentro de si

traços da vida experimentada no bairro, na família no trabalho, na roça. Apresentando o medo de que seus filhos e outras crianças repetissem o mesmo processo que envolve a ausência de preparo para o mercado de trabalho. Aprender muito das duas culturas, a erudita e a popular, a consciência de grupo e suas responsabilidades, a práxis e a universalidade. Desse modo, a cultura ganharia o que se perdeu: o trabalho manual, o cultivo da terra, a ligação religiosa com o Todo, meio aos materiais de sobrevivência. Assim, sob os fragmentos de matéria anômica, “os detritos e migalhas da sociedade industrial, imprimindo a esses conjuntos o encanto dos valores do uso”, voltados para essa classe (BOSI, 1981, p. 19).

Essa frase de Bosi (1981) remete à fala das participantes que encontram nas migalhas da sociedade industrial, os fragmentos de reciclados para atender suas necessidades mínimas, pois não encontraram na cidade industrializada uma forma de qualificar e inserir no mercado de trabalho como imaginavam:

Esses dias eu fiz um bico numa reciclagem, porque a gente pensava que reciclagem era coisa tipo Pet, plástico e papelão. Não, tem muita coisa além disso, então eu até aprendi em relação a isso. Eu fiquei muito tempo ajudando essa reciclagem, porque não foi nada assim carteira assinada nem nada, só coisa de bico mesmo para eu aprender e como eu estava sem um trabalho fixo fiquei lá um tempo, e aprendi [...] eu já cheguei a trabalhar aqui (Entrevista Girassol, 2019).

É que como eu cato reciclagem eu acho muita roupa, então o que não serve pra mim serve pros outros. eu trabalho de catar reciclagem. Agora assim, quando eu vejo que a roupa é muito ruim é trapeira, eu não pego. Porque trapo a gente joga fora mesmo. E a maioria das minhas roupas vem tudo do que eu acho. Eu e minhas filhas. E a gente ganha doação também dos outros, quando vem pra doar a gente tá perto pra pegar ne (Entrevista Dona Papoula, 2019).

Não sei...Vem mais não. Eu de vez em quando eu tenho um dinheirinho, que eu junto PET, junto latinha. Aí eu tenho um dinheirinho pra um [incompreensível] meu (Entrevista Dona Rosa, 2019).

Henri Lefebvre (2001, p. 7) assevera que “o direito à cidade é o acesso à vida urbana, condição de um humanismo e de uma democracia renovados”. Essa busca é por romper com todos os sistemas, sem substituição por outro, abrindo o pensamento e a ação em direção a possibilidades de novos horizontes e caminhos de menor distância entre a teoria e da prática, considerando os problemas relativos ao crescimento e a planificação, às questões sobre integração das pessoas à cidade e ao desenvolvimento da realidade urbana, a falta de condições de subsistência e de cultura.

A *sociedade industrial* forneceu o ponto de partida para refletir a modernidade e o capitalismo concorrencial com a burguesia industrial, um novo protótipo, do tecido urbano e modo de viver, onde na base econômica aparecem fenômenos da vida social e cultural. A margem ou franja da cidade foi excluída do tecido social. Esse evento aconteceu porque as pessoas que chegaram da zona rural não conseguiram se adaptar ao modelo de cidade industrial, que confronta o retrato da ruralidade. Isso levou a expulsão do centro urbano e da urbanidade, e, enquanto proletárias, que enfrentaram o êxodo do campo em busca de qualidade de vida na cidade industrial, restou-lhes a solidariedade humana até algumas alcançarem as políticas públicas.

Para Lefebvre (2001), o êxodo rural partiu de uma estratégia, no entanto queriam colocar o proletariado numa hierarquia distinta da que impera na empresa, das propriedades, das casas e dos bairros, diferente de apenas produtores assalariados. O que buscavam era um cotidiano melhor, imaginavam um habitat, a ascensão à propriedade. “A consciência social vai deixando pouco a pouco de se referir à produção para se centralizar em torno da cotidianidade, do consumo” (LEFEBVRE, 2001, p. 22). No entanto, esses proletariados, que chegaram na cidade, conseguiram apenas o *status* de suburbanos e dos pavilhões residenciais, perdendo a consciência do que é urbano, numa “urbanização desurbanizante e desurbanizada” (LEFEBVRE, 2001, p. 22), de modo paradoxal.

O direito à moradia aflora na consciência social, um apêndice dos direitos humanos, trocando o habitar, em sua riqueza de conceito, para o conceito de *habitat*, onde os moradores não se reconhecem como pertencentes àquele espaço diferente do seu imaginário que se esfuma até desaparecer. No presente estudo, o universo dessas mulheres se reduziu ao seu grupo familiar dentro de suas casas e às amigas na vizinhança. Seu limite é o bairro e não a cidade. A cidade promove uma atividade de mediação cultural, com signos próprios, ideologias, tendências e estratégias políticas. O bairro tem um contexto próprio, uma metalinguagem de imediatismo e inconscientes escondidos nos espaços habitados. Ali é seu recanto, onde desenvolve com liberdade modo de viver, o cuidado com os seus, os desejos e as necessidades no interior das habitações.

Lefebvre (2001) aponta o modo de se lançar o olhar e efetuar a leitura da cidade, que é em si objeto de desejo e revela diferentes níveis de realidade e potencial análise, não podendo ser definida sem a sociedade humana que a habita. A

globalidade significada na semiologia do poder dá sentido ao modo de viver e habitar. Em sua dimensão paradigmática, refere-se ao seu interior e exterior, à oposição centro-periferia, o que integra o excluído desse espaço. E em sua dimensão sintagmática, aponta a ligação e articulação de elementos isotópicos e heterotópicos.

Um dos pontos críticos do pensamento de Lefebvre (2001) é o “pavilhão”, os aglomerados de habitações populares fora dos espaços urbanos nobres, longe dos equipamentos sociais, dotados de meio de transporte caótico. Tais espaços foram desenhados por arquitetos que projetaram em suas máquinas o modo de viver do proletariado. Essa planta, diferente da plantação do campo que retorna o sustento, produz mais desigualdades sociais, uma safra de gente excluída do acesso à terra, a bens e serviços. É o conflito rural-urbano, também nomeado pelo autor de “rurbano”, resultado do processo de quatro etapas da cidade: a política, a comercial, a industrial e o ponto crítico (industrialização-urbanização).

Engels, em 1845, entendeu que um dos principais problemas urbanos era a moradia, pode-se dizer com segurança, que também outros tantos problemas sociais assolam a urbanidade, deixando de ser pesquisados, como as interações familiares, a formação e as necessidades de subsistência. A vida urbana entra de marcha ré, pela necessidade através da pobreza e segregação nesses guetos. No caso das mulheres do SHIS de Anápolis, de acordo com o relato das participantes da pesquisa, a busca por condições de vida melhor, a desvalorização do espaço social rural e a impossibilidade de se adaptar à nova realidade social, por falta de um preparo para o mundo, teria sido a raiz de todos os males.

Tá lendo, tá escrevendo, pronto. Então ela deu para todas quatro nós, o curso de datilografia, o corte. Para isso ela apanhava café para poder dar isso pra gente. E tendo isso, a moça que tinha isso tava muito bem. Depois de morar aqui que eu vim estudar. Aí eu fui para aquele Supletivo Elias Chadud, porque eu falei “Não”, não tinha EJA ainda. No início foi um pouquinho difícil, mas depois eu fui... Como eu só tinha menino estudando, sentava-se pra estudar, fazer tarefa [...]eu lembro que eu ia, eu ia a pé. Saía daqui pra ir lá no Elias Chadud a pé, porque teve uma época muito difícil... [uns 10 km] almoçava, lavava as vasilhas depressa e oh.... [estalo de dedos] corria pra mim poder ir pra escola. Essa distância, porque o marido falava assim “mulher velha num estuda. Eu tenho que sair pra trabalhar” ... E assim fazia, pegava minha bolsinha e ó, perna pra quem tem, menina. Hoje eu fico olhando a distância e acho que não dou conta de fazer nem a metade

A associação de moradores num tem feito muita coisa, mas assim, a gente trabalha em conjunto com o vereador, com requerimento. E ele atende a gente, o prefeito atende a gente com os pedidos, e a gente não tá tendo muita coisa assim pra poder. Eles vão fazer uma praça pra gente ali, eu já fui lá, vi a maquete da praça. Então a gente acha bom, corre atrás. Porque vai ajudar

um pouco o pobre. Aí a gente tem ajudado também um pouco com a cesta, recadastrando as pessoas, encaminha essa cesta, tem muitas pessoas carente aqui. Agora, por exemplo, eu tô trazendo o pessoal do CRAS, uma ou duas vezes no mês pra fazer o recadastramento do CadÚnico, LOAS, o BDC, né? Eles acham difícil, tem pessoas que não tem 4 reais pra ir lá fazer, não tem (Entrevista Dona Cravo, 2019).

Ela arrumou um serviço lá no DAIA, lá na cozinha industrial. Aí as amigas dela conversando com ela disse: “Você já fez o cadastro?” “Vai lá, quem sabe você não consegue?” Nós fomos fazer o cadastro. Mas só que já tinha fechado. Não fazia mais. Aí a moça falou assim “Ó, quantos filhos você tem?” “Vai fazer cinco com esse que eu tô gestando. “Já fechou os cadastros. Mas como você não tá tendo lugar de morar, você mora de aluguel e tem cinco filhos. Vou fazer esse cadastro seu. Se na hora do sorteio, se sair qualquer pessoa, aí você entra na vaga”. Ela tava pagando muito caro o aluguel. Ela era manicure fazia unha no final de semana e trabalhava no DAIA, durante a semana. Aí quando deu da reunião das casinhas lá no salão lá dá prefeitura. Ela tava trabalhando, o marido dela também tava trabalhando na firma. Aí ligaram pra ela, que ela fosse pra lá sete horas da noite. E chuva e chuva. Ela tava com quase oito meses já. Ela foi para lá. Aí teve o sorteio lá, das casinhas. E ela foi e ganhou, graças a Deus. A nossa casinha aí. Ela gosta da casinha dela (Entrevista Dona Rosa, 2019).

Como foi durante a entrevista com *Girassol*, perguntei se ela sabia o que era que tinha no muro do outro lado da rua do seu condomínio. Ela não soube responder. Informei-a que era a distribuidora de refrigerantes, uma marca multinacional muito conhecida e que poderia ter interesse no seu currículo. Ela baixou a cabeça e disse que por certo não contratariam alguém que morasse no Residencial do SHIS. Essa superação da realidade social e busca do mercado de trabalho foi vencida por Dona Margarida, quando lutava para se inserir na cidade, ainda criança, sem lugar para morar, sem cuidadores, explorada com trabalho infantil, tinha o acesso ao direito à cidade negado. No entanto, todas essas faltas serviram como aprendizado para construir uma líder, uma chefe de família, dona de casa e pedagoga, e presidente de bairros como ela mesma se nomeia.

A dificuldade de se inserir no mercado de trabalho, ou mesmo em grupos em favor da comunidade, é uma característica marcante dessa população. Observa-se um certo medo, falta de inclusão nos espaços. Seria necessário um mediador, alguém que fizesse o trabalho do professor, que prepara para a vida em sociedade, que apresenta o mundo, para que viver em sociedade se torne menos complexo. Como se percebe no relato de D. Margarida, que conseguiu superar alguns entraves, mas ainda demonstra esse despreparo por parte das colaboradoras da associação de moradores dos bairros.

4.7 Aspectos dos valores morais e a mediação religiosa

A aquisição da moradia se apresenta como o fenômeno que traduz um sentido de Ser em sua coexistência cotidiana. Dando vazão à ação e, ao agir que o Ser do agente se revela no meio que ocupa. A casa foi uma aquisição permeada por crenças e manifestação de fé, presente em cada fala das participantes, tanto no modo evangélico do neopentecostalismo e a teologia da prosperidade, compreensivo em uma realidade dura permeada pela miséria. Como pelo simbólico da deusa mulher, mãe do Deus Filho, a Rainha do Lar o Senhora da Paz, devidamente relacionada às aspirações de uma categoria.

O conflito entre moral e política é antigo e complexo. Mas para as mulheres do SHIS, o sentido de Ser, a moral está ligada, ao mesmo tempo, com valores de manutenção da vida, intimamente relacionada à condição humana de existência; às experiências e vivências cotidianas, às necessidades inerentes à sobrevivência. Liderar o grupo e buscar decidir na comunidade, como se estivesse decidindo em casa. E na pior das situações, resta pedir a Deus, quando não houver outra fonte de aquisição.

O ser no mundo; é assim que são as chefes de família, mas um ser que encontrou o sentido e o significado no cuidar do grupo, da comunidade, dos filhos, seja eles os seus, ou mesmo da vizinha, da amiga, de outra mulher. Observa-se, nos relatos das entrevistadas, que as suas necessidades se tornaram o motivo de cuidar.

Foi a partir da falta que elas se mobilizaram em fazer pelo outro o que gostariam de ter tido. Quando perdem seus pais, elas se posicionam como mães da comunidade, O modo como foram educadas, a memória da trajetória educativa, lembrada com gratidão e saudade dos pais. Os valores familiares, a exigência no modo como cumprir as obrigações, a responsabilidade, os valores morais presentes no ideal de pai, esse é o modo como a moral dessas mulheres foi moldada, ainda na infância.

Os aspectos religiosos aparecem como símbolos agregadores da família e da organização social, desde o antigo culto a deusa pagã Héstia na Grécia (de acordo com Homero) e Vesta (Hesíodo) em Roma que agregava a família e o lar. No presente estudo, foi observado que os aspectos religiosos e simbólicos também têm essa função de agregar e organizar o meio social, o culto à Rainha do lar, presente no discurso das entrevistadas, ressalta essa crença na entrevista de D. Hortência que mantém altares em sua cozinha onde as reuniões acontecem:

N. Sra. Rainha da Paz que é a santa que nos traz essa, esse tema da paz. Então a gente quer muito que essa questão da paz nas famílias, que a gente quase não vê família brigando, marido e mulher brigando com violência, essas coisas [...] [aponta para o altar com uma imagem de 70cm de altura]. Mãe Rainha com Rainha da Paz. Tinha o movimento da Mãe Rainha lá no Bairro onde morava. A capelinha veio comigo. Tipo assim, um sinal de que Deus e a Mãe estava com a gente naquela luta naquele momento de ter essa vitória que é a minha casinha. Então para mim foi muito gratificante, e de Deus mesmo, que eu falo assim: É ilegal? É. A questão de comprar. Mas, Deus viu que eu precisava demais, e a condição de estar pagando aluguel do jeito que eu estava né? (Entrevista D. Hortência, 19/10/2019).

A Rainha da Paz, no simbólico de D. Hortência, consentiu que ela adquirisse a moradia de outra pessoa sorteada. São valores morais próprios, que favorecem algumas interações nos bairros. Por meio da novena à Santa, Dona Hortência, ainda recém-chegada no bairro, visitou 30 famílias dando início a uma dinâmica social de integração e solidariedade. Sua ligação com a Igreja logo favoreceu o início do trabalho da Pastoral da Criança no bairro Leblon, em sua casa. Por meio de mutirão com ajuda da Igreja, foi ampliada a sua cozinha e garagem, onde acontecem missas, catequeses, cursos e reuniões da Associação de Bairro, apoiada por outras lideranças religiosas de outros segmentos, tendo em vista as necessidades dos participantes, retornando para subsistência, moradia, escola para as crianças e serviço de saúde.

Outras formas de simbólico religioso, como campanhas de oração e arrecadação de cestas básicas por ocasião do Natal e festas religiosas, lideradas por Pastores, assim reconhecidos pelos moradores, muitas vezes não por formação ou sacerdócio, mas por reunir para orar e desenvolver algum projeto de cunho social. Assim, as reuniões têm como elemento preponderante a fé e a caridade, reúnem os moradores do bairro em ações e no compartilhar dos suprimentos arrecadados. De um modo geral, todas as atividades interativas favorecem a socialização, o lazer, com rodas de conversa, trocas de receitas, apresentação de quitandas, cafés, sucos e chás, produzidos em conjunto, brincadeiras para as crianças, mensuração do desenvolvimento dos pequenos, indicações de ofertas de empregos, comemoração de ritos sociais, como nascimento, batismo, aniversários, casamentos, promessas por algum sonho, desejo ou cura.

A gente foi criado num sistema, igual eu te falei, muito rígido e minha mãe, meu pai ensinou muita honestidade pra gente, sempre falava pra gente assim que se a gente for pegar alguma coisa a gente pega e dá conta, mas se vê que não vai dar conta é melhor não pegar, não fazer. Eu já tenho uma vontade de pegar essas pessoas e transforma a vida dessas pessoas, essa que tá

doente vai tratar, essa daqui que não tem emprego vou arrumar um emprego pra ele, esse aqui que não tem comida dá uma comida pra ele, mas assim... dele mesmo crescer, não é eu levo pra ele, é fazer ele crescer (Entrevista Dona Cravo, 2019)

... bato de frente com ele, eu bato mesmo, com as coisas errada, né? E aqui é... é, eles qué ser superior a mim, mas comigo ele num vem não, bato mesmo de frente com ele. Ele me odeia. Tô nem aí pra ele, né? E eu bato de frente, falo que tá errado, que não é assim, né? E... e nós dois é lua e sol, um tem que entrar o outro tem que sair. Eu bato, bato a hora que for preciso (Entrevista Dona Margarida, 2019).

Tendo como fundamento as reflexões de Hannah Arendt (2001) sobre as atividades da condição humana de existência, o fenômeno da ação se destaca com maior substancialidade no pensamento do campo social, a pensar a construção de um sentido para o espaço e para o cotidiano que nele se realiza e materializa com ênfase na trajetória formativa.

A religião moldou desde a antiga organização familiar e a antiga cidade-estado, onde o regime dos *gens* tinha como base a religião da família, enquanto o regime da cidade eram duas formas antagônicas de governo. De modo que “ou a cidade desapareceria, ou, ou com o tempo degradaria a família” (MOMMSEN, 1955, p. 252, apud ARENDT, 2001, p. 33-34).

A exemplo de Roma e as cidades-estados gregas, baseado no institucional e no político, mesmo com culto de Vesta, deusa do lar, protetora do lar citadino, tornou-se culto oficial e político após unificação de Roma. Equivalente à deusa grega Héstia, apresentada por Hesíodo, como louvor no lar e na família, religião oficial da *polis*.

No presente estudo, o caminho filosófico-epistemológico considera proposições trazidas pelas ciências humanas e sociais: Filosofia, História, Sociologia, Psicologia, e ainda, especificamente, pela história oral de vida, e seu sentido constitutivo das experiências de relações e interações entre ser humano e mundo. Isso implica considerar preceitos relacionados à maneira de conhecer e explicar o que se conhece.

Deste modo, é essencial, ao falar da coexistência e de ontologias com vistas à ação política, falar da dialogicidade de experiências e vivências no cotidiano. Mas também relacionar à moral e à mediação religiosa, como elementos que apresentam o mundo nos seus valores culturais, organização da família e da sociedade, sendo a religião como instrumento do chefe de família. De acordo com Arendt (2001):

O profundo erro de interpretação contido na tradução latina de 'político' como 'social' talvez não seja tão claro quanto numa discussão em que Tomás de Aquino compara a natureza da lei doméstica com a lei política: o chefe de família, diz ele, tem certa semelhança como o chefe do reino, mas acrescenta que seu poder não é tão 'perfeito' quanto o do rei (ARENDETT, 2001, p. 36).

Para o esforço de compreensão de um sentido para o Ser e dos fenômenos da existência humana, dentre os quais possibilitam ao Ser adquirir sentido e ter-lhe algum sentido atribuído, é essencial a forma como se dá significados ao espaço físico casa, no seu sentido interno e bairro, considerando o sentido externo. A espacialidade e seus sentidos atribuídos revelam modos de ser-e-estar-no-mundo, ocasionando uma dinâmica de encontros e de convívio peculiar da coexistência de diferentes entes nesse mesmo mundo e a espacialidade inerente, que propicia a aproximação, e com isso a partilha de vivências e experiências, meio às perdas, dores e sofrimentos, a fé que ampara. Envolve a convicção de que a boa moral na sociedade civil dependia, em última instância, do temor e da esperança em outra vida.

4.8 Correlação de modelos de liderança entre as entrevistadas

A diferença marcante entre o modelo de liderança está na forma como o poder é alcançado e como ele é devolvido ao grupo. Se considerar os bairros onde as líderes tiveram acesso à Educação formal, pode-se considerar que a Formação Educativa favoreceu na compreensão de mundo, dos interesses das políticas públicas e no acesso à bens e direitos. O mais válido disso, é que aquelas que tiveram acesso à educação formal, tem como bandeira de luta a Educação. Sendo incentivadoras para que outras possam estar buscando o mesmo acesso, bem como filhos, parentes e vizinhos. Por acreditar no poder de mudança social que a educação pode produzir.

Ao correlacionar os diferentes tipos de lideranças encontradas nas narrativas das entrevistadas, como poder centralizado e poder compartilhado, bem como aspectos de suas histórias de vida, entende-se que o tipo de liderança de Dona Margarida, ao ser comparada com Dona Hortência, encontram-se em aspectos comuns, como por exemplo, as duas cursaram faculdade de Pedagogia, encararam âmbitos maiores da política partidária sendo candidatas a vereadoras. No entanto, não foram eleitas, mas conseguiram manter seus cargos na Secretaria Municipal de Cultura e Secretaria Municipal de Educação, respectivamente. Dona Margarida teve apenas uma filha, mas foi mãe de leite de muitas crianças nos três bairros que lidera

e cuida do marido convalescente de um transplante de rim. Dona Hortência teve 5 filhos e adotou mais um casal de filhos, separada do marido. Uma subjugada aos critérios das lideranças políticas como prefeitos e secretários de obras. Ambas são subjugadas às condições do presidente geral da Associação de Moradores da cidade. Ainda, dona Hortência presta contas à igreja, pois recebe o apoio e a liderança do padre, mas também a um pastor que está à frente da sua liderança no bairro em muitos projetos sociais que ela desenvolve.

Quanto à forma de administrar, uma tem uma liderança centralizada cuidando de 3 bairros, a outra utiliza um modelo de liderança aberta, onde todos participam da sua coordenação de bairro, abrindo-a para o pastor, Dona Crisântemo, Dona Azaleia, Dona Rosa e Dona Papoula, que exercem o poder de decisões sobre questões do bairro e do compartilhar de alimentos da horta comunitária, entre outros. Sua casa é sempre aberta, todos chegam e participam de um café com quitandas, ou mesmo um chá, folhas, cheiro verde, verduras e frutas tirados da horta, ela estando ou não em casa.

Quanto ao modo de aquisição da casa no bairro do SHIS, ambas líderes tiveram a mesma origem social, vieram da fazenda. No entanto, Dona Margarida morou na rua e superou as dificuldades para se inserir sozinha no contexto urbano, em suas recordações, os dramas de uma infância trabalhando para se sustentar e a constante busca de se proteger dos perigos da vulnerabilidade social, como racismo e discriminação, sendo que, a sua casa foi adquirida pelo marido no bairro que veio a ser de interesse social. Dona Hortência teve o apoio das freiras para estudar, até que suas condições de saúde a impossibilitaram. Fez o tratamento, interagiu com outras mulheres de diferentes grupos religiosos, foi ser professora no garimpo de Serra Pelada, casou-se, teve seus filhos, separou-se e veio para Anápolis, comprou o direito da casa no bairro de interesse social, onde teve apoio da igreja e se tornou líder em meio às necessidades locais e o aporte de mediação cultural.

Correlacionando o poder das duas vice-presidentes entrevistadas, Girassol e Dona Crisântemo, uma fez faculdade de Administração, mas não concluiu os estudos, não tem família sobre os seus cuidados. No entanto, cuida do pai, da mãe e do irmão, não conseguiu firmar no mercado de trabalho, tornou-se vice-presidente da Associação mediante o histórico de luta da mãe e o apoio simultâneo. A outra não cursou faculdade, fez magistério e sonha em ser professora; hoje costureira, cuida do

filho e da filha que necessitam de cuidados especiais e vivem subjugados pelo marido.

Ao correlacionar a história de liderança de Dona Cravo e Dona Mal-me-quer, foi possível observar que as duas vieram da zona rural, tinham forte apego ao pai, casaram-se e só depois de criar os filhos, deram sequência aos estudos por meio do sistema de Educação de Jovens e Adultos, mesmo contra a vontade do marido, concluíram o curso. Dona Cravo, já tinha a casa que o marido comprou, foi ao longo do tempo melhorando a moradia e o bairro, que se tornou de interesse social. Enfrentou diversidades e longas distâncias, mas também contou com apoio de outras mulheres para estudar e da igreja para liderar o bairro e as atividades da Pastoral da Criança. Destemida encarou o concurso e hoje, depois de viúva, tem sua emancipação financeira e pode se dedicar às atividades sociais que tanto gosta, como agente comunitária de saúde.

Dona Mal-me-quer teve sua luta travada em sair do aluguel, não deu continuidade aos estudos e não conseguiu entrar no mercado de trabalho; hoje faz serviços de diaristas para manter a família que está desempregada. A casa é sua maior conquista: enfrentou polícia, criou associação, foi a público, subiu em palanque, denunciou, acampou no pátio do residencial para agilizar a entrega da habitação e sair do aluguel para o abrigo definitivo da sua família. Hoje, com sua experiência, busca ajudar outras pessoas em situação de vulnerabilidade na conquista por seus direitos sociais.

Ao correlacionar a trajetória de vida de Dona Rosa e Dona Dália, fica evidente o papel da família nuclear, o apego aos pais, a dificuldade no ambiente rural, a falta de estudos e a fixação com a igreja evangélica, em meio ao discurso de prosperidade. As duas ajudam na horta comunitária e são exímias conhecedoras de plantas medicinais. Dona Rosa contraiu hanseníase do seu marido, fez o tratamento, mas ainda sofre com as sequelas deixadas pela doença; a mesma doença que a tornou prioridade na lista para adquirir a casa, e ainda lhe garantiu a aposentadoria para o sustento dela e da família. Ela garante que benze contra mau-olhado, mas frequenta a igreja evangélica, cuida do neto que não a deixa por nada e ele cuida dela também, pois com 12 anos de idade, ele lê muito bem e a ajuda, pois ela não sabe contar o dinheiro quando vai pagar no supermercado, nem ler o itinerário escrito no ônibus; tudo isso ele sabe, mora com ela e lê as receitas dos médicos e a ajuda com a medicação.

Dona Dália, viúva, também não estudou muito, agradece a Deus por ter se libertado do casamento, pois sofria constantes situações de violência doméstica, de ordem física, moral, psicológica e patrimonial; seu trabalho na lavoura era pesado, enfrentava muitos perigos com animais peçonhentos e cuidava dos filhos. Ela sempre foi muito religiosa e sempre orava para as pessoas em casa e em reuniões, ficou conhecida como pastora. Nas reuniões da Associação, é ela que abre e encerra com um versículo bíblico que decorou na Escola Bíblica Dominical de sua Igreja.

Conta como foi difícil fazer o cadastro para a seleção da casa própria, pois lê pouco, precisou de ajuda dos irmãos da igreja e da filha em todo o processo para não perder os prazos. Mesmo depois de sorteada, os papéis sumiram, precisou de ajuda e depois apareceram, mas a casa tinha rachaduras, ela reclamou, recebeu o reparo do PMCMV. Outra situação foi quando o seu neto, que estava prestes a ter um filho com a esposa, tentou lhe tirar a casa, foi necessário que os responsáveis pelo programa a defendessem, informando que existe uma lei que garante que a casa é dela e ninguém pode tirá-la.

Dona Azaleia e Dona Papoula, em uma síntese simultânea sobre suas trajetórias de vida, a partir de suas narrativas. Percebe-se que Dona Azaleia, de origem rural, sempre se submeteu aos cuidados dos pais, trabalhou desde muito cedo, teve muitas dificuldades para estudar, percorria longas distâncias por dia para ir à escola, logo, não quis mais estudar. Casou-se aos 15 anos de idade e saiu da casa dos pais para morar em fazendas do estado de Tocantins com o marido, onde trabalhavam e cuidavam dos filhos. Vieram para Anápolis, teve dificuldades para se inscrever, logo, não conseguiu ser sorteada; sua filha ganhou a casa e moram juntos as duas famílias. Dona Azaleia trabalha atualmente com reciclados, cuida da horta e ajuda nas ações da Associação, ainda faz promessas para ter a casa própria, pois acredita que Deus vai lhe dar um lugar para chamar de seu.

Dona Papoula também veio da fazenda ainda criancinha; lembra de castigo da mãe, experiência de dois anos no orfanato que foi fechado pela justiça. Por ela não querer ir para a escola, logo fugiu para as ruas; aos 13 anos de idade usava drogas pelas ruas de Brasília, foram mais de 5 anos, vivendo com um grupo de andarilhos. Voltou para Anápolis grávida de sua primeira filha, o pai da criança a protegia das gangues adversárias. Tiveram mais duas filhas, enquanto moravam com avó paterna da criança, que a ajudou com a inscrição da casa. Hoje, espera um futuro melhor para

as filhas, incentiva o estudo, mesmo que não se saiam tão bem, trabalha com reciclados para sustentar a família e incentiva outras mulheres a orar para conseguir a casa própria, pois acredita que Deus foi quem lhe abençoou com a moradia.

Supostamente essas lideranças vivem em situação, embora melhor, que a anterior, sucumbidas ao poder central masculino. Mesmo intituladas como chefes de família, sendo donas de suas casas, sempre estão atendendo aos desígnios de um homem, seja o pai, seja o marido, o filho, o neto, seja o pastor, o padre, o presidente do Conselho.

A dominação masculina com sua incorporação de esquemas inconscientes de percepção das estruturas históricas na categoria do entendimento da cosmovisão androcêntrica. A construção social do corpo, o modo como é determinado que a mulher se comporte, não expor determinadas partes do corpo, frisado nas reuniões pelo líder religioso, a maneira como a ordem do masculino é acatada, a maneira como a dominação é incorporada. Também a violência simbólica, por exemplo, como o neto achou que teria direito sobre a casa da avó, apenas por ele ser homem e mandar. A divisão social do trabalho, a maneira como as mulheres são cuidadoras e produzem artesanato e serviços domésticos para se manterem. Ainda a maneira como os maridos tendem a ser viris e violentos contra as esposas, impedindo-as de estudar e trabalhar fora, como se elas fossem suas propriedades e não devessem ser partilhadas em outros ambientes sociais.

A origem do *habitus* feminino está nas famílias e nas condições sociais, a ideia de casamento, a necessidade do marido para sair da casa dos pais, o modo como ele se apropria da esposa e da relação com os filhos, de acordo com o gênero, e detém o monopólio da violência simbólica dentro da família. Como presente nas obras de Virgínia Woolf, onde ela destacava a forma de dominação inscrita em toda ordem social, conclamando a necessidade de des-historicização dessa realidade, ocorre em Anápolis uma reconstrução histórica por meio do programa que deu acesso à moradia para à mulher chefe de família.

As ciências sociais não podem apenas descrever as transformações da condição social dessas mulheres, mas impulsionar os fatores de mudança relacionados às instituições escolares, desde a reprodução de diferenças de gênero, como na preparação para o mercado de trabalho, enfrentamento dos fatores da

economia, dos bens simbólicos e as estratégias de reprodução, em busca da autonomia feminina, na divulgação pela mídia e redes sociais, um *Post-Scriptum* onde o que deve dominar é o amor, a igualdade, a fraternidade, a solidariedade, a liberdade, o respeito às diferenças.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após todo o caminho percorrido para a produção deste estudo, defende-se a tese que a trajetória de vida das mulheres do SHIS de Anápolis é formativa e tem como base o cuidado com a manutenção da vida e a satisfação das necessidades de subsistência de sua prole, o que ocorre por meio de uma luta diária por direitos sociais e articulação em sua comunidade. Contudo, esse caráter formativo se fundamenta numa prática distinta daquela que ocorre no interior dos espaços escolares ou por mecanismos de intervenção educativos de determinados grupos específicos de movimentos sociais. Sendo gerada pela falta de oportunidade de refletir suas ações pela educação escolar ou mesmo pela educação popular, mecanismos voltados para uma verdadeira emancipação conscientizadora do indivíduo e da sociedade.

O presente estudo teve como objetivo compreender o processo formativo das mulheres do SHIS de Anápolis, na emancipação e empoderamento das chefes de família por meio da aquisição da moradia, considerando o nível de participação das mulheres dos respectivos bairros e na intervenção política. Buscou também compreender como se expressa, ou não, poder dessas mulheres no âmbito familiar, e/ou a invisibilidade da mulher enquanto sujeito social.

Por meio de suas falas, as mulheres entrevistadas compartilharam que, além de sua história de vida de opressão, ao se constituírem como líderes comunitárias, não extrapolam os espaços e sentidos à casa, ao cuidado com a família e do bairro. Contraditoriamente, recorre-se ao ponto central desta seção para discutir que, embora não tenham uma visibilidade pública reconhecida, elas desempenham um papel de grande importância na família e na comunidade local. O fato de não ser politicamente e socialmente reconhecido, não significa que o trabalho doméstico, com a família e com a comunidade não possui grande importância para o próprio desenvolvimento histórico e social, formativo.

Observando o grupo participante, constata-se a relação poder (posse garantida da moradia) e emancipação (condições de sustentar a si e a sua família de modo consciente) das agentes, que se contrapõem entre público e privado, uma vez que o poder adquirido é proveniente do poder público, por meio da moradia, o qual se constitui em elemento essencial para sua segurança e reconstrução da história de sua

família. Entretanto, apenas esse direito, a despeito de sua importância, como visto ao longo deste estudo, não garante emancipação das mulheres, garante apenas o habitat, sem as condições de habitabilidade, sendo que o acesso ao direito à cidade ainda se mantém restrito.

A partir dos dados, evidencia-se que o papel social da mulher continua restrito à gestão do lar, ou das coisas relativas ao ambiente doméstico, à chamada vida privada. Portanto, as mulheres continuam não tendo um papel social reconhecido, a não ser do doméstico e do cuidado com a prole, resultando na permanência da invisibilidade social e na ausência de seu lugar de fala.

As lutas coletivas materializaram o poder de ser dona da casa, que permitiu, dentre outros benefícios, agregar em um mesmo espaço toda sua prole; proteger das intempéries ambientais; pertencer ao conjunto de casas habitadas, que é o bairro; uma célula do acesso à cidade e a cidadania. É ter acesso à condição social mínima, premissa da dignidade da pessoa humana; é ter um lugar para chamar de seu e poder lutar por mais direitos para sua família, na prática da democracia.

De modo interativo com o humano, que se desfrutou de sua presença e confiança, do humano em sua teoria no modelo do método acadêmico, é que se apresentaram os dados coletados durante as entrevistas e visitas. Também como aspectos das memórias das participantes, seus sentidos e significantes, que caminham em direção aos objetivos da pesquisa e a subjetividade da pesquisadora, que é o empoderamento e emancipação, a partir da luta pela casa e pela educação.

Duas questões devem ser destacadas, uma delas é base fundamental do processo democrático, que a articulação pública, base da proposta do Sistema de Habitação de Interesse Social, e isso não ocorreu conforme estabelecido no programa, de modo que os sujeitos que vão vivenciar o bairro não participaram das decisões do planejamento e construção, escolha dos equipamentos sociais que mais atendessem à demanda dos moradores.

Também a divulgação de 15 bairros, que foram acomodados de acordo com as condições do Programa Minha Casa e Minha Vida com a Caixa Econômica, que determinava no máximo 300 Unidades Habitacionais por contrato. O que ocasionou Etapas do mesmo bairro, e não a quantidade de bairros prevista.

Ainda a questão dos equipamentos sociais, que deveria ser determinado pelo

Poder Público, mas ainda não ocorreu, conforme previsto no Programa de Moradias adequadas para mulheres chefes de família, apresentado por Rolnik (2012). Esses elementos contribuem para que a proposta inicial do SHIS, se constitua, em parte, como habitat e não como habitar, como defendido por Lefebvre (2001).

Ao final, o que se tem de positivo é a articulação feminina. Essas agentes que vão além de suas possibilidades, por meio da labuta, como verdadeiras protagonistas fomentadoras da ação em meio à comunidade, promovendo o espírito de luta em meio às adversidades, elevando o grau de superação dos sofrimentos em busca de uma vida melhor para o grupo.

Todavia, embora não tenham uma visibilidade pública reconhecida, elas desempenham um papel de grande importância na família e na comunidade local. O fato de não serem politicamente e socialmente reconhecidas, significa que o trabalho doméstico e o trabalho comunitário, não são vistos socialmente como importantes para o próprio desenvolvimento histórico e social.

Destacam-se dois aspectos fundamentais para essa tese: seja o empoderamento e a emancipação enquanto princípio universal, e o ponto da contradição de que o mercado de trabalho define a emancipação feminina. Uma compreensão que este estudo proporcionou foi que a emancipação é o fim a que deveria servir o empoderamento, enquanto meio para alcançar a emancipação humana que a liberdade política.

Algumas instituições utilizam o termo empoderamento como fim em si mesmo, como se bastasse empoderar para libertar a mulher. Entretanto, não há como se emancipar sem empoderar, pois a finalidade do empoderamento deve ser o retorno ao conjunto que concede esse poder a alguém com a finalidade da emancipação política.

Assim, empoderar envolve não apenas o contexto pessoal, com o sentido de autoestima e capacidade; perpassa o contexto relacional, gerando a habilidade para negociar e influenciar na natureza das relações e decisões tomadas, para alcançar o seu fim que é o *coletivo*, onde possa gerar um impacto maior, como a formação de uma cooperativa ou envolvimento com as estruturas políticas, alcançando as dimensões do empoderamento em sua totalidade, o que envolve os aspectos psicológicos, culturais, sociais, econômicos, organizacional e político.

O que se constata é que a dona de casa se insere no processo de luta pela sobrevivência dos seus (filhos e marido), deixando distante a ideia de que esse agir se restringe apenas a cuidados domésticos (o chamado *care* previsto na economia dos cuidados). De modo que, ser dona de casa é estabelecer um conjunto de relações comunitárias para suprir a subsistência e as interações sociais no *locus* dessa população, o bairro²⁵.

O segundo ponto que vale evidenciar a sua contradição, é a consideração enfática da ideia de que a entrada da mulher no mercado de trabalho significou historicamente a emancipação feminina. Se por um lado, a entrada das mulheres no mundo fabril do século XVIII possa ter contribuído para sua libertação em relação ao domínio masculino dentro de seus lares, por outro, elas passaram a enfrentar uma outra forma de subordinação, que é a a exploração dos padrões de sua força de trabalho de forma pauperizada. Ou seja, uma subordinação direta em relação ao capital, que passou a explorar sua mão de obra, em condições mais precárias do que em relação aos trabalhadores do sexo masculino.

Com o processo de revolução industrial, a mulher deixa de se constituir como importante na organização da casa e da comunidade e passa a ser explorada na nova organização do sistema capitalista. Tal processo se insere numa articulação capitalista que visava integrar a mulher ao modo de produção do capital como força de trabalho a ser explorada, perdendo o papel social onde se caracterizava o lugar de mulher e chefe da família, sobrecarregando em diversidades de papéis, para aquelas que alcançaram a inserção urbana.

O presente estudo se opõe ao termo atribuído à mulher que não alcançou o mercado de trabalho, *desocupada*, conforme o IBGE (2016), por se constituir em outra forma de exclusão feminina, cujo fundamento está na ideia de o mercado de trabalho

25 O cuidado materno, foi reconhecido por sua importância em alguns países da América do Sul, como a Argentina, que anunciou que ampliará sua cobertura previdenciária para incluir as mulheres que dedicaram a vida aos cuidados dos filhos e não conseguiram se aposentar pelas regras atuais. De acordo com a Administração Nacional de Seguridade Social (Anses), o Programa Integral de Reconhecimento de Tempo de Serviços por Tarefas Assistenciais, compreende que o cuidado materno é trabalho e deve contar como tempo de serviço para a aposentadoria das mães. Como forma de reparação das desigualdades estruturais, o reconhecimento do trabalho invisível das mães somará um ano de aporte para cada filho ou filha e até dois anos por filho adotivo ou com deficiência. Um bom exemplo a ser seguido pelo vizinho Brasil. (Fonte: <https://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2021/07/cuidado-materno-e-reconhecido-como-trabalho-e-contara-tempo-para-aposentadoria-na-argentina>)

ser o determinante do seu valor social.

O papel da mulher no espaço doméstico e comunitário é de fundamental importância, desde tempos remotos. Nos primeiros movimentos sociais da modernidade, verificou-se o importante papel organizativo e de articulação social da mulher. Na sociedade do tempo presente, em âmbito local, as mulheres se constituem como agentes centrais na luta por creche, escolas, pelo pão e pela moradia.

Nesse caso, uma constatação importante é a prevalência da representação do papel social da mulher ainda invisível, ocultado, histórico e socialmente. Desse modo, entende-se que uma luta social dos movimentos populares, que de fato fizesse resgate histórico, deveria ser a valorização social da mulher, muito além do mercado de trabalho, pois ela tem seu papel social na articulação da comunidade.

Ela deve ser elevada socialmente à condição de chefe de família, contrapondo-se à desvalorização histórica da mulher como dona de casa, inaugurado pela lógica capitalista. Isso não significa reduzir a importância das lutas das mulheres pelos seus direitos trabalhistas e de igualdade de gênero. Muito pelo contrário, significa valorizar todo trabalho desenvolvido pela mulher, seja qual for a sua natureza, inserindo-se assim, numa concepção de trabalho em seu sentido ontológico.

As mulheres do sistema de bairros de interesse social desenvolvem um trabalho ainda maior; elas articulam entre si, construindo a rede de apoio social. Dado o modo como o bairro foi sendo ocupado, via sorteio das mulheres previamente cadastradas, que estavam dentro do critério de inclusão do programa Minha Casa Minha Vida. Por ser ocupado de modo aleatório e não de modo parental, como ocorre nas favelas, por exemplo, ou os demais bairros em que os moradores formam arranjos familiares e logo vão construindo teias parentais de ajuda mútua. No Bairro de interesse social, não tem vínculo familiar que dê identidade e favoreça a articulação que permeia a vizinhança. Nesses bairros, a rede de apoio é realizada pelas mulheres, sua liderança é no sentido *lato sensu*, não apenas àquelas que possuem cargos de liderança oficialmente reconhecidos, mas uma liderança desempenhada dos vários lugares que elas ocupam.

Desse modo, a base para mediação cultural é a própria casa dessas mulheres, ali onde ocorrem as reuniões, os grupos de roda de conversa, a votação da Associação de moradores do bairro, os cuidados da Pastoral da Criança. Destaca-se

ainda, que durante o governo feminino de Dilma Rouseff (2011-2016), com o Programa Minha Casa Minha Vida, promoveu-se uma elevação dessa mulher na condição de chefe de família, independentemente de estar ou não inserida no mercado de trabalho na sociedade capitalista.

No entanto, é notória a necessidade de políticas públicas para empoderar efetivamente essa população, para que elas venham a contribuir nesse processo de emancipação humana, social, cultural, daquelas pessoas que estão ao seu redor, em todo o conjunto social, independentemente do gênero, mas de todo o grupo que elas representam, seja filho, marido, irmão, pai. Enfim, de todo o conjunto humano, mediante o poder que lhe é dado como mulher com a emancipação no geral, a representação sobre a sexualidade, sobre o racismo, as várias representações sociais.

Considerando ainda, o grupo observado e ouvido por meio da escuta ativa nas entrevistas, o limite da formação das participantes está na ausência da educação sistemática, intencional, organizada pelos próprios movimentos de luta pela moradia. O que se pode observar é que a formação no processo de luta pela moradia por parte dessas mulheres, deu-se de forma espontânea, sem a mediação de instituições clássicas dos movimentos sociais, a exemplo do que acontece com as integrantes de movimentos sociais como a 'Via Campesina' ou 'Movimento do Sem-Terra' ou 'Movimento Quilombola', onde há uma intencionalidade educativa.

Ou seja, no movimento popular pela moradia, as mulheres dos bairros de interesse social compartilham saberes significativos de forma espontânea, seja durante o cultivo do pequeno canteiro de verduras, onde outras questões são cultivadas com as hortaliças, tal qual o direito dela enquanto mulher, o direito da criança, o direito de seu filho enquanto homossexual, o direito de seus pais enquanto idosos, o direito da vizinha que sofreu violência doméstica e a busca de apoio para denunciar o companheiro, a partir da reunião do grupo, onde a diversidade é comentada. Com isso, pretende-se dizer que a troca cultural ocorre, mesmo não tendo um programa formativo sistemático. Mesmo não tendo cursos de formação para essa população, esse processo formativo ocorre de forma espontânea a partir das relações que as próprias mulheres estabelecem. Tem-se a clareza dos limites de tal formação, que, em muitos casos, pode corroborar com uma visão mística e alienada da realidade.

Por isso, considera-se que os movimentos sociais pela moradia precisam compreender o papel social da mulher e, a partir dessa perspectiva, proporcionar a elas uma formação continuada, desde a alfabetização, para aquelas que não conseguiram se alfabetizar, como uma formação político-cultural continuada, fazendo a mediação na interpretação dos enfrentamentos por elas vividos a partir de uma práxis pedagógica. Ou ainda, uma formação por meio dos princípios da econômica popular, constituindo um conjunto de temáticas a que essa mulher teria acesso se o movimento fosse organizado com a intencionalidade educativa.

Entretanto, tal intencionalidade vai na contramão do modelo preponderante na Associação de Moradores, liderada por um modelo sexista, pragmático e detentor de poder, que não gera mudança. Também contrário ao modelo religioso que restringe o modelo de pensamento dessas mulheres, por parte de supostos líderes religiosos. De modo que, a trajetória formativa esbarra no problema do movimento, onde houve um processo formativo pela prática sem uma estruturação teórica mediada pela *práxis*. Elas foram excluídas da formação escolar e do movimento organizado, não tiveram oportunidade de refletir sobre sua prática nem na educação escolar e nem da educação popular de um movimento.

Considera-se que a emancipação feminina só poderá ocorrer se houver uma formação fundada nos princípios da práxis pedagógica, que se daria por um por meio de um conjunto teórico consistente, que se relacione diretamente com a prática cotidiana dessas mulheres, que proporcione consciência do seu papel enquanto mulher na sociedade, tanto no mercado de trabalho, quanto em casa, e nas relações comunitárias, devolvendo-lhe o lugar de fala.

Compreende-se como práxis a atividade social conscientemente dirigida com objetivos definidos, o que engloba categorias fundamentais sendo: transformação do meio ambiente e das condições naturais da vida humana; criação de formas e instituições da vida humana em sociedade, a comunicação, o trabalho e a cooperação.

A luta pela sobrevivência gera a transformação das condições da vida humana que é autocriação do indivíduo e a coletividade em prol da liberdade. Pois, para se criar o mundo é necessária a liberdade para ser deliberado. Precisa-se ser livre primeiro, deve-se resolver as questões relativas às necessidades, e, então, estar livre para criar o mundo que se deseja.

A vida e as questões que sustentam a vida não são questões menores. Ao contrário, mas por serem itens de primeira necessidade na lista da existência humana, elas deveriam já ter sido superadas para que a mulher pudesse investir na ação política e construção de um mundo melhor. Para se criar a chamada boa sociedade, é necessário imaginação, criatividade, liberdade de agir. Enquanto a mulher estiver ocupada com o sustento de vidas, isso não poderá acontecer.

No presente estudo, a condição feminina é recoberta por uma pluralidade de situações, sendo ainda chefes de família, fazem percurso entre escola, creche, trabalho, sistema de saúde, supermercado, igreja, dentre outros. Orientadas pelos elementos materiais e imateriais, códigos, símbolos, sistema de representação social, demonstram em seu modo de vida, expressões culturais de agrupamentos diversos. Reproduzem e sintetizam culturas repassadas pela forma de acesso aos bens sociais, por *habitus* e estilo de vida, vivências familiares ou grupais.

O poder relacionado ao conhecimento consiste em uma fonte e em uma forma de adquiri-lo. Se os subprivilegiados pudessem controlar essa fonte, as estruturas das relações de poder existentes se alterariam radicalmente. O conhecimento pode oferecer legitimidade e autoridade. Sua construção e disseminação são ferramentas poderosas. O conhecimento ajuda na interpretação do contexto em que se vive, mas, sem ele, o empoderamento se ocupa da coletividade, da consciência de classe e das lutas sociais. Entender a realidade se torna crítica em batalhas políticas conscientes.

O empoderamento não é um processo linear com começo e fim definidos, do mesmo modo para todas as comunidades. Envolve cada indivíduo ou grupo através de suas vidas e contextos históricos, bem como o nível de subordinação ou desempoderamento que esteja inserido no âmbito pessoal, familiar e comunitário. O empoderamento feminino não busca ter poder sobre o outro, mas o fortalecimento pessoal para influenciar grupos, a fim de melhorar a qualidade de vida. Traduzido como direito de exercer escolhas e influenciar mudanças, com capacidade de controlar os recursos materiais. Diferente do enfoque da equidade, não compara o *status* entre os gêneros. Visa redistribuir o poder entre e dentro da sociedade.

Nessa roda viva, a experiência inexoravelmente repetida do fracasso, antes de tudo na escola, e depois no mercado do trabalho que impede ou desencoraja qualquer antecipação razoável do futuro. Em ambos os casos, o presente estudo considera que

tanto na realidade de Anápolis, como na Europa, esse ciclo de miséria deve ser quebrado e transformado em empoderamento e emancipação social.

E isso não deve ser visto como uma realidade temporária, mas uma falta de poder em relação ao presente, característica dos subproletários, à demissão diante do futuro ou à inconstância das aspirações enraizada em condições de existência marcada por incertezas do futuro e discordância interior de aspirações, ao mesmo tempo abertas e fechadas pela escola. A falta de capital cultural, seria o principal motivo do fracasso escolar, a idade avançada, somada às condições de existência, que distanciam do mercado de trabalho e aproximam das atividades reprodutivas.

Por fim, o presente estudo buscou destacar a contradição dialética entre o empoderamento e a emancipação feminina das mulheres do SHIS de Anápolis, enfatizando que as mulheres pesquisadas adquiriam o que podemos considerar como um poder relativo no ambiente familiar, mas não se emanciparam. Ou seja, a trajetória de vida revelada em seus relatos não demonstra um significativo empoderamento e, muito menos de emancipação.

As mulheres entrevistadas mostraram e demonstraram uma trajetória de vida caracterizada pela opressão e, no processo de luta pela casa própria, trilharam um caminho formativo sistemático e espontâneo para se tornarem líderes comunitárias e provedoras de suas famílias.

Como a contradição permeia nossa análise, este estudo nos mostrou que, embora não tenham uma visibilidade pública reconhecida, essas mulheres têm um papel de grande importância na família e na comunidade local. Entretanto, sofriam a violência da escassez de um lado e a silenciosa violência nas relações conjugais, em um cenário de um país patriarcal e sexista cujas taxas de feminicídio incidem sobre as relações familiares.

Este estudo nos mostrou como a luta pela posse da moradia pelas mulheres é permeada pela perspectiva de sustento de si de suas famílias de modo consciente. Mas, nesse processo, há interesses em disputa, uma vez que ter direito à moradia depende do poder público que se utiliza da concessão deste direito como moeda de troca para barganhar com os grupos sociais e manter os poderes já estabelecidos. O que podemos constatar é que, ao se garantir a posse da moradia, elemento essencial para a melhoria da qualidade de vida da família, embora imprescindível no campo

dos direitos, não se garante a emancipação dos sujeitos envolvidos nesse processo, em especial das mulheres chefes de família.

A invisibilidade das mulheres, aqui apontadas, mostra que hegemonicamente, em diversos grupos e espaços sociais, o lugar da mulher não é onde ela quer ser e estar, mas onde lhe é permitido nos limites que lhes são atribuídos. O que demonstra que a luta pela emancipação feminina seja para que todas as mulheres venham ocupar todos os espaços que não apenas o lar.

Este, sem dúvida, se constitui em um importante desafio para instituições e espaços educacionais, formais e não formais, no processo formativo de mulheres, ou seja, o entendimento das diversas teias e dimensões que compõem o patriarcalismo e o sexismo na sociedade brasileira e, a formação integralmente humana das mulheres para se emanciparem e para contribuírem no processo de emancipação de toda humanidade.

REFERÊNCIAS

ALBERTI, Verena. **Manual de História Oral**. Rio de Janeiro, FGV, 2004.

ANÁPOLIS (GO). **Prefeitura**. 2013. Disponível em:
<http://www.anapolis.go.gov.br/portal/anapolis>. Acesso em: 20 jul. 2020.

ANÁPOLIS, PREFEITURA MUNICIPAL DE (PMA). **Repasse financeiro Ministério das Cidades/Caixa Econômica Federal para o município de Anápolis**. Planilha 04. Setor de Projetos Intersetoriais Sociais. Folha 01, 2017.

ANÁPOLIS. **Decreto nº 29.410 de 27 de novembro de 2009**. Dispõe sobre Aprovação do Parcelamento do Solo para Fins de Implantação do Conjunto de Moradias Populares de Interesse Especial Denominado "Conjunto Residencial Leblon" e dá outras Providências. Diário Oficial. Anápolis, GO. 03 de setembro de 2009.

ANÁPOLIS. **Minha Casa Minha Vida**, 2015. Disponível em:
<http://www.social.anapolis.go.gov.br/cadsocial/mcasamvida.jsf>. Acesso em: 20 jul. 2020.

ANDRADE, Telma Guimarães de Castro; BRAZ, Júlio Emílio. **Infância roubada: exploração do trabalho infantil**. São Paulo: FTD, 2000.

ANDRÉ, Alessandro. **O mundo da pólis: reflexões a partir do modelo ateniense e da crise no território póliade no século IV a.C.** Romanitas – Revista de Estudos Grecolatinos, n. 7, p. 29-48, 2016.

ARENDT, Hanna. **Entre o passado e o futuro**. (Tradução Mauro W. Barbosa. 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 2005.

ARENDT, Hannah (1958). **A condição humana**. (Trad. Roberto Raposo). 10. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001a.

ARENDT, Hannah. **A condição humana**. (tradução Roberto Raposo; revisão técnica e apresentação Adriano Correia). 13. ed. rev. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2020.

ARENDT, Hannah. Sobre a emancipação das mulheres. In: ARENDT, Hannah. **Compreender: formação, exílio e totalitarismo (ensaios)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008

ARENDT, Hannah. **Sobre a violência**. Tradução e ensaio crítico: André Duarte. Rio de Janeiro: Editora Relume Dumará, 2001b.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2001.

BERCH, Pe. Ivo Inácio. **Recordar é viver: Cancioneiro popular**. Edições Loyola, 1984.

BIRD. Erradicar a pobreza: investir em oportunidade. **Relatório Anual do Grupo Banco Mundial**- Banco Internacional do Desenvolvimento - BIRD e Associação Internacional do Desenvolvimento - AID, 2018.

BONDUKI, Nabil Georges (org.) **Habitat: as práticas bem-sucedidas em habitação, meio ambiente e gestão urbana nas cidades brasileiras**. São Paulo: Studio Nobem, 1996.

BONDUKI, Nabil Georges. Origens da habitação social no Brasil. **Análise social**, vol. 127, 1994, p.711-732. Disponível em. Acesso em: 10 maio 2019.

BONDUKI, Nabil Georges. Origens do problema da habitação popular em São Paulo 1886-1918, in: **Espaço e debate**, nº 5, São Paulo, 1982.

BOSI, Ecléia. **Cultura de massa e cultura popular: leituras de operárias**. Petrópolis: Vozes, 1981.

BOSI, Ecléia. **Memória e Sociedade: Lembranças de Velhos**. 3a ed. São Paulo, Companhia das Letras, 1994.

BOTO, Carlota. **Na Revolução Francesa, os princípios democráticos da escola pública, laica e gratuita: o relatório de Condorcet**. *Educ. Soc.* [online]. 2003, vol. 24, n.84, p. 735-762.

BOURDIEU, Pierre. (1930-2002). **A dominação masculina**. Tradução Maria Helena Kühner. 11. ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 2012.

BOURDIEU, Pierre. **A Miséria do mundo**. Contribuições de A. Accardo (1997). et. ali. 4. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

BRASIL. **Lei Nº 14.164, DE 10 de junho de 2021**. Altera a Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para incluir conteúdo sobre a prevenção da violência contra a mulher nos currículos da educação básica, e institui a Semana Escolar de Combate à Violência contra a Mulher. DOU de 10 de junho de 2021.

BRASIL. **Constituição Federal Brasileira**. Brasília, 1988.

BRASIL. **Decreto-Lei 7.795/2012**, que dispõe sobre o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) que “Em caso de dissolução da sociedade conjugal, o título do imóvel será registrado em nome da mulher ou a ela transferido, independente do regime de bens aplicável. 2009.

BRASIL. **Decreto-Lei n.º 11.977**, de 07 de julho de 2009. Dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida. 1977.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 5.796, de 6 de junho de 2006**. Regulamenta a Lei 11.124 de 16 de junho de 2005. Brasília, 2006.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 7.795**, de 24 de agosto de 2012, altera o Decreto nº 7.499,

de 16 de junho de 2011, que regulamenta dispositivos da Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, que dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida - PMCMV.2012.

BRASIL. **Emenda constitucional nº 26**, de 15 de fevereiro de 2000.

BRASIL. **Estatuto da Cidade: Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001**, e legislação correlata [recurso eletrônico]. 4. ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2012.

BRASIL. **Lei 14.118 Institui o Programa Casa Verde e Amarela**. Altera as Leis e revoga a Lei nº 13.439, de 27 de abril de 2017. DOU de 13.1.2021.

BRASIL. **Lei nº 11.888, de 24 de dezembro de 2008**. Assegura às famílias de baixa renda assistência técnica pública e gratuita para o projeto e a construção de habitação de interesse social. Brasília: 2008.

BRASIL. **Lei nº. 10.257, de 10 de julho de 2001**. Regulamenta os arts. 182 183 da Constituição Federal e estabelece diretrizes gerais da política urbana. Brasília, 2001.

BRASIL. **Lei nº. 10.406, de 10 de janeiro de 2002**. Código Civil. Brasília, 2002.

BRASIL. **Lei nº. 11.977, de 7 de julho de 2009**. Dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas. Brasília, 2009.

BRASIL. **Lei nº. 6.766, de 19 de dezembro de 1979**. Parcelamento do Solo Urbano. Brasília, 1979.

BRASIL. **Medida Provisória nº. 292, de 26 de abril de 2006**. Altera Leis nºs 9.636/98 e 8.666/93, Decretos-Leis nºs 271/67, 9.760/46, 1.876/81 e 11.124/05. Brasília, 2006.

BRASIL. **Medida Provisória nº. 514, de 1º de dezembro de 2010**. Regularização Fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas. Brasília, 2010.

BRASIL. Ministério das Cidades. **Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS)**. Disponível em:

http://www.cidades.gov.br/index.php?option=com_content&view=category&layout=blog&id=57&Itemid=93. Acesso em: 27 set. 2019.

BRASIL. Ministério das Cidades. **Instrução Normativa nº 25, de 11 de maio de 2010**. Regulamenta o Programa de Atendimento Habitacional através do Poder Público – Pró Moradia. 2010.

BRASIL. **Ministério das Cidades. Plano Nacional de Habitação**. Disponível em: http://www.cidades.gov.br/index.php?option=com_content&view=category&layout=blog&id=132&Itemid=159. Acesso em: 20 maio 2019.

BRASIL. Ministério das Cidades. **Regularização Fundiária Urbana: como aplicar a**

Lei Federal nº. 11.977/2009. – Ministério das Cidades, Secretaria Nacional de Habitação e Secretaria Nacional de Programas Urbanos. Brasília. 2010.

BRASIL. Ministério das Cidades. **Resolução nº 18 de 19 de março de 2008.** Aprova a Ação de Apoio à Produção Social da Moradia, no âmbito do Programa de Habitação de Interesse Social. Brasília: 2008.

BRASIL. Ministério das Cidades. Secretaria Nacional de Habitação. **Relatório de Gestão 2009.** Fundo Nacional de Habitação (FNHIS).

BRASIL. Ministério das Cidades. Trabalho Social e Intervenções Habitacionais. Reflexões e aprendizados sobre o Seminário Internacional. 2011.

BRASIL. **Plano Nacional de Políticas para as Mulheres.** Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2005.

CÂMARA MUNICIPAL DE ANÁPOLIS. Câmara realiza Sessão Solene para celebrar os 36 do Conselho das Associações de Moradores. **Legislativo** — publicado 18/09/2019 15h27. Disponível em: <https://www.anapolis.go.leg.br/institucional/noticias/camara-realiza-sessao-solene-para-celebrar-os-36-do-conselho-das-associacoes-de-moradores>. Acesso em: 27 set. 2019.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A Cidade.** São Paulo: Contexto, 2009.

CEF – CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. Perguntas e respostas.2009. <http://mcmv.caixa.gov.br/perguntas-e-respostas>

CLARO, Letícia Pacheco Dos Passos. **O Processo de Refuncionalização em Anápolis a partir dos Planos Diretores de 1969 a 2016.** Dissertação de Mestrado 162f. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional – PPGDSCI – do Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares da Universidade de Brasília. 2018.

COELHO, António Baptista. Sobre a primeira fase da habitação de interesse social (HIS), entre 1919 e 1972. **RISCO- Revista de Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo** do Programa de Pós-Graduação do Departamento de Arquitetura e Urbanismo - EESC-USP. 10, 2, (p. 57- 146) 2009.

COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO **PROJETO DE LEI No 2.848, DE 2003** “Regulamenta a atividade profissional de Líder Comunitário.” Autor: COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Relator: Deputado MEDEIROS. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=E69EB03A42279914DBF5BA258D9EEE29.proposicoesWebExterno2?codteor=193360&fileame=PL+2866/2004. Acesso em: 27 set. 2019.

CORREIA, Adriano. Hannah Arendt (1906-1975). **Revista Ética & Filosofia Política** (Volume 9, Número 1, junho/2006).

CORREIA, Adriano. Sobre Hannah Arendt. **Inquietude**, Goiânia, vol. 1, nº 2, ago/dez - 2010.

Diário Popular. Publicações entre 16 e 22 de fevereiro de 1965. Disponível em: https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/9695/1/pag_0_16.pdf. Acesso em: 27 set. 2019.

DUARTE, Aldimar Jacinto. **Jovens pobres nas periferias de Goiânia**: espaços formativos e mediações escolares Tese 217 f. Goiânia: Faculdade de Educação-UFG, 2012.

ENGEL, Cíntia Liara. Educação e Treinamento da Mulher In: FONTOURA, Natália; REZENDE, Marcela; QUERINO, Ana Carolina (orgs.). **Beijing +20: avanços e desafios no Brasil contemporâneo**. Brasília: Ipea, 2020.

ENGELS, Friedrich (1820-1895). **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. Tradução B. A. Schumann. Edição José Paulo Netto. - São Paulo: Boitempo, 2008.

FARIA, Edilamar Rodrigues de Jesus e. As Representações do Vasto Sertão da Província de Goiás nos Relatos de Viagem de Auguste Saint-Hilarie e Johann Emanuel Pohl. In: **Braz. J. Anim. Environ. Res.**, Curitiba, v. 3, n. 4, p. 2837-2852, out./dez. 2020.

FARIA, Edilamar Rodrigues de Jesus e. **Percepção da Qualidade de Vida de Mulheres Contempladas com o Programa de Moradia de Interesse Social em Anápolis, Goiás, Brasil**. Dissertação (147 folhas). Anápolis: UniEvangélica, Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente, Políticas Públicas e Tecnologia, 2016.

FERREIRA, Julia Maria. **Habitação Social em Portugal: Breve história e alguns problemas**. DGPR de FCSH da UNI, policopiado, Lisboa, 1988.

FERREIRA, Julia Maria. O bairro do Arco cego – uma aldeia dentro da cidade de Lisboa. **Análise Social**, vol. XXIX (127), 1994 (3ª), 697-709.

FNRU. Carta de Princípios para a Elaboração do Plano Diretor, FNRU, 1989

FRANCA-LIPKE, Ludmyla. Notas sobre a tradução brasileira da entrevista de Hannah Arendt a Günter Gaus. **Centro de Estudos Hannah Arendt- CEHA**. 8 de junho de 2020. Disponível em: <http://www.hannaharendt.org.br> Ferreira (2020), em seu trabalho intitulado *Reflexão e experiência política em 1790: Estudo sobre a função política do senso communis na crítica a Faculdade de Julgar de Immanuel Kant*. Acesso em: 27 set. 2019.

FREIRE, Paulo. **Política e educação: ensaios**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2001

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Déficit Habitacional no Brasil 2005**. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 2006.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Déficit habitacional no Brasil 2013: resultados preliminares– nota técnica. Belo Horizonte, 2015.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Déficit habitacional no Brasil 2015**. Diretoria de Estatística e Informações. Belo Horizonte: FJP, 2018.

GOAHN, Maria da Glória. **A força da periferia**. Petrópolis: Vozes, 1985.

GOAHN, Maria da Glória. **Movimentos Sociais e a luta pela Educação**. São Paulo: Cortez, 1991.

GOAHN, Maria da Glória. **Movimentos Sociais e Educação**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

GOAHN, Maria da Glória. O empoderamento e a participação da comunidade em políticas sociais. **Rev. Saúde e Sociedade**. V,13, n 2. p. 20-31, maio-agosto de 2004.

GOIÁS. **Lei pelo Decreto nº3.35921**. DOU em 18 de maio de 1933.

HOBSBAWN, Eric. J. **A Era das Revoluções: 1789 - 1848**. São Paulo: Paz e Terra, 2005.

IBGE. **Recenseamento do Brazil em 1872**. Rio de Janeiro. 1974.

INÁCIO, Miriam de Oliveira **A emancipação das mulheres no Projeto Ético-Político do Serviço Social: contribuições e dilemas das relações entre Marxismo e Feminismo**. Tese de doutorado, 246 fls. Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo demográfico 2000**. Brasília, DF: IBGE, 2001.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo demográfico 2010**. Brasília, DF: IBGE, 2011.

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. Relatório brasileiro para o Habitat III. Brasília: ConCidades; Ipea, 2016.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Ermínia Maricato: Nossas cidades estão ficando inviáveis. **Revista Desafios do Desenvolvimento**. São Paulo: Ano 8. Edição 66, 27/07/2011. Disponível em: http://desafios.ipea.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2508:cat_ Acesso em: 10 jun. 2020

KANT, Immanuel. Resposta à pergunta: que é o Iluminismo? (1784). In: KANT, Immanuel. **A paz perpétua e outros opúsculos**. Lisboa: Edições 70, 1989.

KULKAMP, Camila. **As Mulheres, o nascimento e a natalidade em Hannah**

Arendt. Monografia 62 fls. Belém do Pará: Departamento de Filosofia, da Universidade Federal do Pará (UFPA), 2019.

LEFEBVRE, Henri (1901-1991). **O direito à cidade.** Tradução Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauros, 2001.

LEÓN, Magdalena (compiladora). *El empoderamiento de las mujeres: encuentro del primer y tercer mundos em los estúdios de género.* **La Ventana**, nº 13, pp. 94-106, 2001.

LEÓN, Magdalena (compiladora). **Poder y empoderamiento de las mujeres.** Bogotá: Tercer Mundo Editores, 1997.

LIMA FILHO, José Edmar. **Esclarecimento e educação em Kant: a autonomia como projeto de melhoramento humano.** *Trans/Form/Ação*. 2019, vol.42, n.2 [cited 2019-12-15], pp.59-84.

LUZ, Jane Socorro da. **A (Re)Produção do Espaço de Anápolis/GO: a trajetória de uma cidade média entre duas metrópoles, 1970-2009.** Tese 349 folhas. Universidade Federal de Uberlândia: Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2009.

MACHADO, Hamilton. **Imagens do Comércio Anapolino no Jornal O Anápolis (1930-1960): A Construção da Manchester Goiana.** 2009. 183 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas e da Terra) - Pontifícia Universidade Católica de Goiás, GOIÂNIA, 2009.

MAGALHÃES, Márcio de Farias. **Pluralidade política e emancipação em Hannah Arendt.** 2011. vii, 90 f. Dissertação (Mestrado em Filosofia). Universidade de Brasília, Brasília, 2011.

MAPA DE ANÁPOLIS.
http://www.anapolis.go.gov.br/anexos/MapsPlanDir/ANEXO_XI-FL_01-06_MACROZONEAMENTO_2016_80.pdf. Acesso em: 27 set. 2019.

MAPA DE ANÁPOLIS.
https://geofp.ibge.gov.br/cartas_e_mapas/mapas_para_fins_de_levantamentos_estatisticos/censo_demografico_2010/mapas_municipais_estatisticos/go/anapolis_v2.pdf. Acesso em: 27 set. 2019.

MARICATO, Ermínia. As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias. *In*: MARICATO, Ermínia; VAINER, Carlos; ARANTES, Otília. **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos.** 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

MARICATO, Ermínia. **Metrópole na periferia do capitalismo: Legalidade, desigualdade e violência.** São Paulo: FAU/USP, 1995.

MARICATO, Ermínia. **Para entender a crise urbana.** São Paulo: Expressão Popular, 2015.

MARICATO, Ermínia. **Reforma urbana: limites e possibilidades** In: RIBEIRO, L. C. Q. ALVES DOS SANTOS JUNIOR, O. Globalização, fragmentação e reforma urbana. 1 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1994, (p. 309-325).

MARIGONI, Gilberto. Ermínia Maricato. Nossas cidades estão ficando inviáveis. **Revista Desenvolvimento**. Ano 8, Nº 66, p. 15-21- 2011.

MARINHO, Paloma Abelin Saldanha y GONÇALVES, Hebe Signorini. Práticas de empoderamento feminino na América Latina, **Revista de Estudios Sociales**, 56, 2016, 80-90.

MARINHO, Paloma Abelin Saldanha; GONÇALVES, Hebe Signorini. Práticas de empoderamento feminino na América Latina, **Revista de Estudios Sociales**, 56. 2016, 80-90.

MASCARENHAS, Ângela Cristina Belém. Educação para além da escola, o caráter educativo dos movimentos sociais. *In*: PESSOA, Jadir de Moraes (org.). **Saberes do nós: ensaios de educação e movimentos sociais**. Goiânia: Ed. da UCG, 2004.

MASCARO, Laura. Hannah Arendt neste Dia da Mulher. 8 de março de 2013. **Centro de Estudos Hannah Arendt- CEHA**, 2013. Disponível em: <http://www.hannaharendt.org.br>. Acesso em: 27 set. 2019.

MATOS, Vanessa Cristina Santos. **Do Lar a Fábrica: Mecanismos De Pressão Social, Disciplina e Controle Moral Primeira República (1892/1919) - Salvador/ Bahia**. Disponível em: <http://e-revista.unioeste.br/index.php/travessias/article/download/3118/2456>. Acesso em: 27 set. 2019.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom; HOLANDA, Fabíola. **História Oral: como fazer, como pensar**. São Paulo: Contexto, 2011.

MENEGUELLO, Cristina. A CIDADE INDUSTRIAL E SEU REVERSO: AS COMUNIDADES UTÓPICAS DA INGLATERRA VITORIANA. **História: Questões & Debates**, Curitiba, n. 35, p. 179-210, 2001. Editora da UFPR.

MICHAELIS. **Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa**. Editora Melhoramentos Ltda, 2020.

MINISTÉRIO DAS CIDADES. **Plano Local de Habitação de Interesse Social Manual de Orientação à Elaboração do PLHIS Simplificado para Municípios com população até 50 Mil Habitantes**. Secretaria Nacional de Habitação: Anápolis, 2014.

MONTEIRO, Ofélia Sócrates do Nascimento. **Como Nasceu Goiânia**. São Paulo: Empresa Gráfica da “Revista dos Tribunais”, 1938.

MORIN, Tania Machado. **Práticas e representações das mulheres na Revolução Francesa - 1789-1795**. 2009. Dissertação (Mestrado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

MORINI, Cristiano et al. Indicadores de desempenho da Aduana do Brasil: em busca de uma abordagem equilibrada. **Gest. Prod.**, São Carlos, v. 22, n. 3, p. 508-524, Sept. 2015.

NEIVA, Arthur; PENNA, Belisário. Viagem científica pelo Norte da Bahia, sudoeste de Pernambuco, sul do Piauí e de norte a sul de Goiás. **Mem. Inst. Oswaldo Cruz**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 3, p. 74-224. 1916.

NORDARI, Paulo César; SAUGO, Fernando. Esclarecimento, educação e autonomia em Kant. **Conjectura**, v. 16, n. 1, jan./abr. (p. 133-168), 2011.

OAKLEY, Peter; CLAYTON, Andrew. **Monitoramento e avaliação do empoderamento (“empowerment”)**. Tradução de Zuleika Arashiro e Ricardo Dias Sameshima. São Paulo, Instituto Pólis, 2003.

OLIVEIRA SOARES, Murillo. **Anápolis: uma cidade entre capitais (Goiânia e Brasília) e modernidades (1930-1960)**. Dissertação de mestrado. 213 folhas. Faculdade de História (FH), Programa de Pós-Graduação em História, Goiânia, 2019.

ONU. **Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável**. Grupo de trabalho aberto da assembleia Geral sobre os objetivos do desenvolvimento sustentável. 2015.

ONU. **Conferência Habitat da ONU sobre Assentamentos Humanos**. Canadá: Vancouver, 1976.

ONU. **Declaração Universal dos Direitos Humanos** (1948). UNIC/RIO/005: JANEIRO, 2009 (DPI/876). Acessado em 20 de fevereiro de 2020. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/wpcontent/uploads/2018/10/DUDH.pdf>. Acesso em: 27 set. 2019.

ONU. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Assembleia Geral das Nações Unidas em Paris, 1948.

ONU. **Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento no Brasil (PNUD)**. 2000.

ONU. Programa de las Naciones Unidas para los Asentamientos Humanos, de América Latina y El Caribe 2012 Estado de Las Ciudades Rumbo a una nueva transición urbana. **ONU-Habitat**, Agosto del 2012.

ONU. **Segunda Conferência das Nações Unidas – Habitat II**. Turquia: Istambul, 1996.

PAULO, Paula Viana. **Do Ponha-se na Rua ao Sai do Morro Hoje: Das raízes históricas das remoções à construção da cidade olímpica**. Niterói, IACS/UFF: 2013.

PERISSINOTTO, Renato M. **Hannah Arendt, poder e a crítica da "tradição"**. *Lua Nova* [online]. 2004, n.61 [cited 2019-11-15], pp.115-138. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010264452004000100007&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 20 jul. 2020.

PERROT, Michelle. **Minha História das mulheres**. Tradução Ângela M. S. Correa. 7ª edição. São Paulo: Contexto, 2007.

PERROT, Michelle. **Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros**. Tradução Denise Bottman. 7. ed. edição. Rio de Janeiro; Paz e Terra, 2017.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História & História Cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

PESSOA, Jadir de Moraes (org.). **Saberes do nós: ensaios de educação e movimentos sociais**. Goiânia: Ed. da UCG, 2004.

PINHEIRO, Ana Laura Lobato. **Direitos Humanos das Mulheres**. IPEA, 2019.

PLANTIER, Felipe Viana Correia de Almeida. **Desenvolvimento de Habitações Sociais no Brasil: Projeto de Interesse Social na "Ilhinha"**. Dissertação de Mestrado em Arquitetura. 78 fls. Instituto Superior Técnico - IST. Universidade de Lisboa, 2012.

POLONIAL, Juscelino Martins. **A estrada de ferro e a urbanização de Anápolis (1907-1935)**. Dissertação. 1994. (Mestrado). Universidade Federal de Goiás, 1994.

POLONIAL, Juscelino Martins. **Anápolis nos tempos da ferrovia**. Anápolis: Associação Educativa Evangélica, 1995.

PRÁ, Jussara Reis; CEGATTI, Amanda Carolina. Gênero, educação das mulheres e feminização do magistério no ensino básico. **Retratos da Escola, Brasília**, v. 10, n. 18, p. 215-228, jan. 2016.

RIBEIRO, Alexandre Gonçalves. **Goiânia: uma modernidade possível**. Brasília: Ministério da Integração Nacional: Universidade Federal de Goiás, 2002.

RODAS, João Grandino; MONACO, Gustavo Ferraz de Campos. **A Conferência da Haia de direito internacional privado: a participação do Brasil**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2007.

ROLNIK, R. (Org). **Como fazer valer o direito das mulheres à moradia?** São Paulo: FAO/USP, 2012.

ROLNIK, R. (Org.). **Como produzir moradia bem localizada com os recursos do Programa Minha Casa, Minha Vida? Implementando os instrumentos do**

Estatuto das Cidades. Ministério das Cidades/SNH-Rede Nacional de Avaliação e Capacitação para Implementação dos Planos Diretores Participativos - RPDP. Brasília, 2010.

ROLNIK, Raquel. **Guerras dos lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças.** São Paulo: Boitempo, 2015.

ROLNIK, Raquel. O lazer humaniza o espaço urbano. In: SESC SP. (Org.). **Lazer numa sociedade globalizada.** São Paulo: SESC São Paulo/World Leisure, 2000.

ROLNIK, Raquel. **O que é cidades.** Coleção Primeiros Passos. São Paulo: Brasiliense, 1995.

ROMANO, Jorge O.; ANTUNES, Marta. **Empoderamento e direitos no combate à pobreza.** Rio de Janeiro: Action Aid Brasil, 2002.

ROSA, Gildete da. **Empoderamento feminino e desenvolvimento: uma análise para o Brasil.** Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, 2018.

ROSA, Júnia Santa; ROSANA, Denaldi (coord.). **Curso à Distância: Planos Locais de Habitação de Interesse Social.** Brasília: Ministério das Cidades. Primeira impressão: Maio de 2009.

ROWLANDS, Jo. 1995. "Empowerment Examined". **Development in Practice** 5 (2): 101-107 <http://dx.doi.org/10.1080/0961452951000157074>.

ROWLANDS, Joanna. *Questioning Empowerment: Working with Women in Honduras.* UK in Ireland: Oxfam, 1997.

SANTOS, Boaventura de Souza (1940). **Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social.** (tradução Muzar). 2007. (p. 60-64).

SANTOS, Paula Gonçalves Ferreira. O Porto Seco no Brasil. **Consultoria Legislativa.** Brasília: Estudos Técnicos, fevereiro de 2019.

SCHMIDT, Joessane de Freitas. As Mulheres na Revolução Francesa. **Revista Thema**, [S.l.], v. 9, n. 2, nov. 2012. ISSN 2177-2894. Disponível em: <http://periodicos.ifsul.edu.br/index.php/thema/article/view/147>>. Acesso em: 13 dez. 2019.

SILVA, Ana Caroline Caixeta. **DO EDIFÍCIO HISTÓRICO AO ESPAÇO URBANO: Um estudo sobre a Estação Ferroviária no Centro Pioneiro de Anápolis-GO.** Dissertação de mestrado. 174f. Anápolis, - Programa de Pós-Graduação Mestrado Acadêmico em Territórios e Expressões Culturais no Cerrado), Câmpus-Anápolis CSEH, Universidade Estadual de Goiás, 2019.

SILVA, Ana Caroline Caixeta; VALVA, Milena D´Ayala. A modernização da cidade de Anápolis (GO) e a repercussão no seu Centro Pioneiro. **Revista Memória em Rede**, Pelotas, v.12, n.22, Jan/Jun. (p. 222-242), 2020. Disponível em:

periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/Memoria. Acesso em: 27 set. 2020.

SOARES, Antonia Dolores Belico. **A participação dos portos secos na interiorização da logística das operações de importações e exportações: um estudo de caso**. 140 f. Dissertação. 2004. (Mestrado). Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Administração, 2004.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. **Capitalismo e Urbanização**. 10ª edição. Coleção Repensando a Geografia. São Paulo: Editora Contexto, 2000.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. **O povo vai à escola**. 2. ed. São Paulo: Edições Loyola, 1992.

SPOSITO, Marília Pontes. **A Ilusão Fecunda: a Luta por Educação nos Movimentos Populares**. 2. ed. São Paulo: HUCITEC, 2010.

STOLCKE, Verena. Pluralizar o universal: guerra e paz na obra de Hannah Arendt. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 1, pág. 93-112, abril de 2002.

STRACHAN, P. e PETERS, C. **Empowering Communities: A Casebook from West Sudan**. Oxford: OXFAM, 1997.

TAVARES, Silvana Beline; STABILE, Patrícia Basilio Stabile; CARVALHO, Maria Meire de (orgs.). **Direitos Humanos das mulheres: múltiplos olhares**. Goiânia: Gráfica UFG, 2016.

THOMPSON, Paul (1935). **A voz do passado: história oral**. (tradução Lólio Lourenço de Oliveira). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

VIANA, Liliane Dutra. **Estatuto da Cidade e o Desenvolvimento do Município de Anápolis face ao Meio Ambiente**. Monografia 49 fls. Anápolis: Curso de Direito, UniEVANGÉLICA, 2018.

VIÉGAS, Harife. Company Towns na Amazônia. **Realidades Urbanas**. 16 de janeiro de 2012. Disponível em: <http://realidadeurbanas.blogspot.com/2012/01/company-towns-na-amazonia.html>. Acesso em: 27 set. 2019.

VILLAS BOAS, Orlando (1914-2002). **A Marcha para o Oeste: a epopeia da Expedição Roncador-Xingu**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

WOOLF, Virgínia. **Um teto todo seu**. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

APÊNDICE A – Roteiro da Entrevista

ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

PARTICIPANTE N. _____

DADOS SOCIODEMOGRÁFICOS

1. Local de residência: _____

2. Idade:

- 2.1. () 18 -20 anos 2.2. () 21 – 24 anos 2.3 () 25 - 29 anos
2.4.() 30 - 40 anos 2.5.() 41 - 50 anos 2.6.() 51 - 60 anos
2.7.() outra idade _____ anos

3. Cor:

- 3.1. () Branca 3.2. () Preta 3.3. () Amarela 3.4. () Parda 3.5. () outra _____

4. Estado civil:

- 4.1.() Casada 4.2.() Solteira 4.3.() Separada 4.4.() Divorciada
4.5.() Viúva 4.6.() União estável 4.7. () outra _____

5. Escolaridade:

- 5.1. () I grau incompleto 5.2.() I grau completo 5.3.() II grau incompleto
5.4. () II grau completo 5.5.() Superior incompleto 5.6.() Superior completo
7.7. () Pós-graduação 7.8. () outra _____

6. Número de filhos

- 6.1. () nenhum 6.2. () 01 6.3. () 02 6.4. () 03 6.5. () 04 6.6.() 05
6.7. () _____

7. Profissão: _____

8.OcupaçãoAtual:_____Aposentada:

- 9.1. () Sim 9.2. () Não

10. Auxílio doença: 10.1. () Sim 10.2. () Não

11. Exerce atividades remunerada:

11.1. () Sim 11.2. () Não

14. Quais? _____

15. Religião:

15.1. () católica 15.2 () evangélica 15.3 () espírita 15.4 () atéia 17.5 () _____

16. Renda Familiar em salários mínimos:

16.1. () até 1 salário mínimo 16.2. () 2 – 3 16.3. () 4 – 5
16.4. () mais que 5 salários mínimos 16.5. () outra _____

Questões norteadoras:

1. Por quais motivos você reside no bairro?
2. O que deseja para a sua vida e para os moradores do bairro?
3. Como é o seu dia? Onde faz compras? Onde estudam? E atividades de lazer, quais são? Como se locomove?
4. Ajuda nos afazeres domésticos? Quantas horas por dia se dedica a essas atividades?
5. Você estuda, como vai para escola?
6. Como escolheu o(a) seu(sua) parceiro(a)? E o relacionamento conjugal?
7. Quando e como recebeu sua casa?
8. Possui algum familiar residente no bairro? Quem? Como está? Precisa de cuidados? De quais?
9. O que você sabe sobre o bairro?
10. Como você se relaciona com seus vizinhos?
11. Como foi a sua infância? Conheceu sua mãe? Se considera parecida com ela?
12. Onde e com quem você vivia? Por quem foi criada?
13. Frequentava escola? Como era a sua escola?
14. Como era composta a renda familiar?
15. O que você entende por política?
16. Como, onde e quando recebeu a primeira assistência social?
17. Quais as facilidades e dificuldades que enfrenta para receber assistência e cuidados?
18. Você participa de alguma associação ou grupo de moradores? Participa de alguma atividade política? Qual seu cargo ou função na associação de Moradores do Bairro?
19. Conhece a história de alguma mulher da família ou vizinhança que seja impactante?
20. Gostaria de falar mais sobre algum assunto?

ANEXO A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Você está sendo convidada para participar, como voluntária, do Projeto de Pesquisa sob o título **TRAJETÓRIAS FORMATIVAS E EMANCIPAÇÃO FEMININA DE JOVENS MULHERES NA LUTA PELA CASA PRÓPRIA, CONTEMPLADAS PELO PHIS EM ANÁPOLIS (2009-2014)**. Meu nome é **Edilamar Rodrigues de Jesus e Faria**, edilafar2@gmail.com e telefone (62)992270230, sou professora licenciada, psicóloga, doutoranda, discente do Programa de Pós-Graduação de Doutorado em Educação, pela PUC-GO sob orientação do Professor Dr. Aldimar Jacinto Duarte (62)984065801 aldimarjd@hotmail.com. Após receber os esclarecimentos e as informações a seguir, no caso de aceitar fazer parte do estudo, este documento deverá ser assinado em todas as folhas e em duas vias, sendo a primeira de guarda e confidencialidade do pesquisador responsável e a segunda ficará sob sua responsabilidade para quaisquer fins. Em caso de dúvida **sobre a ética da pesquisa**, você poderá entrar em contato comigo, com o professor Aldimar como também com o Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da PUC Goiás, telefone: (62) 3946-1512, localizado na Avenida Universitária, nº 1069, Setor Universitário, Goiânia/Goiás. Funcionamento: das 8 às 12 horas das 13 às 17 horas de segunda à sexta-feira. O CEP é uma instância vinculada à Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP) que por sua vez é subordinado ao Ministério da Saúde (MS). O CEP é responsável por realizar a análise ética de projetos de pesquisa sendo aprovado aquele que segue os princípios estabelecidos pelas resoluções, normativas e complementares, ou entrar em contato com

O motivo que nos leva a propor essa pesquisa é o fato de ter participado de projetos no respectivos bairros e verificado as lutas vivenciadas por mulheres chefes de família e sua comunidade, a dinâmica e os hábitos desenvolvidos por elas e a relação com os processos formativos.

O objetivo central do estudo é investigar a história, memória da trajetória formativa de um grupo de jovens mulheres contempladas com o Programa de Habitação de Interesse Social (PHIS), Anápolis, Goiás, a partir da aquisição da sua moradia e lutas pela Educação. O convite a sua participação se deve à **importância de suas respostas para essa interpretação e a construção da história e trajetória de emancipação de jovens mulheres**.

O procedimento de coleta de dados será por meio de questionário com 30 participantes, que aceitaram e assinaram o TCLE. Destas participantes, 10 comporão um grupo de entrevistas.

Os riscos são mínimos, tais como sensibilidade emocional em acessar memórias, no entanto disponibilizo atendimento psicológico, caso isso for necessário. Asseguro que não haverá risco de identificá-la. Todos os dados coletados nesta pesquisa, ficarão sob a guarda da pesquisadora responsável, sob sigilo exigido pelo Comitê de Ética em Pesquisa, PUC.

Os dados coletados só serão divulgados garantindo-se o anonimato. Sendo assim, quando o conteúdo das suas informações for utilizado em alguma publicação científica, sua identidade será mantida em absoluto sigilo.

As perguntas dos questionários deverão ser respondidas por você, ou se preferir, a pesquisadora poder ler cada pergunta para que você possa responder e a pesquisadora anotar sua resposta. Durante a entrevista, a pesquisadora utilizará um gravador. A visita deverá durar no máximo **1 hora (60 minutos)** e poderá ser interrompida no momento em que você desejar, ou se preferir, poderá ser complementada em outro encontro.

As entrevistas serão transcritas e armazenadas, em arquivos digitais, mas somente terão acesso às mesmas a pesquisadora e seu orientador.

Ao final da pesquisa, todo material será mantido em arquivo, por pelo menos 5 anos, conforme Resolução 466/12 e orientações do CEP/PUC-GO.

O benefício (direto ou indireto) relacionado com a sua colaboração nesta pesquisa é o de contribuir com a produção científica na área de Educação e, de forma indireta poderá contribuir para a formulação de políticas públicas favoráveis para a melhoria da qualidade de vida de seu bairro e sociedade, favorecer o processo da construção histórica por meio da memória das mulheres chefes de família beneficiadas pelo PHIS.

Esclareço que o estudo oferece riscos mínimos e não oferece quaisquer prejuízos físico ou legal. No entanto, por se tratar de assuntos relacionados à sua história de vida, durante o preenchimento dos questionários ou da entrevista, você poderá se emocionar ou sentir-se fragilizado emocionalmente. Comprometo-me a te oferecer os cuidados psicológicos que se fizerem necessários para que esteja bem emocionalmente após o processo de coleta de dados.

Esclareço que você poderá desistir de participar da pesquisa, a qualquer momento, e que esta decisão será respeitada sem que você seja prejudicado em qualquer tipo de assistência que esteja recebendo do governo ou de qualquer outra instituição.

Para participar desta pesquisa, você não receberá nenhum tipo de pagamento ou benefício, e também não terá nenhum gasto ou prejuízo financeiro. Caso tenha qualquer despesa comprovada, a pesquisadora responsável providenciará ressarcimento.

Esta pesquisa não implicará em nenhum custo a você, caberá a mim como pesquisadora, arcar com as despesas decorrentes da pesquisa, ou danos decorrentes da mesma, conforme estabelece a Resolução 466/12 de dezembro de 2012.

Declaração da pesquisadora

Eu declaro que cumprirei com todas as informações acima; que você tem acesso, se necessário, a assistência integral e gratuita por danos diretos e indiretos oriundos, imediatos ou tardios devido a sua participação neste estudo; que toda informação será absolutamente confidencial e sigilosa; que sua desistência em participar deste estudo não lhe trará quaisquer penalizações; que será devidamente ressarcida em caso de custos para participar desta pesquisa; e que acatarão decisões judiciais que possam suceder.

Declaração da participante

Eu, _____ CPF nº _____ RG nº _____, abaixo assinado, discuti com **Edilamar Rodrigues de Jesus e Faria** sobre a minha decisão em participar como voluntária do estudo TRAJETÓRIAS FORMATIVAS E EMANCIPAÇÃO FEMININA DE JOVENS MULHERES NA LUTA PELA CASA PRÓPRIA, CONTEMPLADAS PELO PHIS EM ANÁPOLIS (2009-2014). Ficaram claros para mim quais são os propósitos do estudo, os procedimentos a serem realizados, seus desconfortos e riscos, as garantias de confidencialidade e de esclarecimentos permanentes. Ficou claro também que minha participação é isenta de despesas e que tenho garantia integral e gratuita por danos diretos, imediatos ou tardios, quando necessário. Concordo voluntariamente em participar deste estudo e poderei retirar o meu consentimento a qualquer momento, antes e durante o mesmo, sem penalidades ou prejuízo ou perda de qualquer benefício que eu possa ter adquirido.

Anápolis, ___ de _____ de 20__

Assinatura participante

Assinatura pesquisadora